TOTAL BOOKS

A FRONTEIRA CRUZADA PELA CULTURA E AS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO

ORGANIZAÇÃO

João Edmilson Fabrini

Marcos Leandro Mondardo

Jones Dari Goettert

CAPES

UFGD Universidade Federal da Grande Dourados

PPGG

EDITORA TOTALBOOKS

CONSELHO EDITORIAL MULTIDISCIPLINAR

Dr. Alfa Oumar Diallo
Drª. Ana Maria Colling
Dr. Antonio Moreno Jiménez
Dr. Celso Augusto Nunes da Conceição
Dr. Charlei Aparecido da Silva
Drª Cintia Santos Diallo
Drª. Cristina Vargas Cademartori
Dr. Eduardo Salinas Chavez
Dr. Edvaldo César Moretti
Drª. Edvania Gomes de Assis Silva
Drª Elisabeth Ritter
Dr. Eliseu José Weber
Dr. Fabio de Oliveira Sanches
Drª Gilca Lucena Kortmann
Dr. Henrich Hasenack
Dr. Henri Luiz Fuchs
Dr. Henrique Carlos de Oliveira Castro
Drª. Irene Santos Garcia
Dr. Javier Garcia López
Dr. Jefferson Cardia Simões
Dr. Jose Luis Gurria Gascón
Dr. Paulo José Moraes Monteiro e Teixeira Germano
Dr. Paulo Roberto Fitz
Dr. Rodrigo Stumpf Gonzáles
Dr. Rogério Gomes da Silva
Drª Valéria Silveira Brisolara
Dr. Vinícius Gadis Ribeiro

EDITORA TOTALBOOKS®
Av. Willy Eugênio Fleck, 1500/337 – CEP 91150-180 – Porto Alegre - RS
www.totalbooks.com.br

Copyright © João Edmilson Fabrini; Marcos Leandro Mondardo; Jones Dari Goettert
Capa: Ricardo Reis | Conteúdo Ativo
Fotos da capa: Lucas Atanásio Catsossa e Patricia Silva Ferreira
Editoração: Paulo Roberto Fitz
Revisão: TotalBooks

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

A Fronteira cruzada pela cultura e as relações sociais de produção [livro eletrônico] /organização João Edmilson Fabrini , Marcos Leandro Mondardo , Jones Dari Goettert. – 1. ed. – Porto Alegre : TotalBooks, 2020.
PDF

ISBN 978-65-88393-08-6

1. Ciências políticas 2. Ciências sociais 3. Diversidade cultural 4. Fronteiras - Aspectos sociais - América Latina 5. Geopolítica 6. Mato Grosso do Sul - Aspectos sociais 7. Migração 8. Relações de trabalho 9. Relações sociais I. Fabrini, João Edmilson. II. Mondardo, Marcos Leandro. III. Goettert, Jones Dari.

20-53607 CDD-320.12

Índices para catálogo sistemático:

1. Fronteiras : Geopolítica 320.12

Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Todos os direitos reservados para os autores.
EDITORA TOTALBOOKS® EIRELI
www.totalbooks.com.br
contato@totalbooks.com.br

Não é permitida a reprodução total ou parcial desta obra, por quaisquer meios, sem a prévia autorização por escrito do/a respectivo/a autor/a.

Os autores e as autoras são responsáveis pelos conteúdos apresentados (textos, figuras, tabelas etc.) e assumem total responsabilidade pública e jurídica sobre os mesmos.

APRESENTAÇÃO

Estudantes de universidades e de faculdades se encontram em Dourados. Parte delas/deles vindas/os de outros municípios, de outros estados e até do exterior. *Ali*, nestas terras guarani, kaiowá e terena, reduzidas a quase nada, um cotidiano estudantil pulula entre salas de aula, repúblicas e pensões, e ruas, mercados e bares... Uma "estudantada" que, com frequência, é logo interpelada pela pergunta: "Você é daqui ou de fora?" *De fora*, como tantas outras e tantos outros não estudantes, mas sobretudo trabalhadoras e trabalhadores, que criam e desenvolvem também redes migratórias que podem se complexificar, ainda mais se a escala de mobilidades e relações assumir a condição transnacional. A *passagem* de redes sociais *para* redes migratórias pode ter assim também o seu inverso, isto é, a migração redundando em sociabilidades igualmente intensas, semelhantes, diferentes e, até, *mais* afetivas e efetivas que aquelas familiares, como entre filhas/os e mães/pais.

Devotas e devotos cruzam os limites internacionais entre Corumbá e Puerto Quijarro, e a fronteira geopolítica é como que *suspensa* diante de imagens da Virgem de Copacabana. Por alguns momentos, as diferentes tradições e os distintos mitos de origem e de destino do Brasil e da Bolívia parecem se aconchegar em um canto qualquer, deixando a *fé* atravessar todas e todos. No entanto, olhando bem nos altares em interiores de igrejas católicas, pode-se ver sobre mesinhas, e sob a Virgem e o Menino Jesus, duas bandeiras tricolores meio que a *tremular* seus significados: na boliviana, a riqueza amarelada, a natureza esverdeada e o sangue avermelhado de *heróis* quase sempre inventados; e na brasileira, os igualmente amarelo da riqueza e verde da natureza, mas diferente do vermelho, o azul *varonil* da "ordem e progresso" (sem exagero algum, um *varonil* de outro modo: dos *varões* do patriarcado, racismo, latifúndio, monocultura e acumulação... que parecem pouco *combinar* com a santa *copacabanense*, *esculpida* no século XVI como *devoção* e *resistência* inca e descendentes).

Bandeiras nacionais são símbolos e expressões da formação, desenvolvimento e consolidação dos Estados Nacionais, instituições político-territoriais recentes e participantes da configuração geográfica do Sistema Mundo atual, ou do Modo de Produção Capitalista global moderno-contemporâneo. Mas *reinam* eles, os Estados Nacionais, absolutos em territórios *antes* habitados por diversidades *nativas* densas, complexas – e ainda hoje – em processos de re-existência? Os Maká e os Guarani, no Paraguai, parecem responder: "Não!" As tentativas, *mansas* ou violentas, dos poderes centrais produzirem *sentidos* homogêneos e hegemônicos de identidade e pertencimento, no Paraguai, na América Latina, ou mesmo, no mundo inteiro, são contrapostas pelos legítimos *afetos* que por séculos e séculos – até antes das invasões europeias iniciadas no final dos quatrocentos e início dos quinhentos – fizeram-se e fazem-se *habitus* e *habitar* essas terras, esses territórios ou esses *tekoha*, na acepção e vida guarani. Mas onde estão *hoje* essas *nativas*, esses *nativos*? Em espaços diminutos, quando ainda de seus pertencimentos, mas também em calçadas, ruas e estradas a vender seus artesanatos – como a *querer dizer* e *mostrar* que *o que tem vem das mãos, da terra, daqui*.

Das mãos, da terra, daqui, dos *aqui* ainda *habitados* e muitos outros em reivindicação persistente, como os acampamentos *tekoha* dos Avá-Guarani do município lindeiro do extremo sudeste do Mato Grosso do Sul, do paranaense Guaíra, e do município logo ao lado (a leste), Terra Roxa. Mas, *Que coisa!*, nem o nome *nativo guaíra* e nem a *substância* da terra, *roxa*, ou *vermelha*, foram suficientes como possibilidades de *existências plenas indígenas* e anti-capitalistas das comunidades Avá-Guarani *dali*. Ao contrário, é a luta também por, ou em, outra *toponímia*, marcada por *tekoha* (como *Y'hovy, Mangaratu, Karumbe'y, Taturi, Yvyrati Porã* e *Tajy Poty*), que mesmo sob decênios e séculos de usurpação, insistem em *brotamentos* sem fim. *Ali*, a *arte* da *vivência* e da *sobrevivência* é "artesanal", através do fazimento de artesanato para a venda, das roças, dos serviços muitas vezes temporários nos campos e cidades, das catações de material para reciclagem em lixões, de postos em serviço público, dentre outros, e seus diversos modos de *atravessamento* das fronteiras étnico-territoriais, como entre *tekoha* e cidades de Guaíra e Terra Roxa.

Outros nomes e outros lugares vão sendo *descobertos* quando um *atrevimento* geográfico se propõe a vasculhar outros *pedaços*. Assim, *ali*, mais ao sul de Guaíra e Terra Roxa, a também cidade paranaense Foz do Iguaçu, na *junção* que faz se *envolver* com *Ciudad del Este* (Paraguai) e *Puerto Iguazú* (Argentina), vão aparecendo os *almacenes*, pequenas mercearias familiares, a maioria, senão todas, sob o comando e cuidado de mulheres, em bairros periféricos tanto de *Cuidad del Este* quando de Presidente Franco, cidades conurbadas do *lado* paraguaio. Essas mulheres, no entanto, atravessam a fronteira tanto para o Brasil quanto para a Argentina, para a compra de produtos que, vendidos com pequeno sobrepreço, tem papel fundamental em sua reprodução material e em recriações de relações em espaços fronteiriços. Assim, outros nomes vêm, como Área 4 (bairro periférico paraguaio com importante número de *almacenes*) e Vila Portes, *vila* grudada junto à Ponte da Amizade e *locus* de compra de produtos pelas mulheres das mercearias pequenas do Paraguai.

Nomes, lugares, gentes e suas relações vão então produzindo outros sentidos e outras interações espaciais. Sentidos espaciais de fronteira são produções e não *dados* ou *coisas* em si. Assim, percorrer espaços fronteiriços, como os entre Mato Grosso do Sul e Paraguai, ou entre Paraná e o mesmo país vizinho, é procedimento, metodologia e estratégica de registro e produção de sentidos espaciais. Por outro lado, os mesmos ou outros nomes, lugares, gentes e suas relações podem e precisam ser *escrutinados* objetivando a compreensão crítica e profunda das interações espaciais em espaços de fronteira, como, novamente, entre Mato Grosso do Sul e Paraguai. O conjunto de possibilidades e desdobramentos da produção de sentidos e interações espaciais ainda pode resultar na e da produção de imagens (fotográficas e/ou cartográficas, por exemplo), redesenhando tanto percepções, representações e compreensões quanto ações, práticas e movimentos, sejam de *acomodação* ou sejam de *potência* de *subjetividades* e/ou *coletivos* de resistência, de contraponto e – *katueté!* (em expressão da língua guarani), *por supuesto!*, *por que não?* – de transformação.

Resistências e imposições, entretanto, extrapolam qualquer *limite* sul-mato-grossense, paranaense, brasileiro, paraguaio e argentino, por exemplo, e *se fazem* como prática e movimento em qualquer lugar, como naquele, onde um corredor – o Corredor de Nacala, em Moçambique – é expressão capitalista de sua dupla violência: barbárie e modernidade. Como movimentos de resistência, também *ali* mulheres e homens, ameaçadas e ameaçados em seus modos de ser, viver e existir, se contrapõem como que *fronteiras inversas* em luta contra as tentativas cada vez mais brutais de expansão do neoliberalismo, que tem o agronegócio como uma de suas expressões.

*

São esses alguns dos temas encontrados neste livro, composto por textos de discentes (alguns em parceria com docentes orientadoras/es) do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGG – Faculdade de Ciências Humanas – Universidade Federal da Grande Dourados). O mais usual, agora, seria uma apresentação em *texto corrente* de cada um dos textos-capítulos, com suas principais questões e problemáticas.

No entanto, propomos uma apresentação menos convencional (e quem sabe, inédita), dispondo uma imagem (fotografia) também encontrada nos respectivos textos ou, para os textos com opção em não dispor de imagens fotográficas, recolhida de dissertações ou teses já produzidas pelas/os autoras/es, ou mesmo produzidas em trabalhos de campo e disponibilizadas para esta apresentação.

Essa escolha, *à moda de apresentação*, é intencional, portanto, nem um pouco meramente *espontânea*; ela busca destacar, sobretudo, o papel decisivo dos trabalhos de campo para a produção do conhecimento geográfico. Todos os textos aqui, mesmo os que se atém à discussão mais teórica, foram produzidos em consonância à construção constante e intensa de práticas de campo. E essa deve e precisa ser também uma questão *maior* para a geografia, isto é, a intensificação de *práticas empíricas* com potencial de crítica não apenas *colapsando* ideologias, imaginários e representações hegemônicas, mas também como crítica a – muitas vezes – formulações teórico-conceituais um tanto que prontas, acabadas e, por isso, também colonizadoras porque *impeditivas* de questionamentos das categorias e conceitos *próprias* e *próprios* da geografia. Essa questão, obviamente, rende caminhos e mais caminhos de reflexão e diálogo, mas agora, *aqui*, espera-se que as imagens provoquem também outros sentidos, outras possibilidades e outros caminhos.

E parece ser preciso, agora mais que nunca, neste nosso tempo de hiperaceleração do tempo e profunda compressão temporal-espacial, mas sobretudo de exposição frenética e brutal de imagens como a *atormentar* a existência toda, que olhemos lenta e amigavelmente cada fotografia, que as *vasculhemos* e as *inquiramos* a tal ponto de fazê-las *próximas, amigas, solidárias* e *em comunhão* – portanto, contra a indiferença, a violência, a usurpação e a servidão. (E aqui um "mecanismo" facilita literalmente esta aproximação: no formato *e-book*, é possível fazer com que a imagem seja a tal ponto aumentada em tamanho que ocupe toda a tela; e mais, que cada *pedaço* da imagem seja apresentado em *recortes*, e assim construir como eles, e com a imagem toda, *itinerários* do olhar.)

Porque também as imagens aqui dispostas ajudam muito nessa aproximação... É só deixar o olhar – o nosso olhar – ser inversamente atravessado pela música "sertanejo-universitária" durante festa "caipira"; pelo olhar da noiva haitiana-caribenha que longe de sua terra está para dizer "Sim!"; pelo singelo véu que cobre o manto dourado esculpindo a Virgem, como a *querer dizer* que toda a riqueza material do mundo não pode ser a medida de todas as coisas, nem a medida de todas as pessoas ou de todos os povos; pelo colorido das roupas indígenas que tornam menos monótonas as narrativas e ideologias nacionalistas que se impõem como *práticas discursivas* do poder, da dominação e da exploração; pela luz penetrante das frestas da casa Avá-Guarani que faz também colorido os diversos milhos, e deles como a irradiar tons amarelados que se achegam à mulher que cuida, em comunidade, as suas, os seus e a si; pela grade do *almacén* que tanto faz proteger gentes e produtos de dentro quanto é atravessada por mãos que trocam o *de comer* como alimento de vidas em periferia; pelo colorido em base de cocar do velho indígena Maká a contrastar com "528 anos de tons de cinza" a se impor sobre as existências *nativas* de *Nuestra Latino-América*; pelo estradão em linha internacional "separando" a oleaginosa mais famosa do mundo que *ali* produz um *deserto* transfronteiriço, onde ainda apenas um pequeno açude ainda parece respirar seus últimos momentos; e pelas unhas e mãos trabalhadoras sob o controle e vigilância de um "laranja empresarial", como a repetir *macabramente* o uso de "triângulos coloridos" em *corredores* ou *campos de concentração, de invasão* e *imposição* da própria lógica empresarial...

Olhemos.

De Matheus Guimarães Lima, “Jovens estudantes universitários migrantes em Dourados – MS: etnografia comparativa”.

Arraiá em casa de universitárias/os em Dourados
(trabalho de campo do autor [2019]).

“Redes sociais e redes migratórias: contribuições ao estudo das migrações contemporâneas”, de Alex Dias de Jesus.

“Noiva haitiana em Dourados – MS”
(imagem, com recorte, de JESUS [2020, p. 207], citado pelo autor).

Por Gesliane Sara Vieira Chaves, “A celebração da Virgem de Copacabana: um diálogo entre a fronteira de Corumbá (Brasil) e Puerto Quijarro (Bolívia)”.

Em interior de uma igreja em Corumbá
(recortado de imagem do texto da autora)

“Povos indígenas e fronteiras: considerações sobre os Maká e os Guarani e o nacionalismo no Paraguai”, de Luiz Felipe Rodrigues e Jones Dari Goettert.

Roupas de indígenas em praça no centro de Assunção
(recortado de imagem do texto dos autores).

De Teresa Itsumi Mazusaki, “A organização produtiva dos Avá-Guarani nos acampamentos-*tekoha* dos municípios de Guaíra e Terra Roxa (Paraná)”.

Interior de moradia Avá-Guarani no oeste paranaense
(imagem do texto da autora).

“O comércio fronteiriço entre Foz do Iguaçu (Brasil) e *Ciudad del Este* (Paraguai): uma análise a partir da perspectiva de consumo dos moradores locais”, de Camila Manoel Pereira.

Um *almacén* em bairro periférico em *Ciudad del Este*
(recortado de imagem do texto da autora).

De Midiane Scarabeli Alves Coelho da Silva, “Viagens entre fronteiras: imagens-trilhas com sentidos espaciais”.

Em comunidade Maká na cidade de *Ciudad del Este.*
(recortado de imagem do texto da autora).

“Interações transfronteiriças entre Mato Grosso do Sul e Paraguai, a sobreposição de tempos”, de Patricia Silva Ferreira e Charlei Aparecido da Silva.

“Na paisagem mono o marco, inexiste, se apequena”
(trabalho de campo da autora [2020]).

E de Lucas Atanásio Catsossa e João Edmilson Fabrini, “As contradições do desenvolvimento capitalista no Corredor de Nacala em Moçambique: entre a barbárie e a modernidade”.

“Mãos desprotegidas de trabalhador da MOZACO [companhia de soja, milho e algodão]” (imagem em CATSOSSA [2020, p. 494], citado pelos autores).

*

Estudantes universitários migrantes e seus lugares etnografados. Redes sociais e de migração enredadas. Uma Virgem *desejada* transnacionalmente. Uma produção indígena para o cuidado e não (apenas) para o mercado. Mercadinhos *almacenes* para a reprodução da vida e não (apenas) para o capital. Imagens de fronteira abrindo trilhas para outros e novos sentidos espaciais. Os tempos distintos e sobrepostos em fronteira transnacional. Barbárie e modernidade colocadas em *seu devido lugar*: as duas faces de um mesmo espaço em *desenvolvimento desigual... e combinado*.

Uma dentre outras possíveis *sínteses* dos nove textos que compõem este livro pode ser: em suas diversidades temáticas, metodológicas e analíticas, são espaços da complexidade *humana* e *não humana* (e *sobre-humana*, e *desumana*) e que aqui vão brotando em meio a disciplinas, controles e dominações, mas também transgredidos em alegrias, sociabilidades solidárias, *fés* e práticas de proteção e cuidados *de si* e coletivas, modos *nativos* de morar, trabalhar e viver, e produção de *sentidos* de existência e resistência em contraponto à aridez monótona que anseia os donos do capital, do poder e do tempo e espaço hegemônicos.

E como imagem-síntese – não dos textos em si, mas dos encontros que podem nascer entre leitora/leitor e eles, os textos, as autoras e os autores, seus temas, suas gentes, seus espaços – escolhemos uma que também vem de uma das dissertações e teses já produzidas junto ao PPGG, e que, por *mostrar* um encontro, um *grande encontro*, também é *despertar* do rompimento de todas as distâncias impostas pela barbárie ocidental-capitalista, e da luta por um espaço novo.

"Reunião de militantes da ADECRU [Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais – Moçambique] e do MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Brasil] [em Moçambique]."
(imagem em CATSOSSA [2020, p. 643], citado no último texto).

A imagem *fala por si*...

Mas talvez nenhum encontro seja possível, como em nossos trabalhos de campo (geográficos, etnográficos...) se a disposição para o encontro, para o ver e o olhar, para o respirar e sentir, para o beber e comer, para o parar e caminhar, e para o falar e ouvir não fizerem parte de nossa *empiria* e *empatia*. E tudo isso não é tão difícil quanto à primeira olhada pode parecer, sobretudo quando as outras e os outros (gentes e espaços) já nos oferecem um *jeito* comum para o encontro, como um lugar para estar, um *aqui*

em *aconchego*. E que assim também cada leitora e leitor *se achegue* aos textos, pois que estão *dispostos* a serem lidos e *ouvidos*, pois um pequeno banco de madeira, feito por mãos *nativas* carpinteiras-camponesas já está *aqui*, é só olhar. (Ou não seria um banquinho que *nos espera* junto ao encontro entre ADECRU e MST, refletido em sombra do lado esquerdo inferior da imagem acima? Olhemos bem...)

Boas escutas, bons olhares, boa leitura!

*

Os organizadores também agradecem a todas as *mãos* do Programa de Pós-graduação em Geografia (FCH-UFGD) pela oportunidade de construção deste livro.

Dourados, MS.
Em construção *online*
em espaço-tempo pandêmico,
outubro de 2020.

João Edmilson Fabrini
Marcos Leandro Mondardo
Jones Dari Goettert
(organização)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO
João Edmilson Fabrini
Marcos Leandro Mondardo
Jones Dari Goettert 4

JOVENS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS MIGRANTES EM DOURADOS, MATO GROSSO DO SUL: ETNOGRAFIA COMPARATIVA
Matheus Guimarães Lima 17

REDES SOCIAIS E REDES MIGRATÓRIAS: CONTRIBUIÇÕES AO ESTUDO DAS MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS
Alex Dias de Jesus 45

A CELEBRAÇÃO DA VIRGEM DE COPACABANA: UM DIÁLOGO ENTRE A FRONTEIRA DE CORUMBÁ (BRASIL) E PUERTO QUIJARRO (BOLÍVIA)
Gesliane Sara Vieira Chaves 65

POVOS INDÍGENAS E FRONTEIRAS: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS MAKÁ E OS GUARANI E O NACIONALISMO NO PARAGUAI
Luiz Felipe Rodrigues
Jones Dari Goettert 78

A ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DOS AVÁ-GUARANI NOS ACAMPAMENTOS-*TEKOHA* DOS MUNICÍPIOS DE GUAÍRA E TERRA ROXA/PARANÁ
Teresa Itsumi Mazusaki 106

O COMÉRCIO FRONTEIRIÇO ENTRE FOZ DO IGUAÇU (BRASIL) E CIUDAD DEL ESTE (PARAGUAI): UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA DE CONSUMO DOS MORADORES LOCAIS
Camila Manoel Pereira 132

VIAGEM ENTRE FRONTEIRAS: IMAGENS-TRILHAS COM SENTIDOS ESPACIAIS
Midiane Scarabeli Alves Coelho da Silva 161

INTERAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS ENTRE MATO GROSSO DO SUL E PARAGUAI: SOBREPOSIÇÃO DE TEMPOS
Patricia Silva Ferreira
Charlei Aparecido da Silva 187

AS CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO CORREDOR DE NACALA EM MOÇAMBIQUE: ENTRE A BARBÁRIE E A MODERNIDADE
Lucas Atanásio Catsossa
João Edmilson Fabrini 210

ÍNDICE REMISSIVO 253

AUTORAS, AUTORES E ORGANIZADORES 254

JOVENS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS MIGRANTES EM DOURADOS, MATO GROSSO DO SUL: ETNOGRAFIA COMPARATIVA

Matheus Guimarães Lima

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente texto é, a partir da Geografia e em abordagem interdisciplinar (que abarca ciências humanas correlatas), analisar as práticas socioespaciais de duas jovens, estudantes universitárias, migrantes, atualmente moradoras de Dourados (Mato Grosso do Sul) e de seus respectivos grupos de referência, compostos por outros sujeitos jovens, estudantes universitários, a maioria também migrante e moradora na mesma cidade. Debruçamo-nos sobre aspectos identitários compartilhados e de distinção das duas jovens e dos sujeitos que são parte de seus respectivos grupos de referência, ou seja, buscamos a realização, assim, de uma etnografia comparativa. Mas, já agora, esclarecemos que "a comparação é indispensável quando se tenta explicar alguma coisa", pois "as explicações baseiam-se na identificação de diferenças que podem existir entre populações ou no interior delas, entre experiências e interpretações" (BÄHRE, 2018, p. 98).

Nascidas com poucos meses de diferença, em 1999, as duas jovens estudantes universitárias migrantes – que são os sujeitos de pesquisa principais deste texto –, sob a perspectiva geracional, pertencem à geração *Post-Millennial*[1]. Além disso, deixaram suas cidades de origem, em outros estados do país, para morar e estudar em Dourados, ou seja, migraram para estudar. E para que estudar? Para depois trabalhar! Estudar para trabalhar. São migrantes e estudantes, por isso, estudantes migrantes. As semelhanças entre as jovens são múltiplas, todavia elas apresentam diferenças substanciais entre si. Suas condições econômicas são diferentes, os grupos étnicos aos quais pertencem são diferentes, bem como as instituições de ensino superior (IES) nas quais estudam.

[1] *Post-Millennial* é um termo de uso recente na Sociologia, para se referir aos sujeitos nascidos a partir de 1º de janeiro de 1997. Composta pelas pessoas mais jovens do planeta (no máximo 23 anos de idade, em 2020), essa geração é a seguinte à *Geração Millennial*, que é composta por sujeitos nascidos entre 1981 e 1996, ou seja, sujeitos que têm entre 24 e 39 anos de idade em 2020 (SEEMILLER; GRACE, 2016; FRY; PARKER, 2018).

Quanto a grupos de referência, esclarecemos que, sob perspectiva sociológica, todos nós fazemos parte de grupos sociais, compostos por outros sujeitos com os quais compartilhamos algum aspecto identitário, que é exercido por um papel social, atrelado ao contexto socioespacial nos quais estamos inseridos. Os outros sujeitos com quem compartilhamos de algum aspecto identitário compõem os diferentes grupos de referência dos quais somos parte (BOURDIEU, 1985; PORTES, 2000; GIDDENS, 2002; LAHIRE, 2002; LE BRETON, 2004; TURRA NETO, 2008; LIMA, 2019).

Nas múltiplas vivências cotidianas, podemos estar inseridos em diferentes grupos de referência de acordo com o espaço-tempo. Os grupos de referência de certa maneira direcionam as nossas ações, conforme as condutas preestabelecidas pelas diferentes estruturas sociais da vida cotidiana e conformam, assim, os esquemas de ações que caracterizam *habitus* diferenciados, atrelados à posse de capital, o capital propriamente dito, o dinheiro, bem como o capital social (BOURDIEU, 1985; LAHIRE, 2002; TURRA NETO, 2008; LIMA, 2019).

Quanto ao *habitus*, ele é concebido como um esquema de ações socialmente constituído por disposições estruturadas e estruturantes. O *habitus* é adquirido por meio de experiências práticas (em condições sociais e espaciais específicas), e é, constantemente, orientado para funções e ações do agir cotidiano. Dessa maneira, o *habitus* deve ser apreendido como "conjunto de esquemas [...] que é experimentado e posto em prática, tendo em vista que as conjunturas [...] o estimulam" (SETTON, 2002, p. 63).

Observa-se que o conceito de *habitus* tem uma longa história desde a noção aristotélica de *hexis*, utilizada para descrever as ações dos sujeitos, de forma a englobar suas cosmologias diversas, configuradas e adquiridas em processos precedentes, de repetição, de frequência, de habituação. Já em Durkheim (1947) e Bourdieu (1985), a concepção de *habitus* adquiriu um sentido mais explícito, para descrever um estado de ação geral dos sujeitos, que lhes designa por períodos de tempo duráveis (BOURDIEU, 1985; DUBAR, 2000; LAHIRE, 2002; SETTON, 2002).

O capital social é uma forma intangível de capital, que reside nas estruturas que sustentam as relações entre os sujeitos. Para adquirir o capital social, o sujeito necessita estabelecer relações de sociabilidade com outros sujeitos, que constituem a verdadeira fonte de capital social, isso é, a fonte de benefícios e esquemas facilitadores. Assim, é possível afirmar que o capital social modela relações de altruísmo confinadas, nas quais

os membros do grupo são parte de uma rede de solidariedade seletiva, isso é, restrita àqueles reconhecidos como semelhantes (BOURDIEU, 1985; PORTES, 2000; LAHIRE, 2002; SETTON, 2002; LIMA, 2018).

Quanto aos procedimentos metodológicos empregados na pesquisa que originou o presente texto, partimos da pesquisa bibliográfica, que é etapa imprescindível, pois fornece os alicerces teórico-metodológicos nos quais se fundamentam os argumentos apresentados. Na pesquisa bibliográfica, buscamos estabelecer um encadeamento teórico-metodológico envolvendo a Geografia e ciências humanas correlatas, principalmente a Sociologia e a Antropologia.

Foram realizadas, também, pesquisas de campo, de maneira ampla. No que se refere a pesquisas de campo, nos fundamentamos, sobretudo, na prática da observação participante, que consiste na ação de o pesquisador se fazer presente em situações de convívio social dos sujeitos de pesquisa, vivendo a pesquisa de campo e observando as ações dos referidos sujeitos, de maneira que possa aventar suas considerações (FOOTE-WHYTE, 1980; MAY, 2004; TURRA NETO, 2008; LIMA, 2019).

Durante as pesquisas de campo, amparamo-nos, também, em fontes orais, acessadas por meio de entrevistas que foram conduzidas entre março de 2019 e julho de 2020. Por meio das entrevistas, tivemos acesso aos discursos das duas jovens estudantes universitárias migrantes e de outros sujeitos membros de seus grupos de referência[2].

No presente texto, para nomear as duas jovens estudantes universitárias migrantes que são os sujeitos principais da pesquisa, bem como outros sujeitos, utilizamos nomes fictícios, para resguardar suas identidades[3]. Atribuímos às duas jovens, que são os sujeitos centrais, os nomes fictícios de Elisha e Ashante.

[2] Destacamos, ainda, que os sujeitos de pesquisa, são todos jovens, isso é, com idade inferior a 29 anos. As definições sobre o que é ser jovem variam amplamente. Sociedades diferentes podem ter concepções diferentes. No Japão, país com mais alta expectativa de vida no mundo, um sujeito é considerado jovem até os 35 anos. Em países com baixo IDH e baixa expectativa de vida, aos 35 anos, o sujeito pode estar nos anos finais de sua vida. No Brasil, a legislação define como jovens os sujeitos com idades entre 14 e 29 anos. Estar inserido na faixa etária jovem, porém, não é uma garantia de que o sujeito irá vivenciar a juventude, pois, a depender do poder econômico de sua família, pode ter que assumir responsabilidades de adulto desde muito cedo, o que lhe priva de vivências tipicamente juvenis (TURRA NETO, 2008; LIMA, 2018).

[3] Utilizamos esse recurso, também, para nomear os condomínios onde moram Elisha, Ashante e os sujeitos membros de seus respectivos grupos de referência.

DOURADOS, MATO GROSSO DO SUL: TECNIFICAÇÃO DO ESPAÇO

Dourados é uma cidade localizada na faixa de fronteira[4], quase na borda, quase no fim do "boden"[5] brasileiro. O perímetro urbano se localiza a cerca de cem quilômetros do fim do território nacional; mais próxima de Assunção, capital do Paraguai, que de Brasília, a capital do Brasil. Dourados é um *El Dorado*[6] nas bandas orientais do país. É, historicamente, lugar de chegada de muitas gentes à procura de melhores condições de vida do que as que tinham em seus lugares deixados[7]. Cidade *agro*[8], surgiu e cresceu a partir de atividades econômicas desenvolvidas no campo, a partir dos ervais, das boiadas, dos milharais, dos *sojarais*, a partir de gentes migrantes que fizeram dessa cidade seu lugar de chegada (HEMMING, 1978; ERNANDES, 2009; CREMONESE-ADAMO, 2010; CABREIRA, 2014).

Hoje, em 2020, é uma cidade cujas relações econômicas com o campo permanecem estreitas, todavia a tecnificação de seu espaço lhe relegou uma ampla rede de serviços, sobretudo a partir da década de 1980. Pode-se observar que essa condição lhe conferiu *status* de centralidade em uma região intermediária composta por 34 municípios, cuja população total é de cerca de 900 mil habitantes[9]. Dentre os serviços concentrados em Dourados, destacamos os serviços educacionais, ofertados por instituições de ensino superior (IES) públicas e privadas (ERNANDES, 2009; CREMONESE-ADAMO, 2010; MORENO, 2013; CABREIRA, 2014; IBGE, 2020).

---

[4] No Brasil, a faixa de fronteira é composta por municípios localizados, à distância de até 150 quilômetros de alguma fronteira internacional. A faixa de fronteira foi instituída pela lei número 6.634 de 2 de maio de 1979. A faixa de fronteira do Brasil abrange, atualmente, 588 municípios (IBGE, 2020).

[5] Espaço vital do Estado, na concepção clássica de Ratzel (1990).

[6] Metáfora com "A lenda do El Dorado – Eldorado", que foi amplamente disseminada entre exploradores europeus na época das Grandes Navegações. As versões da lenda são muitas. Uma fala de uma cidade inteira feita de ouro, que ficaria na nascente do Rio Amazonas. Outra versão descreve um rei mítico do povo do Altiplano Colombiano, que seria coberto de pó de ouro, o que lhe dava aspecto dourado, e, após suas aparições, submergia nas águas do Lago Guatavita, que seria, igualmente, rico em ouro. Neste texto, o uso do termo teve o intuito de representar Dourados como uma "terra prometida", lugar onde o migrante haveria de encontrar a prosperidade (HEMMING, 1978).

[7] Lugar deixado e lugar chegado, discutidos por GOETTERT (2008), apresentam como pressuposto teórico que toda migração abarca sempre três dimensões em suas condicionantes: a estrutural-econômica, a conjuntural (local, regional, nacional, internacional) e a subjetiva (identitária, familiar, parental). Observa-se também que lugares deixados podem se tornar, tempo à frente, novos lugares deixados, podendo implicar em mudanças também das condicionantes para a migração.

[8] E *cidade branca*, pois sua formação praticamente desconsiderou a existência indígena, sobretudo Guarani e Kaiowá (mas também Terena), mesmo que "encostada" ao maior "confinamento" e/ou "acomodação" de população nativa do Brasil, junto à Reserva Indígena de Dourados (BRAND, 1993; PEREIRA, 2004; MOTA, 2015).

[9] Conforme estimativa do IBGE, a população de Dourados seria de cerca de 220 mil habitantes, em 2020.

Os referidos serviços educacionais são responsáveis, atualmente, por fluxos/movimentos pela cidade de gentes que desejam acessá-los, gentes que querem estudar, adquirir qualificação, para, posteriormente, exercer profissões específicas[10]. Esses fluxos incidem em processos de produção do espaço urbano, que ocorrem por meio das ações das referidas gentes e das estruturas correlacionadas, que, igualmente, conformam o espaço[11]. Dentre essas gentes, excluindo as que são oriundas de Dourados e continuam morando na cidade enquanto cursam o ensino superior, algumas fazem movimento de pêndulo, vêm e vão, diariamente, de outras localidades situadas na hinterlândia[12] douradense, vão do local de moradia até a IES na qual estão matriculadas, e depois, após o fim da aula, fazem o caminho inverso. Têm hora para ir; têm hora para voltar (JOHANSSON; KLAESSON; OLSSON, 2003; WISEMAN; GONZALES; SALYER, 2004; PAÉZ; WHALEN, 2010; FREITAS; BRAGA, 2013; MORENO, 2013; CALIXTO; GOMES, 2017; GOMES; CALIXTO, 2020; IBGE, 2020).

Outras gentes são de mais longe. A distância entre seus lugares de origem e Dourados não permite que façam movimento pendular. Por uma questão de tempo e espaço, não tem como ir e voltar diariamente. Assim, se fixam, fazem de Dourados sua morada. Migram. Seus lugares de origem têm que se tornar lugares deixados (pelo menos temporariamente). Faz-se necessário morar em Dourados para concluir, em alguma IES local, o curso no qual estão matriculadas. Essas gentes são migrantes. Também são estudantes. São migrantes e estudantes: estudantes migrantes (MARTINS, 1997; GOETTERT, 2008; MORENO, 2013; LIMA, 2019; GOMES; CALIXTO, 2020).

Conforme Martins (1997) e Goettert (2008), sujeitos migrantes, invariavelmente, saem do lugar deixado para o lugar chegado, buscando melhores condições de vida por meio da renda advinda do trabalho. Migrar é deixar. Migrar é chegar. Migrar é buscar. Migrar é trabalhar. O trabalho é um fator preponderante para processos migratórios. Foi

[10] Conforme dados de pesquisa realizada pelo Núcleo Brasileiro de Estágios, que entrevistou 1.114 recém-formados (formados há no máximo dois anos) de todo o Brasil, entre os anos de 2014 e 2018, apenas 25% estavam trabalhando em sua área de formação. A principal queixa de jovens recém-formados é quanto às exigências consideradas demasiadamente elevadas pelos empregadores. Paralelamente, a recessão econômica pela qual o Brasil passa há cerca de meia década, interrompeu um período virtuoso de crescimento econômico e aumento da qualidade de vida. Consequentemente, o contingente de desempregados e desalentados aumentou assombrosamente no país, o que empurrou muitos sujeitos para a informalidade, ou para funções laborais de menor remuneração que a da área de formação (NUBE, 2018; OLIVEIRA, 2018; SINGER, 2018)

[11] Sistemas de ações e objetos (SANTOS, 2002).

[12] O conceito de hinterlândia é utilizado para se referir a uma "área subordinada economicamente a um centro urbano" maior (CORRÊA, 1989, p. 86). No caso de Dourados, a hinterlândia é composta por municípios localizados em sua região intermediária e que compõem sua rede urbana.

e ainda é. Migrar para adquirir qualificação, todavia, por meio de acesso ao ensino superior, tornando-se, assim, um sujeito mais qualificado e atraente para o mercado de trabalho, é uma opção que tem se disseminado de maneira ampla no Brasil, ao longo das duas últimas décadas, período no qual houve uma grande ampliação no quantitativo de IES e de estudantes matriculados no ensino superior no pais[13], conforme consta na Tabela 1. (MARTINS, 1997; GOETTERT, 2008; MORENO, 2013; SAMPAIO, 2015; MBEMBE, 2017; LIMA, 2018; IBGE, 2020).

Tabela 1 – Total de estudantes matriculados no ensino superior no Brasil (2002-2018).

Ano	Total de matrículas
2002	3,8 milhões
2018	8,4 milhões

Fonte: INEP, 2020. Elaborado pelo autor, 2020.

Podemos observar, portanto, que, na atualidade, ir para faculdade, ingressar no ensino superior, tornou-se algo possível, como se representasse o ciclo natural dos acontecimentos para sujeitos jovens oriundos de famílias de diferentes poderes econômicos, após concluir o ensino médio. Se três, ou quatro décadas atrás era raro ver, no Brasil, um jovem negro, de baixo poder econômico fazendo parte da paisagem de uma sala de aula de alguma IES, hoje a situação é diferente[14]. Não é que hoje o acesso ao ensino superior por jovens de baixo poder econômico seja universalizado no Brasil. Muito longe disso, entretanto, devemos reconhecer que, apesar dos retrocessos representados por políticas recentes de contenção orçamentária no setor educacional público[15], as possibilidades de acesso ao ensino superior por sujeitos de baixo poder econômico são múltiplas na atualidade, seja em cursos presenciais, semipresenciais ou por ensino a distância (EaD), em IES públicas ou IES privadas (LIMA; RIBEIRO, 2013; WEIDMAN; DEANGELO; BETHEA, 2014; SAMPAIO, 2015; SEEMILLER; GRACE, 2016; FRY; PARKER, 2018; LIMA, 2019; INEP, 2020).

[13] O início dos anos 2000 testemunhou a instituição de políticas de acesso ao ensino superior público gratuito sem precedentes, na história do país, por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), do PROUNI e do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), e, ainda, pelo estabelecimento de reserva de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, além da instituição de cotas étnico-raciais. Além disso, muito representativo da expansão do ensino superior público gratuito no país, é o fato de terem sido criadas 22 novas universidades federais, no intervalo 2000-2019.

[14] Em Dourados, também deve ser considerada a presença importante de discentes indígenas nas IES locais.

[15] Entre 2015 e 2019, o orçamento federal para educação sofreu cortes na casa de 20 bilhões de reais. Em valores atualizados pela tabela IPCA, o orçamento de 2015 foi de 136,4 bilhões de reais; em 2019 os valores foram de 117 bilhões de reais (LEAL; AFONSO, 2019).

Nas últimas décadas, observamos que houve, de fato, mudança na demografia do ensino superior no país. Mais representativo é o fato de, na atualidade, pela primeira vez na história, a maioria dos estudantes de IES públicas brasileiras serem negros (pretos e pardos)[16].

ENSINO SUPERIOR EM DOURADOS

Em Dourados, o ensino superior está estabelecido desde 1970, quando da criação do Centro Pedagógico de Dourados, IES pública, que após diversas mudanças de nome e enquadramentos institucionais, tornou-se, em 2005, a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)[17]. Em 1976, foi fundada a Sociedade Civil de Educação da Grande Dourados – (SOCIGRAN), que hoje é a mantenedora do Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN), IES privada. Em 1993 foi fundada a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), IES pública, e, em 1999, a Faculdade Anhanguera Dourados (FAD), IES privada. Salientamos que nos ativemos somente às IES que oferecem cursos presenciais em Dourados (Tabela 2). Além dessas IES, há outras IES diversas em Dourados, que oferecem cursos nas modalidades semipresencial e EaD[18].

Tabela 2 – IES que oferecem cursos presenciais em Dourados.

IES	Cursos de graduação (presenciais)	Cursos de pós-graduação (presenciais)
UFGD	37	29
FAD	26	1
UNIGRAN	25	12
UEMS	16	6

Fonte: sites das instituições, 2020.

[16] Conforme a pesquisa Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil (2019), realizada pelo IBGE, na atualidade, nas IES públicas brasileiras, pela primeira vez na série histórica, a maioria dos estudantes matriculados são negros (pretos e pardos). Os estudantes negros correspondem a 50,3% do total (IBGE, 2020).

[17] A UFGD surgiu como Centro Pedagógico de Dourados (CPD) e foi incorporada como unidade da Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT). Posteriormente, com a divisão do Estado de Mato Grosso e criação do Estado de Mato Grosso do Sul, foi incorporada à recém-criada Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e depois, em 2005, foi desmembrada da UFMS e renomeada como UFGD.

[18] Em Dourados estão instalados polos das seguintes instituições: UNIASSELVI, UNICESUMAR, ESTÁCIO EAD, EAD LAUREATE, UNOPAR, UNIP, CLARETEANO, FAEL, UNINTER, UNISA, FAVENI, CRUZEIRO DO SUL, ENIAC, UNOESTE, FACULDADE INSPIRAR, UNIPAR, além da Faculdade Teológica e Seminário Batista Ana Wollerman.

A criação da UFGD, em 2005, é bastante significativa no processo no qual Dourados adquiriu características de cidade universitária, pelo fato de a UFGD ser uma IES pública gratuita, que criou um grande número de cursos de graduação e pós-graduação em tempo razoavelmente curto (uma década e meia)[19]. Esse fato tornou a cidade atraente para sujeitos oriundos dos mais diversos locais, Brasil afora, em busca de acesso ao ensino superior. Observamos, no entanto, que a universidade pública em Dourados é anterior à criação da UFGD, com a unidade da UFMS até então (2005) e com a UEMS, além das instituições privadas UNIGRAN e FAD, que sempre também atraíram estudantes de outras cidades e de outros estados.

Conforme o relatório Perfil Socioeconômico de Dourados – 2018, elaborado pelo curso de Ciências Econômicas da UFGD, "Dourados possui uma característica [...] nestes últimos 10 anos, que é a de ser uma cidade universitária", atraindo todos os anos, "milhares de jovens que não pertencem somente aos municípios da chamada Grande Dourados", mas também "de fora da região e de outros Estados"[20] (PERFIL SOCIOECONÔMICO DE DOURADOS, 2019, p. 48).

No rastro da ampliação dos fluxos migratórios de estudantes universitários que se mudaram e mudam para Dourados, o mercado imobiliário local apresentou crescimento, assim como o setor de serviços, de maneira geral (MORENO, 2013). No que se refere ao mercado imobiliário, em alguns bairros[21], construções antigas e lotes vagos deram lugar a conjuntos de casas, apartamentos e *kitnets*, que são habitados, majoritariamente, por estudantes universitários migrantes, caso da Vila Aurora, bairro onde moram Elisha e Ashante.

Com a grande demanda dos estudantes universitários migrantes por serviços, desenvolveu-se, na cidade, uma rede de serviços especializados. Entre os referidos serviços, destacamos: serviços de fotocópia/papelaria; serviços de internet[22]; serviços de

[19] Desde a criação da UFGD (2005), foram criados 22 cursos de graduação novos na IES: Artes Cênicas (2009), Biotecnologia (2009), Ciências Econômicas (2009), Ciências Sociais (2006), Educação Física (2009), Engenharia Agrícola (2009), Engenharia Civil (2014), Engenharia de Alimentos (2006), Engenharia de Aquicultura (2014), Engenharia de Computação (2014), Engenharia de Energia (2009), Engenharia de Produção (2006), Engenharia Mecânica (2014), Física (2014), Gestão Ambiental (2006), Licenciatura em Educação no Campo (2006), Licenciatura Intercultural Indígena (2006), Nutrição (2009), Psicologia (2009), Química (2006), Relações Internacionais (2009), Zootecnia (2006).

[20] Estima-se que haja 25 mil estudantes matriculados em IES de Dourados (VERÃO, 2018).

[21] Bairros como: Vila Aurora, Vila Matos, Vila Alvorada, Jardim Zeina, Jardim Valéria, Jardim Clímax.

[22] Na contemporaneidade, acesso à internet é um imperativo para acessar o ensino superior (a internet é necessária desde a inscrição nos processos seletivos das IES). No contexto atual de pandemia de COVID-19, instituíram-se, em muitas IES, regimes emergenciais de ensino, que envolvem, invariavelmente, aulas *online*.

transporte[23]; bares e serviços de alimentação em geral (padarias, pizzarias, lanches, "marmitarias"[24], restaurantes etc.); lojas de conveniência; supermercados; mercearias; tabacarias; academias; salões de beleza; clínicas de estética; consultórios médicos e odontológicos; cursos de idioma; postos de gasolina etc.

ELISHA E ASHANTE

Como jovens *post-millennials*, Elisha e Ashante têm muitas semelhanças. As duas vieram ao mundo com poucos meses de diferença, em 1999; ambas são brasileiras, estudantes universitárias, migrantes interestaduais, vivem no mesmo bairro (embora não se conheçam); ambas apreciam o tempo livre que passam com seus pares, sujeitos jovens, estudantes universitários, migrantes, assim como elas, e que compõem seus grupos de referência.

Elisha e Ashante, porém, apresentam, também, diferenças entre si. Embora as duas sejam migrantes de cidades pequenas, seus lugares de origem são diferentes. Elisha migrou de uma cidade pequena nos arrabaldes de uma região metropolitana, localizada em um estado da Região Sul do país. Já Ashante migrou de uma cidade localizada em contexto não metropolitano, em um estado da Região Centro-Oeste. Elisha é negra, Ashante é branca; Elisha é oriunda de família de poder econômico médio-baixo, Ashante é oriunda de família de poder econômico médio-alto; Elisha é estudante matriculada na UFGD, Ashante é estudante matriculada na UNIGRAN. O valor pago pelos pais de Ashante, mensalmente, para que ela estude na UNIGRAN, é mais que o dobro do orçamento mensal[25] de Elisha.

---

[23] Em Dourados, os serviços públicos de transporte têm sido, historicamente, alvo de críticas. As queixas dos usuários são múltiplas, desde ônibus em péssimas condições, até questionamentos sobre os itinerários e horários das linhas. Em um passado não muito distante, houve grande pressão popular, no que se referia à condição da Avenida Guaicurus, que dá acesso à cidade universitária (UEMS e unidade II da UFGD). Na época, o trecho de cerca de 12 quilômetros, que tinha pista simples, era local de constantes acidentes que ceifaram as vidas de muitas pessoas. Após a duplicação da avenida, os problemas que se apresentaram foram outros, sobretudo, problemas de iluminação.

[24] Termo amplamente utilizado em Dourados para se referir a estabelecimentos que são exclusivamente dedicados a entrega de marmitas. Em Dourados, conforme observamos, há outro tipo de serviço que é pouco existente ou inexistente em outras regiões do país: são as *ervaterias*, estabelecimentos especializados em venda de ervas de tereré, chimarrão, etc.

[25] A família de Elisha tem menor poder econômico que a família de Ashante e, ainda assim, seus pais têm condições financeiras de lhe sustentar enquanto ela estuda na UFGD. Elisha não precisa realizar nenhum tipo de atividade laboral, pois o montante que os pais lhe dão todos os meses é suficiente para suas despesas. Ashante, cuja família tem maior poder econômico, tem um orçamento mensal maior. Todavia, seu acesso a dinheiro vivo é menor que o de Elisha, já que a maior parte de seu orçamento está disponível em um cartão de débito dado pelos pais, que acompanham atentamente seus gastos.

Conforme já esclarecemos, tanto Elisha, quanto Ashante migraram para Dourados para frequentar o ensino superior nas IES instaladas na cidade, todavia, conforme pesquisamos, os cursos nos quais estão matriculadas, embora não existam em suas respectivas cidades, existem em IES[26] localizadas em cidades muito mais próximas das cidades de origem das jovens, o que não faria necessária a migração interestadual para Dourados. Estudar nas cidades próximas, porém, teria como implicação "ficar indo e vindo", ou seja, teriam que fazer movimento pendular, já que as prefeituras de suas cidades oferecem transporte gratuito para estudantes universitários que estudam em IES de outras cidades localizadas nas respectivas regiões. Dessa forma, se não migrassem, continuariam a viver com a família e sob supervisão parental.

O que pudemos observar, entretanto, nas entrevistas conduzidas com Elisha, Ashante e outros estudantes migrantes interestaduais membros de seus respectivos grupos de referência, é que, antes de migrarem para Dourados, tinham o desejo latente de se livrar de "amarras" representadas pela supervisão parental, sendo esse um fator preponderante para a escolha de Dourados como lugar de chegada. Assim, optaram por estudar em IES de Dourados.

A lacuna de supervisão parental, ao ingressar no ensino superior e migrar para estudar, representa, para muitos jovens, um ritual de passagem que é complementado por novas vivências[27], liberdades e responsabilidades, que se tornam intrínsecas ao período vivido enquanto estudantes universitários (MOFFATT, 1991; SCHALL; KENEMY; MALTZMAN, 1992; SMETANA; ASQUITH, 1994; WEIDMAN; DEANGELO; BETHEA, 2014).

Observa-se que o desejo de viver sob as próprias regras é algo muito latente entre sujeitos inseridos na faixa etária jovem. Não raro, no período dos *late teens* – representado pelas idades de 17 a 19 anos, quando muitos sujeitos ingressam no ensino superior – o desejo de "viver sob as próprias regras" desencadeia conflitos domésticos,

[26] Optamos por não citar nominalmente tais instituições, todavia, salientamos, que as IES omitidas têm longa história e os cursos são bem-conceituados nos critérios CAPES/MEC.

[27] Principalmente o início da vida sexual, ou o aumento na frequência de atividade sexual; e uso e ou abuso de álcool e drogas (SANFORD, 1962; SMETANA; ASQUITH, 1994; WEIDMAN; DEANGELO; BETHEA, 2014). Quanto aos sujeitos ingressantes no ensino superior, especificamente, como Elisha e Ashante, eles desenvolvem frequentemente, o que Sanford (1962) aponta como *freshman personality* (personalidade de calouro(a)) (SANFORD, 1962), termo que o autor utiliza para designar uma tendência comportamental, muito própria de estudantes universitários migrantes de primeiro ano. Recém-inseridos no ambiente universitário, esses sujeitos, não raro, tendem a ter um "ano inesquecível", pelas novas experiências que são vivenciadas na ausência dos pais (SANFORD, 1962).

enraizados nas diferenças geracionais entre pais e filhos. Assim, muitos sujeitos jovens enxergam o processo migratório para estudar como uma "libertação" de regras impostas pelos pais, e consequentemente, de possíveis conflitos domésticos (SANFORD, 1962; SMETANA; ASQUITH, 1994; HALL, 2001; GIDDENS, 2002; TURRA NETO, 2008; WEIDMAN; DEANGELO; BETHEA, 2014; SEEMILLER; GRACE, 2016; FRY; PARKER, 2018; LIMA, 2018).

Ao falar da escolha por Dourados para estudar, Ashante afirma:

> *Eu vim para Dourados algumas vezes antes, porque minha prima estudou na UNIGRAN. Eu vim umas três vezes. Vi que tinha bastante festa, bastante faculdade diferente, né? A UNIGRAN é tipo do tamanho da [nome da IES omitido] lá em [nome da cidade omitido] [...] Era para eu ir para lá, mas mostrei para os meus pais que aqui o curso é conceituado, que os laboratórios são bons, instalações, convênios para estágio [...] E como o pai tem condição boa, né? Para ele não vai fazer diferença eu morar aqui ou lá [risos]. Aí vieram ele e a minha mãe para arrumar o AP para mim [...] Mobiliou, aí a mãe conseguiu arrumar a [nome omitido] que é casada com o [nome omitido], que é o zelador, pra ela fazer faxina pra mim [...] Aí ela vem porque eu não sei passar pano, lavar banheiro essas coisas. Eu lavo só a louça [...] um prato, um garfo, tudo um [risos]. (ASHANTE, estudante da UNIGRAN, 2019).*

Como é possível observar na fala de Ashante, sua relação com Dourados já tem alguns anos, pois, antes de migrar para estudar, em 2019, já havia vindo à cidade pelo menos três vezes visitar uma prima, que na época era estudante da UNIGRAN, a mesma IES onde Ashante hoje estuda. Observamos, também, que Ashante afirma que percebeu em suas visitas a Dourados, que na cidade "tinha bastante festa" e "bastante faculdade diferente", e que esses foram fatores primordiais em sua escolha quando foi ingressar no ensino superior, tendo em vista que desejava viver experiências similares às vividas por sua prima que estudou e morou em Dourados sozinha, enquanto estudava na UNIGRAN.

Elisha, por outro lado, jamais havia estado em Dourados antes de migrar para a cidade. A indicação pela UFGD no SiSu ocorreu em razão da distância; não pela pouca, mas pela grande distância, sendo Dourados uma cidade localizada a cerca de mil quilômetros de seu lugar deixado; Elisha pensou ser essa uma forma de acessar o ensino superior público gratuito e se mudar da casa dos pais. Migrar era um objetivo que tinha, tanto para poder acessar o ensino superior público e gratuito como para sair do "radar" da supervisão parental.

> *Meus primos todos estudaram em [nome da cidade omitido]. Meus pais viram o tanto que meus tios gastaram. Mensalidade da facul, van e [ônibus] fretado gasta muito. Eu bati o pé, sabe, meio assim? Eu falei que ia sair fora, que era [universidade] federal, de graça, que eles tinham que deixar eu ir. Falei assim: é mais barato e é melhor para estudar eu morar na mesma cidade da facul. Se eu ficasse lá, ia ter que ir e voltar todo dia de [nome da cidade omitido] porque a prefeitura tem ônibus [...] Aqui em Dourados é embaçado a questão da distância, né? Tem poucos ônibus [...] mas eu queria sair de lá. Todo mundo, eu acho, né? Todo mundo devia sair, tendo a oportunidade. Lá é raro alguém, tipo, da minha idade, que fica lá morando. Se tipo, ficar durante a facul, indo e voltando de [nome da cidade omitido], quando formar já sai fora, com certeza [risos]. Aqui eu posso sair de boa, dormir de boa, tá ligado? Faço minhas coisas sem encheção de saco [risos]. (ELISHA, estudante da UFGD, 2019).*

Sobre a distância dos pais, Ashante afirma que "morar sozinha" é a "melhor coisa", no que se refere ao período vivido enquanto estudante universitária, pois permite não ter os pais constantemente lhe impondo regras domésticas e lhe confere maior autonomia em relação às decisões pessoais. O discurso de Elisha apresenta semelhanças. A distância dos pais é apontada como algo positivo, embora suas responsabilidades adquiridas sejam maiores que às de Ashante, de forma condizente com os diferentes poderes econômicos das jovens. Observa-se, portanto, que migrar para ingressar no ensino superior é uma condição que leva sujeitos jovens estudantes a assumirem mais responsabilidades[28] do que tinham anteriormente (MOFFATT, 1991; SCHALL; KENEMY; MALTZMAN, 1992; SMETANA; ASQUITH, 1994; WEIDMAN; DEANGELO; BETHEA, 2014).

Ashante têm contas como aluguel, energia e internet pagas pelos pais, de maneira remota, *online*. Elisha, por outro lado, paga suas contas com a mesada depositada em sua conta pelos pais e, como não utiliza débito automático, tem que ficar atenta à sua caixa de correio, de onde recolhe os boletos das contas da casa, faz as contas, sempre dividindo os valores por dois, para então chegar ao valor que cabe a ela e a sua colega de casa nas despesas mensais.

[28] Desde aspectos de desempenho acadêmico, até questões de ordem doméstica e burocrática. Marcar uma consulta médica, ir ao banco e limpar a casa podem ser ações com as quais estudantes migrantes não estão habituados; portanto pode ser que não possuam as habilidades necessárias para tanto, a depender de seus poderes econômicos e *habitus* diferenciados.

VILA PEDREGULHO E RESIDENCIAL AGRO *YOUNG PALACE*: GRUPOS DE REFERÊNCIA DE ELISHA E ASHANTE E *HABITUS* DIFERENCIADOS

Observa-se que sujeitos jovens estudantes universitários migrantes, muito comumente, não conhecem ninguém no lugar chegado, logo não estão inseridos em nenhum grupo de referência. Assim, ao chegarem do lugar deixado, os sujeitos jovens estudantes universitários migrantes podem acabar estabelecendo relações próximas com seus vizinhos ou coabitantes[29]. Quando os referidos vizinhos/coabitantes são, eles próprios, sujeitos jovens estudantes universitários migrantes, pode se estabelecer uma conexão entre eles, em razão de características identitárias comuns e dos espaços compartilhados na escala doméstica e da vizinhança. Não quer dizer que vão se tornar amigos próximos, mas há um autorreconhecimento de um com o outro, enquanto sujeitos jovens estudantes universitários migrantes, o que favorece a instauração de solidariedades seletivas (BOURDIEU, 1985; WEIDMAN, 1989; MOFFATT, 1991; SCHALL; KENEMY; MALTZMAN, 1992; SMETANA; ASQUITH, 1994; LAHIRE, 2002; WEIDMAN; DEANGELO; BETHEA, 2014; LIMA, 2018).

Nos casos de Elisha e Ashante, especificamente, os condomínios onde moram são habitados, quase em sua totalidade, por sujeitos jovens estudantes universitários migrantes. Essa condição contribuiu para que os respectivos vizinhos se estabelecessem como membros de seus grupos de referência. Ashante mora em um condomínio vertical – que chamaremos de Residencial Agro *Young Palace* – composto por 12 apartamentos de dois dormitórios, 39 metros quadrados cada. No Residencial Agro *Young Palace*, onze dos doze apartamentos são habitados por estudantes universitários migrantes, matriculados na UNIGRAN. Um único apartamento é habitado por estudantes matriculados na UFGD, igualmente migrantes. Assim, observamos que 100% dos

[29] Uma forma de moradia compartilhada amplamente disseminada entre estudantes universitários é a das repúblicas de estudantes. São, basicamente, casas nas quais estudantes, que, em geral, não se conheciam antes, passam a conviver, dividindo despesas e tarefas. É mais comum que cada estudante tenha seu próprio quarto na república, todavia sujeitos de menor poder econômico, não raro, dividem quarto com outros, para reduzir as despesas. De acordo com Malta (2010), o termo surgiu como uma referência a um ambiente democrático no qual todos tem poder, direitos e deveres. Ainda, conforme o referido autor, casas compartilhadas por estudantes que repartiam as despesas, já eram comuns em Coimbra, Portugal desde o século XVI. O termo "república", todavia, somente passou a ser utilizado naquele país, a partir do século XX. No Brasil, os primeiros registros da utilização do termo para se referir a moradias compartilhadas por estudantes, ocorreram em Ouro Preto, também no século XX. Destaca-se, porém, que a referida cidade, já possuía casas compartilhadas por estudantes, desde o século XIX, logo, antes do Brasil republicano (MALTA, 2010).

domicílios do Residencial Agro *Young Palace* são habitados por estudantes universitários migrantes e 91,6% deles, por estudantes universitários migrantes matriculados na UNIGRAN[30].

Elisha mora em um condomínio horizontal – que chamaremos de Vila Pedregulho – onde há 8 casas de dois dormitórios, 47 metros quadrados cada, onde todos os moradores são estudantes universitários migrantes matriculados na UFGD, com exceção de um casal não universitário – mas também migrante[31] – que ocupa uma das casas. Dessa forma, observa-se que 87,5% dos domicílios da Vila Pedregulho são habitados por estudantes universitários migrantes matriculados na UFGD. Na vila, Elisha divide uma casa com outra jovem migrante, um ano mais velha que ela.

Os locais onde Elisha e Ashante moram estão localizados no mesmo bairro, a cerca de 500 metros de distância um do outro, todavia as duas não se conhecem, tendo em vista os diferentes grupos de referência nos quais estão inseridas. Quanto à caracterização socioeconômica de Elisha e Ashante, baseando-nos no conteúdo das entrevistas, trazemos as seguintes informações (Quadro 1):

Quadro 1 – Informações econômicas de Elisha e Ashante.

Elisha	**Ashante**
Orçamento mensal descontadas as despesas obrigatórias: R$ 930,00	Orçamento mensal descontadas as despesas obrigatórias: R$ 2700,00
Valor aluguel: R$ 500,00	Valor aluguel: R$ 1500,00[32]
Beneficiária de algum programa social[33]: não	Beneficiária de algum programa social: não

Fonte: entrevistas conduzidas pelo autor, 2019 e 2020.

Como pode ser observado, o orçamento mensal de Ashante, descontadas as despesas, é quase três vezes maior que o de Elisha, situação que é condizente com seus

[30] Na Vila Pedregulho, há 8 casas nas quais moram 15 pessoas. No Residencial Agro *Young Palace*, há 12 apartamentos, onde moram 18 pessoas.
[31] O referido casal e o filho são oriundos de outra região do Brasil e migraram para Dourados na busca de trabalho. Atualmente ambos desempenham funções no setor de serviços.
[32] Os pais de Ashante pagam o aluguel e as contas de seu apartamento.
[33] Período pré-pandemia de COVID-19. Posteriormente, com a instituição do auxílio emergencial do governo federal, no valor de R$ 600,00, tanto Elisha quanto Ashante passaram a receber o auxílio, conforme apuramos através de consulta realizada no portal de transparência federal.

diferentes poderes econômicos, os quais têm relações diretas com as profissões de seus pais[34], já que nem Elisha, nem Ashante exercem, ou já exerceram, qualquer ocupação laboral, ou seja, não possuem renda adquirida por meio do trabalho. São seus pais que lhes sustentam; assim, as duas jovens se dedicam, exclusivamente, aos estudos.

Elisha recebe mesada dos pais de cerca de R$1.400,00. Com esse montante, paga sua cota nas contas da casa onde mora na Vila Pedregulho. O restante do dinheiro, segundo ela, é guardado para despesas como participações em congressos acadêmicos e jogos universitários[35] realizados em outros estados, os quais têm o hábito de frequentar[36]. Quanto aos valores gastos com lazer em Dourados, Elisha tem poucos gastos, pois, como ocupante de cargo de gerência na atlética[37] de seu curso, tem acesso

[34] A mãe de Elisha trabalha como "escriturária" no setor privado, seu pai é motorista no setor público – nenhum deles cursou o ensino superior. Sendo Elisha filha única, a renda da família, advinda do trabalho de seus pais, lhe proporcionou vida confortável. Embora tenha estudado sempre em escola pública, Elisha, nunca precisou trabalhar para ajudar no orçamento familiar. Podemos afirmar que a família de Elisha possui poder econômico médio-baixo. Ashante, por outro lado, é filha de produtores rurais. Tanto o pai quanto a mãe – ambos com ensino superior completo – se dedicam à administração dos negócios da família. Ashante estudou sempre em escola privada. Nunca precisou trabalhar para ajudar no orçamento familiar.

[35] Jogos universitários, ou simplesmente jogos, são competições envolvendo equipes esportivas de diferentes modalidades, e que representam diferentes IES. As equipes esportivas de cada IES são parte de atléticas e as atléticas conformam ligas de esportes universitários, que organizam os jogos. Quanto aos jogos, observa-se, que eles têm se disseminado no país ao longo das duas últimas décadas. A escala dos jogos varia; podem reunir atléticas de diferentes estados, de diferentes cidades localizadas no mesmo estado, ou, ainda, se restringir à escala de uma única cidade, caso dos Jogos Inter Atléticas de Dourados (JIAD), que em sua mais recente edição (2019) reuniu 22 atléticas diferentes de IES de Dourados. Os jogos, geralmente, têm duração de um fim de semana e, durante o dia, acontecem competições esportivas; já no período noturno, é comum que ocorram grandes festas *open bar*. Durante os jogos, as festas *open bar* se constituem como espaço-tempo favorável para práticas de sociabilidade entre sujeitos jovens, estudantes universitários, de diferentes IES, em um contexto de lazer e reconhecimento mútuo (LIMA; DALPERIO, 2019).

[36] Elisha afirma que congressos acadêmicos são oportunidades de conhecer novos lugares e novas gentes. O seu congresso favorito, entre os que participou, foi realizado em Fortaleza – Ceará. Para ajudar a financiar sua ida e estadia durante o congresso, Elisha organizou uma "festinha beneficente" na Vila Pedregulho.

[37] São organizações estudantis, que mantém equipes de diferentes modalidades esportivas. As atléticas podem representar um único curso de uma IES, uma IES como um todo, um conjunto de cursos da mesma IES, um conjunto de cursos de diferentes IES etc. (exemplos: a Atlética de Computação de Dourados, que representa conjuntamente cursos da área de computação da UFGD e da UEMS, unidade Dourados, ou a Atlética FAEN, que representa os diferentes cursos da referida faculdade da UFGD). Salientamos, que as primeiras atléticas surgiram no início do século XX, em São Paulo e Rio de Janeiro, todavia, somente se disseminaram amplamente pelo país, no rastro da ampliação do ensino superior no Brasil, nas duas primeiras décadas do século XX. Atualmente, não há dados quanto ao quantitativo nacional de atléticas, porém, conforme nossas observações, as atléticas estão estabelecidas em grande parte das IES brasileiras. Além de práticas esportivas, as atléticas se especializaram, sobretudo nos últimos vinte anos, na realização de eventos diversos, principalmente festas (muitas vezes festas *open bar*), que são uma de suas principais fontes de recursos para manter as respectivas equipes esportivas, junto ao comércio de produtos providos de valor simbólico e que são adquiridos pelos estudantes, principalmente itens de vestuário (LIMA, 2019).

irrestrito a festas *open bar* universitárias[38] – exercício de seu capital social adquirido – que se constituem, como sua opção de predileção de lazer.

Ashante, por outro lado, por estudar na UNIGRAN, uma IES privada, tem que pagar para estudar. Na realidade, não ela, mas seus pais, que pagam a mensalidade do curso no qual está matriculada, cujo valor beira R$ 3.000,00. Para outras despesas, Ashante conta com uma mesada de R$ 700,00, para "não ficar sem dinheiro na mão", e um cartão de débito dado por seus pais, cujo limite é de R$ 2.000,00 por mês. O pai de Ashante consegue acompanhar em tempo real seus gastos, que lhe são notificados por meio de aplicativo de *e-banking*, que ele tem instalado em seu *smartphone*.

Baseando-nos nas diferenças de poder econômico que existem entre Elisha e Ashante e de acordo com o conteúdo das entrevistas que conduzimos com ambas, elaboramos o quadro a seguir, que traz informações sobre os serviços que as jovens afirmaram utilizar na cidade e cuja frequência caracteriza seus diferentes *habitus* e práticas socioespaciais. Elisha e Ashante foram questionadas sobre os locais que frequentam, no que se refere a: supermercado, bar, restaurante, salão de beleza, lanche e pizzaria, serviço de fotocópia e papelaria, além de esportes e locais nos quais são praticados (Quadro 2).

Quadro 2 – Respostas de Elisha e Ashante sobre os locais que frequentam na cidade.

Elisha	**Ashante**
Supermercado: Supermercado Chama	Supermercado: Hipermercado Extra
Bar: Bar Mattos	Bar: Utida Sushi Bar
Restaurante: Restaurante Universitário da UFGD	Restaurante: Utida Sushi Bar
Salão de Beleza: não frequenta	Salão de Beleza: Studio Glamour
Lanche e/ou pizzaria: Morena Lanches e Pizzaria do Môa	Lanche e/ou pizzaria: Burger King e Universidade da Pizza
Fotocópia, papelaria: serviço de fotocópias do bloco C da UFGD unidade II e Lojas Americanas	Fotocópia, papelaria: Jet Cópias e Digiflash
Esporte: handebol (CEPER do II Plano)	Esporte: musculação (Perfformance Academia)

Fonte: entrevistas conduzidas pelo autor, 2019 e 2020.

[38] É um tipo de festa amplamente disseminada entre sujeitos jovens universitários ao longo das duas últimas décadas. As festas *open bar* se caracterizam por serem festas em que, mediante pagamento de um valor único, o sujeito participante pode beber o quanto quiser das bebidas alcoólicas disponíveis, isso é, o bar está *open*, literalmente, aberto, livre. Na atualidade, a maior parte das festas *open bar* frequentada por sujeitos universitários, são organizadas por atléticas (LIMA; DALPERIO, 2019).

De acordo com as respostas de Elisha e Ashante, observamos algumas diferenças de *habitus* entre as duas jovens estudantes universitárias migrantes. Elisha, que não possui carro ou moto, costuma fazer compras no Supermercado Chama, localizado a cerca de um quilômetro de sua casa, aonde vai de mochila nas costas, na qual guarda as sacolas com as compras.

Ashante, por outro lado, costuma fazer compras no Hipermercado Extra[39], localizado a cerca de cinco quilômetros de seu apartamento; todavia a distância não é empecilho, tendo em vista que Ashante realiza o trajeto em seu carro próprio. No que tange a serviços de fotocópia e papelaria, muitíssimo utilizados por estudantes universitários, Elisha afirma que usa o serviço de fotocópias instalado no bloco C da UFGD, unidade II e "quando preciso de caderno, eu compro nas Lojas Americanas. Lá tem promoções de caderno, canetas, essas coisas"; já Ashante costuma utilizar os serviços de fotocópia e papelaria "Jet Cópias" e "Digiflash", convenientemente instalados bem em frente da UNIGRAN, IES onde estuda e passa grande parte do dia, já que seu curso é em período integral.

No que se refere a cuidados estéticos, Elisha não tem por hábito ir ao salão de beleza. Em relação a esportes, Elisha faz parte do time de handebol da atlética de seu curso na UFGD e os treinos ocorrem no Centro Poliesportivo e de Recreação (CEPER) do II Plano[40]. Por outro lado, Ashante, que já competiu em concurso de *miss* em sua cidade de origem, se preocupa bastante com cuidados estéticos. O salão de beleza que frequenta se chama Studio Glamour, onde todas as semanas pinta as unhas e eventualmente "corta as pontas" de seus longos cabelos, ou faz "uma hidratação". Além disso, Ashante conta que pratica musculação e exercícios aeróbicos duas ou três vezes por semana com auxílio de um *personal trainer* na Perfformance Academia.

Quanto às relações com serviços que se enquadram no que se chama de economia noturna, há diferenças marcantes nos *habitus* de Elisha e Ashante. Elisha é

---

[39] Posteriormente à entrevista na qual Ashante afirmou que o Hipermercado Extra era o de sua preferência, o referido estabelecimento fechou as portas, no fim do mês de fevereiro de 2020, após dez anos de sua inauguração. O fechamento do hipermercado deixou cerca de 300 funcionários desempregados.

[40] Os CEPER foram criados a partir da década de 1970, nos conjuntos habitacionais construídos pelo Banco Nacional da Habitação – BNH, em Dourados. Os referidos conjuntos habitacionais eram chamados de planos. O CEPER do II Plano fica localizado no conjunto habitacional BNH II. Há quatro conjuntos habitacionais BNH em Dourados. Em cada um existe um CEPER.

assídua frequentadora do Bar Mattos, autoproclamado "a segunda casa do universitário"[41], uma referência à assiduidade de estudantes universitários no local. Ashante já foi ao Bar Mattos, todavia, afirma que o Utida Sushi Bar é seu bar favorito em Dourados. Segundo Ashante, a comida e as bebidas do local lhe agradam mais, além do ambiente, que ela aponta como mais sofisticado.

O Utida Sushi Bar, como o próprio nome sugere, é uma mistura de restaurante japonês e bar, com ambiente climatizado e bem decorado. Ashante afirma que gosta de comer "temaki, urumaki e sushi de salmão" e de beber a caipirinha servida no local, chamada "tropical mix" e que é feita "com saquê". As idas ao bar e restaurante, entretanto, não são baratas. Os preços despendidos por Ashante no Utida Sushi Bar, conforme apuramos, são bem mais altos que os despendidos por Elisha em seu bar de predileção, o Bar Mattos, local onde as mesas são postas na calçada em frente ao bar e as opções de comida são típicas comidas de boteco, como: porções de salame, de azeitonas, batata frita, salsicha em conserva, frango à passarinho etc.

Indagada sobre seu restaurante favorito na cidade, Ashante apontou também o Utida Sushi Bar, já Elisha não tem por hábito frequentar qualquer restaurante, a não ser o Restaurante Universitário da UFGD, unidade II. Em uma de nossas entrevistas, Elisha foi questionada sobre sua rotina alimentar, o diálogo que seguiu foi:

> ***Pesquisador:*** *Elisha, fale sobre sua rotina alimentar. Você toma café da manhã? Você cozinha? Sai para comer? Faz o jantar? Como que é? Conte sobre a comida ao longo do seu dia.*
>
> ***Elisha:*** *Eita, vamos lá. Tipo, eu tomo café quando acordo e depois se der fome eu como uma banana ou maçã. Eu não gosto e também não sei cozinhar. A Kirsten [jovem estudante migrante com quem ela divide a casa] trabalha de dia; então ela come lá mesmo [no trabalho]. Aí depois, de tarde, eu espero ela chegar e nós vamos mais cedo pra GD [UFGD] e jantamos no R.U. [restaurante universitário]*
>
> ***Pesquisador:*** *Você toma café. Depois não tem fome? Pula o almoço?*
>
> ***Elisha:*** *Eu acordo sempre depois das 10 horas [da manhã]. Aí tomo café, pão com manteiga, às vezes coloco um ovo no pão e café com "leite ninho" e já era. Depois, como eu falei, eu como uma fruta, depois arrebento na comida do R.U [risos]*
>
> ***Pesquisador:*** *Se der fome durante a tarde, você faz como?*

[41] Conforme consta em letras garrafais no banner que jaz sobre a faixada do referido bar, localizado na Rua Balbina de Matos 1.478.

> ***Elisha:*** *Aí vou na padaria [Panificadora] Delícia e como um salgado [risos]*
>
> ***Pesquisador:*** *E a restaurantes da cidade você vai?*
>
> ***Elisha:*** *Não. Muito difícil. Tipo, dias que tenho que ir no centro resolver algum B.O, porque os papéis da casa estão todos no meu nome, né? Ai eu já fui umas vezes no Restaurante do Carlinhos.*
>
> ***Pesquisador:*** *Por que no Restaurante do Carlinhos?*
>
> ***Elisha:*** *Porque lá a comida é boa e barata. R$ 10,00 à vontade [risos].*
>
> ***Pesquisador:*** *Na outra vez que conversamos, você falou que gosta de estudar de madrugada. Que o silêncio ajuda você e tal. Mas, e aí? Se der fome às três da manhã? Faz como?*
>
> ***Elisha:*** *[risos] de madruga rende melhor mesmo. Mas quando dá fome eu como alguma fruta. Não gosto de cozinhar almoço, muito menos ainda às três da manhã, né? No R.U sempre pego uma fruta para depois [risos].*

Já no que tange a serviços de alimentação para entregar, que limitamos a lanches e pizzas, que são comidas apreciadas por Elisha e Ashante, há distinções, também. Nos fins de semana[42], Elisha costuma fazer pedidos na Morena Lanches, localizada a cerca de 200 metros de sua casa, o que garante uma entrega rápida. Seu lanche favorito é o X-Bacon. Quando quer comer pizza pede na Pizzaria do Môa "onde tem promoção direto, três pizzas por R$ 40,00 e ainda ganha um *refri* de dois litros, e lá fazem pizza de três sabores, pegando três pizzas você pega nove sabores"[43].

Ashante gosta de lanche, assim como Elisha, todavia, diferentemente de Elisha, que tem como costume pedir lanche em um estabelecimento pequeno, local, de bairro[44], Ashante aprecia os lanches da rede internacional de *fast-food* Burger King, pedidos realizados por um aplicativo de entregas acessado pelo seu *smartphone*. "Lá em [lugar deixado] não tem Burger King, McDonald's, nenhum desses, nem Subway tem; aí, nós que é de "interiorzão" não tem acesso, não tem na cidade da gente, se quiser tem que ir

[42] Nos fins de semana, o Restaurante Universitário da UFGD, unidade II, que é onde Elisha faz, em geral, sua principal refeição do dia, permanece fechado (abre apenas para almoço no sábado), dessa maneira, a jovem tem como hábito comer lanches ou pizzas.

[43] Na Vila Pedregulho, vez ou outra, os jovens estudantes universitários migrantes que lá moram, realizam "noites da pizza", que consistem em juntar os moradores e pedir para entregar quantas pizzas o dinheiro puder comprar.

[44] Elisha defende em seu discurso, que os pequenos negócios familiares de bairro devem ser mais valorizados pela vizinhança, isso é, a vizinhança deve consumir nesses pequenos negócios, já que, em sua concepção, ao fazê-lo, o sujeito contribui economicamente com a comunidade na qual vive, e "foge" do "grande capital", representado por grandes redes de *fast-food*. Elisha vê sua atitude como um ato de "resistência".

pra fora, então eu aproveito para comer agora que estou morando aqui", afirma Ashante[45]. Quanto às pizzas, Ashante tem como pizzaria favorita, a Pizzaria Universidade da Pizza, devido à proximidade do local onde mora, o que garante entregas rápidas.

No que se refere às práticas de sociabilidade e lazer no contexto doméstico, da vizinhança, Elisha tem por hábito participar de rodas de tereré[46], quase diariamente com sua colega de casa Kirsten e vizinhos, igualmente jovens e estudantes universitários migrantes da UFGD. As referidas rodas de tereré, conforme observamos, ocorrem por volta das 17h30min, quando Kirsten costuma chegar do trabalho, e quando Elisha e vizinhos estão prestes a se aprontar para partir para a UFGD (aqueles que estão matriculados em cursos noturnos).

Nessas rodas de tereré, o ritual é seguido à risca, cada sujeito bebe até o fim da cuia, e enche a cuia para o próximo da roda, servindo-o. Após todos beberem, uma ou duas vezes, há dispersão dos sujeitos que têm aula no período noturno; estes entram em suas casas para se prepararem para ir à aula. Os sujeitos que não têm aula no período noturno, por vezes, continuam a roda de tereré por algum tempo; outras vezes se dispersam.

Outras formas de sociabilidade que observamos, no contexto da vizinhança, são as festas que reúnem vizinhos. Em junho de 2019, Elisha, em conjunto com estudantes universitários migrantes matriculados na UFGD, moradores de sete das oito casas da Vila Pedregulho, realizou uma festa junina no pátio da vila, na qual cada sujeito contribuiu com algum prato ou bebida. Em outras ocasiões, são realizadas pequenas festas de aniversário nas quais todos os jovens estudantes universitários migrantes que moram na vila são convidados.

[45] Na contemporaneidade, conglomerados de capital transnacional dominaram as relações econômicas de tal maneira, que 16 grandes corporações controlam a maior parte da economia mundial (DOWBOR, 2017). As redes de *fast-food* apontadas por Ashante, são todas originadas nos Estados Unidos, mas na contemporaneidade estão presentes ao redor do mundo. Ashante cresceu em uma cidade pequena, onde as referidas redes não estão estabelecidas; assim, ao migrar para Dourados, cidade de porte médio e que exerce papel de centralidade em sua rede urbana, Ashante passou a ter acesso a duas das citadas redes: Burger King e Subway. Tendo acesso a essas redes, ela encara a situação como uma oportunidade para desfrutar de opções de serviços inexistentes em seu lugar deixado. Elisha, por outro lado, embora seja oriunda de uma cidade pequena, cresceu tendo acesso mais fácil às referidas redes de *fast-food*, tendo em vista o contexto metropolitano no qual morou, onde as referidas redes estão amplamente estabelecidas.

[46] Hábito muito disseminado entre sul-mato-grossenses e na atualidade entre migrantes que se estabelecem no estado.

Nas festividades pelo aniversário de alguém, o roteiro é bastante simples: algum jovem estudante migrante, morador da vila, assa um bolo de cenoura com cobertura de brigadeiro de panela, juntam-se alguns refrigerantes e alguns Corotes®[47], bebida alcoólica que se tornou extremamente popular entre jovens estudantes universitários brasileiros, desde 2018, e que é muito apreciada por Elisha e pelos sujeitos que são parte de seu grupo de referência.

Outra situação que testemunhamos, e que nos chamou atenção, foi a pequena festa de aniversário feita para celebrar o aniversário de Bartolomeu, o gato de estimação de Kirsten. A parede da cozinha foi decorada com o nome do gato, os vizinhos se reuniram em volta da mesa, paramentados com chapéus de cone na cabeça e todos cantaram "Parabéns pra Você". Bartolomeu, obediente, permaneceu estático observando seu presente: um bolinho de patê de atum, encomendado em um *pet shop* da cidade. Kirsten apagou a velinha que jazia enterrada no meio do bolinho de patê de atum, e o gato, enfim, se pôs a comer, deliciando-se com seu presente. Os seres humanos ao redor, nessa hora, já abriam suas cervejas, ou suas garrafinhas de Corote®. Noite de celebração.

Nessas situações festivas, os únicos moradores da Vila Pedregulho que não são jovens estudantes universitários migrantes, um casal com filhos[48], são excluídos pelos demais. Essa família representa os "*outsiders*" no contexto socioespacial da Vila Pedregulho. Atendo-nos à teoria de Elias e Scotson (2000), podemos afirmar que os sujeitos jovens estudantes universitários migrantes e moradores da Vila Pedregulho são os *established* – estabelecidos – no microcosmo representado pela pequena vila de oito casas.

---

[47]Elisha e seu grupo de referência não têm por hábito gastar muito com bebidas alcoólicas, em geral optam por bebidas baratas como o Corote®, cuja garrafa de meio litro custa cerca de R$ 3,00. A marca Corote®, tradicionalmente fabricante de cachaça – com cerca de 40% de teor alcoólico –, e por décadas uma das mais baratas opções de acesso ao álcool bebível no país, passou, desde 2018 por um processo de reposicionamento de mercado, através do lançamento de novos produtos, entre os quais a linha Corote Sabores®, composta por bebidas de sabor (são nove os sabores no total) à base de cachaça, e com teor alcoólico de 13,5 %. A linha do Corote Sabores® se tornou bastante popular entre estudantes universitários em Dourados, a partir de 2018, sendo uma bebida oferecida amplamente no cardápio alcoólico de festas universitárias na cidade.

[48] Conforme apuramos, o casal se incomodou algumas vezes com o volume do som de outros moradores, porém, não pensam que isso seja algo inaceitável, pois, conforme o casal, ao se mudarem para a Vila Pedregulho, já sabiam que teriam como vizinhos sujeitos mais jovens, estudantes universitários.

Por outro lado, Ashante e seu grupo de referência têm práticas socioespaciais distintas de Elisha e seu grupo de referência. Ashante e os vizinhos, igualmente, têm o período entre as 17 e 18 horas como horário de encontro[49]. Diferentemente de Elisha e seus vizinhos, que fazem rodas de tereré no interior do pátio da vila onde moram, Ashante e seus vizinhos fazem roda de tereré na ampla calçada coberta de grama em frente ao Residencial Agro *Young Palace*. Nessas rodas de tereré, entretanto, ocorre também uma roda de narguilé[50], que Ashante e seus vizinhos fumam, passando a mangueira de um para o outro.

Além disso, Ashante e seus vizinhos não têm por hábito fazer festas caseiras, como a festa junina realizada por Elisha e vizinhos na Vila Pedregulho. Quando é aniversário de algum dos vizinhos que é parte do grupo de referência de Ashante, eles combinam de sair para uma noite de celebração em algum bar ou restaurante. Conforme Ashante,

> *Se depender de mim, vamos no Utida sempre [risos]. Mas eu, as meninas, os meninos aqui do prédio, já saímos na Cantina Mato Grosso; lá é legal. Têm chopp [...] os meninos são do Paraná, aí lá [Cantina Mato Grosso] toca música tradicional deles lá. Aí, como eles gostam, já fomos lá, sei lá, umas quatro vezes [...] no Utida fomos sei lá, perdi a conta já, porque fomos muitas vezes, mas aí, é mais eu e as meninas [vizinhas] porque elas gostam bastante de ir lá, igual eu.*

Observamos que, diferente de Elisha e vizinhos que costumam fazer festas de aniversário na vizinhança, Ashante e seu grupo de referência têm por hábito comemorar aniversários em jantares fora. Comemorar aniversário de animal de estimação como Elisha e seus vizinhos? Quando perguntada sobre, Ashante riu e se mostrou muito surpresa, pois conforme afirmou, nunca havia ouvido falar de tal prática e menos ainda que é possível encomendar em *pet shop* um bolo de aniversário para o animal de estimação.

---

[49] Observamos que a prática de fazer rodas de tereré entre as 17 e 18 horas é algo amplamente disseminado entre moradores da Vila Aurora, dada a frequência com que nos deparamos com a situação nas calçadas do bairro.

[50] Os narguilés são grandes cachimbos em posição vertical utilizados para fumar tabaco, que é posto sobre carvão, na parte superior. A fumaça é inalada através de uma ou mais mangueiras e é filtrada pela água, que jaz no interior do narguilé. Após um sujeito fumar, passa a mangueira para o próximo fumar. Os narguilés se popularizaram bastante no Brasil ao longo da última década. Em Dourados, especialmente, observamos que são muito populares entre jovens. Na cidade, conforme apuramos, há pelo menos 20 tabacarias, estabelecimentos comerciais especializados em produtos fumígenos, das quais cinco localizadas em um raio de até 500 metros de distância do Residencial Agro *Young Palace*, onde Ashante mora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, historicamente, sujeitos de baixo poder econômico foram *outsiders* nas instituições de ensino superior. Mais recentemente, ao longo das duas últimas décadas, essa situação tem mudado. Políticas públicas inclusivas, baseadas na ampliação do acesso ao ensino superior instituídas a partir de 2003, tiveram, como resultado, aumento significativo no quantitativo de IES (principalmente universidades federais) e de estudantes matriculados no ensino superior no país. Mais que isso, houve mudança demográfica no ensino superior público gratuito brasileiro, o que demonstra que as políticas públicas educacionais postas em prática, foram efetivas. Na atualidade, pela primeira vez na história, a maioria dos estudantes matriculados em IES públicas gratuitas no Brasil, são negros, representando 50,3% do total de matriculados.

Paralelamente ao processo de expansão do ensino superior no Brasil, ao longo das duas últimas décadas, muitas cidades onde foram criadas novas universidades federais, como Dourados, a partir da criação da UFGD, em 2005, passaram a ser receptoras de fluxos migratórios de sujeitos jovens, com o objetivo de acessarem o ensino superior. Pudemos observar, entretanto, que acessar o ensino superior não se constitui como motivação única em processos de migração de sujeitos jovens estudantes universitários, oriundos de outros locais para Dourados.

Para muitos, o desejo de sair do radar da supervisão parental, isso é, morar longe dos pais, é algo bastante latente. A principal justificativa é a "falta de liberdade" na casa dos pais, onde há uma hierarquia estabelecida, na qual os pais impõem as regras, cabendo aos filhos, segui-las. Essa dinâmica, todavia, nem sempre funciona bem, o que pode desencadear conflitos domésticos, enraizados nas diferenças geracionais entre pais e filhos.

Assim, migrar para estudar em alguma IES representa, para muitos jovens, o passaporte para um novo estilo de vida, no qual a autonomia para tomar decisões é maior. Com a autonomia, porém, vêm as responsabilidades. A partir de uma etnografia comparativa, analisamos as práticas socioespaciais de duas jovens migrantes interestaduais, estudantes universitárias, matriculadas em diferentes IES de Dourados, e de seus respectivos grupos de referência, compostos por outros sujeitos jovens, estudantes universitários migrantes, com quem convivem no contexto da vizinhança e com quem mantêm relações próximas de sociabilidade.

Embora apresentem muitas semelhanças, as duas jovens, que se constituíram como sujeitos principais de pesquisa, apresentam também muitas diferenças entre si. São diferenças que, conforme pudemos observar, estão atreladas aos seus diferentes poderes econômicos. Elisha, estudante da UFGD, tem poder econômico médio-baixo. Ashante, estudante da UNIGRAN, tem poder econômico médio-alto. Embora vivam no mesmo bairro, as duas jovens estão inseridas em diferentes grupos de referência. Assim, não se conhecem, e suas relações com e na cidade são distintas.

As diferenças de poder econômico, como pudemos observar, incidem em esquemas de ações, que conformam *habitus* diferenciados, e que resultam em práticas socioespaciais distintas. Se Elisha e os sujeitos que são parte de seu grupo de referência, tem por hábito pegar carona para a unidade II da UFGD, Ashante, que é proprietária de um automóvel, tem por hábito, ela mesma, dar caronas para os sujeitos de seu grupo de referência até a UNIGRAN, onde estudam. Se Elisha e seu grupo de referência têm por hábito realizar festas caseiras, no contexto da vizinhança, para celebrar o aniversário de alguém, inclusive de animais de estimação, Ashante e seu grupo de referência têm por hábito sair para comemorar aniversários em restaurantes sofisticados, com valores pouco acessíveis para Elisha e os sujeitos que são parte do seu grupo de referência.

As diferenças entre Elisha e Ashante são múltiplas, assim como as semelhanças. Esse paradoxo existencial-identitário entre as duas jovens estudantes migrantes interestaduais, mostra-nos que entre sujeitos jovens, de maneira geral, alguns comportamentos e anseios são comuns (cursar o ensino superior, se divertir com amigos, buscar sair da supervisão parental etc.); todavia, a forma como a juventude é vivida é definida, sobretudo, pela posse de capitais, o capital monetário e o capital social, que possibilitam ou limitam as ações dos sujeitos no tempo-espaço.

REFERÊNCIAS

BÄHRE, E. O retorno da comparação etnográfica: a epistemologia em momentos de mudança política. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, v. 86, p. 98-115, 2018.

BOURDIEU, P. The forms of capital. *In:* RICHARDSON, J. G. (org.). **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education,** New York: Greenwood, 1985.

BRAND, A. J. **O confinamento e seu impacto sobre os Pãi/Kaiowá**. 1993. Dissertação (Mestrado em História Íbero-Americana). PUC/RS, Porto Alegre, 1993.

BRASIL. IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/. Acesso em: 03 set. 2020.

BRASIL. INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Disponível em: www.inep.gov.br/. Acesso em: 03 set. 2020.

CABREIRA, A. C. **Horizontes verticais: meandros do meio técnico-científico-informacional em Dourados-MS**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, Dourados, 2009.

CALIXTO, M. J. M. S.; GOMES, I. R. P. Uma leitura das relações socioespaciais a partir da Região Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul. *In:* SILVA, W. G. da; SILVA, P. F. J da. **Mato Grosso do Sul***:* as múltiplas escalas do desenvolvimento. Campo Grande: Life Editora, 2017.

CORRÊA R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1989.

CREMONESE-ADAMO, C. **Fronteira, mitos e heróis**: a criação e apropriação da figura do Tenente Antônio João Ribeiro no antigo sul de Mato Grosso. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, Dourados, 2010.

DE FREITAS, I. C. M; BRAGA, J. R. M. Os universitários viajantes: suas práticas e sociabilidades. **O público e o privado**, Fortaleza, n. 21, 2013.

DE OLIVEIRA, F. **Brasil**: uma biografia não autorizada. São Pão: Boitempo, 2018.

DOWBOR, L. **A era do capital improdutivo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

DUBAR, C. **La socialisation**. Paris: Armand Colin, 2000.

DURKHEIM, E. **La educación moral**. Buenos Aires: Losada, 1947.

ELIAS, N; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ERNANDES, M. A. **A construção da identidade douradense**: 1920 a 1990. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, Dourados, 2009.

FAD. Faculdade Anhanguera de Dourados. Disponível em: https://www.anhanguera.com/unidade/douradosms/ Acesso em: 02 set. 2020.

FOOTE-WHYTE, W. Treinando a observação participante. *In:* GUIMARÃES, A. Z. (org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1980.

FRY, R; PARKER, K. **Early Benchmarks Show 'Post-Millenials' on Track to be Most Diverse, Best-Educated Generation Yet**. Disponível em: https:// www.pewsocialtrends.org/2018/11/15/early-benchmarks-show-post-millennials-on-track-to-be-most-diverse-best-educated-generation-yet/. Acesso em: 12 mar. 2019.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GOETTERT, J. D. **O espaço e o vento: olhares da migração gaúcha para Mato Grosso**. Dourados - MS: Editora da UFGD, 2008.

GOMES, I. R. P; CALIXTO, M. J. M. S. Da cidade média às cidades pequenas: articulações e relações entre Dourados e o Sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul. *In:* CALIXTO, M. J. M. S; MORENO, B. B; BERNARDELLI, M. L. F. da Hora

(orgs.). **O urbano em Mato Grosso do Sul:** abordagens e leituras. Dourados: Editora UFGD, 2020.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HEMMING, J. **The Search for El Dorado**. Londres: Michael Joseph Publisher, 1978.

JOHANSSON, B; KLAESSON, J; OLSSON, M. Commuters' non-linear response to time distances. **Journal of Geographical Systems**, Berlim, v. 5, n. 3, p. 315-329, 2003.

LAHIRE, B. **Homem plural:** os determinantes da ação. Petrópolis: Vozes, 2002.

LE BRETON, D. **Sinais de identidade**: tatuagens, piercings e outras marcas corporais. Lisboa: Miosótis, 2004.

LEAL, N; AFONSO, N. Verificamos: É falso que orçamento da educação para 2019 é o 'maior na história'. **Piauí**. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019 /06/11/verificamos-orcamento-educacao/ Acesso em: 04 set. 2020.

LIMA, E. L. G; RIBEIRO, A. I. M. **A faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente 1959 – 1976**: Gênese da FCT – UNESP. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

LIMA, M. G. **Espaços de lazer e territórios juvenis em Três Lagoas/MS**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Três Lagoas, 2018.

LIMA, M. G. Panorama das práticas de lazer de estudantes universitários brasileiros no século XXI. *In:* XIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 2019, São Paulo. **Anais do XIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia**. São Paulo: USP, 2019.

LIMA, M. G.; DALPERIO, H. C. Associações Atléticas Acadêmicas e a cultura do lazer universitário. **Revista EIGEDIN**, Naviraí, v. 3, nº1, 2019.

MALTA, E. **Identidades e práticas culturais juvenis:** as repúblicas estudantis de Ouro Preto. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.

MARTINS, J. S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MAY, T**. Pesquisa social**: questões, métodos e processos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2017.

MOFFATT, M. College life: Undergraduate culture and higher education. **The Journal of Higher Education**, Bloomington, v. 62, n. 1, p. 44-61, 1991.

MORENO, B. B. **A Centralidade do ensino superior e o processo de redefinição socioespacial em Dourados-MS**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, Dourados, 2013.

MOTA, J. G. B. **Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá:** diferenças geográficas e as lutas pela des-colonização na Reserva Indígena e nos acampamentos-tekoha - Dourados/MS. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista – UNESP, Presidente Prudente, 2015.

NUBE. Núcleo Brasileiro de Estágios. **Apenas 25% dos jovens recém-formados conseguem emprego em sua área de atuação, diz pesquisa**. São Paulo: NUBE, 2019. Disponível em: https://www.nube.com.br/clipping/2019/02/19/apenas-25-dos-jovens-recem-formados-conseguem-emprego-em-sua-area-de-atuacao-diz-pesquisa. Acesso em: 06 set. 2020.

PÁEZ, A; WHALEN, K. Enjoyment of commute: A comparison of different transportation modes. **Transportation Research Part A: Policy and Practice**, Amsterdã, v. 44, n. 7, p. 537-549, 2010.

PEREIRA, L. M. **Imagens kaiowá do sistema social e seu entorno**. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2004.

PORTES, A. Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. **Sociologia, problemas e práticas**, Lisboa, n. 33, p. 133-158, 2000.

RATZEL, F. **Geografia do Homem**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

SAMPAIO, H. Novas dinâmicas do ensino superior no Brasil: o público e o privado. **Cadernos do GEA**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 8-22, 2015.

SANFORD, N. Developmental status of the entering freshman. *In:* SANFORD, N. (org.), **The American college**: A psychological and social interpretation of the higher learning. Nova York: John Wiley & Sons, 1962.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Edusp, 2002.

SCHALL, M.; KEMENY, A.; MALTZMAN, I. Factors associated with alcohol use in university students. **Journal of Studies on Alcohol**, New Brunswick, v. 53, 122–136, 1992.

SEEMILLER, C; GRACE, M. **Generation Z Goes to College**. San Francisco: Jossey-Bass, 2016.

SETTON, M. G. J. A teoria do habitus em Pierra Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 20, 2002.

SINGER, A. **Lulismo em crise**: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SMETANA, J. G; ASQUITH, P. Adolescents' and parents' conceptions of parental authority and personal autonomy. **Child Development**, Medford, v. 65, p. 1147-1162, 1994.

TURRA NETO, N. **Múltiplas trajetórias juvenis em Guarapuava**: territórios e redes de sociabilidade. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista – UNESP, Presidente Prudente, 2008.

UEMS. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Disponível em: http://www.uems.br/dourados Acesso em: 11 set. 2020.

UFGD. Universidade Federal da Grande Dourados. **Perfil Socioeconômico de Dourados – 2018**. Dourados: UFGD, 2019. Disponível em http://www.dourados.ms.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/Perfil-Socioecon%C3%B4mico-de-Dourados-2.pdf. Acesso em: 02 set. 2020.

UFGD. Universidade Federal da Grande Dourados. Disponível em: https://portal.ufgd.edu.br/ Acesso em: 02 set. 2020.

UNIGRAN. Centro Universitário da Grande Dourados. Disponível em: https://www.unigran.br/dourados/ Acesso em: 02 set. 2020.

VERÃO, F. Dourados tem 25 mil universitários: mais que habitantes de 59 municípios. **Dourados Agora**. Disponível em: https://www.douradosagora.com.br/noticias/cidades/dourados-tem-mais-de-25-mil-universitarios-mais-que-habitantes-de-59-municipios Acesso em: 04 set. 2020.

WEIDMAN, J. C. Undergraduate socialization: a conceptual approach. *In:* SMART, J. C. (org.). **Higher education**: handbook of theory and research. New York: Agathon Press, 1989.

WEIDMAN, J. C.; DEANGELO, L.; BETHEA, K. A. Understanding student identity from a socialization perspective. **New Directions for Higher Education**, Bloomington, v. 2014, n. 166, p. 43-51, 2014.

WISEMAN, R. L; GONZALES, S. M; SALYER, K. A cross-cultural analysis of students' sense of community, degree of involvement, and educational benefits. **Intercultural Communication Studies**, Kent, v. 13, p. 173-189, 2004.

REDES SOCIAIS E REDES MIGRATÓRIAS: CONTRIBUIÇÕES AO ESTUDO DAS MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS[51]

Alex Dias de Jesus

INTRODUÇÃO

Neste capítulo, analisaremos a importância dos conceitos de redes sociais e redes migratórias para o entendimento das migrações contemporâneas. A noção de rede, de uso comum no cotidiano das pessoas, passou ao *status* de conceito para explicar diversos tipos de conexões. Nos estudos migratórios, embora algumas ideias de redes estivessem presentes nas primeiras pesquisas sobre o tema (sobretudo a partir da segunda metade do século XIX), apenas a partir da década de 1970 elas se constituíram em uma ferramenta teórica e metodológica para explicar a continuidade das migrações e a seletividade no seu interior.

As redes sociais, estabelecidas por meio dos vínculos entre os sujeitos que as compõem, podem se transformar em redes migratórias, quando o seu capital social[52] é convertido em recursos direcionados ao ato de migrar. Observaremos como as relações de parentesco, amizade e conterraneidade são utilizadas para a manutenção das migrações ao longo do tempo e do espaço. Por outro lado, atentamos para o fato de que novas relações e novas redes são criadas, a partir da migração.

Em determinados contextos migratórios, a frequência e a densidade dos laços no interior das redes são tão grandes que os vínculos são mantidos transnacionalmente ao longo do tempo. A existência de fluxos materiais e imateriais entre os sujeitos migrantes e não migrantes, sejam eles familiares, amigos ou conterrâneos, entre os lugares de

[51] Este trabalho é resultado da pesquisa de doutorado do autor, intitulada "Redes da Migração Haitiana no Mato Grosso do Sul", realizada entre 2016 e 2020, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados. A versão final da tese encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/3901.

[52] O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de interreconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis (BOURDIEU, 2003, p. 67).

origem, de trânsito e de destino[53], pode contribuir para a formação de espaços transnacionais, de modo que as marcas da migração podem ser visualizadas nas casas e nas comunidades de onde saíram ou para onde se destinaram os migrantes.

Nosso objetivo principal é demonstrar que os conceitos de redes sociais e redes migratórias possuem capacidade analítica para explicar a continuidade de determinados fluxos migratórios, mesmo quando as condições que os originaram tenham mudado. Para tal intento, recorremos à revisão bibliográfica como metodologia deste estudo, utilizando as contribuições teóricas de geógrafos, historiadores, sociólogos e antropólogos sobre o conceito de redes e seus desdobramentos nos estudos migratórios.

Na primeira seção do texto, apresentamos uma breve revisão das principais teorias dos estudos migratórios, a fim de demonstrar a diversidade dos enfoques analíticos e as variadas possibilidades de interpretação do tema. Na segunda seção, discutimos o papel das redes sociais nas migrações e a formação de redes migratórias em determinados contextos. Por fim, na conclusão, retomamos os argumentos centrais, sustentando que as redes sociais e as redes migratórias são importantes conceitos para entender as migrações contemporâneas.

BREVE REVISÃO DAS PRINCIPAIS TEORIAS DOS ESTUDOS MIGRATÓRIOS

Castles e Miller (2004) afirmam que, nas últimas décadas, entramos na "era das migrações" diante do aumento do número de migrantes ao redor do mundo, mas também frente à diversificação e complexificação do fenômeno. De fato, as informações da Organização Internacional para as Migrações (OIM), no ano de 2019, estimam em quase 272 milhões o número de migrantes internacionais, representando 3,5% da população mundial. Embora a porcentagem seja pequena, ela revela que as migrações internacionais seguem em ritmo crescente se avaliarmos que, há vinte anos, no ano 2000, portanto, o número era estimado em 173 milhões, correspondendo a aproximadamente 2,8% da população mundial (OIM, 2019).

[53] Atentamos que temos ciência da problemática que envolve o uso dos termos "origem" e "destino", sobretudo porque em contextos migratórios ambos podem – e têm – transitado de um para outro ponto, na medida em que um pretenso "lugar de origem" poderá ter sido, em outro momento, "lugar de destino" (como a América para as migrações forçadas de negras e negros escravizados entre os séculos XVI e XIX), e, por outro lado, um "lugar de destino" atual pode, em momento adiante, tornar-se novo "lugar de origem". Por isso, a perspectiva de "lugar de trânsito", em seu sentido amplo, é aqui bastante oportuna.

Além dos números, as migrações internacionais se tornaram mais midiatizadas e politizadas, o que deu maior projeção ao fenômeno. A diversificação das formas de expulsão que provocam deslocamentos forçados, a multiplicação de rotas ou corredores migratórios, o incremento das migrações Sul-Sul, a feminização, a intensificação dos vínculos transnacionais, as novas políticas migratórias e a sofisticação das estratégias de mobilidade, são algumas tendências que apontam a complexidade envolvida no processo.

Frente a um quadro amplo, um conjunto de abordagens teóricas se desenvolveu e incorporou, ao longo do tempo, contribuições de várias áreas do conhecimento. Desde "As leis da migração" de Ravenstein (1885), considerado pioneiro nos estudos migratórios, até as mais recentes pesquisas, foram necessários conhecimentos multidisciplinares e variadas técnicas de investigação. Atualmente, é cada vez mais necessária a busca por uma perspectiva de análise baseada na diversidade e complementariedade de enfoques (DURAND; MASSEY, 2009).

Durante muito tempo, a explicação dicotômica baseada nos fatores de atração e repulsão da teoria neoclássica foi predominante nos estudos de migração. Nesses estudos, a migração internacional, e também a migração interna, estaria baseada nas disparidades regionais entre a demanda e a oferta de trabalho e seus desdobramentos nos níveis salariais. Os trabalhadores dos países com maior oferta de mão de obra se deslocariam para países onde a demanda laboral e, consequentemente, o nível salarial seria maior. Em direção oposta, o capital se deslocaria para países ou regiões onde a oferta de capitais seria menor, o que lhe garantiria maiores ganhos e atrairia fluxos de mão de obra qualificada. Dessa forma, a probabilidade de maiores ingressos de recursos no destino, baseada na relação de custo-benefício, seria a detonadora das migrações (DURAND; MASSEY, 2009; CAVALCANTI *et al*, 2017).

Como um desdobramento da chamada teoria neoclássica, e contrapondo alguns dos seus fundamentos, a teoria da nova economia das migrações também centra sua análise na escolha racional, mas não individual, e sim coletiva. Nessa abordagem, as migrações se baseiam em possibilidades de maiores ganhos, mas também na diminuição dos riscos econômicos. Argumenta-se que, além do indivíduo, as famílias, nucleares ou extensas, também participam das decisões em torno dos projetos migratórios. A migração de um, ou vários membros do grupo familiar, passa a ser vista como uma

forma de diversificação de ingressos financeiros e diminuição da vulnerabilidade econômica. Além disso, pode contribuir como mecanismo de melhoria do *status* social na hierarquia local. Durand e Massey (2009) argumentam que, em muitos países pobres, a ausência de programas de assistência e seguridade social faz com que as migrações desempenhem papel fundamental na diminuição dos riscos nos momentos de necessidade, como o desemprego ou a velhice de um ou mais membros da família.

Na segunda metade do século XX surgiram outras teorias nos estudos migratórios, de caráter histórico-estruturais, tendo como ponto de partida a análise do desenvolvimento desigual do capitalismo em escala global. Enquanto as teorias anteriores puseram em destaque a tomada de decisão em escala microestrutural, a teoria do duplo mercado de trabalho, ou mercado segmentado, desenvolveu-se como um modelo macroeconômico. Nessa abordagem, a origem das migrações internacionais está na necessidade de trabalhadores para suprir a demanda de postos de trabalho de baixa qualificação nos países ricos. Enquanto os nacionais ocupam os postos de trabalho mais bem remunerados e de alta qualificação, os empregos mais precários são destinados aos migrantes, em um "mercado de trabalho feito para migrantes", na expressão de Sayad (1998). Essa perspectiva sustenta que "a migração internacional é causada pela permanente demanda por trabalho imigrante, uma crônica necessidade de trabalhadores estrangeiros, que é inerente à estrutura econômica dos países desenvolvidos" (LUSSI, 2016, p. 86).

No âmbito da perspectiva histórico-estrutural e baseado na teoria marxista do trabalho, está o conhecido estudo "Mobilidade do trabalho e acumulação do capital" (GAUDEMAR, 1977). Para esse autor, as migrações são vistas como mobilidade da força de trabalho e os trabalhadores como peças indispensáveis à acumulação do capital. Despossuídos, os migrantes são vistos como trabalhadores que se deslocam forçadamente no jogo de forças do capital e a liberdade de deslocamento se transforma em submissão. "Os homens não passam de instrumentos, e a força de trabalho não é mais do que um '*continuum móbile'*. O trabalhador move-se apenas a serviço da máquina e do capital que a possui" (GAUDEMAR, 1997, p. 35).

A teoria do sistema mundo, relacionada com a teoria da dependência[54], afirma que as migrações são produto da relação colonial de dominação e expansão do modo de produção capitalista nos países periféricos e semiperiféricos que, ao transformar as formas de produção, provoca expropriações e substituição das formas tradicionais de emprego e, consequentemente, mão de obra disponível para a migração. Como argumentava a perspectiva neoclássica, as migrações emergem das desigualdades estruturais, mas, para a teoria do sistema mundo, elas reforçam as desigualdades ao invés de reduzi-las. Se entre os séculos XVI e XIX os processos de incorporação de novas áreas ao capitalismo mundial se davam por meio da colonização, atualmente se favorecem pelos regimes neocoloniais e pelas estratégias das empresas multinacionais (ARANGO, 2003). Como consequência desses processos, segundo a teoria do sistema mundo, as migrações internacionais são mais prováveis entre ex-colônias e metrópoles e, atualmente, entre países que mantêm relações comerciais assimétricas.

A teoria da causação acumulada, ou causação circular cumulativa, parte da ideia de que as migrações transformam a realidade de forma que estimulam migrações subsequentes através de uma série de processos socioeconômicos. De acordo com Cavalcanti *et al* (2017), a ideia original foi proposta inicialmente por Myrdal (1957), mas foi retomada e ampliada por Massey (1990) para analisar uma série de mecanismos responsáveis pela autoperpetuação das migrações. A causalidade é cumulativa no sentido de que cada ato migratório altera o contexto social dentro do qual está inserido e estimula novas migrações por meio dos mecanismos de retorno contextual. A expansão das redes entre migrantes e não migrantes talvez seja o mais importante mecanismo de autoperpetuação de um fluxo migratório, e, por isso, será discutido de maneira mais detalhada, posteriormente, neste trabalho. Um exemplo são as remessas que podem provocar o sentimento de privação relativa nas comunidades de origem e aumentar o desejo de outras pessoas migrarem na expectativa de obterem ganhos semelhantes. Em algumas sociedades, morar no exterior está diretamente relacionado com elevação do *status* social, se desenvolvendo uma cultura de migração que acaba operando como mais um mecanismo de estímulo à partida.

[54] A teoria da dependência foi uma formulação teórica proposta por intelectuais latino-americanos como uma crítica à forma de reprodução do capitalismo na América Latina. Durand e Massey (2009) ressaltam que, inicialmente, nem os teóricos do sistema mundo nem os da teoria da dependência se interessaram muito pelas migrações internacionais. Entre as décadas de 1960 e 1970, a atenção estava mais voltada para a intensa migração campo-cidade. Apenas depois das recessões econômicas de meados da década de 1970, eles começaram a entender que as migrações internacionais não constituíam um fenômeno temporário e que podiam se relacionar com as mudanças estruturais que acompanhavam a inserção de uma economia nacional ao mercado global.

> Se a experiência migratória for fortemente associada à noção de sucesso, a migração pode dar origem a uma "cultura de migração" nas sociedades de origem, na qual a migração se torna a norma e permanecer em casa está associado ao fracasso, fato amplamente estudado no contexto da migração haitiana. (CAVALCANTI *et al*, 2017, p. 25).

Além desses exemplos, Durand e Massey (2009) apontam outras modalidades nas quais as migrações se veem afetadas dentro dessa causalidade cumulativa, como a distribuição da terra nos lugares de origem, o sentido social do trabalho realizado pelos migrantes e a distribuição desigual do capital humano.

Uma abordagem de amplitude na transição do século XX para o XXI foi o transnacionalismo. Embora o conceito não esteja restrito às migrações, foi apropriado pelos estudos migratórios frente à intensificação da circulação de pessoas, objetos, recursos e informações para além das fronteiras nacionais. As rápidas mudanças nas tecnologias de comunicação tornaram mais fáceis a manutenção dos vínculos entre os vários polos da mobilidade internacional, contribuindo para que os migrantes não abandonem completamente os lugares de origem e construam práticas imbricadas em mais de uma sociedade nacional.

Em síntese, as abordagens não são necessariamente excludentes e mais de uma teoria pode ser utilizada para analisar um mesmo processo. Cada perspectiva pode ter maior relevância na análise de um fluxo e sua continuidade, a depender das circunstâncias históricas, políticas e geográficas locais (DURAND; MASSEY, 2009). Apesar disso, Arango (2003) afirma que as abordagens teóricas surgidas no último quartel do século XX têm contribuído para uma melhor compreensão das causas das migrações e, sobretudo, dos seus mecanismos de autoperpetuação.

Um elemento sumamente importante diante das migrações internacionais contemporâneas e que não foi abordado com protagonismo pelas teorias anteriormente mostradas é o Estado e o seu papel regulador com as políticas migratórias. Tanto Arango (2003) quanto Durand e Massey (2009) argumentam que, atualmente, as políticas migratórias têm exercido um papel relevante na redefinição das migrações e, embora não sejam capazes de impedir completamente a mobilidade humana, influenciam no tamanho, na composição e na orientação dos fluxos.

Entretanto, frente à intensificação dos deslocamentos internacionais de pessoas e das respostas dos Estados, geralmente com políticas migratórias restritivas, alguns pesquisadores têm elaborado importantes reflexões sobre o tema na atualidade. Por exemplo, Papadopoulus, Stephenson e Tsianos (2008) dedicam parte do seu livro ao regime contemporâneo de controle da migração através das lentes da política migratória na Europa; Magliano e Clavijo (2011) analisam a securitização das migrações na agenda política sul-americana; Domenech (2013) apresenta criticamente as mudanças na política migratória da Argentina, no que ele denomina de "controle com rosto humano"; Mezzadra (2015) propõe o conceito de "lutas de fronteiras" para pensar os controles e as práticas de mobilidade; Dias (2017) aborda a governabilidade das migrações à luz dos conceitos de contrabando e tráfico de migrantes na Áustria; e, Muriel e Velasco (2019) discutem as novas lógicas de controle migratório no Equador, apenas para citar alguns.

Por fim, vale a pena ressaltar que essas teorias foram elaboradas em contextos muito diferentes, principalmente ao longo do século XX. Em síntese, elas se preocuparam em trazer explicações dos motivos que originam as migrações. A seguir, analisaremos as perspectivas teóricas das redes sociais e das redes migratórias como contribuição ao entendimento da continuidade das migrações no tempo e no espaço.

REDES SOCIAIS E REDES MIGRATÓRIAS: MECANISMOS DE PERPETUAÇÃO DAS MIGRAÇÕES

Mais do que entender as causas originárias de um fluxo migratório, algumas teorias se esforçam em desvendar a continuidade do processo. Ou seja, em entender por que as migrações permanecem ao longo do tempo e quais os mecanismos utilizados para isso. Nesse sentido, a análise das redes migratórias se consolidou como uma ferramenta analítica para o estudo da manutenção de determinados fluxos. Nessa abordagem, os migrantes aparecem envoltos à teia complexa de suas relações sociais, entre fatores macro e microestruturais. As redes seriam estruturas analíticas situadas no nível intermediário da observação, ou seja, entre o macro e o micro. Porém, mesmo *estruturadas* e *estruturantes*, podem ser mediadas por relações de desvio, ocasos e imprevistos, e por processos de subjetivação, identificação e diferença, por exemplo.

A teoria das redes migratórias, juntamente com outras perspectivas analíticas, ganhou força a partir dos anos 1980 no marco de revisão e questionamento das teorias macroestruturais. Essa abordagem passou a considerar as migrações enquanto processos evolutivos e dinâmicos e promoveu uma aproximação entre as análises macro e microestruturais. Os migrantes deixaram de ser considerados sujeitos inertes submetidos a forças estruturais e passaram a ser vistos como sujeitos ativos capazes de formular estratégias de sobrevivência e readaptação em momentos de mudanças macroestruturais (ABAD, 2002).

De acordo com Cavalcanti *et al* (2017), as redes estão presentes nas pesquisas iniciais de migração como no conhecido estudo "*The Polish Peasant in Europe and America*" de Thomas e Znaniecki (1918-1920); mas os estudos pioneiros que utilizaram as redes de forma explícita para a análise das migrações são os trabalhos de Granoveter (1973) e Grieco (1987), que identificaram a importância das relações interpessoais no acesso às oportunidades de emprego no país de destino.

A análise das redes está vinculada aos processos de continuidade dos fluxos ou aos mecanismos de autoperpetuação, quando as causas originais podem até perder força ou desaparecer, mas os laços sociais entre migrantes e não migrantes estimulam novas migrações. Segundo Massey *et al* (2008), embora fatores como a diferença salarial, a diversificação dos riscos e as melhores oportunidades de trabalho possam continuar influenciando novos deslocamentos de pessoas, o processo de ampliação das redes tem grande efeito na expansão e continuidade da migração.

Mas há que se diferenciar redes sociais de redes migratórias. Segundo Fusco e Rezende (2017), as redes sociais são o conjunto de interações sociais cotidianas, efetivas e latentes, estabelecidas pelos atores sociais (indivíduos ou organizações). Todo indivíduo, migrante ou não, está inserido em uma rede social por meio das interações que efetiva. Há redes sociais em contextos de migração que não são redes migratórias, como, por exemplo, a relação de vizinhança entre migrantes no local de destino, ou as interações entre membros de uma comunidade religiosa, ou um time de futebol formado por migrantes. Já a rede migratória é um tipo de rede social adaptada a um fim específico: a ação de migrar (SOARES, 2017).

As redes migratórias são conjuntos de laços interpessoais que conectam os migrantes atuais com migrantes anteriores e não migrantes nas áreas de origem e destino através dos laços de parentesco, de amizade ou vizinhança. Essas redes

aumentam a possibilidade de novas migrações ao diminuir os custos e os riscos do deslocamento e podem ser utilizadas para alcançar os benefícios econômicos da migração. Os laços interpessoais no interior da rede constituem uma forma de capital social a que as pessoas podem recorrer nos seus processos de adaptação nas sociedades de destino (MASSEY *et al*, 2008). Também para esses autores, depois da migração e do estabelecimento de um grupo pioneiro em determinada sociedade de destino, maiores são as possibilidades de migração daqueles que estão a eles vinculados na origem, sejam familiares, amigos, ou vizinhos. Consequentemente, a expansão da rede reduz os custos e os riscos dos novos deslocamentos, e a rede migratória passa a impactar parcelas mais amplas das sociedades emissoras.

Em tese, quanto mais pessoas de determinado local migrarem, maiores serão as chances de novos deslocamentos envolvendo pessoas do interior da rede, podendo contribuir para a autoperpetuação de determinado fluxo. A extensão da rede migratória pode chegar ao ponto de que quase todos os membros de uma comunidade tenham conexão direta com alguém com experiência migratória no exterior.

Nessa perspectiva, gradativamente, os custos e os riscos da migração vão diminuindo, pois a ampliação da rede oferece suporte, e migrar se torna cada vez mais fácil. Um exemplo são os processos de reunião familiar, em que um membro da família migra e depois possibilita a migração de outro, geralmente cônjuges, filhos ou irmãos.

> Os primeiros emigrantes que partiram em busca de um novo destino não tinham laços sociais aos quais vincular-se, e por isso a migração era muito custosa, especialmente se isso significasse entrar em outro país sem documentação. Uma vez que o primeiro emigrante parte, sem dúvida, o custo potencial da migração se reduz substancialmente para os amigos e parentes que partem depois dele. Por causa das estruturas de parentesco e amizade, cada novo emigrante cria um grupo de pessoas unidas por laços sociais na área de destino. Os migrantes se veem inevitavelmente unidos aos não migrantes, e estes aproveitam as obrigações implícitas nas relações de parentesco ou amizade para acessar um trabalho e ajuda no ponto de destino. (MASSEY *et al*, 2008, p. 35, tradução nossa)[55].

55 *Los primeros emigrantes que partieron en busca de un nuevo destino no tenían lazos sociales a los que aferrarse, y para ello la emigración era muy costosa, especialmente si ello suponía la entrada en otro país sin documentación. Una vez que el primer emigrante parte, sin embargo, el coste potencial de la migración se reduce sustancialmente para los amigos y parientes que parten tras él. A causa de las estructuras del parentesco y la amistad, cada nuevo emigrante crea un grupo de personas unidas por lazos sociales en el área de destino. Los migrantes se ven inevitablemente unidos a los no migrantes, y éstos aprovechan las obligaciones implícitas en las relaciones de parentesco o amistad para acceder a un empleo y para asistirse en el punto de destino.*

Antes da formação das redes migratórias, os destinos específicos – a cidade ou o bairro - podem não estar determinados, as oportunidades de inserção laboral e social são mais remotas e pouco se sabe a respeito do lugar de destino. Após as inter-relações em rede, a grande maioria dos que migram sabem aonde vão e, mais ou menos, o que irão encontrar. Em contextos de comunicação instantânea, as informações são dotadas de detalhes cada vez mais precisos, variando conforme a densidade dos laços entre os sujeitos.

A partir dessa interpretação, muitos estudos sobre redes migratórias foram desenvolvidos, mas destacando quase sempre o caráter positivo das relações sociais entre migrantes no destino e potenciais migrantes na origem. Pedone (2010), porém, alerta para o fato de que no interior das redes há diversificadas relações sociais que nem sempre são marcadas pela solidariedade. Certas relações se verticalizam e as informações podem ser convertidas em valor econômico nas mãos daqueles que possuem mais poder dentro da rede. Por exemplo, migrantes estabelecidos podem cobrar para emitir cartas-convite para conterrâneos ou empregar familiares em seus negócios, pagando salários mais baixos.

Pedone (2010), preocupada com as diferentes formas e intensidades de transmissão de informações e recursos entre migrantes na origem e no destino, diferencia redes de cadeias migratórias. Para a autora, a cadeia migratória se refere à transferência de informações e apoios materiais que familiares, amigos ou vizinhos oferecem aos potenciais migrantes para decidir ou concretizar uma viagem. "As cadeias facilitam o processo de saída e chegada, podem financiar em parte a viagem, gerenciar documentação ou emprego e conseguir abrigo" (PEDONE, 2010, p. 107, tradução nossa)[56]. Entretanto, são mais restritas e se estruturam com base em laços sociais fortes, principalmente no interior da família. As cadeias estão inseridas em estruturas maiores: as redes migratórias. Estas seriam estruturas sociais que transcendem os limites geográficos específicos dos migrantes e tem um caráter eminentemente transnacional, incorporando todas as pessoas e instituições envolvidas em determinado processo migratório, como empregadores, ONG`s e instituições religiosas, por exemplo.

[56] *Las cadenas facilitan el proceso de salida y llegada, pueden financiar en parte el viaje, gestionar documentación o empleo y conseguir vivienda.*

Embora utilizando outros termos, Durand e Massey (2009) também sinalizam o papel das organizações sociais de apoio aos migrantes como elementos integrantes das redes. O surgimento de organizações humanitárias que prestam serviços de assessoria jurídica, apoio psicossocial, abrigo, dentre outras, passam, com o tempo, a ser bem conhecidas pelos migrantes e a funcionar como um novo suporte a que recorrem sempre que necessitam.

As redes sociais mais importantes fundam-se em relações entre familiares, amigos e conterrâneos. Essas relações não são criadas pelo processo migratório, mas são adaptadas por ele e, no decorrer do tempo, são reforçadas pela experiência comum da migração. Com isso, o conteúdo das relações sociais se redefine dentro de um contexto migratório. Assim, a migração internacional é um processo social, organizado pelas redes construídas com base nas relações interpessoais cotidianas que caracterizam os grupos humanos (MASSEY *et al*, 1991).

Para Massey *et al* (1991), as relações de parentesco, amizade e conterraneidade se entrelaçam em uma rede social que proporciona aos migrantes um valioso recurso de adaptação a um ambiente estranho. Ao migrar, é normal que alguém recorra aos vínculos mais próximos para compartilhar as dificuldades da vida no novo destino, e aqueles que permanecem também recorrem aos mesmos laços para mitigar a solidão de ter um familiar distante. Porém, a intensidade dos laços varia de acordo com a proximidade dos sujeitos envolvidos.

No interior das redes, os vínculos mais seguros se dão entre os familiares. Embora existam exceções, as relações mais fortes ocorrem no meio da família nuclear, entre pais e filhos, ou entre irmãos. Inclusive, o compartilhamento de experiências no âmbito das migrações pode fortalecer laços que antes eram mais fracos. A ajuda de um migrante para que um irmão também migre pode estar inserida no conjunto de estratégias familiares de suporte financeiro aos pais idosos, ou na diversificação das fontes de recursos e, consequentemente, menor vulnerabilidade.

> Frente a muitos pedidos de ajuda de parentes e amigos, enquanto estão fora, os migrantes naturalmente mostram preferência pelo vínculo fraternal. Entre os irmãos existe um contínuo intercâmbio de favores e ajuda que não podem ser medidos apenas em termos de dinheiro. (MASSEY *et al*, 1991, p. 172, tradução nossa)[57].

[57] *Frente a muchas peticiones de ayuda de parientes y amigos, mientras están fuera, los migrantes muestran naturalmente una preferencia por el vínculo fraternal. Entre los hermanos existe un continuo intercambio de favores y ayuda que no puede medirse sólo en términos de dinero.*

Depois da família, os laços mais estreitos ocorrem nas relações de amizade. Pessoas da mesma idade, que compartilharam experiências no mesmo bairro, na mesma escola, na igreja ou outros grupos, geralmente têm suas relações de amizade fortalecidas quando compartilham experiências migratórias, seja na viagem ou na adaptação posterior. As relações podem se estender a círculos mais amplos, envolver migrantes de outros grupos que estejam em situações de vida parecidas, e até permanecer quando a migração de um ou de todos os amigos acabar e o retorno acontecer. Ajudas para conseguir estadia, empréstimo de dinheiro e trocas de informações sobre oportunidades de trabalho são frequentes nas relações entre amigos.

> Muitas amizades importantes se formaram com migrantes de outras comunidades ao compartilhar experiências no trabalho, na vida diária ou no jogo (...) dessa maneira, as relações interpessoais dentro das redes migratórias se estendem e ampliam além dos limites do parentesco. Os laços entre parentes não perdem seu significado nem importância, simplesmente se enriquecem com uma relação nova e diferente que amplia o alcance dos recursos sociais da migração. (MASSEY *et al*, 1991, p. 173, tradução nossa)[58].

Além da família e dos amigos, os conterrâneos geralmente são acionados em alguns contextos e passam a integrar determinadas redes. A conterraneidade não é necessariamente um elemento de integração social significativo para as pessoas que nunca migraram, mas adquire importância entre aqueles que se encontram distantes do lugar de origem. Quanto mais estranho for o meio em que estiverem, maior tende a ser a densidade dos laços entre conterrâneos. Essas relações podem abarcar pessoas do mesmo povoado e se estender até escalas maiores como o país. Em um meio desconhecido, o compartilhamento de costumes comuns pode ser um relevante fator de unidade. As festas populares que celebram datas importantes no país de origem, quando reproduzidas ou adaptadas no destino, funcionam como importantes momentos de encontro, que servem para fortalecer os laços antigos e criar novos, especialmente para migrantes recém-chegados.

Em contextos migratórios, na ausência de pessoas mais próximas, é comum que a conterraneidade seja acionada como recurso para facilitar a migração e para diminuir

---

[58] *Muchas amistades se han formado con migrantes de otras comunidades al compartir experiencias en el trabajo, en la vida diaria o en el juego (...) de esta manera, las relaciones interpersonales dentro del sistema migratorio se extienden y amplían más allá de los límites del parentesco. Los lazos entre parientes no pierden su significado o importancia, simplemente se enriquecen con una relación nueva y diferente que amplía el rango de los recursos sociales de la migración.*

os custos, materiais ou não, de um novo começo. Frente a um desamparo, pode acontecer que as noções de família e comunidade sejam flexíveis, e as pessoas consideradas familiares podem não ter vínculo consanguíneo enquanto outras podem deixar de ser, mesmo que o sangue tenha a mesma origem. Nesse sentido, o que antes da migração era considerado *de fora*, pode passar a ser *de dentro*, da noção ampliada de família.

Em muitas ocasiões, as redes de migrantes não chegam a formar redes migratórias propriamente ditas, mas cumprem importantes papéis nos processos de adaptação e estabelecimento dos migrantes nos lugares de destino. Às vezes, organizações como associações, times de futebol ou grupos musicais não desenvolvem funções diretas de atração de novos migrantes, mas exercem papel agregador e fomentam a solidariedade entre os seus membros.

Abad (2002) explica que as relações no interior das redes começam a influenciar as migrações ainda nas sociedades de origem, no interior das famílias, ao mediar decisões individuais e coletivas sobre a promoção das migrações, influenciando a seletividade dos que migram e a direção dos fluxos. Além disso, as redes atuam em outros mecanismos que contribuem para a expansão delas e a autoperpetuação das migrações.

Uma das funções mais importantes e, talvez por isso, a mais estudada no âmbito das redes migratórias, é o papel de mediação entre o núcleo familiar, de amigos ou conterrâneos, e as instituições públicas, privadas ou filantrópicas. As redes servem como meios de facilitação da inserção laboral e social e podem amortizar os impactos da chegada em uma nova sociedade. Além de contribuir na busca de um emprego, de oferecer estadia temporária ou definitiva, elas podem propiciar suporte psicológico e amenizar o sofrimento provocado pela saudade ou solidão, por exemplo.

As redes são importantes canais de transmissão de informação. As informações se configuram como um potente mecanismo de manutenção dos laços à distância. Quanto mais próximos são os membros de uma rede e mais densos são os laços entre si, maior tende a ser a confidencialidade das mensagens. Se antes as cartas, as visitas dos conterrâneos e a migração de retorno eram os principais meios de obter informação entre origem e destino, atualmente, os meios de comunicação virtual se encarregam dessa tarefa. No interior das famílias que convivem com a distância, os laços de cuidado ganharam um grande suporte com as facilidades da comunicação.

Atuam, também, através do efeito multiplicador das migrações. As informações e os suportes materiais propiciados por aqueles que migraram anteriormente podem exercer um "efeito de chamada" para os potenciais migrantes. As boas experiências relatadas, as fotos de momentos de lazer compartilhadas nas redes sociais virtuais, e a oferta de ajuda no destino, estimulam outras pessoas a seguirem o mesmo caminho. Cada novo migrante amplia a possibilidade de migração dos que permaneceram, contribuindo na manutenção das relações entre origem e destino. Além das informações, o envio de remessas é uma estratégia de continuidade dos vínculos familiares ou comunitários.

Nas migrações internacionais contemporâneas, as experiências de famílias transnacionais têm sido cada vez mais frequentes e a migração de um dos seus membros não significa ruptura, mas redefinição dos papéis familiares. Exemplos bastante elucidativos de permanência dos vínculos entre origem e destino feita por meio das redes familiares são as construções das "casas diáspora" analisadas por Joseph (2015) e a manutenção de obrigações religiosas do Vodu analisadas por Dalmaso (2018), ambos no Haiti.

As redes podem ainda provocar a transformação do padrão migratório ao longo do tempo. Com a expansão das redes, os novos deslocamentos podem ocorrer independentemente dos motivos que originaram os primeiros. Consequentemente, o padrão migratório se vê alterado porque as características daqueles que migram são outras. Por exemplo, um fluxo formado majoritariamente por mulheres nos anos iniciais pode gerar um fluxo predominantemente masculino nos anos posteriores a partir dos processos de reunião familiar.

Pelo que expusemos até o momento, fica claro que as informações são fundamentais na estruturação e dinâmica das redes migratórias. Em síntese, não há redes sem fluxos e não há redes migratórias sem informações. Entretanto, as formas e graus de disseminação das informações podem variar muito, dependendo do contexto, e, embora sejam mais frequentes nas relações familiares e de vizinhança, não se restringem a elas. Não é a distância o fator preponderante nesse processo, e sim a densidade das relações sociais. Isso significa que as informações que são repassadas em

um povoado podem variar de vizinho para vizinho e o mesmo pode acontecer no interior de uma família.

> A informação não é, portanto, a mesma para todos os vizinhos ou conterrâneos do povoado, nem necessariamente se transmite de vizinho a vizinho, porque os canais através dos quais passa são as relações sociais fortes que prescindem da distância bem como da frequência dos contatos. Em conclusão, a informação não se difunde por epidemia (...) Em resumo: na mesma comunidade de procedência, sobre a base da concreta articulação das redes de relações dos indivíduos, existe o que tem informação e o que se encontra desprovida dela; o que tem certas informações e o que tem outras. (RAMELLA, 1995, p. 20, tradução nossa)[59].

Importa muito mais a confiabilidade das informações; por isso são mais valorizadas as transmitidas por familiares e amigos do que aquelas das propagandas de empresas e governos. Todavia, a inserção de um sujeito no interior de uma rede migratória, apesar do possível suporte adquirido, não garante o sucesso do projeto migratório. Isso porque a densidade das relações varia de acordo com os sujeitos e as circunstâncias envolvidas. Nos termos propostos por Granovetter (1973), as relações interpessoais variam entre laços fracos e laços fortes.

Embora Granovetter (1973) tenha destacado a importância dos laços fracos na inter-relação entre os níveis micro e macroestruturais, bem como nos processos de difusão, mobilidade social, organização política e coesão social, o compartilhamento das atividades mais íntimas envolve laços mais fortes, geralmente tecidos em grupos primários.

Como mencionamos, as redes oferecem suporte e tem se mostrado um importante mecanismo de expansão de determinados fluxos migratórios, mas, em alguns casos, não são capazes de garantir adaptação e inserção social a todos os migrantes. Além disso, há elementos que dificultam a ascensão e inserção social dos migrantes perpetuados no interior das redes, como observa Abad.

---

[59] *La información no es, por tanto, la misma para todos los vecinos o coterráneos del pueblo, ni necesariamente se transmite de vecino a vecino, porque los canales a través de los cuales pasa son las relaciones sociales fuertes que prescinden de la distancia y por ende de la frecuencia de los contactos. En conclusión, la información no se difunde por epidemia (...) En resumidas cuentas: en la misma comunidad de procedencia, sobre la base de la concreta articulación de las redes de relaciones de los individuos, existe el que tiene información y el que se encuentra desprovida de ella; el que tiene ciertas informaciones y el que tiene otras.*

> Alguns pesquisadores não fazem uma leitura tão otimista do papel desenvolvido pelas redes migratórias e identificam efeitos não tão benéficos das mesmas. Podemos identificar, por exemplo, como as redes podem favorecer uma situação de exploração ou transmissão, ao lugar de destino, da hierarquia social imperante no lugar de origem. As redes podem gerar também uma desaceleração da integração e assimilação das novas estruturas no destino, ao se prolongar as relações e as estruturas de origem, podendo produzir inclusive um efeito de isolamento e segregação dos imigrantes no destino, cujo mais claro exemplo é a alta porcentagem de endogamia. (ABAD, 2003, p. 348, tradução nossa)[60].

Jon Goss e Bruce Lindquist (1995), ao analisar o contexto de recrutamento de trabalhadores filipinos por empresas internacionais, argumentam que as instituições para migrantes, como as agências, são um complemento estrutural das redes e afirmam que os laços interpessoais não são o único meio de perpetuar as migrações. Para eles, "agrupamentos sociais coerentes, permanentes ou temporários, podem atuar como 'nós' ou relações sociais agrupadas dentro de redes sociais" (p. 329, tradução nossa)[61]. Entretanto, mesmo indicando a importância dos vínculos familiares e comunitários para a migração, os autores apresentam ressalvas.

Segundo esses autores, a ênfase dada às relações de vizinhança desse ver relativizada, pois, em contextos de grande conectividade, as redes podem incluir pessoas com contatos indiretos a longas distâncias. Também apontam que as políticas migratórias atuam como controles e impedem a migração via extensão indefinida da rede, argumentando, ainda, que as oportunidades para migrar não necessariamente equalizam o acesso ao longo do tempo, pois, à medida que as redes se expandem, podem se tornar mais seletivas e competitivas.

Apesar das ressalvas feitas por Abad (2003) e Jon Goss e Bruce Lindquist (1995), a análise das redes sociais e das redes migratórias continua funcionando como alternativa para a compreensão dos fluxos migratórios contemporâneos, sobretudo nos atuais contextos de intensificação das migrações e, consequentemente, das medidas restritivas à mobilidade. Frente a esse quadro, as redes sociais, sustentadas nos laços de

---

[60] *Algunos investigadores no hacen una lectura tan optimista del papel desarrollado por las cadenas migratorias y señalan efectos no tan beneficiosos de las mismas. Podemos señalar, a modo de ejemplo, cómo las redes pueden favorecer una situación de explotación o transmisión, al lugar de destino, de la jerarquía social imperante en el lugar de origen. Las redes pueden generar también una ralentización de la integración y asimilación de las nuevas estructuras en el destino, al prolongarse las relaciones y las estructuras del origen, pudiendo producir incluso un efecto de aislamiento o segregación de los inmigrantes en el destino, cuyo más claro ejemplo es el alto porcentaje de endogamia.*

[61] *Coherent social groupings, whether permanent or temporary, may act as "nodes" or clustered social relationships within intersecting social networks.*

parentesco, amizade e conterraneidade, assumem grande importância como canais de circulação de recursos, materiais ou imateriais, bastante necessários na experiência migratória interna ou internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos inicialmente uma breve revisão das principais teorias dos estudos migratórios. Os aportes teóricos citados foram desenvolvidos em diferentes contextos e épocas, e carregam as marcas do tempo histórico em que foram elaborados. Nosso intuito foi o de apresentar um panorama de possibilidades analíticas para as migrações e destacar os conceitos de redes sociais e redes migratórias no entendimento da continuidade de determinados fluxos migratórios, sobretudo em um período marcado pela intensa fluidez de informações, mercadorias, capitais e pessoas ao redor do mundo – combinada, obviamente, aos simultâneos processos de restrição à mobilidade, seletividades, interdições, fronteiras e exclusões, em especial.

Argumentamos que a continuidade de fluxos migratórios em direções diversas se deve, também, pelo estabelecimento das redes sociais que conectam pessoas nas áreas de origem, de destino, mas também de trânsito. Com a intensificação da circulação de pessoas, mercadorias, capitais e informações, as redes se expandem e, em alguns contextos, levam a autoperpetuação dos fluxos migratórios. Sustentamos que os conceitos de redes sociais ou redes migratórias são apropriados na análise da continuidade dos fluxos, mas é necessário lembrar que as desigualdades, em várias manifestações, ainda são as principais impulsionadoras dos deslocamentos de população, sobretudo em escala internacional.

É importante ressaltar que as redes sociais, em contextos migratórios, ou mesmo as redes migratórias, não são estruturas por onde fluem recursos livremente. Apesar de impulsionadoras e facilitadoras das migrações, as redes são sustentadas nos laços tecidos entre seus membros e, por isso, tensões e conflitos geralmente ocorrem. A seletividade na transmissão das informações é um exemplo disso. As informações são repassadas por meio das relações sociais fortes e elas podem ser decisivas na decisão de migrar ou na escolha dos meios apropriados para isso.

A ação das redes sociais pode perpetuar fluxos migratórios mesmo quando as condições que os originaram mudem. Por isso, é comum que, entre os migrantes

pioneiros, as justificativas para a migração estejam centradas na oferta de trabalho, enquanto que, entre os migrantes subsequentes, as justificativas mesclam a busca por trabalho com a reunião familiar, de amigos ou conterrâneos. Em contextos migratórios, as relações sociais tecidas em rede podem extrapolar, gradativamente, os laços mais íntimos ao ponto de envolver comunidades inteiras que serão marcadas pela migração de seus membros. Além disso, nas migrações contemporâneas, a utilização dos recursos advindos das redes sociais entre migrantes e não migrantes assume grande importância na elaboração de estratégias de contornamento das barreiras impostas pelas políticas restritivas às mobilidades cada vez mais frequentes.

REFERÊNCIAS

ABAD, Rocío García. Las redes migratorias entre el origen y la Ría de Bilbao a finales del siglo XIX: una aproximación metodológica. **Revista de Demografia Histórica**, XX, I, p. 21-51, 2002.

ABAD, Rocío García. Un estado de la cuestión de las teorías de las migraciones. **Historia Contemporánea**, n. 26, p. 329-351, 2003.

ARANGO, Joaquín. La explicación teórica de las migraciones: luz y sombra. **Migración y desarrollo**. N. 1, p. 1-30, 2003.

BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. *In:* NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 65-69.

CASTLES, Stephen e MILLER, Mark J. **La era de las migraciones**: movimientos internacionales de población en el mundo moderno. México: Universidad Autónoma de Zacatecas, 2004.

CAVALCANTI, Leonardo *et al*. (Orgs). Um convite às teorias e conceitos sobre migrações internacionais. *In:* CAVALCANTI, Leonardo *et al* (Orgs.). **Dicionário crítico de migrações internacionais**. Brasília: Editora UnB, 2017. p. 11-30.

DALMASO, Flávia. Heranças de família: terras, pessoas e espíritos no Sul do Haiti. **Mana**, 24:3, p. 96-123, 2018.

DIAS, Guilherme Mansur. Trata de personas, tráfico de migrantes y la gobernabilidad de la migración a través del crimen. **Etnográfica**, v. 21: 3, p. 541-554, 2017.

DOMENECH, Eduardo. "Las migraciones son como el agua": Hacia la instauración de políticas de "control con rostro humano", **Polis,** n 35, p. 119-142, 2013.

DURAND, Jorge e MASSEY, Douglas. **Clandestinos:** migración México-Estados Unidos en los albores del siglo XXI. Universidad Autónoma de Zacatecas/Miguel Ángel Porrúa, 2009.

FUSCO, Wilson e REZENDE, Dimitri Fazito de Almeida. Redes Sociais. *In:* CAVALCANTI, Leonardo *et al* (Orgs.). **Dicionário crítico de migrações internacionais**. Brasília: Editora UnB, 2017. p. 615-617.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

GOSS, Jon e LINDQUIST, Bruce. Conceptualizing International Labor Migration: A Structuration Perspective. **International Migration Review**, v. 29: 2, p. 317-351, 1995.

GRANOVETTER, Mark S. The Strength of Weak Ties. **The American Journal of Sociology**, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973.

GRIECO, Margaret. **Keeping it in the Family**: Social Networks and Employment Chance. London: Tavistock Publications, 1987.

JOSEPH, Handerson. **Diaspora.** As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa. Tese (Doutorado em Antropologia Social), UFRJ/Museu Nacional. Rio de Janeiro, 2015.

LUSSI, Carmem. Teorias da Mobilidade Humana. *In:* DURAND, Jorge e LUSSI, Carmem. **Metodologias e Teorias no Estudo das Migrações**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015. p. 43-134.

MAGLIANO, María José e CLAVIJO, Janneth. La trata de persona en la agenda política sudamericana sobre migraciones: La securitización del debate migratorio. **Análisis Político**, v. 24:71, p. 1-17, 2011.

MASSEY, Douglas, S. *et al.* **Los ausentes.** El proceso social de la migración internacional en el occidente de México. Ciudad de México: Editorial Patria, 1991.

MASSEY, Douglas, S. *et al.* Teorías de Migración Internacional: uma revisión y aproximación. Tradução de Augusto Aguilar Calahorro. **Revista de Derecho Constitucional Europeo**, n. 10, p. 435-478, 2008.

MEZZADRA, Sandro. Multiplicação das fronteiras e práticas de mobilidade. **REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana.** Brasília, ano XXIII, n. 44, p. 11-30, 2015.

MURIEL, Maria Cecília Ruiz e VELASCO, Soledad Álvarez. Excluir para proteger: la "guerra" contra la trata de personas y el tráfico de migrantes y las nuevas lógicas de control migratorio en Ecuador. **Estudios Sociológicos**. N. 111, p. 689-725, 2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES – OIM. **Informe sobre las migraciones en el mundo 2020.** Genebra: Organização Internacional para as Migrações, 2019.

PAPADOPOULOS, Dimitris, STEPHENSON, Niamh e TSIANO, Vassilis. **Escape Routes.** Control and Subversion in the Twenty-first Century. Londres: Pluto Press, 2008.

PEDONE, Claudia. Cadenas y redes migratorias: propuesta metodológica para el análisis diacrónico-temporal de los procesos migratórios. **EMPIRIA**. N. 19, p.101-132, 2010.

RAMELLA, Franco. Por un uso flerte del concepto de red en los estúdios migratórios. *In:* BJERG, Mária; OTERO, Hernán (Orgs.). **Immigración y redes sociales en la Argentina**. Buenos Aires: CEMLA Moderna, 1995. p. 9-21.

RAVENSTEIN, Ernst Georg. The Laws of Migration. **Journal of the Statistical Society of London**. V. 48, n. 2, p. 167-235, 1885.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade.** São Paulo: EDUSP, 1998.

SOARES, Weber. Rede Migratória. *In:* CAVALCANTI, Leonardo *et al* (Orgs.). **Dicionário crítico de migrações internacionais**. Brasília: Editora UnB, 2017. p. 612-615.

A CELEBRAÇÃO DA VIRGEM DE COPACABANA: UM DIÁLOGO ENTRE A FRONTEIRA DE CORUMBÁ (BRASIL) E PUERTO QUIJARRO (BOLÍVIA)

Gesliane Sara Vieira Chaves

INTRODUÇÃO

O município de Corumbá fica localizado na porção oeste de Mato Grosso do Sul. Entre a morraria do Urucum, ao sul, à margem direita do Rio Paraguai, ao norte, tem como enclave territorial o município de Ladário e fronteira com a Bolívia. Corumbá faz fronteira, mais propriamente com Arroyo Concepcón, distrito de Puerto Quijarro, na província de German Bush, do departamento de Santa Cruz, ou seja, Corumbá e Puerto Quijarro são cidades-gêmeas[62].

Oliveira (2008) considera um caso de semiconurbação devido ao fato dos municípios não serem ligados de forma contigua. Diferentemente de Costa, que não considera a fronteira Corumbá/Puerto Quijarro uma conurbação.

> Não se trata de uma conurbação fronteiriça, pois não existe uma continuidade urbana, ou seja, o formato de um único (aparente) sítio urbano. [...] Suas interações fronteiriças são intensas, porém nem tanto quanto cidades conurbadas como Ponta Porã (Brasil)/Pero Juan Caballero (Paraguai) ou Santana do Livramento (Brasil)/Rivera (Uruguai) [...] (2012, p. 25-26).

Costa (2015), em seu trabalho intitulado "Os bolivianos em Corumbá-MS: conflitos e relações de poder na fronteira", narra sobre algumas discordâncias e disputas entre os fronteiriços e o desinteresse do Estado em urbanizar a divisa entre Corumbá e Puerto Quijarro. Isso ocorre, segundo o autor, porque os terrenos estão na maioria em áreas militares ou estatais e as últimas construções na linha de fronteira de Corumbá são o Clube Recreativo de Subtenentes, Sargentos (CRESSE), Receita Federal e a Polícia

[62] Cidades-gêmeas: "[...] adensamentos populacionais cortados pela linha de fronteira – seja esta seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura – apresentam grande potencial de integração econômica e cultural assim como manifestações 'condensadas' dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania" (RETIS, 2005, p. 153). Exemplos de cidades-gêmeas no Brasil: Ponta Porã (estado do Mato Grosso do Sul) e Pedro Juan Caballero (Paraguai), Coronel Sapucaia (estado do Mato Grosso do Sul) e Capitan Bado (Paraguai), e Foz do Iguaçu (estado do Paraná) e Ciudad del Este (Paraguai).

Federal. O que impossibilitaria o processo de conurbação entre Corumbá a Puerto Quijarro.

Para além de áreas de "conflitos e relações de poder", se as fronteiras podem ser percebidas como marcos de disparidades culturais entre populações fronteiriças, podem também ser de trocas materiais e simbólicas (ALBUQUERQUE, 2009).

Pensando a fronteira, podemos caracterizá-la em zona de fronteira e faixa de fronteira que, embora pareçam termos semelhantes, não são iguais. No Brasil, a faixa de fronteira corresponde a 150 km e na Bolívia a 50 km.

> A *zona de fronteira* é composta por 'faixas territoriais de cada lado do limite internacional, sendo sua extensão geograficamente limitada a algumas dezenas de quilômetros a ambos os lados da *linde*. [...] A faixa de fronteira trata-se de uma extensão maior em relação à anterior (zona de fronteira), mas seu papel é restrito a cada Estado-Nação, ou seja, o programa das ações conjuntas se define para ser aplicado às jurisdições políticas internas de cada país. (SILVA, 2008, p. 08-09, grifos do autor).

Os diálogos entre os estados territoriais na zona de fronteira se revelam continuamente por meio da relação econômica, política, social e cultural, aderindo mutuamente costumes, crenças, valores e vocábulos idiomáticos, específicos e diversos dos municípios fronteiriços, separados por um limite estabelecido, que criam um elo de interação próprio, percebido nesses espaços geográficos. (RETIS, 2005).

Conforme Albuquerque (2010, p. 42), "as fronteiras são fenômenos sociais, plurais e dinâmicos". Na mesma linha de pensamento, Costa, Dias afirmam que:

> Perceber a fronteira como um elo de integração não pressupõe a inexistência de conflitos, tampouco a uniformização de culturas, mas reconhecer nessas diferenças as possibilidades de trocas e crescimento faz da fronteira um lugar especial. (COSTA; DIAS, 2015, p. 228).

Se existem conflitos e disputas nas fronteiras, também existem as permeabilidades e porosidades. A partir das permeabilidades, os Estados não são capazes de evitar o fluxo de pessoas, culturas, valores e princípios. Marcos Mondardo se refere à fronteira na dimensão cultural:

> Surgem perspectivas em torno das identidades, das etnias, das nacionalidades, das territorialidades, em contexto de fronteira. Essas abordagens visam analisar grupos minoritários, subalternos e de migrantes que vivem por *entre* fronteiras sociais e territoriais ou estão situados nos conflitos (ou questões) chamadas *de* fronteira. (MONDARDO, 2018, p. 58, grifo do autor).

Ainda sobre a problemática da fronteira na dimensão cultural, o autor descreve "[...] espaço mais aberto e poroso para que outros sujeitos ganhem visibilidade, tornem-se protagonistas e construam outra hegemonia, de "baixo para cima", pelo caminho da resistência [...]" (MONDARDO, 2018, p. 58).

Sobre a temática, Behyaut afirma que:

> Por isso, insistimos na ineficácia da noção de fronteira como autêntica barreira para a integração cultural. O elemento popular é fundamental nessa integração, quando a mesma se opera em profundidade. Neste sentido, nem a fronteira servira para ilhar, nem a origem popular será um elemento de bloqueio. (BEHYAUT, 1994, p. 194).

Desse modo, pensando a integração cultural entre Corumbá e Puerto Quijarro, propomos analisar a celebração à Virgem de Copacabana, Santa padroeira da Bolívia, abraçada pelos Corumbaenses, e festejada tanto em solo brasileiro quanto em solo boliviano.

Conforme Costa, Dias (2015, p. 231), "de um modo geral se pode afirmar que o migrante boliviano convive amigavelmente com a população Corumbaense". É nesse território fronteiriço que buscamos compreender como o papel da devoção à Nossa Senhora de Copacabana influencia nas aproximações e afastamentos entre brasileiros e bolivianos.

A HISTÓRIA DA VIRGEM DE COPACABANA

A história da Virgem de Copacabana[63] narra a devoção de um descendente inca, catequisado pela igreja católica espanhola, Francisco Tito Yupanqui. Os relatos narram que ele queria que a imagem de Nossa Senhora estivesse no altar da Capela de Copacabana. A primeira escultura teria ficado feia, mas Yupanqui estudou as técnicas de arte sacra e escultura e reproduziu uma imagem de Nossa Senhora da Candelária, que acabou sendo adotada pela sua cidade, com seu próprio nome: Copacabana.

A fama milagrosa da Virgem de Copacabana se espalhou pela América, dando nome para um dos bairros e praia mais conhecidos do Brasil e do mundo, Copacabana:

[63] Texto retirado da História da Virgem de Copacabana. Disponível em: https://cruzterrasanta.com.br/historia-de-nossa-senhora-de-copacabana/31/102/#c. Acesso em janeiro de 2020.

> A primeira versão faz referência à língua quichua, falada no antigo Império Inca. [...] significa "lugar luminoso", "praia azul" ou "mirante do azul".
> Outra hipótese diz que o termo é de origem aimara, língua que era falada na Bolívia. O significado é "vista do lago". Na Bolívia, Copacabana é o nome dado a uma cidade situada às margens do Lago Titicaca, fundada sobre um antigo local de culto inca. Ha relatos de que nesse local, antes da chegada dos colonizadores espanhóis, ocorria o culto a uma divindade chamada Kopakawana. Essa divindade protegeria o casamento e a fertilidade das mulheres.
>
> No século XVII, comerciantes bolivianos e peruanos de prata (chamados na época de "peruleiros") trouxeram uma réplica da imagem de Nossa Senhora de Copacabana para a praia do Rio de Janeiro. Sobre um rochedo, construíram uma capela em homenagem à santa. (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 2016).

A imagem da Virgem de Copacabana, imagem razão da celebração anual realizada em Corumbá, chega por volta do início dos anos 2000. Segundo o entrevistado Arturo Ardaya[64], quem traz essa imagem é o cabeleireiro Daniel Alvarez. Ele e Marcelo (sobrenome não informado) são os primeiros *pasantes*[65] da celebração à Virgem de Copacabana.

Tanto no caso brasileiro como no boliviano, é possível perceber o caráter simbólico atribuído à celebração da Virgem de Copacabana. Os desfiles, missas e celebrações iniciam em Corumbá, atravessam a fronteira e continuam em Puerto Quijarro. Essa celebração faz parte de um extenso calendário religioso, representando importantes manifestações culturais dos dois lados da fronteira.

No lado brasileiro (Corumbá/Ladário) são comemoradas as festas de São Sebastião (20 de janeiro), Nossa Senhora da Candelária e Nossa Senhora dos Navegantes (02 de fevereiro), São Jorge (23 abril), Divino Espírito Santo no distrito Albuquerque (21 de maio), Santo Antônio (13 de junho), São João (24 de junho), São Pedro e São Paulo (29 de junho), Nossa Senhora do Carmo padroeira do distrito de Forte Coimbra (16 de julho), Virgem de Copacabana (06 de agosto), Virgem de Urkupiña (16 de agosto), São Cosme e São Damião (27 de setembro), Nossa Senhora dos Remédios, padroeira de Ladário (14 de outubro) e festa de Iemanjá (31 de dezembro).

[64] Arturo Castedo Ardaya, 59 anos, filho de bolivianos, residente em Corumbá. Sobre a história de vida do entrevistado ler: http://www.correiodecorumba.com.br/?s=noticia&id=22832.
[65] O *pasante* é o devoto responsável pela organização da celebração.

No lado boliviano (Puerto Quijarro/Puerto Suarez) são realizadas as festas de Virgem de Copacabana (originalmente 02 de fevereiro, transferida para 06 de agosto, data em que também se comemora a Independência da Bolívia), São João (24 de junho), Nossa Senhora do Carmo na comunidade El Carmen de la Frontera (16 de julho), Virgem de Urkupiña (16 de agosto), Nossa Senhora de Cotóca (08 de dezembro), entre outras. Como percebemos, ambos os municípios celebram santos/as do Brasil e da Bolívia. No lado brasileiro, comemora-se Virgem de Copacabana, Nossa Senhora de Cotóca e Virgem de Urkupiña. E no lado boliviano, no dia 24, a festa de São João em Puerto Quijarro e Puerto Suarez (FIGUEIREDO; COSTA; PAULA, 2011) e na comunidade El Carmen de la Frontera, Nossa Senhora do Carmo (SABATEL, 2013).

Esses eventos religiosos envolvem um significativo número de moradores brasileiros, bolivianos e visitantes. É possível perceber as especificidades das comemorações religiosas no Brasil e na Bolívia, mas também é possível perceber seu caráter dialógico. É o que se verifica, por exemplo, nas celebrações da Virgem de Copacabana, Virgem de Cotóca e Virgem de Urkupiña que fazem parte do calendário de eventos de Corumbá[66].

Segundo Costa e Dias (2015, p. 233), "existe nas tradições bolivianas uma mistura entre religião, música e dança. Dentre essas, se destacam as festividades em homenagem às Virgens de Cotóca, Copacabana e Urkupiña", desencadeando celebrações e devoções às Virgens bolivianas, por brasileiros e bolivianos de Corumbá e Puerto Quijarro.

Um exemplo é a presença de uma imagem da Virgem de Cotóca no terreiro de Candomblé[67] de Pai Clemilson, Babalorixá do Instituto Afro-religioso Cultural Axé Lakum. Pai Clemilson relata que tem filhos de santos bolivianos, devotos da santa; portanto, mantém em seu altar imagem da Virgem, junto de outras santas católicas[68].

Outro exemplo destacado por Costa, Dias (2015) são as celebrações à Virgem de Urkupiña realizadas em Corumbá, por bolivianos e brasileiros, com novenas, celebrações e desfiles.

[66] Em diálogo (01 de outubro de 2018) com servidor da Fundação de Cultura de Corumbá, José Gilberto Rozisca, o mesmo relata que as celebrações das santas fazem parte do calendário de eventos, porém não recebem aporte financeiro, como ocorre no São João, por exemplo.
[67] Casa religiosa de matriz afro-brasileira.
[68] Entrevista (20 de maio de 2018) concedida pelos/as festeiros/as de São João, pesquisa, em andamento realizada para o IPHAN, por pesquisadores da UFMS/UFGD.

> Existem muitos locais de festa, sempre nas proximidades de aglomerações de moradores bolivianos. Numa delas, dentre as mais tradicionais, a festa se inicia com a celebração de uma missa em uma das igrejas locais e, posteriormente a imagem da santa é transportada em altar permanente localizado onde era Feira BRASBOL.[69] (COSTA;DIAS, 2015, p. 233).

Se as celebrações da Virgem de Urkupiña representam importantes atividades no município de Corumbá e Puerto Quijarro, o mesmo ocorre com a Virgem de Copacabana, que atravessa as fronteiras, sejam elas materiais e/ou simbólicas.

> Uma característica das festividades em louvor à Virgem de Copacabana é acontecer nos dois lados da fronteira entre Brasil e Bolívia. Ao lado brasileiro, são reservadas as partes religiosas (missa) e folclórica (entrada), com o desfile de devotos em grupos de danças tradicionais pelas ruas da cidade; e ao lado boliviano, a festa com mais dança, comida e bebida. (PREFEITURA DE CORUMBÁ, 2017).

Conforme Ramalho Junior (2012), sobre as aproximações e afastamentos entre brasileiros e bolivianos, o mesmo destaca a relevância desta manifestação religiosa para as aproximações e afinidades entre estes grupos.

> No ano de 2011, foi realizado um grande evento em homenagem à Virgem de Copacabana. Este evento ocorre há vários anos, no entanto, em 2011 ganhou outra dimensão. O evento se estendeu pelas ruas de Corumbá e caminhou até Puerto Quijarro, contou também com uma missa na Igreja Matriz de Corumbá, celebrada em espanhol, além do grupo de dança *Caporales*, que veio da cidade boliviana de Cochabamba. Através do comparecimento ao evento foi possível perceber que a religiosidade e as expressões artístico-culturais apresentavam-se como elementos que aproximam, causando reações amistosas. (RAMALHO JUNIOR, 2012, p. 52) (grifos do autor).

Conforme a imagem capturada na missa do dia 06 de agosto de 2019 (Figura 1), é possível perceber o caráter dialógico entre as nações. As bandeiras da Bolívia e do Brasil cobrem o altar reservado às imagens da Virgem de Copacabana e do menino Jesus, evidenciando essa integração religiosa entre os países.

---

[69] Feira interditada em 2013 pela prefeitura de Corumbá. A "feirinha" como era conhecida, localizava-se na Rua Edu Rocha, atrás do Cemitério Santa Cruz, no centro da cidade. Era composta majoritariamente de vendedores bolivianos que comercializavam, além de artesanatos, produtos *made in china* (principalmente roupas), um dos principais motivos dos conflitos em relação à feira (sobre a Feira Brasbol: COSTA, G, L. da. A Feira Bras-Bol em Corumbá (MS): notas sobre o comércio informal na fronteira Brasil-Bolívia**. Contemporânea**, v. 3, n. 2, Jul.– Dez. 2013, p. 467-489.) Três anos após a interdição (em 2016), no local onde existia a Feira, a prefeitura iniciou as obras da Praça Nossa Senhora de Urkupiña, em homenagem a Santa boliviana: "No local haverá estacionamento, pista de caminhada, academia ao ar livre com aparelhos de ginástica, uma área verde arborizada com espécies típicas da região do Pantanal. Além disso, será mantida no espaço a gruta que serviu de abrigo para a imagem da Virgem de Urkupiña" (CORREIO DE CORUMBÁ, 2016).

Figura 1 - Virgem de Copacabana e o menino Jesus.

Fonte: trabalho de campo, 2019 (foto da autora).

O processo tem início no centro de Corumbá, conforme foi apresentado por um jornal da cidade:

> Com missa e tradicional procissão, os bolivianos comemoraram nesta segunda-feira, 06 de agosto, o dia da Virgem de Copacabana, em Corumbá. Essa parte da festa é realizada em solo brasileiro há 17 anos. A homenagem à santa, que acontece na mesma data da Independência do povo boliviano (193 anos em 2018), teve início com uma missa, celebrada no Santuário de Nossa Senhora Auxiliadora, pelo padre Jacinto Ortiz, pároco da Igreja Imaculada Conceição, no Distrito de Albuquerque. Filho de bolivianos, o padre falou da satisfação e da importância da manutenção desse vínculo com o povo da fronteira. (DIÁRIO CORUMBAENSE, 2018).

Conforme o registro anterior, a comemoração ocorre em Corumbá há 19 anos, ressaltando a relevância da celebração para o povo boliviano, conforme relatou o padre Jacinto Ortiz, filho de bolivianos.

Outra narrativa que demonstra a magnitude da integração entre fronteiras e culturas é da Diretora da ONG Instituto Moinho Cultural Sul-Americano, Marcia Rolon. Segundo ela:

> A festa de Nossa Senhora de Copacabana, em Corumbá, é a maior manifestação cultural de integração fronteiriça de nossa região. Ela se mescla entre brasileiros, bolivianos tanto residentes aqui como do outro lado da fronteira e por isso já demonstra influências que lhe dão um caráter singular, analisou a diretora-presidente que é mestre em Estudos Fronteiriços pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. (AQUIDAUANA NEWS, 2014).

Desse modo, entendemos que os palcos e cenários das celebrações à Virgem de Copacabana são parte expressiva das sociedades fronteiriças em foco, articulando, como aponta Mondardo (2018, p. 66), "um meio de comunicação e construção de novas identidades/territorialidades", através tanto de aproximações quando de afastamentos.

A PRIMEIRA IDA A CAMPO

O "descer a campo" (WINKIN, 1998), no dia da festividade, fora o caminho para a primeira observação dos ritos de devoção e celebração à Virgem de Copacabana. Isso ocorreu na primeira semana de agosto de 2019, quando também foi comemorada a independência da Bolívia, junto com a celebração à Virgem.

O boliviano Limbert Escarela Mendonza assumiu a celebração na semana anterior à festividade (final de julho), devido a problemas particulares do possível *pasante* daquele ano. Devido ao ocorrido, o mesmo relatou que não dispôs de muito tempo para a organização, o que vulnerabilizou a celebração, pois em anos anteriores outros *bloques* (de diversas cidades da Bolívia) eram convidados, com mais bandas e devotos.

Limbert, sua mãe Antônia Gonzales e seu pai Rubens Escobar já tinham sido *pasantes* em anos anteriores (2017). Já são devotos da santa de longa data e também conhecem a ritualística da celebração.

A ritualística iniciou com uma missa no lado brasileiro, no Santuário Nossa Senhora Auxiliadora[70]. A missa foi celebrada no dia 06 de agosto, às 14 horas, pelos padres Jacinto Ortiz[71] e Marco Aurélio[72]. A missa foi celebrada toda em espanhol, demonstrando a interação social e a "hibridização" cultural de brasileiros e bolivianos.

[70] A missa em anos anteriores acontecia na igreja Nossa Senhora da Candelária. Em virtude de uma reforma, nos últimos dois anos a missa de celebraçãoàVirgem de Copacabana foi transferida para a referida igreja.
[71] Boliviano, Padre na Igreja Imaculada Conceição, do distrito de Albuquerque.
[72] Responsável pela Pastoral do Imigrante, na Igreja Nossa Senhora de Fátima.

A celebração da Virgem acontece de ambos os lados da fronteira. Segundo o *pasante* Limbert, isso ocorre porque há um carinho e gratidão por Corumbá. São bolivianos, mas moram há muito tempo no Brasil, mantendo relações sociais também com brasileiros.

Logo após a missa, o *pasante* conduziu o desfile da Virgem (Figura 2), acompanhado de blocos de dançarinos, banda, antigos *pasantes*, devotos e simpatizantes. O cortejo saiu de frente do santuário, percorrendo a rua Dom Aquino até a rua Luiz Feitosa (cerca de 950 metros).

Figura 2 - Cortejo à Virgem de Copacabana.

Fonte: trabalho de campo, 2019 (foto da autora).

A foto anterior permite observar parte do que compõe o desfile folclórico da celebração à Virgem de Copacabana. Esse é o *bloque* 6 de agosto (bailarinos (as)

devotos (as)) da santa. O *bloque* percorre todo o desfile folclórico dançando a *morenada*[73].

É possível perceber que os homens vestem sobretudos de tecido bastante encorpado, luvas e cachecol. Já as mulheres vestem o traje típico das chamadas *cholas.* Essas vestimentas remetem aos povos andinos ou, como se refere o entrevistado Arturo Ardaya, os povos do altiplano[74].

Corumbá e Puerto Quijarro, nessa vivência fronteiriça, demonstram essas múltiplas relações sociais, econômicas, políticas e culturais. A padroeira da Bolívia (e outras santas bolivianas, como citamos anteriormente) fazem parte de um calendário festivo religioso de Corumbá.

Esse percurso dançante dura, em média, 3 horas. Todo o trajeto é feito ao som da banda, com os bailarinos dançando. Muitas pessoas acompanham esse cortejo, fotografam e observam a homenagem à Virgem. Ao concluírem essa rota (Rua Dom Aquino até a Rua Luiz Feitosa), ônibus, carros e motos deslocam-se para a fronteira (Corumbá/Puerto Quijarro), onde os festejos continuam.

Já na fronteira, o *pasante,* bailarinos, banda, simpatizantes e devotos atravessam o Posto Fiscal da Receita Federal (por volta das 19 horas), e seguem até a frente do Banco Union S.A. Na frente do banco, uma tenda com altar é montada para receber a santa, que permanece no altar, enquanto os blocos de dança chegam. Com a chegada dos bailarinos, esse desfile prossegue até o Clube 4 de Novembro.

No Clube 4 de novembro, o cortejo chega por volta das 21 horas. Já no clube, uma equipe prepara a comida, cuida da decoração e os cantores contratados passam o som e verificam os instrumentos, enquanto aguardam o cortejo chegar. Ao chegar ao clube, o cortejo segue com a Virgem até um altar, montado especialmente para a mesma. Os devotos vão até a Virgem pedir graças ou agradecer as preces atendidas. Ao final do cortejo, os presentes no clube vão comer/beber, dançar e conversar até o amanhecer.

Essa celebração demonstra as relações espaciais, culturais e sociais entre simpatizantes e devotos da Virgem. A festa, que há 19 anos é feita por devotos

[73] A *Morenada* é um estilo de dança e música dos Andes bolivianos, caracterizado por uma mistura de elementos africanos e indígenas.
[74] Origem da Virgem de Copacabana, Lago Titicaca (Copacabana).

bolivianos, valoriza o lado brasileiro, com a missa e parte do cortejo, demonstrando a relação de pertencimento dos bolivianos para com o Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A celebração à Virgem de Copacabana, assim como outras celebrações às santas bolivianas Urkupiña e Cotóca já compõem um calendário festivo religioso da cidade de Corumbá. As Virgens bolivianas não são devotadas apenas por bolivianos e descendentes, mas também por brasileiros.

Essa "hibridização" da fé e devoção demonstra o envolvimento e aproximação na relação entre brasileiros e bolivianos. Através da devoção pela mesma divindade, brasileiros e bolivianos celebram sua fé.

Os devotos da Virgem de Copacabana, ao celebrarem nos dois lados da fronteira, valorizam e evidenciam as relações de pertencimento a Corumbá. A festa traz os costumes dos devotos bolivianos aos devotos brasileiros. Mesmo acontecendo grande parte da festa no Brasil, as vestimentas, a música, a dança, a língua e a comida são bolivianas.

Desse modo, percebemos que essa celebração da Virgem de Copacabana demonstra a relação de identidade territorial (HAESBAERT, 1999) dos devotos bolivianos. Ao celebrarem sua fé em ambos os lados da fronteira, Corumbá e Puerto Quijarro afirmam também uma relação de *pertencimento* ao Brasil e de valorização cultural.

REFERÊNCIAS

ABUQUERQUE, J. L. C. A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos "brasiguaios" entre os limites nacionais**. Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 31, jan./jun. 2009, p. 137-166.

ABUQUERQUE, J. L. C. A **A dinâmica das fronteiras**: Os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. São Paulo: Annablume, 2010.

ALMEIDA, M. G. de. Uma leitura etnogeográfica do Brasil Sertanejo. *In:* SERPA, A. **Espaços culturais**: vivências, imaginações e representações. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 313-336.

BEYHAUT, G**.** Dimensão cultural da integração na América Latina. **ESTUDOS AVANÇADOS**. São Paulo, v. 8. n. 20, 1994, p. 183-198.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. *In:* CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Geografia cultural**: um século (3). Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 83-131.

COSTA, E. A. da; DIAS, R. T. Lugar e territorialidades dos bolivianos em Corumbá-MS. **Cadernos de estudos culturais**. Campo Grande, MS, v. 7, n. 14, 2015, p. 225-242.

COSTA, E. A. da. Os bolivianos em Corumbá-MS: construção cultural multitemporal e multidimensional na fronteira. **Cadernos de estudos culturais**. Campo Grande, MS, v. 4, n. 7, jan./jun. 2012, p. 17 – 33.

COSTA, G. V. L. A Feira Bras-Bol em Corumbá (MS): notas sobre o comércio informal na fronteira Brasil-Bolívia. **Contemporânea**, n. 2, v. 3, Jul.– Dez. 2013, p. 467-489.

COSTA, G. V. L. Os bolivianos em Corumbá-MS: conflitos e relações de poder na fronteira. **MANA** n. 21, v.1, 2015, p. 35-63.

FIGUEIREDO, N. P. de; COSTA, E. A. da; PAULA, B. L. de. Os elementos do espaço turístico da fronteira Brasil-Bolívia. **RA´E GA**. n. 21. 2001. p. 105-138.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. *In:* CORREA, R. L. ; ROSENDAHL, Z. **Manifestação da cultura no espaço**. Rio de Janeiro. EdUERJ, 1999. p. 169-190.

HEIDRICH, A. L. Método e metodologias na pesquisa das geografias com cultura e sociedade. *In:* HEIDRICH, A. L.; PIRES, C. L. Z. **Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em geografia e saberes sobre espaço e cultura**. Porto Alegre: Editora Letra1, 2016, p. 15-34.

LANGDON, E. J. M. (org) **Xamanismo no Brasil**. Florianópolis, Ed. da UFSC, 1996.

MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa social**: Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MONDARDO, M. L. **Territórios de trânsito:** dos conflitos entre Guarani e Kaiowa, paraguaios e "gaúchos" à produção de multitransterritorialidade na fronteira. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

OLIVEIRA, T. C. M. de. Os Elos da Integração: o exemplo da fronteira Brasil-Bolívia. *In:* COSTA. E.A. OLIVEIRA, M. A. M.(org.) **Seminário de Estudos Fronteiriços.** Campo Grande: Edufms. 2008.

RETIS. **Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais, Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

ROSENDAHL, Z. Território e territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião. *In:* ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto L. (orgs.). **Geografia**: temas sobre cultura e espaço. Rio de Janeiro: Eduerj, 2005. p. 191-226.

SABATEL, V. O. de. **Relações entre comunidades rurais na fronteira Brasil-Bolívia**. 2013. 125f. Mestrado em Estudos Fronteiriços– Campus do Pantanal, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2013.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. 7ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SCHECHNER, R. **O que é performance?** Tradução de R.L. Almeida, publicado sob licença creativa commons, classe 3. 2011. Do original em inglês SCHECHNER, R. Performance studies: an introduccion, second edition. New York & London: Routledge, 2006. p. 28-51. Disponível em: https://www.performancesculturais.emac.ufg.br/up/378/o/O_QUE_EH_PERF_SCHECHNER.pdf. Acesso em: 04 de jan. 2019.

SILVA, G. V. da. A FRONTEIRA POLÍTICA: Alguns apontamentos sobre este tema clássico da Geografia Política. **REVISTA ACTA GEOGRAFICA**, ANO II, n. 4, jul./dez. p. 07-15, 2008.

WINKIN, Y. **A nova comunicação**: da teoria ao trabalho de campo. Papirus:Campinas, SP, 1998.

SITES CONSULTADOS

AQUIDAUANA NEWS. **Corumbá comemora 189 anos de independência da Bolívia; festa une os 2 países**. Aquidauana, 2014. Disponível em: http://www.aquidauananews.com/0,0,00,9431266 202CORUMBÁ+COMEMORA+189 +ANOS+DE+INDEPENDENCIA+DA+BOLIVIA+FESTA+UNE+OS+2+PAISES.hm. Acesso em 20 jan. 2020.

CORREIO DE CORUMBÁ**. Praça onde funcionava Feira Brasbol terá nome em homenagem à padroeira da Bolívia.** Corumbá, 2016. Disponível em: http://www.correiodecorumba.com.br/ ?s=noticia&id=23079. Acesso em out. 2020.

CRUZ TERRA SANTA. **História de Nossa Senhora de Copacabana**, São Paulo, s/ ano. Disponível em: https://cruzterrasanta.com.br/historia-de-nossa-senhora-de-copacabana/31/102/#c. Acesso em jan. 2020.

DIARIO CORUMBAENSE. **Bolivianos celebram Virgem de Copacabana em Corumbá**, Corumbá, 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v= zJYIw2A3YjI . Acesso em jan. 2020.

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. **História de Copacabana, o bairro mais conhecido do Brasil**, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: https://diariodorio.com/historia-de-copacabana-o-bairro-mais-conhecido-do-brasil/. Acesso em jan. 2020.

PREFEITURA DE CORUMBÁ. **Bolivianos celebram 192 anos independência com ato cívico em Corumbá**. Corumbá, 2017. Disponível em: http:// www.Corumbá.ms.gov.br/noticias/bolivianos -celebram-192-anos-independencia-com-ato-civico-em-Corumbá/21104/. Acesso em jan. 2020.

POVOS INDÍGENAS E FRONTEIRAS: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS MAKÁ E OS GUARANI E O NACIONALISMO NO PARAGUAI

Luiz Felipe Rodrigues
Jones Dari Goettert

INTRODUÇÃO[75]

A construção do nacionalismo paraguaio tem como uma de suas principais características a invocação de discursos nacionalistas que remetem aos indígenas. Essa construção apresenta contradições, e acaba promovendo um imaginário social que universaliza a pluralidade étnica indígena numa identidade genérica e, que, muitas vezes, condena os indígenas a localizações simbólicas de um "passado petrificado", contribuindo para a invisibilização da multiplicidade desses povos e das violências que enfrentam cotidianamente. Para discutir essa questão, focamos em duas etnias indígenas que aparecem de diferentes modos nas narrativas nacionais do país: a Guarani e a Maká. Pretendemos compreender a inter-relação entre essas identidades étnicas na construção da identidade nacional paraguaia, e suas contradições expressas nos territórios construídos pelos atos de (re)existência dos povos indígenas que testemunham a coetaneidade de trajetórias *aqui* e *agora* (MASSEY, 2008).

Para refletir sobre as identidades étnicas e nacionais que se entrecruzam nas relações de poder que envolvem a produção da sociedade nacional e de suas fronteiras compreendidas numa dimensão ampla, buscaremos discutir como o imaginário nacionalista no Paraguai se constrói utilizando discursos que encarnam uma "herança" indígena, e quais são as suas contradições frente à diversidade étnica existente e a realidade socioterritorial enfrentada pelos povos indígenas no país. A noção de fronteira adotada nesta análise é apoiada na compreensão de Martins (2019, p. 11), e, portanto, abrange "fronteiras diversas", principalmente, a "fronteira do humano", em que "o outro é degradado para [...] viabilizar a existência de quem o domina, o subjuga e o explora".

[75] O texto é resultado de trabalhos de campo realizados durante a pesquisa de dissertação de mestrado defendida no ano de 2019, titulada "*"Alho, patrona?"* Cartografias da Tríplice Fronteira Argentina-Brasil-Paraguay entre gentes ambulantes", e da pesquisa de doutorado, em andamento, titulada "Maká *letset* entre fronteiras: aberturas, mobilidades e traduções de uma geopolítica indígena transfronteiriça", ambas no âmbito do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados e orientadas pelo professor Dr. Jones Dari Goettert.

Essa ideia dialoga também com o que Boaventura de Sousa Santos (2007) discute enquanto "pensamento abissal", que parte do pressuposto de que a modernidade ocidental eurocêntrica se reproduz instaurando linhas abissais capazes de produzir exclusões radicais, dividindo o mundo em dois espaços: o da visibilidade e da existência, e o das invisibilidades e das inexistências.

Veremos, no caso específico do Paraguai, de que forma a alteridade indígena é apropriada por discursos nacionalistas, exaltando e degradando de acordo com as diferentes situações e com os diferentes interesses para viabilizar a construção de um ideário nacional homogêneo, invisibilizando, portanto, a multiplicidade. Nesse processo, é demarcada uma fronteira "civilizacional" explícita entre o que é "ser paraguaio" e o que é "ser indígena".

Compreendemos, nessa perspectiva, que identidade e diferença são indissociáveis e são articuladas ao sistema de poder por meio dos sistemas simbólicos de representação, e, por isso, ao questionar a identidade e a diferença, nesse contexto, questionam-se também os sistemas de representação que lhes dão suporte e sustentação (SILVA, 2009, p. 91).

Nessa problemática, protagonizamos nos discursos e nas ruas – ou em imaginários e em territórios – dois povos que negociam e são "negociados" nas narrativas da identidade nacional paraguaia: os povos Guarani e os Maká. Ambos são invocados, constantemente, pelas instituições nacionais para a construção de narrativas nacionalistas.

Da família linguística *Mataco-mataguayo*, correspondente a 15,2% da população indígena do Paraguai (DGEEC, 2012), os Maká são nativos da região do Chaco paraguaio[76], junto à fronteira sudoeste com a Argentina. Ao longo dos eventos histórico-geográficos que marcaram a região, os Maká migraram para a capital *Asunción* e redondezas e para outras regiões do país, sobretudo, para áreas urbanas de cidades fronteiriças como *Encarnación* (fronteira com a Argentina), e *Ciudad del Este* (fronteira com o Brasil).

[76] O Chaco é uma ecorregião que abriga a maior floresta tropical seca da América do Sul abrangendo partes da Argentina, da Bolívia, do Paraguai e uma pequena porção do Brasil. Abriga uma grande diversidade de fauna e flora, e é território de diversos povos indígenas. Nos últimos anos, vem sendo ameaçado pelo desmatamento e pelo avanço da agricultura industrial (ECOA, online, disponível em: https://ecoa.org.br/gran-chaco-o-bioma-esquecido/). O Chaco paraguaio corresponde a 60% do território nacional e é uma região escassamente povoada. No entanto, nessa região vivem aproximadamente 40 mil indígenas (FUNDAPAZ, *online*, disponível em: https://www.fundapaz.org.ar/el-chaco-americano/).

Já o grande povo da família linguística *Guarani*, correspondente a 54,7% da população indígena no Paraguai (a maior do país), está distribuído, sobretudo, na região oriental do país, e compreende seis (sub)povos: *Mbyá Guaraní, Aché, Avá-Guarani, Paĩ Tavyterã, Guaraní Ñandéva e Guaraní Occidental* (DGEEC, 2012). Os povos Guarani, majoritariamente localizados no Paraguai, também habitavam e habitam territórios que, há mais ou menos dois séculos, vieram a se tornar Argentina, Brasil e Bolívia. Sendo assim, os territórios indígenas foram atravessados e fragmentados pelo estabelecimento das fronteiras nacionais.

Partindo dos pressupostos acerca da problemática a ser tratada aqui, pretendemos, enquanto produção de conhecimento, contribuir para que as experiências produzidas como ausentes pela lógica monocultural do Ocidente se tornem presentes (SANTOS, 2002). Metodologicamente, dialogamos com bibliografias que apontam a fronteira não só como sinônimo de fronteira internacional, mas também, em sua dimensão humana que está dialeticamente relacionada à primeira, o que envolve a questão étnica. Também consultamos textos que buscam abordar de forma crítica as nossas heranças histórico-geográficas coloniais e suas formas atuais de reprodução, e, na problemática específica deste artigo, investigamos referências bibliográficas acerca das narrativas da identidade nacional e dos indígenas no Paraguai.

Para elucidar o contexto, trazemos notícias de periódicos nacionais a respeito de situações de comunidades indígenas no país, como também observações e fotografias registradas em trabalhos de campo, em 2018, na capital paraguaia *Asunción*, e na fronteira trinacional, ou Tríplice Fronteira como é mais conhecida, entre Argentina-Brasil-Paraguai, conformada pelas cidades de *Puerto Iguazú*, Foz do Iguaçu e *Ciudad del Este*, esta última, conurbada também com os municípios paraguaios de Presidente Franco e Hernandarias. Algumas das fotografias que registramos em trabalho de campo mostram imagens indígenas em murais, artigos folclóricos e esculturas, e em outras, as pessoas indígenas em seus territórios de (re)existência.

Na primeira seção, apresentamos uma discussão sobre como os povos indígenas e alguns de seus elementos, sobretudo, dos povos Guarani e Maká, aparecem na construção da identidade nacional paraguaia. Na segunda seção, mostramos algumas representações dos indígenas em murais e esculturas, os territórios de (re)existência e a situação de comunidades indígenas que presenciamos nas ruas da capital paraguaia, e também como algumas notas da imprensa tratam de forma preconceituosa e pejorativa

essas territorializações. Nesta mesma seção, refletimos como as territorializações indígenas rasuram os discursos hegemônicos do nacionalismo paraguaio, testemunhando suas contradições e anunciando outras estórias-geografias não são contadas pelas narrativas oficiais do Estado. Na terceira seção, contamos sobre o nosso encontro com os Maká na Tríplice Fronteira e em *Asunción*, e quais são algumas de suas estratégias de sobrevivência. A partir disso, ainda analisamos como os corpos-Maká constituem lugares da construção da nação paraguaia e como são atravessados por fronteiras étnicas e nacionais que permeiam a produção do nacionalismo. Nas considerações finais, fazemos breves apontamentos a partir das reflexões tecidas ao longo do trabalho, salientando a necessidade de debater questões como a plurinacionalidade nos Estados nacionais latino-americanos, marcados, até os dias atuais, pelo colonialismo.

POVOS INDÍGENAS NOS LIMITES ENTRE DEGRADAÇÃO E EXALTAÇÃO: IMPOSIÇÃO DO ESTADO NACIONAL, IDENTIDADE E COLONIALISMO

Elementos da cultura guarani foram e são apropriados profundamente para a construção da identidade nacional do Paraguai. O "*dulce*[77]" idioma guarani, como é mencionado popularmente no país, juntamente com o espanhol, é língua oficial no Paraguai, e, dessa forma, os documentos e demais publicações das instituições públicas e governamentais do país são escritos em ambos os idiomas. Nas escolas, a língua também faz parte do currículo. O guarani, segundo Albuquerque (2010, p. 141), é a língua de identificação nacional para a maioria da população paraguaia, sendo "[...] considerado como a língua da resistência nacional, da cultura popular e dos sentimentos nacionalistas, enquanto o espanhol é uma língua racional, artificial e que não singulariza a nação paraguaia" (p. 221).

Conforme Albuquerque (2010, p. 219-220), no Paraguai o espanhol foi oficializado como idioma nacional em 1811 no contexto da independência, porém, o guarani continuou sendo falado pela maioria da população, e, assim, durante a República paraguaia, o espanhol não conseguiu se tornar a língua majoritária, acarretando no reconhecimento do guarani como idioma oficial em 1992 pela elite

[77] "*Dulce*", em espanhol, significa "doce" em português.

governante. Assim, o Paraguai se reconhece como país bilíngue, sendo o primeiro na América Latina a reconhecer uma língua indígena como um idioma nacional oficial (ZUCCOLILLO, 2000; STECKBAUER, 2000 *apud* ALBUQUERQUE, 2010, p. 220).

No entanto, Cabrera (2015, p. 40) aponta que, apesar de o idioma guarani representar uma história de resistência, a história do Paraguai também é de exclusão e proibição da língua guarani. Segundo o autor, no Paraguai, falar a língua guarani desperta um sentido ambíguo: ao mesmo tempo em que evoca carinho, evoca o desprezo (p. 40). Assim, apesar de ser reconhecido como idioma oficial, o guarani ainda é alvo de preconceito por alguns setores da sociedade paraguaia que a consideram uma língua inferior por ter raiz indígena, e por ser falada majoritariamente pelas camadas mais pobres da população, bem como, pela população rural do país (ALBUQUERQUE, 2010, p. 220-221).

Exemplos de situações preconceituosas envolvendo o idioma guarani são casos que acontecem em estabelecimentos comerciais em *Ciudad del Este*, na fronteira com o Brasil, sobretudo, quando as proprietárias são pessoas estrangeiras, em que funcionárias são proibidas de falar a língua enquanto trabalham, pelo fato de que a linguagem estaria "incomodando" a clientela brasileira que frequenta o *shopping*, e, assim, estando sujeitas a multas[78].

A língua, enquanto expressão cultural, funciona como um forte elemento de identificação nacional e um demarcador de fronteiras simbólicas e culturais para a população de um país (ALBUQUERQUE, 2010, p. 219). Como podemos observar no caso paraguaio, o guarani, além de singularizar a nação paraguaia frente às outras, acaba traçando fronteiras de caráter social econômico, temporal e espacial, dentro da própria sociedade paraguaia. Apesar do idioma guarani ter *status* oficializado como o espanhol, a coexistência das duas não está isenta de relações de poder, portanto, hierárquicas. Nesse contexto, povos com outras línguas com um menor número de falantes, como a Maká, possuem a necessidade de aprender os idiomas espanhol e o guarani para se mobilizarem nos contornos do Estado-Nação paraguaio. Ou seja, adquirem a língua do colonizador e, também, a língua de outro colonizado.

[78] Alguns desses casos podem ser conferidos nas seguintes reportagens: https://www.hoy.com.py/nacionales/prohiben-hablar-en-guarani-a-empleados-de-local-comercial e https://www.extra.com.py/actualidad/el-guarani-es-prohibido-un-negocio-arabe-n2826378.html.

No caso paraguaio, tal problemática envolve a construção de uma nação a partir da ideia de mestiçagem entre o indígena guarani e o espanhol. No entanto, os discursos que enaltecem esse imaginário, costumam ocultar o seu caráter desigual e a multiplicidade de outros povos nativos e colonizados, como os Maká. Telesca e Wilde (2011, p. 195) sinalizam que, mesmo o Paraguai tendo experimentado uma mudança política em 1811 com um novo regime republicano, os antigos sujeitos subalternizados, indígenas e afrodescendentes, continuaram sofrendo o processo anterior de marginalização. No imaginário nacional, construiu-se uma historiografia oficial que tendeu a *esquecer* e negar esses sujeitos, baseando-se na ideia de um Paraguai mestiço, contribuindo para a continuidade do processo de marginalização (p. 195).

Isso significa que determinados "elementos" guaranis servem para a produção da identidade nacional paraguaia, e outros que não servem. Essa questão aponta para uma apropriação cultural, de um lado, em completa contradição com a destruição e diminuição drástica dos territórios originários, constituindo assim, uma ideologia que invisibiliza a tragédia para construir uma ideia de unidade.

Sobre a construção do imaginário nacionalista paraguaio, Céspedes (2011, p. 164) afirma que os povos indígenas são, na maioria das vezes, memorados nos casos em que contribuíram com os colonizadores ou com as tropas nacionais nas guerras que envolveram o país, apontando para um processo de "paraguaização" dos indígenas. Para o autor, essa forma de colocar os indígenas nos discursos nacionalistas fortalece a imagem de que foram "povos dóceis" à ordem colonial (p. 149).

Ao analisar a identidade nacional paraguaia, Seiferheld (2011, p. 179) discute a influência do "estronismo" (termo relacionado à ditadura de Alfredo Stroessner no período de 1954-1989 no país) e seus antecedentes na historiografia nacional, constatando que o nacionalismo no país tem um forte apelo às guerras que o país enfrentou – a Guerra da *Triple Alianza* contra Brasil, Argentina e Uruguai, e a Guerra do Chaco contra a Bolívia. Assim, noções como de "heroísmo guerreiro", "nascimento", "morte" e "reconstrução da nação" são muito utilizadas para reforçar o sentimento nacionalista.

> *"Redención", "refundación", "nuevo inicio", "hombres fuertes", "reconstrucción", "heroísmo", "política" o "guerra", "raza guaraní", son los rótulos escritos en las tapaderas del pasado. Y todo aquello que no forma parte de estos rótulos está destinado a invisibilizarse y a olvidarse. De allí que la historia del Paraguay contada por el nacionalismo guerrero y heroico incluya a las mujeres, a la niñez, a la población indígena y a la afrodescendiente, sólo en la medida en que participa de estos rótulos.*[79] (SEIFERHELD, 2011, p. 181).

Segundo Albuquerque (2010, p. 151), "no Paraguai, a guerra marcou profundamente a construção da nação guarani com a criação posterior do herói nacional e da consolidação da língua guarani como uma das principais expressões simbólicas da identidade nacional". No entanto, a exaltação de um imaginário de "raça guarani" envolve relações de poder desiguais estruturadas a partir de um passado colonial que se reatualiza até os dias atuais. Nesse sentido, também Seiferheld (2011) nos atenta para a não romantização das menções aos indígenas nas narrativas nacionais do país:

> *Los pueblos indígenas son un caso extremo de esta dualidad exaltación – degradación. Condenados en la realidad a la pérdida de sus territorios y con ello, de la base material de sus antiguas identidades; son exaltados como "nuestros antepasados" (una forma de negar su presencia); "nuestros hermanos indígenas" (aquellos que necesitan de nuestra caridad, y no de políticas estatales vigorosas y promotoras de la dignidad); y "la raza guaraní" (la negación de la diversidad y de la pluralidad del Paraguay).*[80] (SEIFERHELD, 2011, p. 181).

Se o universo Guarani ganha destaque nas narrativas do nacionalismo paraguaio, o ideal de tais narrativas é reforçado com a imagem dos Maká. Conforme Benitez (2016, p. 71), no imaginário nacional do Paraguai, a imagem Maká se constituiu como uma referência imediata do indígena, bem como das representações do repertório indígena pela facilidade de encontrar no mercado adornos étnicos que os mesmos produzem e vendem para sobreviver. Nesse sentido, imagens dos Maká aparecem para ilustrar os temas referentes ao mundo indígena nos textos escolares, além de reforçar os

[79] "Redenção", "refundação", "novo início", "homens fortes", "reconstrução", "heroísmo", "política" ou "guerra", "raça guarani", são os rótulos escritos que encobrem o passado. E tudo aquilo que não forma parte destes rótulos está destinado à invisibilização e ao esquecimento. Isso explica que a história do Paraguay contada pelo nacionalismo guerreiro e heroico inclua as mulheres, as crianças, a população indígena e a afrodescendente, somente na medida em que participa destes rótulos (tradução livre).

[80] Os povos indígenas são um caso extremo desta dualidade exaltação-degradação. Condenados na realidade à perda de seus territórios e com ele, a base material de suas antigas identidades; são exaltados como "nossos antepassados" (uma forma de negar sua presença); "nossos irmãos indígenas" (aqueles que necessitam da nossa caridade, e não de políticas estatais vigorosas e promotoras da dignidade); e "a raça guarani" (a negação da diversidade e da pluralidade do Paraguai - tradução livre).

componentes da identidade paraguaia nos cenários festivos e em palcos oficiais – mesmo que o discurso nacionalista exalte a "raça guarani", a ideologia nacionalista também evoca os Maká para representá-la. (BENITEZ, 2016, p. 71, 60 e 61).

Cabrera (2015, p. 40), ao tratar de filmes em e sobre o mundo Guarani, aponta que, apesar de várias produções incluírem os Guarani na narrativa, muitos deles utilizaram outros grupos indígenas ou atrizes⁄atores não indígenas para representá-los. Como exemplo, o autor destaca que em alguns filmes de Armando Bó[81], que fazem referência aos Guaranis, tem a participação de indígenas Maká. Cabrera completa sua observação pontuando que não é difícil encontrar nos livros escolares fotografias dos Maká com legendas indicando que são Guarani.

Nesse sentido, compreende-se que a construção do imaginário da identidade nacional, através de discursos oficiais, apropria-se de diferentes elementos da alteridade e os reinventa de acordo com seus interesses. No caso paraguaio, podemos perceber que o nacionalismo universaliza o povo na categoria de "raça guarani" e, para representar o "passado", a romantiza utilizando-se, por exemplo, da estética dos Maká adornados. Assim, se reduz a multiplicidade de etnias e culturas a uma categoria supraétnica, ou seja, que não considera as especificidades das diferentes etnias e suas culturas, bem como, das diferentes situações a que os diferentes grupos indígenas estão expostos, como é o caso de muitas comunidades indígenas que estão em situação de rua sujeitas à mendicância, às drogas, à prostituição e à miséria[82].

A seguir, partindo dos pressupostos pontuados, sobretudo, por Seiferheld (2011), que colocam em foco a negação da diversidade e da pluralidade no Paraguai, bem como o conjunto de imaginários e violências que isso envolve, buscaremos evidenciar empiricamente essas questões a partir de representações com referências indígenas (estátuas, artesanatos, murais) e da situação de comunidades indígenas Avá-Guarani na cidade de *Asunción*, assim como da situação de indígenas Maká em *Asunción* e *Ciudad del Este*, que negociam e tem negociadas suas identidades entre múltiplas fronteiras.

---

[81] Nascido em Buenos Aires – Argentina 91914-1981), foi um diretor de cinema, ator e produtor. É conhecido na América Latina por filmes eróticos que realizou, protagonizados por Isabel Sarli (MUSEO CASA ROSADA, *online*). Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/secretariageneral/museo-casa-rosada/iconos-argentinos/armando-bo.

[82] Exemplo desses casos, é a situação de grupos Avá Guarani e M'byá Guarani em Ciudad del Este, que pode ser conferida nas notícias via seguintes endereços eletrônicos: 1) https://www.ultimahora.com/los-indigenas-viven-la-calle-y-total-abandono-ciudad-del-este-n1132488.html. 2) http://www.abc.com.py/edicion-impresa/interior/indigenas-en-cde-droga-y-prostitucion-558510.html.

AS GEOGRAFIAS AUSENTES DOS DISCURSOS NACIONAIS PELAS RUAS DE *ASUNCIÓN*

Em um trabalho de campo realizado em *Asunción*, capital paraguaia, no ano de 2018, nos deparamos com algumas situações que nos remeteram a constatações elencadas no que discutimos até aqui. A presença da imagem indígena é muito forte nos locais que buscam elucidar a identidade paraguaia, sejam eles públicos ou privados. Nas imagens, a seguir, apresentamos uma fotografia de estátuas acorrentadas, feitas de madeira, e representando indígenas, sendo vendidas em uma loja de artigos "folclóricos" nacionais (Figura 1).

Figura 1 - Estátuas à venda em loja de *Asunción*.

Fonte: trabalho de campo, 2018.

Na fotografia seguinte, mostramos um mural feito em um edifício no centro de *Asunción*, fazendo referência ao indígena (Figura 2). Este é um dos murais espalhados pela capital *Asunción* que nos chamaram a atenção. Foram pintados por diversos artistas no Festival Latino Americano de Arte, ocorrido em 2016. O tema central do evento foi "*Descubriendo el Paraguay*" e teve como intuito trazer a flora, a fauna e a identidade de *Asunción* Pré-Colombiana[83]. Essas imagens podem produzir um efeito contraditório se refletirmos as articulações entre as identidades étnicas e a identidade nacional no Paraguai: ao mesmo tempo em que podem contribuir para visibilizar os sujeitos indígenas como legítimos do território, na ausência de um olhar crítico no senso comum, acabam sendo relacionadas aos discursos do imaginário nacional no cotidiano das pessoas paraguaias e, também, certamente, de turistas.

Figura 2 - Pintura de indígena em edifício no centro de *Asunción*,

Fonte: trabalho de campo, 2018.

[83] Informações coletadas da página da *Dirección General de Cultura y Turismo de Asunción*. Disponível em: http://cultura.asuncion.gov.py/direccion-general/recorrido-lo-murales-del-latidoamericano.

Nas ruas de *Asunción*, por onde andamos, essas imagens contrastam com famílias indígenas acampadas em praças, tomando banho e lavando roupa na rua entre os carros, pedindo esmola, e fazendo protestos denunciando as violações de seus direitos e o roubo de seus territórios. Essas territorializações de emergência são capazes de nos mostrar as contradições existentes entre os discursos estereotípicos e a realidade concreta, rasurando a identidade nacional produzida em tom de harmonia e de ausência de tensões. Enquanto são exaltados no folclore nacionalista, os indígenas permanecem em situações precárias pela falta de políticas públicas que garantam seus direitos e seus territórios. É o caso de famílias indígenas que encontramos acampadas precariamente em barracas de lona numa praça de *Asunción*, provavelmente por conta de ameaças em conflito de terra, já que, durante a semana em que estivemos na cidade, presenciamos nas ruas da capital um protesto de indígenas reclamando essa questão[84].

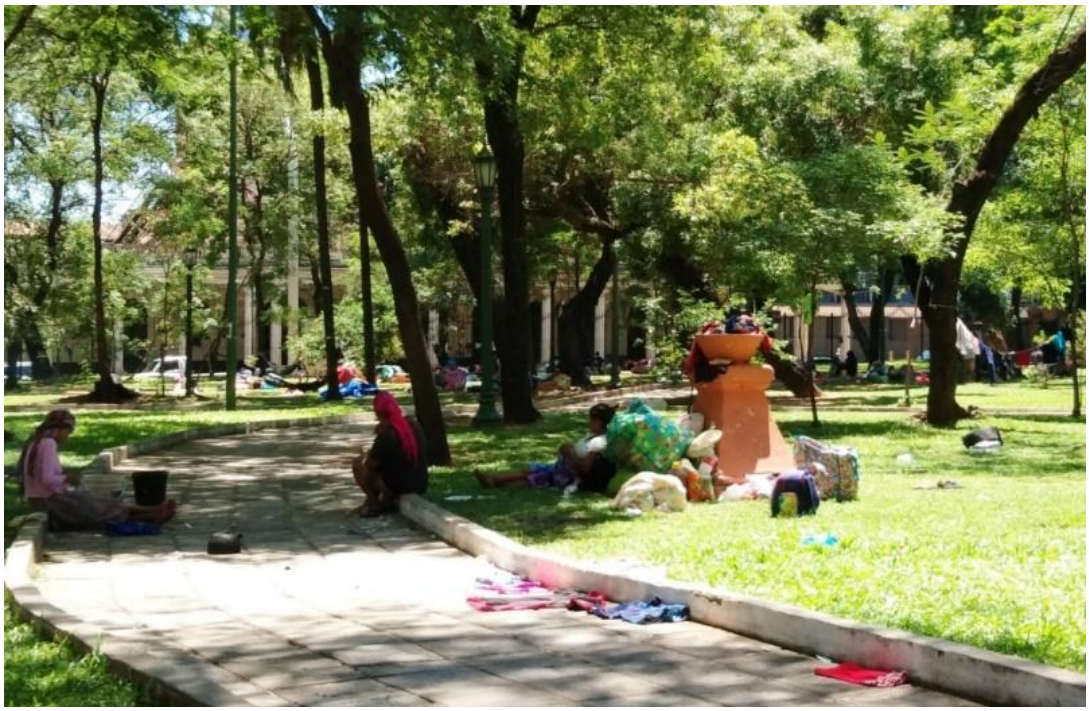
Nos arredores dessa mesma praça, nos deparamos com mulheres e crianças indígenas tomando banho e lavando a roupa no canteiro que divide uma avenida, e também crianças indígenas vendendo balas ou pedindo esmola.

Figura 3 - Crianças indígenas em rua de *Asunción*.

Fonte: trabalho de campo, 2018.

[84] Segundo noticiários nacionais, os protestos de povos indígenas no Paraguai têm se prolongado para denunciar o descaso do Estado paraguaio frente aos conflitos que os expulsam de suas terras. Um desses noticiários pode ser conferido no seguinte endereço: https://www.ultimahora.com/unos-90-litigios-conflictos-tierras-nativas-duermen-indert-n 2793212.html.

Figura 4 - Indígenas acampados na Praça Uruguay, *Asunción*.



Fonte: trabalho de campo, 2018.

Alguns meios da imprensa paraguaia têm emitido notas pejorativas e preconceituosas acerca da situação e dos protestos dos povos indígenas na capital *Asunción*. Em abril de 2019, o periódico paraguaio ABC COLOR publicou um texto titulado "Repudiable indiferencia ante la situación inhumana de los nativos"[85], no qual, apesar situação desumana em que se encontram as pessoas indígenas por conta da invasão de suas terras, afirmava que as comunidades indígenas:

> *Se instalan en las plazas céntricas de Asunción y vegetan allí durante meses, viviendo en medio de promiscuidad y precariedad de servicios, destruyendo el espacio público, rodeados de la inmundicia que ellos mismos crean, exhibiendo situaciones humanamente inaceptables, como el alcoholismo, la prostitución, el raterismo y, últimamente, también la actitud agresiva, hostil, violentando normas elementales de convivencia ciudadana e, incluso, normas legales. No menos preocupantes son los niños y adolescentes que los acompañan y que están aprendiendo todos los vicios y delitos que se cometen en el ámbito urbano y aficionándose, lamentablemente, al modo de vida de pordioseros, vagos, buscavidas y marginales de todo tipo.* (ABC COLOR, 2019).

[85] Disponível em: https://www.abc.com.py/edicion-impresa/editorial/repudiable-indiferencia-ante-la-situacion-inhumana-de-los-nativos-1789504.html.

Podemos ver que o texto do periódico utiliza uma série de conotações negativas para se referir às pessoas indígenas, acusando-as de destruidoras do espaço público, praticantes da promiscuidade, da imundice, do alcoolismo, da prostituição, da mendicância, do roubo e da violência, definindo-as como agressivas e hostis. Afirma que elas mesmas produzem essas situações que são "humanamente inaceitáveis" e que ferem a convivência "cidadã" e normas "legais". Portanto, a situação desumana apontada no título da notícia acaba por adquirir outro tom, atribuindo às/aos indígenas a culpa de promover situações desumanas na cidade, ou seja, da "imundice que eles mesmos criam". Isso demonstra que a territorialização indígena, enquanto manifestação de luta e (re)existência de outro modo de ser pelos seus direitos territoriais, é incompreensível e distorcida quando lida através da lente moderno-ocidental-colonial-capitalista:

> Ali, em cada acampamento, corpos expõem e são expostos a estranhamentos, a perscrutações de condenação, seja pelo território que ocupam, pelas roupas que usam, pela comida já plantada, seja pela língua incompreendida. Junto aos corpos, casas-barracos – e em alguns casos bicicletas e carros velhos ou carroças pequenas – formam a paisagem em sua aparente totalidade; lidas através das "epistemologias" moderno-contemporâneas ocidentais, são gentes pobres com suas coisas também pobres. (GOETTERT, 2013, p. 225).

Como vimos no relato do periódico ABC COLOR (2019), são gentes histórica e geograficamente empobrecidas, acusadas de criadoras de sua própria pobreza e de sua própria condição, nos revelando um estranhamento violento de uma sociedade que, inventada a partir de uma estória[86] oficial, quer fazer desconhecer e desconhecidas outras estórias e, portanto, tanto invisibiliza o outro quanto as raízes de si mesma.

Assim, os indígenas são colocados em uma situação de não-humanos, com um modo de vida vago e marginal, repudiáveis e inaceitáveis para a sociedade paraguaia portadora da "norma", da "cidadania", da "civilidade" e da "humanidade". Nesse sentido, parece que os povos indígenas são bem-vindos à cidade e à sociedade paraguaia apenas em forma de imagem e imaginário folclóricos: em estátuas, murais, músicas e demais artigos nacionalistas e mercadológicos.

[86] Utilizamos os termos "estória" e "estórias" em diálogo com Massey (2008).

Enquanto “não-humanas”, as pessoas indígenas devem permanecer escondidas no mato e em um passado petrificado, pois a cidade e a sociedade paraguaia não são o seu lugar – apenas o são para vendê-las, enquanto alegorias de um passado que deve, definitivamente, submergir para sempre. Esse mato agora é tomado pelo avanço do agronegócio, expulsando e ameaçando a vida de diversas comunidades indígenas, mas que não *mata* um *outro passado*, pois pela ação indígena (re)existe à petrificação e é *escovado* (também o espaço) *a contrapelo* (BENJAMIN, 1993). A força da memória e das práticas da (re)existência permanecem vivas, presentes e atuantes, mesmo que ainda vistas, todavia, negativamente pela sociedade envolvente.

No registro fotográfico a seguir (Figura 5), roupas das pessoas indígenas estão penduradas na cerca de uma praça. O que podemos refletir sobre esse ato? Enquanto forma de delimitação, a cerca é apropriada e ressignificada para tornar-se um varal de roupas, adquirindo outro valor de uso e outro conteúdo. Esse simples ato cotidiano de lavar e pendurar roupas, porém, numa praça pública, revela a potencialidade e necessidade política de contornar ou aprender a viver no limite, noções apontadas por Haesbaert (2007).

Figura 5 - Roupas indígenas em cerca em praça central em *Asunción*.

Fonte: trabalho de campo, 2018.

Goettert (2013) traça alguns sentidos importantes da mobilidade indígena, pensada a partir desses acampamentos e, também, a partir do pendurar roupas na praça. Segundo o autor, as brechas entre propriedades privadas e corredores públicos, a mobilidade dos acampamentos indígenas transcende temporalidades-territorialidades "brancas-ocidentais", pressupondo um território móvel e em condição precária de inexistência. Essa manifestação de "geografias minoritárias" mostra uma "condição espacial de "desvio", "sem lugar" e até mesmo "a-espacial" junto à geografia dominante. Por outro lado, essa condição intersticial, para além dos acampamentos, se torna uma experiência constante e potencializada de [r]existência que se tece em atos-território. Assim, um varal com "roupas índias[87]" na praça, "[...] é indicativo da persistência da mobilidade como condição de (re)existência para o *ficar*" (GOETTERT, 2013, p. 222-234, grifo do autor).

As roupas índias também rasuram as imagens e imaginários que representam os indígenas, na maioria das vezes, sem roupas ou com roupas tradicionais. Ali na praça, em seus arredores, e nas ruas da capital, as roupas sendo lavadas, penduradas, guardadas em bolsas nos acampamentos e vestidas por corpos-índios, territorializam o tempo presente dessas comunidades e a cultura em movimento. Roupas *comuns* junto aos corpos-índios em movimento que desterritorializam e desconfortam o olhar dominante, aquele que apresenta os povos indígenas com disfarces que generalizam e apagam a multiplicidade étnica, exotizando e congelando os povos nativos no tempo/espaço.

Portanto, talvez seja necessário, em análise densa e crítica aos espaços de poder, como em uma praça pública, *escovar a contrapelo* não apenas a história (como sugere Walter Benjamin, 1993), mas também a geografia, considerando, então, como nossa tarefa *escovar a geografia a contrapelo*. Vejamos:

> A empatia com o vencedor beneficia sempre [os] dominadores. [...] Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. (BENJAMIN, 1993, p. 225).

[87] Termo utilizado por Goettert (2013).

Por isso, salienta o autor, logo adiante: “Considera sua tarefa [o materialista histórico] escovar a história a contrapelo” (*Idem*). A ocupação da praça pelos indígenas atribui outro sentido espacial ali. O pretenso espaço homogêneo, estase e fixo, calcado na hegemonia ocidental-capitalista, é, mesmo que momentaneamente – e a vista *constrangedora* do "mundo urbano" (que é, por excelência, o centro irradiador da dominação) - ocupado por aquelas e aqueles que a própria designação dele pressupõe: o público, pois que é praça (espaço) pública (público). Assim, como ato desreterritorializador, anuncia uma outra estória-geografia (MASSEY, 2008), a não contada como coetânea pelos considerados vencedores. Ali, naquela praça, indígenas rasuram o território do dominador através de uma geograficidade crítica que presentifica um *aqui* que é *agora* e que (re)existe à marginalização e à imobilidade no tempo e no espaço. Assim, ao geografizarem-se, fazem testemunhar a heterogeneidade e escovam o espaço dominante e oficial a contrapelo, rasurando uma geografia que os atravessa, os fragmenta e os produz como inexistência ou realidade fictícia - ou, como evoca o próprio Benjamin, como "bem cultural" (a própria praça, mas também as/os indígenas).

CORPOS-TERRITÓRIOS MAKÁ ENTRE FRONTEIRAS ÉTNICAS E NACIONAIS

Nativos da região do Chaco paraguaio, os Maká migraram ao longo do tempo, e, atualmente, a maior parte vive em cidades fronteiriças, como Mariano Roque Alonso, a capital *Asunción*, *Encarnación*, na fronteira com a Argentina, e *Ciudad del Este*, na fronteira com o Brasil. As gentes Maká sobrevivem, sobretudo, da venda de seu artesanato. Homens e mulheres costumam vender seus produtos nas ruas movimentadas das cidades, sobretudo onde circulam turistas. Os artesanatos que costumam fazer são bolsas e pulseiras coloridas, cocares, colares, flautas, objetos de decoração, entre outros. Durante as vendas, algumas pessoas Maká costumam utilizar adornos como cocares, pois, além de singularizarem a identidade indígena, a tornam estratégica para as vendas, chamando a atenção de turistas.

Em nossas caminhadas pela cidade de *Asunción*, encontramos indígenas Maká vendendo artesanato na área central da capital, próximos a praças e a monumentos nacionais como o *Panteón Nacional de los Héroes*.

Figura 6 - Mulheres Maká vendendo artesanato em praça central em *Asunción*.

Fonte: trabalho de campo, 2018.

No entanto, a primeira vez que encontramos os Maká foi em Foz do Iguaçu, no ano de 2016, em trabalho de campo para a pesquisa de TCC sobre o trabalho ambulante na fronteira, que foi ampliada como pesquisa de mestrado. Dois homens com cocar vendiam artesanato nas proximidades da entrada do Parque Nacional do Iguaçu, onde se encontram as Cataratas do Iguaçu, destino turístico reconhecido internacionalmente. Os Maká estabelecidos nessa região, aproximadamente vinte famílias, vivem numa comunidade em *Ciudad del Este* e vendem seus artesanatos transitando diariamente entre os três países da Tríplice Fronteira. Costumam oferecer seus trabalhos nas proximidades de lugares turísticos como as Cataratas do Iguaçu e nas ruas em que há maior fluxo de turistas. Quando os avistamos pela primeira vez, pensamos se tratar de indígenas Guarani, pois o mercado turístico costuma, em algumas ocasiões, fomentar propagandas da região como "terra guarani". Numa loja de lembranças para turistas de Puerto Iguazú, por exemplo, encontramos um pequeno frasquinho de vidro, em formato de garrafa, com terra vermelha dentro. Nele, estava pintado "*tierra guarani*". Somente na ocasião dos trabalhos de campo do mestrado, que descobrimos que esses sujeitos pertenciam à etnia Maká. Tampouco sabíamos, até então, que essa etnia também estava presente na Tríplice Fronteira.

Se na Tríplice Fronteira isso acontece por conta da promoção do território pelo mercado turístico, que se utiliza de um "imaginário" sobre a cultura guarani no Paraguai como um todo, isso acontece também por conta da identidade nacional construída com referências ao guarani. Por isso, nos trabalhos de campo que realizamos, não foi difícil encontrar nas lojas que vendem "lembrancinhas" dos lugares, tanto nas cidades da Tríplice Fronteira quanto em *Asunción*, artigos com referência aos indígenas.

Segundo Canclini (1982, p. 97), o turismo invoca uma fascinação nostálgica pelo rústico e pelo "natural", o que inclui um imaginário que concebe a natureza e as pessoas indígenas como "museus viventes". Esse tipo de imaginário é pautado numa construção ocidental-colonial sobre a alteridade, que a concebe como exótica e que a aprisiona simbolicamente em lugares fechados, etnicamente puros e culturalmente tradicionais e intocados (HALL, 2006, p. 79-80).

Algumas comunidades indígenas, como os Maká, se apropriam desses imaginários construídos sobre si mesmos para conseguirem sobreviver, seja na venda de artesanatos ou fazendo "shows" folclóricos. Segundo Benitez (2016, p. 72), "*desde del inicio del relacionamiento con la población paraguaya los Maká transformaron su propia imagen en mercancía*". Aproximamo-nos, nesse sentido, de Canclini (1982, p. 17), em que situações como essas demonstram a apropriação desigual de capital cultural, uma vez que, enquanto os imaginários sobre os indígenas são utilizados pelos setores hegemônicos para o lucro e para a manutenção de seus projetos ideológicos de poder, os próprios indígenas acabam utilizando-os para poder sobreviver e, muitas vezes, ainda de forma precária.

Esse relacionamento dos Maká com a população paraguaia envolve a mobilidade entre fronteiras étnicas e nacionais que permeiam a produção do nacionalismo e, portanto, atravessadas pelo Estado nacional que, por sua vez, se constrói utilizando-se de determinados elementos da etnia guarani para reforçar uma suposta "raça" que constituiria uma "homogeneidade" imaginária para a nação.

A nacionalização de elementos da etnia guarani acaba criando modalidades de identificação que escondem a multiplicidade de povos presentes no Paraguai, generalizando-os na categoria "índio" ou "Guarani, nosso antepassado". Por isso, os Maká, muitas vezes, acabam sendo identificados como Guarani e, assim, o imaginário da "raça guarani", enquanto ideário nacional, se territorializa em seus corpos. Isso implica compreender os corpos como espaços geográficos que são constituídos em uma

constelação de relações, sentidos e objetos, e que são territorializados, desterritorializados e reterritorializados por modalidades de identificação, fluxos de poder e de significados que os colocam em negociação com outros espaços (SILVA e ORNAT, 2016, p. 63-64).

A situação observada por Benitez (2016) e por Cabrera (2015), na qual a imagem dos Maká acaba sendo referência para a representação do “ser indígena” no Paraguai, chegando a representar os próprios Guarani, “antepassados legítimos” dos paraguaios na história oficial, nos permite refletir que os corpos são espaços fundamentais para a produção dos marcadores de identidade e diferença, e, consequentemente, para a demarcação e legitimação das fronteiras, processos que se tecem desde a escala do corpo à global, passando pela "inter-nacional". O fato, apontado por Benitez (2016), dos Maká serem uma referência imediata do indígena no Paraguai pela facilidade de encontrar adornos étnicos que esta etnia produz e vende para sobreviver, reforça a compreensão dos corpos enquanto territórios e nos chama a considerar os objetos como parte dessa geografização. Essa questão se aproxima do exposto por Sundberg (2017, p. 15), que entende que os corpos e seus comportamentos são lugares da construção da nação e da demarcação de fronteiras entre “nós” e “eles”, uma vez que a geopolítica também é reproduzida na escala do cotidiano.

Vejamos: os Maká, ao viverem há um tempo considerável no "entorno" urbano, sobrevivem da venda do seu artesanato, que inclui adornos étnicos. Os adornos, por sua vez, constituem atrativos para turistas e apresentam uma estética indígena “desejável” para o imaginário nacional. Os grupos Guarani que presenciamos em trabalho de campo, e que aparecem nas matérias dos periódicos nacionais, por sua vez, estão acampados nas áreas urbanas devido a desterritorializações forçadas pelo avanço do agronegócio no campo. São grupos que vivem da agricultura de subsistência. Na praça ou na rua, em condições precárias e em situação de protesto através de uma reterritorialização emergencial, não aparecem utilizando adornos ou sobrevivendo exclusivamente do artesanato. Nas vezes que os encontramos em praças e ruas, presenciamos mulheres e crianças estendendo suas mãos para desconhecidos pedindo esmola ou vendendo balas. Suas roupas eram “comuns”, e não usavam cocar. Em alguns casos as roupas estavam velhas, rasgadas e, no caso das crianças, sujas da terra vermelha da praça, que também colore seus corpos brincantes. Crianças indígenas também gostam de brincar na terra, mas suas marcas são lidas pelo imaginário

dominante como imundície, sujeira e descuido. Mas a geografia indígena-guarani construída na praça também estava composta de roupas lavadas secando na cerca, e de seus sujeitos tomando banho na rua, ainda que em condições precárias devido à violação de seus direitos territoriais e, portanto, humanos.

Esses atos descaracterizam a estética harmoniosa que a sociedade nacional deseja presenciar ou mostrar para os turistas. São atos que varrem a contrapelo a sua invenção e expressam conflitos e tensões existentes entre povos indígenas e as políticas territoriais do Estado e dos agentes dominantes e, por isso, são considerados como promiscuidade, destruição do espaço "público" e desordem de indígenas marginais, como descrito pela matéria do ABC COLOR, citada em páginas anteriores. Essas "leituras" que distorcem e desumanizam os corpos, comportamentos e práticas espaciais dos indígenas,e ordenam processos opressores de exclusão. Sobre isso, Sundberg (2017, p. 15) afirma que as concepções cotidianas de pertencimento nacional e suas fronteiras geopolíticas se produzem referenciadas em um conjunto também de normas íntimas, naturalizadas no sentido comum. A partir dessa concepção, assinala que:

> *El criterio cultural que alimenta los sistemas cotidianos de distinciones geopolíticas toma en cuenta las nociones naturalizadas del comportamiento del cuerpo y de la higiene. Las expresiones narrativas y las prácticas espaciales establecen el lugar de pertenencia de los objetos íntimos de la vida diaria y el modo en que el cuerpo se relaciona con ellos y opera para establecer un orden social: una conducta apropiada en relación a esos objetos ha definido pertenencia, mientras que el comportamiento considerado inapropiado ordena de forma abrumadora los discursos y prácticas de exclusión.* (SUNDBERG, 2017, p. 26)[88].

Todavia, quando analisamos que os Maká correspondem a um referencial mais esperado pelo imaginário nacional, não queremos afirmar que estes não sejam vítimas de processos de discriminação e precarização da vida pelo estabelecimento colonialista do Estado e das sociedades nacionais, ou que sejam passivos frente a isso. Sua identidade e suas formas de desreterritorialização se tornam estratégicas para negociar suas posições nas relações de poder. Os corpos não são passivos perante o poder de outros espaços, mas "lugares de aglutinação de negociações externas e internas do poder". (SILVA e ORNAT, 2016, p. 64).

[88] O critério cultural que alimenta os sistemas cotidianos de distinções geopolíticas leva em conta as noções naturalizadas do corpo e da higiene. As expressões narrativas e as práticas espaciais estabelecem o lugar de pertencimento dos objetos íntimos da vida diária e o modo em que o corpo se relaciona com eles e opera para estabelecer uma ordem social: uma conduta apropriada em relação a esses objetos tem definido pertencimento, enquanto que o comportamento considerado inapropriado ordena de forma opressora os discursos e práticas de exclusão (tradução livre).

> Os corpos, assim, são constituídos dentro de uma constelação de relações de objetos (como a família, o estado, a arte, a nação e assim por diante). Os corpos não são espaços passivos sobre os quais o poder de outros espaços se realiza. Pelo contrário, os corpos também produzem espaço, seus próprios mapas de desejo, gozo, prazer, dor, amor e ódio. Os corpos em permanente processo de negociação com outros espaços ajustam suas posições no mundo, sendo, também eles lugares de aglutinação de negociações externas e internas do poder. (SILVA e ORNAT, 2016, p. 64).

Nessa perspectiva, utilizar, exibir e produzir adornos e artesanatos, combinados aos seus corpos indígenas, para vender aos turistas em lugares movimentados, é uma estratégia de sobrevivência construída pelos Maká. Através desses objetos e práticas em lugares determinados, performam a paisagem da geografia imaginada e inventada pelos dominantes. É uma forma de negociar com o espaço do colonizador para sobreviver. Não importa se os espectadores (fazendo uma alusão à sociedade do espetáculo de Guy Debord) irão identificá-los como guarani ou simplesmente "índios", ou se seus artesanatos irão servir como objetos de "lembrança" de um Paraguai construído como fruto da "raça guarani" ou de uma América "índia", "exótica" e "selvagem". Essa é a expectativa do olhar ocidental colonizado, que é colonizador, que territorializa, também, os Maká nesses imaginários. A expectativa dos Maká é a de vender seus produtos para sobreviver, já que a venda de artesanato é uma das poucas alternativas para quem é colocado à *margem* da sociedade. Das vezes que conversamos com alguém Maká, questionando à qual etnia pertencia, nunca os ouvimos se identificar como guarani ou paraguaio, mas, sim, como Maká. Porque, definitivamente, as fronteiras étnico-nacionais, da forma como estão estabelecidas, concebidas e representadas, atravessando os corpos, são criações dos não indígenas, e revelam mais uma nuance do que Grada Kilomba (2019) pontua como fantasias coloniais sobre raça e territorialidade. "Trata-se de uma construção na qual "raça" é imaginada dentro de fronteiras nacionais específicas e nacionalidade em termos de 'raça'" (p. 111).

Terminemos esse tópico com duas fotografias (figuras 7 e 8) emblemáticas sobre essa questão, registradas em trabalho de campo em 2018. Ambas são do local onde mora a comunidade Maká em *Ciudad del Este*. Nesse dia, ao chegarmos nas redondezas da comunidade, perguntamos para uma jovem Maká, sentada na calçada da rua, com quem poderíamos falar para conhecer o local e adquirir seus artesanatos. Identificamos a jovem como Maká pela saia colorida e longa que usava, uma das vestimentas

marcantes que as mulheres Maká costumam usar. Ela, prontamente, chamou o líder que nos recebeu muito bem, convidando-nos para entrar na comunidade. Num espaço estreito, como se vê na segunda fotografia, a seguir, entre os barracos amontoados, nos receberam duas mulheres, acompanhadas de uma criança, com grandes bolsas com os artesanatos que produzem para vender.

Figura 7 - Entrada da Comunidade Maká em *Ciudad del Este* – Paraguai.

Fonte: trabalho de campo, 2018.

A primeira fotografia (Figura 7) mostra a fachada, a parte exterior de onde moram. A segunda (Figura 8), torna visível o interior, os barracos, as roupas, os artesanatos e as gentes Maká. Essas imagens demonstram a condição marcante e problemática dos Maká. A fachada, construída pelo governo municipal na entrada da comunidade que se assentou em terreno cedido pela *Municipalidad* (prefeitura), em contraste com o seu pequeno interior, onde moram os Maká em barracos apertados de madeira velha e lona, com esgoto a céu aberto, denuncia a contradição, expressa na dualidade exaltação-degradação, entre discurso nacional e a situação precária em que vivem os povos indígenas.

Figura 8 - Mulheres, e criança Maká, mostrando seus artesanatos no interior da comunidade em *Ciudad del Este*.

Fonte: trabalho de campo, 2018.

Ao final desse encontro, perguntamos para o líder Maká se aparecem turistas para conhecer a comunidade. Ele nos respondeu que "não", porque ali "não tem natureza". *Ali* é lugar de revelação da fronteira da civilização, aquela "demarcada pela barbárie que nela se oculta." (MARTINS, 2019, p. 11), pois, essa "natureza" que os não indígenas enxergam nos Maká "sumiu" atrás das cercas de propriedade do território branco. A fronteira, na aparência exótica, parece harmoniosa. Mas essa aparência, quando varrida a contrapelo, se revela como uma "[...] maquiagem dos arcaísmos mais desumanizadores (idem, p. 13)" na prática de uma sociedade que se coloca como "civilizada".

A "natureza" dessa comunidade Maká no tempo presente, que nas veredas dos atrativos turísticos trabalham bastante para sobreviver, são as ruas e suas beiras-calçadas que servem como ponto de venda de seus artesanatos. São as moradias que vivem em precárias condições na cidade. Como forma de sobrevivência, os Maká negociam essa fronteira da civilização nas suas interações com não indígenas, demonstrando o que Martins (2019, p. 147) pontua; isto é, a reelaboração de sua "relação com a natureza com sua cultura e com suas concepções".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nossa análise objetivou identificar as fronteiras e articulações entre identidades étnicas e nacionais na construção do nacionalismo paraguaio. Nesse processo, geografias indígenas dos Maká e dos Guarani (re)existem, se reinventam, negociam e tensionam o projeto nacional, que, enquanto projeto colonial, pretende inventar uma geografia homogênea que ordena as diferenças e inventa o *outro* a partir de seus interesses. Essa territorialização é violenta e corresponde à produção de uma geografia racista que se concretiza pelo preconceito, discriminação e pela segregação racial, essenciais, segundo Casanova (2015, p, 143), à exploração e correspondentes psicológicos e políticos tipicamente coloniais. A raça, nesse sentido, opera como um marcador fundamental no processo de colonização que hierarquiza a diversidade humana, conforme os interesses do colonizador (QUIJANO, 2005).

Isso corresponde ao fato de que, nos países latino-americanos, a constituição dos Estados nacionais e suas ideologias, são marcadas historicamente pelo colonialismo, produzindo o que se pode chamar de um colonialismo interno, que, segundo Casanova (2015, p. 146) "[...] corresponde a "*una estructura de relaciones sociales de dominio y explotación entre grupos culturales heterogéneos, distintos*". Assim, o colonialismo deve ser compreendido enquanto "[…] *un fenómeno que no sólo es internacional sino intranacional*" (p. 130). Nesse processo, inventa-se o outro numa lógica binária que busca reprimir as diferenças ao excluir a hibridez, a multiplicidade e a ambiguidade das formas de vida concretas (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 169).

A identidade nacional enquanto um projeto de identidade que se quer "homogênea", invisibiliza a multiplicidade étnica dos povos indígenas, fortalecendo uma imagem genérica e estereotipada dos mesmos. No caso tratado, vimos que os imaginários vinculados a essa construção também escondem os conflitos com a sociedade não indígena e as diferentes realidades dos povos indígenas, sobretudo nos casos em que se encontram em situações precárias e de miséria. Afinal, essas narrativas não estão interessadas em mostrar as situações precárias e a exclusão socioespacial que tanto os Maká, como os Guarani e outros povos indígenas sofrem, por conta de séculos de invasão, expropriação, violência e morte física, cultural e territorial, processo em que o Estado tem papel central. Essas geografias do sofrimento, mas também da (re)existência, são ausentes nos discursos nacionalistas. Assim, esses imaginários

nacionalistas, que estabelecem a fronteira nacional, invisibilizam as fronteiras étnicas para viabilizar uma fictícia homogeneidade a seu favor.

No Paraguai, ainda que a cultura Guarani tenha se tornado símbolo nacional, acaba ocupando uma posição marginalizada e sendo alvo de preconceitos e estereótipos por alguns setores da sociedade paraguaia, por imigrantes residentes no país e estrangeiros, sobretudo das áreas fronteiriças, como é o caso dos brasileiros. Ou seja, por mais que o *guarani* (povo, língua, cultura...) seja símbolo da identidade nacional, isso não quer dizer que as comunidades indígenas Guarani sejam respeitadas, incluídas e tenham seus direitos garantidos pelo Estado e pela sociedade envolvente. Tampouco, que o seu modo de ser tenha sido adotado pelo projeto nacional. Pelo contrário, muitas comunidades se encontram em situação de miséria, precariedade, violência e exclusão, assim como tantas outras etnias presentes no país. Nesse sentido, a exaltação do Guarani como a "raça" fundadora da sociedade paraguaia se torna, com efeito de romantização, um discurso poderoso do projeto de homogeneização nacional que esconde os conflitos e as situações desumanas a que estão submetidos os povos indígenas.

Por fim, aqui procuramos mostrar que há uma contradição entre os discursos proferidos sobre a identidade nacional e a realidade socioterritorial dos povos indígenas no Paraguai. Nos discursos nacionais, os povos indígenas aparecem como passado, intocados, romantizados e exaltados. No território, no tempo presente, com raízes ainda muito fincadas ao passado colonial, são vítimas históricas da pobreza, da miséria, do preconceito e da violência. Portanto, esses discursos poderosos, além de legitimarem o processo de exclusão socioterritorial dos povos indígenas, também apagam a sua diversidade étnica e a sua existência presente. O suposto atraso dos indígenas no tempo, atrelado ao marcador de selvageria no imaginário dominante, ora pode ser levado como exótico, como no caso da imagem Maká (quando adornados e próximos aos pontos turísticos), ora pode ser levado como inferioridade, e até vagabundagem, como no caso dos Guarani acampados em *Asunción* e *Ciudad del Este*. Em qualquer uma dessas manifestações, revela uma fronteira que separa os que são humanos e cidadãos, dos que são considerados menos humanos e antepassados.

Dito isso, confrontamos discursos como o proferido pelo periódico ABC Color (2019) que acusa os povos indígenas como criadores das próprias situações lamentáveis em que se encontram em ruas e praças da capital *Asunción* e de outras cidades, pois, tais situações, nada mais são do que resultado de uma história e de uma geografia imposta

pelo colonialismo que condenou os povos indígenas à exclusão e ao esquecimento. As práticas indígenas, em contraponto, são a (re)existência e a reivindicação desses povos por reconhecimento e por políticas que assegurem melhores condições de existência.

A construção de discursos, como as narrativas nacionalistas, homogeneíza, romantiza e invisibiliza relações que são complexas e contraditórias. Assim, essa construção nega também a multiplicidade do espaço, que enquanto *simultaneidade de estórias-até-agora* é condição para políticas espaciais mais democráticas e que, por isso, exigem o reconhecimento da diferença (MASSEY, 2008; 2017). Para a geografia, então, coloca-se a urgência de construir e promover narrativas outras que reconheçam a situação indígena do tempo presente e a sua diversidade – sobretudo, aquelas construídas pelos próprios sujeitos indígenas.

A discussão sobre a construção da identidade nacional aos moldes do Estado-Nação moderno, a partir do caso paraguaio, também nos permite apontar a importância de aprofundar os debates sobre a plurinacionalidade no contexto latino-americano, perspectiva já adotada em políticas, debates e experimentações em países como Colômbia, Equador e Bolívia. Esse debate, que tem como centralidade uma "refundação do Estado", nas palavras de Santos (2010, p. 70), é uma necessidade civilizatória, e exige, conforme o autor, um diálogo intercultural que entrelace diferentes culturas e conceitos de tempo e de espaço. Nesse sentido, para ele, as democracias plurinacionais, que, todavia, são experimentações, nos convidam a pensar propostas necessárias para romper com algumas das tessituras coloniais que perpetuam a desigualdade e o não-reconhecimento da diversidade de epistemes *nativas* nos países latino-americanos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José L. C. **A dinâmica das fronteiras:** os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. São Paulo, SP: Annablume, 2010.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. *In:* BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 222-232.

BENITEZ, Marina Aurelia Cantero. **De plumas a estampados:** una configuración de la imagen maká. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-americanos. Foz do Iguaçu: Universidade Federal da Integração Latino-Americana, 2016.

CABRERA, Damián. Guarani in Film: Movies in Paraguayan Guarani, about and with Guaranis. **ReVista: Harvard Review of Latin America**, Cambridge, v. XIV, N .3, p. 40-42, 2015.

CANCLINI, Nestor García. **Las Culturas Populares en el capitalismo**. Ciudad de México: Editorial Nueva Imagen, 1982.

CASANOVA, Pablo González. **De la sociología del poder a la sociología de la explotación:** pensar América Latina en el siglo XXI. México, D. F.: Siglo XXI Editores; Buenos Aires: CLACSO, 2015.

DGEEC (Dirección General de Encuestas, Estadísticas y Censos). **III Censo Nacional de Población y Viviendas para Pueblos Indígenas**, 2012.

GOETTERT, Jones Dari. Mobilidades/Imobilidades na fronteira: trabalhadores, camponeses e indígenas entre Brasil e Paraguai. *In:* PAES; SILVA & MATIAS (Orgs.). **Geografias, políticas públicas e dinâmicas territoriais**. Ebook, 2013, p. 207-236.

HAESBAERT, Rogério. Multi/transterritorialidade e "contornamento": do trânsito por múltiplos territórios ao contorno dos limites fronteiriços. *In:* FRAGA, Nilson Cesar (Orgs.). **Territórios e fronteiras** – (re)arranjos e perspectivas. 2 ed. Florianópolis, SC: Insular, 2017, p. 19-36.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11 ed. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2006.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação.** Episódios de racismo cotidiano. Tradução Jess Oliveira. 1 ed. Rio de Janeiro, RJ: Cobogó, 2019.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira:** a degradação do outro nos confins do humano. 2 ed. 4ª reimp. São Paulo, SP: Contexto, 2019.

MASSEY, Doreen. Globalização: o que significa para a geografia? **Boletim Campineiro de Geografia**, v.7. n.1, p. 227-235, 2017.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço:** uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2008.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In:* LANDER, Edgardo *et al* (Orgs.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005, p. 117-142.

RUFFINELLI, Roberto L. Céspedes. Nombres de pueblos indígenas en la ciudad-texto-imaginario (Calles de Asunción, Concepción y Encarnación) *In:* **Paraguay:** Ideas, Representaciones & Imaginarios. 1 ed. Asunción, Paraguay: Secretaría Nacional de Cultura, diciembre de 2011, p. 147-174.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Refundación del Estado en América Latina:** Perspectivas desde una epistemología del Sur. Lima, Perú: Instituto Internacional de Derecho y Sociedad (IIDS) y Programa Democracia y Transformación Global, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 78, p. 3-46, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 63, p. 237-280, 2002.

SEIFERHELD, David Velázquez. Reparar el pasado. *In:* **Paraguay:** Ideas, Representaciones & Imaginarios. 1 ed. Asunción, Paraguay: Secretaría Nacional de Cultura, diciembre de 2011, p. 175-187.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. *In:* SILVA, Tomaz Tadeu da *et al* (Org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 73-102.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose. Corpo como espaço: um desafio à imaginação geográfica. *In:* PIRES, Cláudia Luísa Zeferino; HENDRICH, Álvaro Luiz; COSTA, Benhur Pinós da (Orgs.). **Plurilocalidades dos sujeitos:** representações e ações no território. Porto Alegre, RS: Compasso Lugar-Cultura, 2016, p. 56-75.

SUNDBERG, Juanita. Fronteras íntimas y geopolítica cotidiana en la zona fronteriza entre Estados Unidos-México. **Revista de Geografía Norte Grande**, n. 66, p. 9-32, 2017.

TELESCA, Ignacio; WILDE, Guillermo. Antiguos actores de un nuevo régimen: indígenas y afrodescendientes en el Paraguay de la Independencia. **Journal de la société des américanistes** (*online*), 97-2, p. 175-200, 2011.

A ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DOS AVÁ-GUARANI NOS ACAMPAMENTOS-*TEKOHA* DOS MUNICÍPIOS DE GUAÍRA E TERRA ROXA/PARANÁ[89]

Teresa Itsumi Masuzaki

INTRODUÇÃO

Nos municípios de Guaíra e Terra Roxa, estado do Paraná, vivem aproximadamente 1.800 indígenas (cerca de 470 famílias), que se autodenominam, em sua maioria, Avá-Guarani ou Guarani.

Os Avá-Guarani são um dos grupos atuais que pertencem ao tronco linguístico tupi-guarani. Conforme Ladeira e Faria (2016), os Guarani no Brasil estão classificados em três grupos: Kaiowa, Nhandeva e Mbya. Essa classificação tem relação com os lugares de origem, com a consaguinidade, com as performances rituais, com os processos históricos de contato, entre outros aspectos. Muitas dessas distinções estão relacionadas aos lugares e às regiões que ocupam ou buscam retomar. Entre os Avá-Guarani, encontram-se também algumas famílias Mbya e Kaiowa, devido ao surgimento de laços matrimoniais entre esses diferentes grupos.

Os Avá-Guarani estão organizados em 14 acampamentos-*tekoha*[90], sendo 8 no município de Guaíra (*tekoha Porã, tekoha Jevy*[91]*, tekoha Mangaratu, tekoha Karumbe'y, tekoha Mirin, tekoha Taturi, tekoha Y'hovy* e *tekoha Guarani)* e 6 no município de Terra Roxa *(tekoha Nhenhoete, tekoha Araguaju, tekoha Yvy Porã, , tekoha Yvyrati Porã, tekoha Tajy Poty* e *tekoha Poha Renda)* (Figura 1).

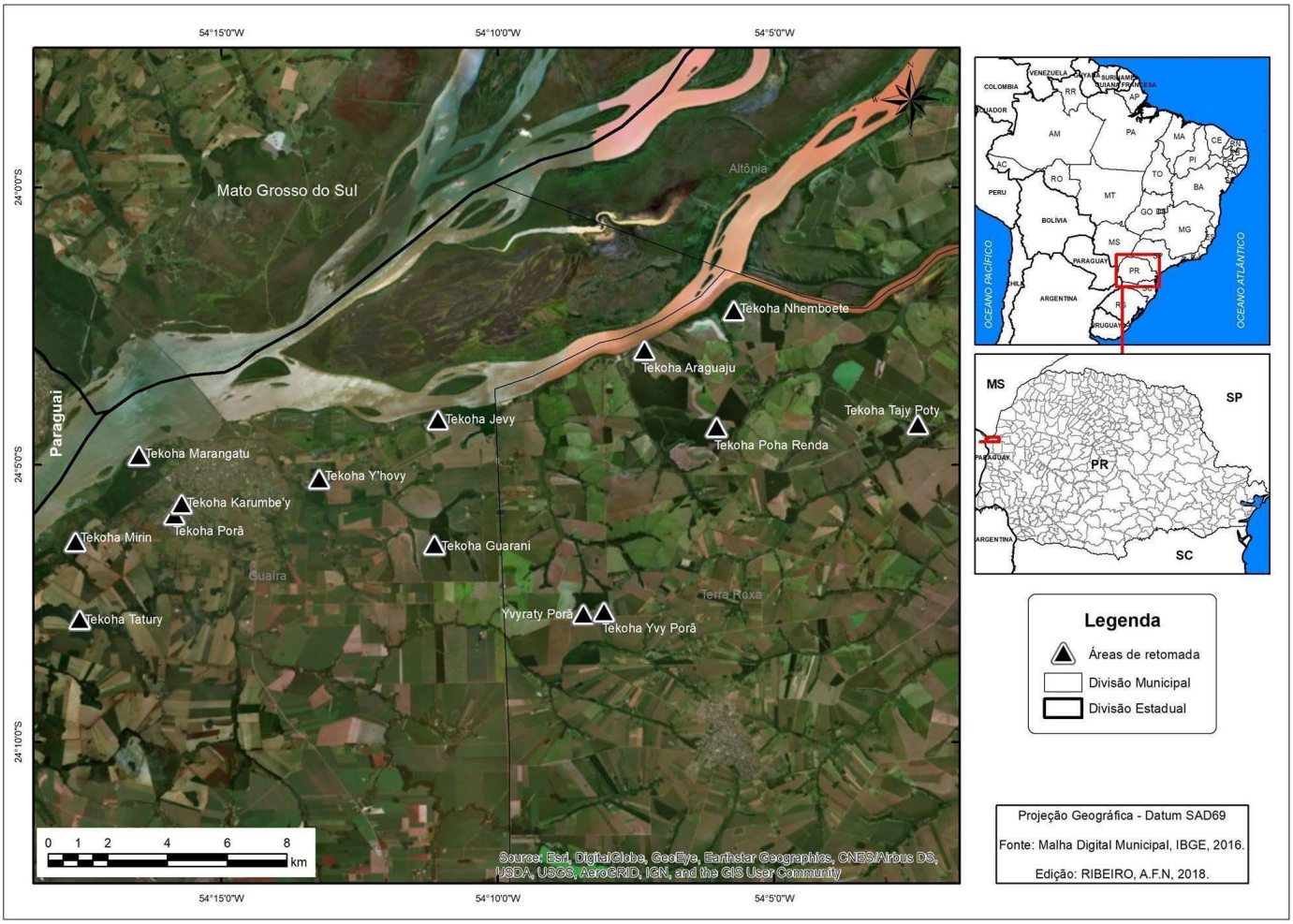
---

[89] Este trabalho é resultado parcial da tese de doutorado intitulada "A Organização Produtiva dos Avá-Guarani nos *Tekoha* dos Municípios de Terra Roxa e Guaíra/PR", defendida em 2019 no Programa de Pós-graduação – Doutorado em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados. (MASUZAKI, 2019). Tese encontra-se disponível em: http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/1289/1/TeresaItsumiMasuzaki.pdf.

[90] Acampamento-*tekoha*: "É a junção da ideia de acampamento, muito presente entre os indígenas, com o *tekoha*, pois estão territorializados em seus territórios étnicos ancestrais." (MOTA, 2015, p.23). Neste texto, acampamento-*tekoha* foi utilizado para evidenciar que os *tekoha* localizados em Guaíra e Terra Roxa não estão localizados no interior de uma reserva indígena ou Terra Indígena, pois a condição de acampamento é provisória e reinvindicatória. Ou seja, os indígenas estão territorializados em seus territórios étnicos ancestrais, mas ainda estão lutando pelo reconhecimento do seu território perante o Estado e a sociedade não indígena.

[91] Atualmente o *tekoha Jevy* denomina-se *tekoha Guata Porã.*

Figura 1 - Localização dos acampamentos-*tekoha* de Guaíra e Terra Roxa.



Os acampamentos-*tekoha* encontram-se em pequenos fragmentos florestais em áreas de reserva legal ou de proteção permanente, cercadas pelos imóveis do agronegócio ou pela periferia das cidades. As dificuldades de sobrevivência e existência dos indígenas nos acampamentos-*tekoha* ocorrem, principalmente, porque não há espaço suficiente para plantio, além da restrita disponibilidade de matas para coleta, caça e pesca. Portanto, ausência de terra/território é o principal obstáculo para a sua sobrevivência e existência dos Avá-Guarani.

O histórico de expulsão dos Avá-Guarani de suas terras acompanhou um conjunto de perdas em relação ao seu modo vida, seus costumes, saberes, tradições e sua organização produtiva coletiva. Essas perdas ocorrem também porque o modo de vida Avá-Guarani e sua organização produtiva não são aceitos pela sociedade capitalista e encontram dificuldades em reproduzir-se.

Os Avá-Guarani têm uma organização produtiva que é própria de sua cultura, com seus costumes e saberes milenares, como a caça, coleta, pesca, artesanato, fogo doméstico, agricultura e outros. Entretanto, essa organização produtiva não é pura, devido ao contato com a sociedade capitalista e as dificuldades por eles enfrentadas. Assim, a produção dos Avá-Guarani, muitas vezes, vem a se distanciar de sua cultura e espiritualidade para se comunicar mais com o mundo da mercadoria.

Neste texto, busca-se compreender como os indígenas se comunicam com o mundo da mercadoria e produzem valores-de-troca não capitalistas. Contudo, entende-se que o mundo da mercadoria não é o mundo do indígena. O mundo do indígena é outro, centrado em sua espiritualidade.

Os indígenas têm uma organização produtiva com parâmetros diferentes do modo capitalista de produção. A organização produtiva dos indígenas, por exemplo, não tem como objetivo principal o lucro e a acumulação ampliada de capital.

Neste texto, ainda, dar-se-á maior ênfase à produção de artesanatos e à agricultura, que apresentam vários aspectos da cultura e da espiritualidade Avá-Guarani. O artesanato e a agricultura que praticam podem ser voltados tanto para o uso dos próprios indígenas quanto para tornarem-se mercadorias – assim como outra produção que se aproxima mais do mundo da mercadoria, como a coleta de materiais recicláveis e a venda da força de trabalho indígena.

Este texto foi realizado a partir do levantamento de referenciais teóricos sobre a temática e a problemática proposta, e seu desenvolvimento contou com informações e dados levantados a partir de entrevistas e questionários aplicados às 14 lideranças indígenas das áreas de retomadas, localizadas nos municípios de Guaíra e Terra Roxa. Houve, também, entrevistas aleatórias com outros indígenas que não eram lideranças. Essa construção se deu com a realização de trabalhos de campo, resultando em várias visitas aos acampamentos indígenas, para diálogos, participação nas relações cotidianas, atos religiosos e reuniões políticas, que possibilitaram maior envolvimento com os indígenas e compreensão da realidade vivida pelos Avá-Guarani, o que contribuiu com os objetivos propostos.

Houve, também, a aplicação de entrevista com o representante da Fundação Nacional do Índio – FUNAI e com representantes do Centro de Trabalho Indigenista – CTI para levantar informações e dados, especialmente sobre os projetos de produção que existiram e existem nos acampamentos-*tekoha*, sua abrangência e eficiência.

A RELAÇÃO DO INDÍGENA COM O MUNDO DA MERCADORIA

A produção dos Avá-Guarani nos acampamentos-*tekoha* está respaldada no seu modo de ser e viver, com base em sua cultura e espiritualidade, em que a natureza faz parte do ser Guarani. A terra, para os Guarani, não é mercadoria ou meio de produção. A floresta, os frutos, os rios e os animais não são reduzidos a recursos naturais, pois, por eles são considerados sagrados. Por isso, é mantida a crença e o costume de pedir licença ao "sagrado" para coletar, caçar e pescar, e, igualmente, agradecer a sua divindade.

O modo de ver o mundo dos Avá-Guarani contribui para que desenvolvam uma forma de produção própria, diferente da produção desenvolvida pelo não indígena, que se orienta pela lógica capitalista de produção. Entretanto, o desenvolvimento do modo capitalista de produção trouxe alguns impactos ao modo de ser e viver Avá-Guarani, mudando, em muitos aspectos, a sua realidade de vida, que não é mais a mesma vivida antes da chegada dos europeus na América.

Nas áreas de retomadas dos indígenas há uma organização produtiva orientada pelas necessidades físicas e espirituais, consumo e sobrevivência dos Avá-Guarani, com relações de produção diferentes dos parâmetros da produção capitalista. A produção agrícola, por exemplo, não segue as regras da produção agrícola empresarial do agronegócio. O tempo de plantio e colheita dos indígenas ainda é comandado pelo calendário lunar e dos astros, em consonância com suas crenças e espiritualidades vinculadas diretamente à natureza. Alguns rituais sagrados seguem o calendário agrícola dos indígenas, como o batismo da semente do milho que acontece juntamente com o batismo das crianças.

É costume dos Avá-Guarani pedir permissão "ao sagrado" para realização de algumas atividades, como o plantio e a colheita agrícola, e entrar na mata para coletar e caçar. Neste sentido, a terra, a natureza e, até mesmo a sua produção, não podem ser reduzidas à condição de mercadoria, pois fazem parte da cosmovisão Avá-Guarani.

Conforme Martins (1986), a terra, para o indígena, não pode ser considerada como meio de produção. A terra se converte em meio de produção quando, como tal, é explorada pelo capital, com apropriação da renda da terra pelos setores proprietários e capitalistas. "Para os povos indígenas, a terra aparece fundamentalmente como meio de re-produção, de recriação de estruturas, relações, instituições, ritos, que a simples

conversão do território em terra, isto é, em meio de produção." (MARTINS, 1986, p. 36). Para os indígenas, a terra não se reduz a um meio econômico. Ela aparece, em primeiro lugar, como condição da vida, como meio de reprodução social.

A situação de insuficiência e o cerco de suas terras pela lógica capitalista de produção, que transforma a terra em mercadoria, impõe aos indígenas a necessidade de transformarem parte da sua produção em objetos de troca (não capitalistas) e, também, a venderem sua força de trabalho.

> O cerco e a remoção, a definição de um território não mais pela tribo e sim pelo Estado, introduzem a mediação do mercado e da terra-mercadoria na relação do homem com a natureza. A terra convertida em equivalente de mercadoria dos outros impõe o cerco e a remoção e impõe, como resultado as insuficiências no interior do grupo tribal. (MARTINS, 1986, p. 35).

Neste sentido, o processo histórico de expulsão dos Avá-Guarani de suas terras resultou em insuficiências que inviabilizam muitas práticas do passado, como alterações na agricultura, prática na qual era comum a mudança das aldeias, em função do deslocamento das roças. A natureza de onde tiravam seus meios de vida como a caça, pesca e a coleta tornou-se escassa, com restrições ao uso do seu território, ou seja, a própria perspectiva do espaço foi alterada.

Ao retomarem suas terras deparam-se com uma situação onde a lógica da propriedade privada da terra alterou as condições materiais que sustentavam o modo de vida Avá-Guarani. Ou seja, os indígenas foram expulsos de suas terras e a diversidade natural foi alterada, dando lugar a áreas urbanas e agrícolas, com presença de camponeses (proprietários ou posseiros), médios e grandes proprietários de terras, em que se destaca a produção do agronegócio da soja e do milho. Por isso, no ato da retomada, acabam enfrentando muitas dificuldades para a garantia da reprodução física e cultural no território retomado.

Para continuar sendo Avá-Guarani, agora dependem de encontrar soluções que permitam a sobrevivência do grupo no novo contexto, pois a diversidade natural reduzida vem impossibilitando muitas práticas produtivas que eram realizadas pelos antepassados. Novas necessidades foram incorporadas pelos Avá-Guarani, como a necessidade do consumo de produtos que são produzidos pela sociedade não indígena, ou seja, de mercadorias produzidas pelas relações capitalistas.

Os indígenas incorporaram várias necessidades do mundo dos não indígenas, tais como: roupas, alimentos industrializados e in natura, utensílios, ferramentas, matérias-primas para o artesanato, materiais de construção, dentre outros. A necessidade desses produtos torna-se ainda mais intensa quanto maior for a proximidade com a cidade, como afirma Maria[92], indígena do *tekoha Y'hovy*: "*Por mais que a gente procura manter nossa cultura, nossos costumes, eu não conseguiria viver mais sem o contato com a cidade, das coisas que a cidade oferece."*[93]

Conforme Marx (2011), a mercadoria satisfaz as necessidades humanas, "seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia" (MARX, 2011, p.57). Essas novas necessidades podem ser de coisas que venham a servir diretamente como meio de subsistência ou objeto de consumo.

O trabalho dos Avá-Guarani nos acampamentos-*tekoha* é voltado, principalmente, para a produção de valores de uso, destinado a produzir coisas úteis para si, para atender suas próprias necessidades físicas ou espirituais. Entretanto, os Avá-Guarani não conseguem produzir tudo que necessitam, tornando a ida até o mercado, inevitável. Para isso, precisam de dinheiro, equivalente universal de todas as mercadorias. Conforme afirma Marx (2011), "o dinheiro não conhece fronteiras: é o representante universal da riqueza material, pois é conversível em qualquer mercadoria." (MARX, 2011, p.160).

É por conta da necessidade de produtos produzidos fora dos acampamentos-*tekoha* que os indígenas trocam os produtos do seu trabalho por mercadorias, ou os levam até o mercado para serem vendidos em troca de dinheiro, para assim comprar diferentes produtos. A outra forma de adquirir dinheiro para a compra de mercadorias se dá através da venda de sua força de trabalho. A força de trabalho não é uma mercadoria típica, por não ser produto do trabalho, mas por artifício do mercado, ela se separa do trabalhador e vira mercadoria.

Dessa forma, os indígenas não são apenas produtores de valores de uso, mas também de valores de troca, na medida em que precisam vender produtos do seu trabalho para obter o dinheiro utilizado para adquirir outras mercadorias necessárias e não produzidas. "Agora, a reprodução passa a depender da produção – a reprodução do povo indígena que a produção produz. A produção repõe as condições novas da reprodução social do índio." (MARTINS, 1986, p. 37).

[92] Nome fictício.
[93] Entrevista realizada em dezembro de 2017.

Como exemplo, os indígenas do *tekoha Y'hovy* comercializam produtos como o artesanato e compram fumo (que não produzem), que é utilizado no cachimbo (*petÿgua*) especialmente durante as rezas, sendo a fumaça possuidora de um sentido sagrado durante os rituais. Vejamos o que aponta Maria:

> *Os Avá-Guarani não acham ruim o cheiro da fumaça, porque a fumaça é que purifica o nosso corpo. A gente reza com o petÿgua, os brancos chamam de cachimbo. É com banho de fumo que nós Avá-Guarani abençoamos as sementes e as mudas. Toda semente que Deus deixou pra nós ele batizou. Nós também tem que batizar a semente para poder plantar*. (Maria – tekoha Y'hovy. Entrevista realizada em dezembro de 2017).

Observa-se que o fumo comprado no mercado é um produto importante utilizado nas cerimônias religiosas. Tem-se, assim, a mediação da mercadoria, contudo, sem perder o seu sentido simbólico, cultural e espiritual. Os indígenas produzem valores de uso, que passam a ser parte, também, das relações de troca, como o artesanto e a produção agrícola, propiciando aquisição de renda para sua reprodução física e espiritual.

Marx (2011) explica que uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria, pois quem trabalha para satisfazer a própria necessidade gera valor de uso, mas não gera mercadoria. Para criar mercadoria, é necessário não só produzir valor de uso, mas produzi-lo para outros, "dar origem ao valor de uso social". Os valores de uso são os veículos materiais dos valores de troca. Sendo assim, toda mercadoria é simultaneamente valor de uso e valor de troca. A mercadoria deve ter um valor de uso, atender alguma necessidade, do contrário ninguém a compraria. Essa é a duplicidade da mercadoria, por ser objeto útil e veículo de valor. A produção indígena nem sempre é veículo de valor. Os parâmetros de produção são outros, diferentes dos que regulamentam o mundo da mercadoria, como a prática de preço de seus produtos, a circulação simples etc.

Temos, assim, o duplo caráter do trabalho representado na mercadori, a substância do valor e a grandeza do valor. A primeira refere-se à qualidade, ao tipo de trabalho que é realizado para sua produção, ao conteúdo do valor. A segunda refere-se à quantidade do valor, que tem como base a quantidade de trabalho necessária para sua produção:

> Toda força de trabalho da sociedade – que se revela nos valores do mundo das mercadorias – vale, aqui, por força de trabalho única, embora se constitua de inúmeras forças de trabalho individuais. Cada uma dessas forças individuais de trabalho se equipara às demais, na medida em que possua o caráter de uma força média de trabalho social e atue como essa força média, precisando, portanto, apenas do tempo de trabalho em média necessário ou socialmente necessário para a produção de uma mercadoria. (MARX, 2011, p. 61).

Para que seja possível a troca entre duas mercadorias diferentes, é necessário reduzi-las a uma coisa comum, a uma mesma grandeza que seja possível quantificar. Desta forma, cada tipo de trabalho, criador de valor, torna-se um trabalho complexo, generalizado, social, abstrato, através do qual a mercadoria é medida. O valor de uso só possui valor porque nele está materializado o trabalho humano abstrato; o trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria. Para se permutar produtos qualitativamente diferentes, o *valor* é medido considerando-se o tempo de trabalho, uma vez que o trabalho qualitativo é praticamente incomensurável, ou seja, não é pela qualidade do trabalho, mas pela quantidade de trabalho que se mede o valor da mercadoria. Nesse sentido, não é incomum, no mundo das mercadorias, a perda do concretude do trabalho (seus diferentes tipos de trabalhos úteis), sendo reduzido o trabalho apenas à quantificação do tempo (trabalho abstrato).

A forma de calcular os valores da mercadoria muda conforme o contexto histórico. Como exemplo, o tempo de trabalho necessário para a produção de uma determinada mercadoria pode mudar em consequência dos competidores, que mudam as suas condições de produção, ou até mesmo, em um dado momento histórico, um objeto *útil* pode ser substituído por outro, deixando de ter um valor social..

Conforme Marx (2011), as mercadorias são a encarnação do trabalho humano e, por isso, comensuráveis entre si, e podem medir seus valores pela medida universal do valor, ou seja, em dinheiro. O dinheiro é gerado necessariamente pelo processo de troca que serve para equiparar diferentes produtos do trabalho; sendo assim, o processo de circulação não se extingue, como ocorre com a troca direta de produtos.

> O valor da força de trabalho é determinado, como o de qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho necessário à sua produção e, por consequência, à sua reprodução. [...] A produção dela supõe a existência deste. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua manutenção ou reprodução. Para manter-se, precisa o indivíduo de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho reduz-se, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência. (MARX, 2011, p. 201).

Para facilitar a troca de mercadorias, houve a generalização do dinheiro como forma equivalente de valor. Para isso, foi necessário que o tempo de trabalho se tornasse uma medida universal através da generalização e universalização do trabalho livre. Igualmente, houve a necessidade da divisão social do trabalho, pois, com isolamento econômico, não há como medir o tempo de trabalho socialmente necessário.

De alguma forma, é a necessidade de consumo de mercadorias produzidas pelas relações capitalistas de produção pode transformar produtos elaborados no interior dos *tekoha* em valores de troca não capitalista, mas permutáveis uns com os outros. É essa necessidade de objetos úteis, vindos de fora, que instiga os Avá-Guarani a venderem pelo menos parte dos produtos de seu trabalho.

Entretanto, nos acampamentos-*tekoha* observa-se que ainda não houve uma dissociação sistemática entre a utilidade das coisas destinadas à satisfação direta das necessidades, e das coisas destinadas à troca. Isso porque os preceitos que alicerçam a produção dos Avá-Guarani são muito diferentes daqueles regulamentados pelo modo de produção capitalista. As formas de obterem seus meios de vida foram alteradas pela expansão capitalista, e o processo de recriação e existência do indígena está relacionado por essa mesma expansão.

Conforme Martins (1986), estamos diante de um processo em que a mesma mediação das relações sociais, como a mercadoria e o dinheiro, podem ter o mesmo nome, mas não tem a mesma significação para o indígena e para o não indígena. A mercadoria e o dinheiro operam no limite de dois mundos (e de duas lógicas): o do índio e o do branco, mais precisamente, do índio e do capital. (MARTINS, 1986, p.15).

Quando o indígena vende força de trabalho, não está vendendo uma mercadoria, haja vista que este não é o seu mundo. Mas, para quem compra a força de trabalho, é uma mercadoria. E se a mercadoria, desde o início, pretendeu subverter o indígena, trazendo-o para o mundo do “branco”, o indígena ressignifica a mercadoria dando-lhe outro sentido. Como exemplo podemos citar a comercialização da produção de mandioca pelos indígenas do *tekoha Jevy* e do *tekoha Yvyraty Porã.*

Alguns indígenas do *tekoha Jevy* e *tekoha Porã* vendem parte da mandioca por eles produzidas para a indústria, através de um intermediário. Por não possuírem o título da propriedade privada da terra, não conseguem fazer o Cadastro de Produtor Rural – CAD/PRO. Os indígenas praticam a venda desse produto agrícola muito abaixo

do preço praticado no mercado. Para a indústria e para o intermediário, a prática da venda da mandioca abaixo do preço de mercado significa lucro/renda. Para o indígena, que vende seu produto, é o meio encontrado para adquirir dinheiro para comprar coisas que ele necessita. Vendendo produtos do seu trabalho, consegue garantir sua reprodução física e, até mesmo cultural, pois precisa do dinheiro para comprar alimentos, utensílios, materiais para construção das casas, casa de reza, e mesmo o fumo utilizado no ritual, como já citado anteriormente.

No modo de produção capitalista, "os produtos assumem a forma mercadoria, têm de ser vendidos depois da produção, e só podem satisfazer às necessidades do produtor depois da venda". (MARX, 2011, p. 199). O produto não é para satisfazer imediatamente o seu proprietário, pois seu único valor de uso é servir como veículo de meio de troca, ou seja, para vender e obter dinheiro para, só então, adquirir valores de uso que estão nas mãos de outros proprietários, que também não produzem valores de uso para si, mas para os outros.

Na prática produtiva dos Avá-Guarani, não há esta dissociação sistemática da produção de valores de uso e de valores de troca. Não há alienação completa dos produtos de seu trabalho, pois, se for necessário, o produto que resultou da intencionalidade da venda poderá tornar-se valor de uso. E os valores de uso, ocasionalmente, tornam-se valores de troca. Na produção agrícola, por exemplo, um determinado cultivo voltado para a venda poderá deixar de ser mercadoria para saciar a fome da família, ou ser trocado entre os membros da comunidade, sem a necessidade da mediação do dinheiro. Como exemplos, no *tekoha Jevy* e no *tekoha Mirin*, alguns roçados de mandioca são destinados para venda à fecularia, contudo, podem servir diretamente como alimento. No *tekoha Taturi*, o plantio de banana é voltado para o comércio, mas não deixa de ser uma importante fonte de alimento para as crianças e adultos em situações, não raras, de não haver outra fonte de alimentos.

A intencionalidade da produção de algum artesanato pode ser a venda, destinada ao não indígena que visita o acampamento-*tekoha*. Mas pode ocasionalmente deixar de ser mercadoria para ter um valor simbólico e passar a ser uma cortesia para o visitante, ou, então, vendida a qualquer preço, sem o equivalente de trabalho socialmente necessário e mediação do valor de troca, como ocorre no modo de produção capitalista.

Um dos aspectos da produção indígena é a autonomia de decidir sobre o destino do produto do seu trabalho. O seu produto não lhe serve apenas como valor de troca e não existe uma relação de completa alienação, como acontece no modo de produção especificamente capitalista, em que a divisão social do trabalho já se encontra generalizada.

No interior dos acampamentos-*tekoha* existe, entre os próprios indígenas, a troca direta entre produtos e a venda em troca de dinheiro. É possível verificar, no interior de alguns acampamentos-*tekoha*, algumas plaquinhas anunciando a venda em frente às moradias, como de geladinho (picolé artesanal), refrigerantes, e produtos agrícolas como amendoim e mandioca, dentre outros. Essas práticas ocorrem eventualmente, quando há a disponibilidade de produtos e não apresentam a mesma organização de um estabelecimento comercial, pois não há exposição e, nem mesmo, estoque e abastecimento contínuo de mercadorias.

Esse tipo de comércio, no interior do acampamento-*tekoha*, depende de algumas condições, tais como uma quantia em dinheiro, ou crédito com algum comerciante local para a compra de uma quantidade de produtos para a revenda, como exemplo, a venda de refrigerantes e cervejas. Ao terminar o estoque de mercadorias, não é reinvestido um montante do dinheiro das vendas para que a atividade continue. O dinheiro adquirido com a venda é utilizado para suprir outras necessidades do indígena, e o comércio desaparece.

Em relação aos produtos agrícolas, eles são destinados principalmente para consumo próprio. A comercialização é realizada, eventualmente, se aparecer algum não indígena no acampamento-*tekoha* para comprar, especialmente mandioca e galinha. A comercialização se realiza apenas se há produto excedente, de modo que não faça falta para o consumo da família, ou para a continuidade da produção.

O dinheiro nas mãos do indígena é apenas dinheiro, e se distingue do dinheiro que é capital. Conforme Marx (2011), essa diferença está na forma de circulação. No circuito que ocorre o processo de realização do capital, se obtém mais dinheiro da circulação do que o lançado no início – simplificado na equação D-M-D’ (Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro+). Entende-se que D’ é a “soma do dinheiro originalmente adiantada mais um acréscimo. Esse acréscimo ou excedente sobre o valor primitivo chama-se mais-valia (valor excedente). O dinheiro inicialmente investido não só se mantém na circulação, mas multiplica-se. Esse movimento o transforma em capital.

O dinheiro nas mãos do indígena efetua a forma da circulação simples de mercadoria, que é M-D-M (Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria), conversão de mercadoria em dinheiro e reconversão de dinheiro em mercadoria. Diferentemente da forma de circulação que corresponde à forma ampliada de capital, em que a finalidade na venda de mercadorias é o dinheiro. A circulação simples de mercadorias M-D-M, começa com a venda e termina com a compra; a circulação do dinheiro como capital D-M-D' começa com a compra e termina com a venda. Na primeira forma, o movimento começa com a mercadoria, e o dinheiro é o intermediário para obter outra mercadoria. No segundo caso, o dinheiro é o ponto de partida e a meta final do movimento.

A finalidade do indígena em vender um produto não é obter mais dinheiro em forma de lucro, mas sim, obter dinheiro para a compra de outra mercadoria do qual necessita. A venda de mercadorias pelos indígenas é momentânea, e as duas formas de circulação se cruzam, mas a circulação simples sempre chega a um fim.

O TRABALHO E A ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DOS INDÍGENAS AVÁ-GUARANI

Este subitem tratará da produção agrícola e de artesanatos, que possuem valores de uso que, ocasionalmente, tornam-se valores de troca. Outra produção realizada pelos Avá-Guarani é a coleta de materiais recicláveis, uma atividade voltada para a troca no mercado e que os indígenas realizam por estarem à margem da sociedade. Serão tratadas, ainda, atividades que absorvem mão de obra indígena, tanto no campo como na cidade.

A produção do artesanato faz parte da cultura e espiritualidade indígena, representando a identidade e a cosmovisão de cada grupo étnico. Os Avá-Guarani de Guaíra e Terra Roxa produzem artesanato para comercialização simples, mas este é produzido também para o seu uso direto. O valor de uso do artesanato está mais voltado para os rituais na Casa de Reza[94], manifestações políticas e uso pessoal dos Avá-Guarani. Os principais artesanatos que são objetos sagrados da Casa de Reza são a canoa (chamada pelos Avá-Guarani de *Yvyra Ña'e Guasu* – tamanho maior, utilizada pelos adultos e *Yvyra Ña'e Miri* – tamanho menor, utilizado pelas crianças; nestas canoas é servida uma bebida sagrada, a *chicha*); o altar (*ambá*); a taquara (*taku'a* – instrumento de bambu utilizado pelas mulheres); chocalho (*mbaraka miri:*

[94] Local em que são realizados os rituais sagrados, apresentações culturais e reuniões políticas.

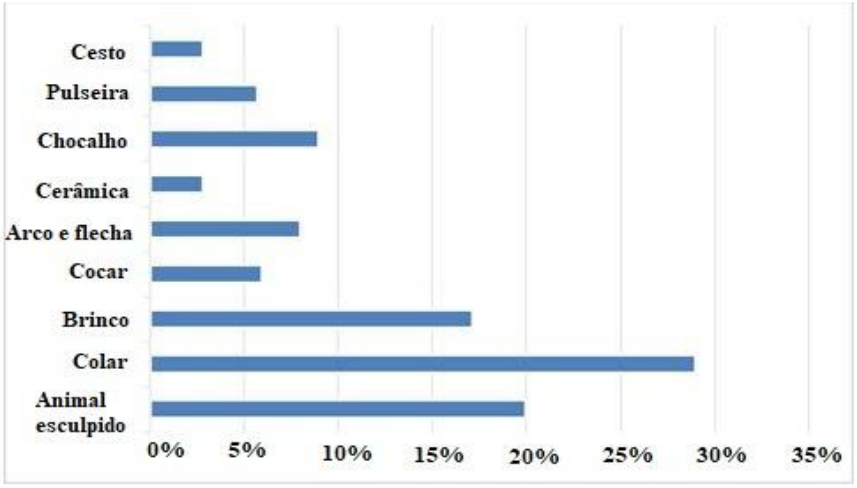
confeccionada com porunga e sementes de *mbo'y rakyta* ou *yvau*, utilizado nos rituais pelos homens); e os cocares, colares e brincos que são de uso pessoal dos indígenas.

Os artesanatos de uso pessoal como os cocares (usado geralmente por lideranças políticas e religiosas), colares, arco e flexa e até mesmo os instrumentos religiosos como os chocalhos e o cachimbo, também são utilizados em manifestações políticas e em acontecimentos religiosos e culturais.

Dos 14 acampamentos-*tekoha* existentes no município de Guaíra e Terra Roxa, 92% da produção dos artesanatos é destinada tanto para venda quanto para uso próprio. Ou seja, mesmo que nesses acampamentos não se tenha uma produção expressiva, sempre uma ou outra pessoa produz artesanato para vender e eventualmente o coloca à venda. Apenas 8% dos acampamentos-*tekoha* produzem artesanato que tem como destino apenas o uso.

Os acampamentos-*tekoha* que ganham maior expressão nas vendas de artesanatos são aqueles que possuem maior interação com os não indígenas e, geralmente, estão mais próximos ao perímetro urbano. A maior parte das vendas é feita para pessoas que eles chamam de "turistas", ou seja, aqueles não indígenas apoiadores da luta, estudantes, professores, e demais grupos que vão até os acampamentos-*tekoha* para conhecer a cultura Guarani. Conforme o gráfico da Figura 2, a seguir, entre os artesanatos que são mais produzidos pelos Avá-Guarani para a comercialização estão os colares, animais esculpidos na madeira, brincos e chocalhos. Os cocares aparecem no gráfico, entretanto a venda é mais voltada para os próprios indígenas, especialmente para lideranças políticas ou religiosas.

Figura 2 - Principais artesanatos vendidos pelos Avá-Guarani nos acampamentos-*tekoha*.



Fonte: pesquisa de campo, 2017.

A produção do artesanato, mesmo quando voltada para a venda, se comunica com o mundo e o imaginário indígena. O ato de fazer os artesanatos envolve uma série de processos. Isso pode ser exemplificado através dos animais esculpidos na madeira: é preciso adentrar a mata, escolher a melhor madeira, pensar o desenho, cortar, modelar e polir. Posteriormente, é necessário fazer uma fogueira e queimar a ferramenta de metal para traçar as linhas e desenhos. Neste processo, a madeira é colhida pelos homens, e as mulheres e crianças preparam o fogo, envolvendo uma série de relações que resultam em diálogos partícipes do imaginário Avá-Guarani.

> *A gente faz os bichinhos para enfeitar a nossa casa, para colocar na casa de reza e, às veze,s para vender. A gente esculpe os animais com simbologia para os Guarani, como o tatu. A gente gosta de esculpir o tatu, porque o tatu é igual nós, procura as coisas, o alimento para comer. Mesmo não tendo alimento porque o branco acabou com tudo, o tatu procura o alimento e nós fazemos o mesmo. E a coruja? A coruja enxerga longe. A gente gosta do papagaio, porque o papagaio é sagrado para os Guarani, por isso o índio gosta de fazer o cocar com pena de papagaio*. (João – *tekoha Poha Renda.* Entrevista realizada em janeiro 2018).

Verifica-se que o artesanato, seja para o consumo, ou como objeto de troca, faz parte do imaginário dos Guarani, ou seja, como estes se veem e se percebem no mundo, como se relacionam com a natureza, como parte da mesma e não superiores a ela. Portanto, o artesanato acaba expressando parte da sua cosmovisão.

Figura 3 - Artesanatos produzidos pelos Avá-Guarani nos acampamentos-*tekoha*.

Fonte: pesquisa de campo, 2017; 2018.

A existência Avá-Guarani se fundamenta junto da natureza. Trata-se de uma relação de pertencimento, pois ela faz parte do indígena, do seu mundo e de sua cosmovisão. O indígena reproduz relações de troca ao vender artesanato; mas existe também, nesta interação com o não indígena, uma necessidade da reafirmação de sua identidade. Conforme Maria:

> *A gente vive em uma região, em um país que desvaloriza tudo que a gente é. Desde a nossa cultura, o nosso artesanato, a nossa língua, a nossa dança e nosso canto. Mas para nós isso não é apenas demonstração. Quando a gente faz o artesanato, a gente canta e dança, não é só para mostrar. Porque tudo isso faz parte de como a gente é. Pra nós tem um sentido espiritual muito forte. A maioria dos brancos não conseguem entender isso.* (Maria – *tekoha Y'hovy.* Entrevista realizada em dezembro de 2017).

Os Avá-Guarani querem o reconhecimento da sociedade não indígena do seu modo específico de ser e viver. Por esta razão, o artesanato pode ser considerado uma forma de resistência, pois além de representar elementos da cultura, como meio de troca não capitalista, é uma forma de obter recursos financeiros para comprar alimentos, roupas, e outras coisas das quais necessitam.

Já em relação à produção agrícola, nos acampamentos-*tekoha* em que há terra para a realização de cultivos, os Avá-Guarani desenvolvem uma produção voltada para atender suas necessidades físicas e espirituais. A produção agrícola não envolve apenas o conjunto de saberes e técnicas tradicionais, mas também a crença e a espiritualidade dos Avá-Guarani que são transmitadas de uma geração para outra. A produção agrícola é de base familiar. Os filhos, desde muito cedo, já acompanham os pais no roçado e vão adquirindo o conhecimento necessário com a prática.

Os principais cultivos dos Avá-Guarani nos acampamentos-*tekoha* são o milho, mandioca, feijão, batata-doce, amendoim, abóbora, cana-de-açúcar e banana destinados, principalmente, ao próprio consumo. Eventualmente, algum produto agrícola é vendido para não indígenas, com exceção do roçado no *tekoha Jevy* onde parte da produção de mandioca é voltada para comercialização com a indústria. Os *tekoha Mirin* e *tekoha Taturi* receberam incentivos para a produção e distribuição de alimentos através do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, em 2013 e 2014, através do Instituto de Assistência Técnica de Extensão Rural – EMATER.

A área de plantio varia de acordo com o número de famílias do acampamento-*tekoha,* com as condições do solo e com o tamanho da área ocupada. Na maioria dos

acampamentos-*tekoha* em condição de retomada, cada família dispõe de uma pequena área destinada para cultivo, para a construção da casa e para o quintal. O espaço destinado para o plantio encontra-se, geralmente, num pequeno quadro com o consórcio de diferentes culturas. Não há uma distribuição padrão dos diferentes tipos de cultivos. Há uma variedade muito grande de plantas cultivadas que se encontram distribuídas em todo acampamento-*tekoha* de forma alternada, o que dificulta quantificar a área cultivada por cada cultura.

Nas proximidades das casas, encontram-se, por exemplo, alguns pés de bananeira, intercalados com algum pé de mamão, cedro, amoreiras, urucum e outros. Na proximidade da estrada e à beira do quintal podemos ver ainda algumas moitas de cana-de-açúcar, bananeiras, ramas de abóboras ou batata-doce.

No conjunto dos 14 acampamentos-*tekoha* observa-se que os indígenas conservam uma variedade de sementes e cultivos, conforme a tabela a seguir:

Tabela 1 - Diversidade da Agricultura Avá-Guarani.

Cultivo	Variedades	Descrição da Variedade
Milho	07	*avati parai* ou *avati mita* (milho maisena pintado) *avati takuara* (milho maisena branco de espiga grande) *avati sayju* (milho maisena amarelo) *avati tupi moroti* (milho canjica branco) *avati tupi pita* (milho vermelho) *avati tupi sape para* (milho vermelho de grãos grandes) *avati pichinga* (milho de pipoca)
Amendoim	04	*manduvi guasu pita* (amendoim cavalo vermelho) *manduvi guasu moroti* (amendoim cavalo branco) *manduvi guasu para* (amendoim cavalo pintado) *manduvi hũ'i* (amendoim preto pequeno)
Feijão	05	*manduvi hũ'i* (amendoim preto pequeno) *kumanda pytã guasu* (feijão de corda grande) *kumanda hũ* ou *kumanda ingá* (feijão de corda pequeno) *kumanda yvyra* (feijão andu) *o kumanda arro* (feijão muito pequeno de três meses)
Mandioca	05	*mandi'o ju* (mandioca amarela) *mandi'o mita* ou *mandi'o pomberi* (mandioca pequena de três meses) *mandi'o pomberi guasu* (mandioca de três meses alta) *mandi'o kano* (mandioca de um ano) *mandio desea* (mandioca de seda, seca e branca)

Fonte: pesquisa de campo, 2017.

No conjunto dos 14 acampamentos-*tekoha,* existem 7 variedades de milho, 4 de amendoim, 5 de feijão e 5 de mandioca. Essa variedade se deve às técnicas de secagem, preservação e armazenamento das sementes após a colheita. A prática de guardar a semente consiste em reservar parte da produção, mesmo que a colheita seja pouca, para serem replantadas no próximo ano. A troca de mudas e sementes entre os indígenas é outra forma de manter a reprodução de uma diversidade de cultivos.

Na Figura 4, observa-se a forma como algumas famílias indígenas fazem a secagem das sementes de milho. As espigas são penduradas no interior da casa, onde é feito o fogo para cozinhar os alimentos e se aquecer. Os Avá-Guarani acreditam que o fogo, além de ajudar na secagem de sementes prevenindo-as de caruncho (com a fuligem da fumaça que se deposita sobre as sementes), o fogo serve também como "adubo" natural. Esse entendimento se deve à prática da limpeza e queima do mato das áreas de pousio. Da mesma forma que as cinzas servem de nutrientes e adubo para o solo, a fumaça se acumularia nas sementes, deixando-as mais fortes e nutridas para o plantio.

Figura 4 - Secagem das sementes de milho – *tekoha Y'hovy*.

Fonte: pesquisa de campo, 2017.

A técnica de plantio dos roçados utilizada pelos Avá-Guarani ainda é bem rústica, com trabalho inteiramente manual. As ferramentes mais utilizadas são enxadas, picaretas, foices e facões, e a produção agrícola ocorre em áreas muito pequenas. A criação de animais é pequena, destacando-se a produção de aves e suínos.

A produção agrícola é mais voltada para consumo próprio das famílias; apenas uma pequena parte da produção é ocasionalmente destinada à venda, principalmente para os não indígenas que vão até o acampamento em busca de produtos como milho verde, mandioca, amendoim e galinha.

Muitos indígenas, para garantir a sua sobrevivência, vendem força de trabalho, sujeitando-se a condições extremamente precárias de trabalho, como na catação de materiais recicláveis nos lixões ou nas ruas das cidades. No entanto, essa coleta não faz do indígena um trabalhador, ou seja, membro da classe trabalhadora.

Conforme Gonçalves (2006), a atividade da reciclagem envolve uma estrutura econômica complexa, que é composta basicamente pelos catadores e pelos compradores (intermediários, atravessadores). Os compradores vão até os lixões ou fazem aquisição do material junto aos catadores que atuam nas ruas das cidades. Os primeiros compradores, por sua vez, podem comercializar com outros intermediários de maior porte, com maior capacidade de estocagem ou triagem, ou mesmo diretamente com a indústria de reciclagem. Ao exercerem o poder de compra final, as indústrias de reciclagem controlam toda essa estrutura produtiva.

Na pesquisa, foi possível observar essa atividade desenvolvida pelos indígenas, ou seja, a catação de materiais recicláveis no lixão ou nas ruas das cidades.

Figura 5 - Indígenas na Catação de Materiais Recicláveis no Lixão de Guaíra.

Fonte: pesquisa de campo, 2017.

Existe no município de Guaíra uma Associação Municipal de Catadores de Materiais Recicláveis, mas os indígenas, até o momento da pesquisa, faziam a catação de forma independente, sem qualquer vínculo com a associação. Os indígenas fazem a catação na cidade ou nos lixões, e vendem para o comprador/atravessador.

Verifica-se na Tabela 2 a seguir, que, aproximadamente, 64 indígenas de Guaíra e Terra Roxa realizam a atividade da coleta de materiais recicláveis. A atividade é possibilitada porque o material é coletado, separado e ensacado no local e, posteriormente, um intermediário chega com um caminhão e faz o carregamento e transporte do produto. A exceção ocorre com alguns indígenas do *tekoha Tatury*, que acumulam "latinhas de cerveja" e caminham longa distância para vendê-las para a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis.

Tabela 2 - Indígenas na coleta de materiais recicláveis nos acampamentos-*tekoha*.

Tekoha	**Nº total de pessoas do Tekoha**	**Local da atividade**	**Nº de Pessoas**
tekoha Mirin	105	Lixão do município de Guaíra	35
tekoha Araguaju	163	No entorno e no interior da acampamento-*tekoha*	3
tekoha Taturi	85	Lixão do município de Guaíra	8
tekoha Karumbei	62	Área urbana	4
tekoha Porã	116	Área urbana	4
tekoha Pora Renda	71	No interior do acampamento-*tekoha*	3
tekoha Marangatu	258	Área urbana	3
tekoha Y'hovy	167	No perímetro urbano	4
tekoha Tajy Poty	21	Não coletam	-
tekoha Guarani	75	Não coletam	-
tekoha Yvyraty Porã	150	Não coletam	-
tekoha Yvy Porã	61	Não coletam	-
tekoha Nhemboete	21	Não coletam	-
tekoha Jevy	245	Não coletam	-
Total	**1600**		**64**

Fonte: pesquisa de campo, 2017.

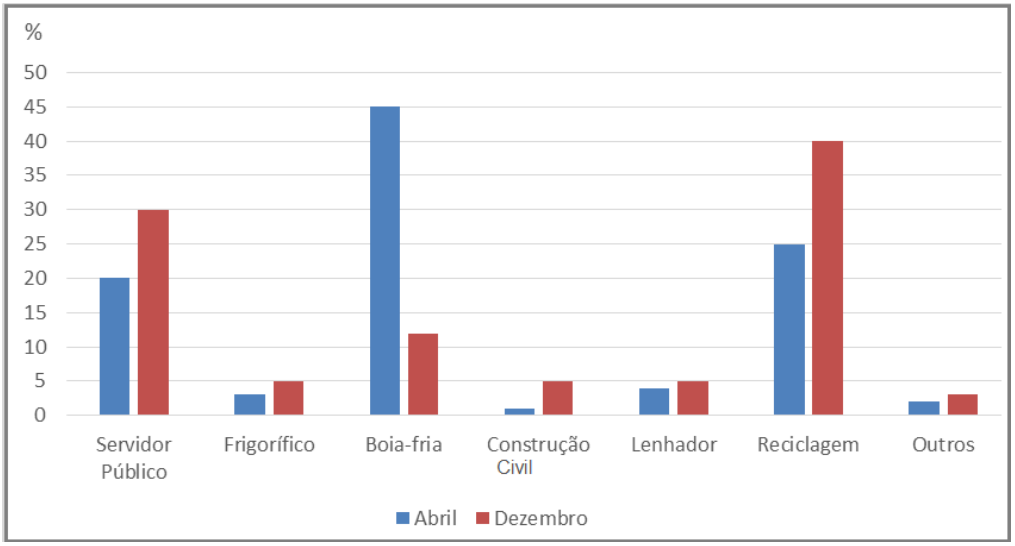
A maioria dos indígenas, que tem como renda principal a proveniente da coleta de materiais recicláveis, reside no *tekoha Mirin* e no *tekoha Taturi*, acampamentos-*tekoha* localizados nas proximidades do "lixão" do município de Guaíra. Conforme Paulo[95], indígena do *tekoha Mirin:*

> *Aqui quase todo mundo trabalha no lixão. São poucas famílias que não trabalham no lixão, porque aqui em Guaíra é difícil encontrar trabalho pra nós. Então a gente vai no lixão. Se encontra outro trabalho, a gente vai. Mas é difícil, porque o branco não quer dar mais trabalho para índio. Antes a gente trabalhava arrancando mandioca, carpindo, mas agora nem isso, não acha mais*. (Paulo – *tekoha Mirin*. Entrevista realizada em dezembro de 2017).

Os indígenas que vivem em Guaíra e Terra Roxa, em sua maioria, quando adentram ao mercado de trabalho, o fazem através da informalidade, em atividades temporárias e sazonais no campo. Os indígenas que procuram emprego têm dificuldades em encontrar trabalho na região, especialmente no campo, devido à mecanização da agricultura e também porque há um movimento anti-indígena orquestrado por entidades que representam os interesses da elite local para não empregar mão de obra indígena.[96]

Aproximadamente 5% dos indígenas dos acampamentos-*tekoha* estavam exercendo algum tipo de trabalho remunerado como assalariado. No gráfico da Figura 6, observam-se os setores que mais obsorviam mão de obra indígena:

Figura 6 - Emprego da mão-de-obra indígena por setor (abril/dezembro de 2017).



Fonte: pesquisa de campo, 2017.

[95] Nome fictício.
[96] COMISSÃO GUARANI YVYRUPA (CGY). Guaíra & Terra Roxa: Relatório Sobre Violações de Direitos Humanos Contra os Avá-Guarani no Oeste do Paraná. Ago.2017. Disponível em: https://bd.trabalhoindigenista.org.br /sites/default/files/Relatorio_Guaira&TerraRoxa_W EB.pdf.

Conforme o gráfico da Figura 6, as principais ocupações dos Avá-Guarani estavam na reciclagem, no setor público e no campo, como boia-fria e na extração de lenha. O levantamento de dados ocorreu em dois períodos do ano, no mês de abril e no mês de dezembro. Como os indígenas, em sua maioria, encontravam-se no mercado de trabalho informal, exercendo atividades temporárias e sazonais, esses dados tendem a variar muito durante o ano.

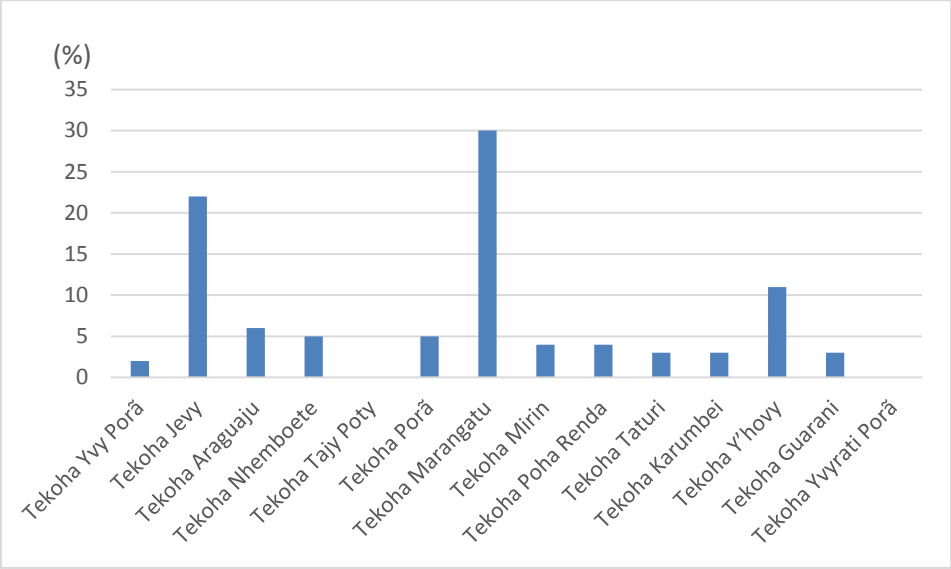
Os indígenas que estavam trabalhando no setor público, ocupavam funções criadas para atender às demandas sociais no interior dos acampamentos-*tekoha*, como professores da língua Avá-Guarani, auxiliares de serviços gerais das escolas, agentes de saúde, motoristas do SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena – Governo Federal), dentre outros. Esses são assalariados sob o regime de contrato temporário, por tempo determinado, num período que varia de um a dois anos de trabalho.

Há variação na intensidade de trabalho temporário durante o ano. No mês de abril, observou-se que se destacam as atividades de boia-fria (45%), reciclagem (25%) e serviço público (20%), do total de indígenas inseridos em alguma colocação. Já no mês de dezembro, a reciclagem abrangia o maior porcentual da mão de obra (40%), seguido do serviço público (30%) e boia-fria (12%); isso porque era um período do ano em que não havia muita demanda da mão de obra indígena no campo.

O campo continua sendo o lugar que mais absorve a mão de obra indígena. Entretanto, também trata-se de trabalho temporário e sazonal. O trabalho sazonal é dinamizado pelos ciclos agrícolas, em determinados períodos do ano, quando um contingente significativo de indígenas é contratado para trabalhar no campo no plantio e colheita da mandioca, carpina, colheita da maçã, corte do pendão de milho, dentre outras atividades.

Um grande número de indígenas deixa, temporariamente, seu local de morada e a família para trabalhar em lugares distantes. Entre os trabalhos sazonais, destaca-se a colheita da maçã, que acontece entre os meses de janeiro a março nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, empregando aproximadamente 200 indígenas dos municípios de Guaíra e Terra Roxa.

Figura 7 - Mão de obra indígena na colheita da maçã em 2017.



Fonte: pesquisa de campo, 2017.

Conforme o gráfico da Figura 7, os *tekoha* que apresentam maior participação na colheita da maçã são o *tekoha Marangatu* (com 30%), *tekoha Jevy* (com 22%) *e tekoha Y'hovy* (com 11%). No momento da pesquisa, apenas em dois *tekoha* não havia participação na colheita da maçã: o *tekoha Yvyrati Porã* e o *tekoha Tajy Poty*.

Os Avá-Guarani trabalham, assim, apenas temporariamente como assalariados. O dinheiro auferido permite a garantia de sua sobrevivência, pois, nos acampamentos-*tekoha*, vivem no limite da subsistência. O indígena trabalha temporariamente como assalariado na colheita de maçã, não por que é um operário, mas para garantir a existência indígena, o que também indica a sua comunicação com o "mundo" da mercadoria.

Os indígenas desenvolvem importante produção agrícola nos acampamentos-*tekoha*. Muitas vezes, no entanto, seus roçados são deixados temporariamente para que realizem trabalhos temporários ou sazonais fora dos acampamentos, seja em cidades ou em propriedades agrícolas de não indígenas.

Observa-se que os ciclos agrícolas do capital adentram também a produção dos Avá-Guarani (como o roçado, as construções dos espaços de uso comum como escola e Casa de Reza, dentre outros) e retiram de lá os trabalhadores com maior vitalidade para essas atividades. No período de ausência dos indígenas que saem para trabalhar fora dos acampamentos-*tekoha*, o trabalho no roçado e outras atividades dentro do acampamento-*tekoha* ficam por conta dos mais idosos, das esposas e das crianças.

Os Avá-Guarani não dependem exclusivamente do trabalho assalariado para garantir a sua reprodução e de sua família, pois o tempo em que se encontram como assalariados é relativamente curto. Algumas famílias que vivem nos acampamentos-*tekoha* de Guaíra e Terra Roxa contam com programas assistenciais, como o Benefício Assistencial ou Benefício de Prestação Continuada – BPC[97], o repasse Bolsa Família e os programas de distribuição de alimentos. Contudo, essas medidas são paliativas, não resolvendo as dificuldades enfrentadas pelos Avá-Guarani, como a pobreza e a fome.

Neste sentido, os Avá-Guarani buscam encontrar outras formas para garantir seus meios de vida, e através da reconstrução de seu modo de ser e viver (*nhandereko)*, que envolve um conjunto de relações e práticas de produção nos acampamentos-*tekoha*, que asseguram sua existência, mesmo que precariamente. Portanto, sua existência não está centrada no trabalho, seja formal ou precário, como ocorre com os não indígenas, guiados pela "centralidade do trabalho".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao discorrer sobre a organização produtiva dos Avá-Guarani nos acampamentos-*tekoha* de Guaíra e Terra Roxa, entende-se que ela se constitui como uma prática de resistência, visando não só a reprodução física, mas também cultural e espiritual dos indígenas. O que se vê nos acampamentos-*tekoha*, de maneira geral, é a luta pelo reconhecimento de sua existência, de sua cultura e modo de viver.

Diante da nova realidade social, encontrada no retorno ao espaço em que viviam, é evidente que as relações com os não indígenas acontecem num novo patamar. Imersos num contexto econômico capitalista, os Avá-Guarani, embora inseridos nele, não praticam uma organização produtiva capitalista nos acampamentos-*tekoha.* Não são classe trabalhadora: o que fazem é para garantir a reprodução de seus costumes, de sua cultura, isto é, do seu modo de vida.

A produção indígena não pode ser compreendida única e exclusivamente pelo mundo da mercadoria. O indígena adentra o mundo da mercadoria, vendendo sua força

[97] Benefício de Prestação Continuada (BPC), da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família. Para ter direito, é necessário que a renda por pessoa do grupo familiar seja menor que 1/4 do salário-mínimo vigente. Fonte: www.inss.gov.br.

de trabalho, transformando produtos de seu trabalho em valores de troca não capitalista, contudo, seus parâmetros de produção são completamente diferentes dos parâmetros de produção capitalista. A produção indígena não é mediada única e exclusivamente pelo mercado, e não há um processo de alienação nas suas relações de produção.

Destacamos também que, embora sua organização produtiva seja influenciada pelas relações capitalistas externas, e que os indígenas destinam parte de seu tempo realizando atividades subalternas e típicas do capitalismo, o que se verifica é a incessante busca de sobrevivência conjudaga à preservação de seu modo de vida.

Com isso, o que se verifica é que os indígenas realizam trabalho, produzem mercadorias, mas este não é o seu mundo. Seu mundo é outro, pois o cerne da existência indígena não está centrado no trabalho e na produção, mas sim em suas crenças e espiritualidade.

REFERÊNCIAS

ADOUE, Silvia Beatriz. **Terras indígenas 'paradas no tempo' e nova fronteira do capital**. Portal Unesp, São Paulo, 24 Abr. 2017.

BREDA, Tadeu. **Guaranis resistem a preconceito enquanto exigem demarcações no Paraná.** Rede Brasil Atual, 11 ju. 2014. Cidadania. Disponível em www.redebrasilatual.com.br, acessado em agosto de 2014.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COMISSÃO GUARANI YVYRUPA (CGY). Lançamento de Campanha Resistência Guarani SP. CGY. 4 abr. 2014.Disponível em: www.yvyrupa.org.br.

COMISSÃO GUARANI YVYRUPA (CGY). **Guaíra & Terra Roxa: Relatório Sobre Violações de Direitos Humanos Contra os Avá-Guarani no Oeste do Paraná.** Ago.2017. Disponível em: https://bd.trabalhoindigenista.org.br/sites/default/files/Relatorio_Guaira&TerraRoxa_W EB.pdf

FARIA, Camila Salles de. **A Luta Guarani Pela Terra na Metrópole Paulistana: Contradições entre a Propriedade Privada Capitalista e a Apropriação Indígena.** São Paulo/SP (Tese de Doutorado), 2015.

FARIA, Camila Salles de. **A luta dos Guarani pelo Uso da Terra**. *In:*VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária. 1 Jornada de Geografia das Águas. A Questão Agrária no século XXI: Escalas, Dinâmicas e Conflitos Territoriais, João Pessoa: 2013.

FELPIM, Adriana. **O Sistema Agrícola Mbyá e seus cultivares de milho: um estudo de caso da na aldeia Guarani Ilha do Cardoso, Município de Cananéia**. São Paulo. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2001.

GAUDEMAR, Jean Paul. **Mobilidade do Trabalho e Acumulação do Capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

GONÇALVES, Marcelino Andrade. **O Trabalho no Lixo**. Presidente Prudente: UNESP Tese (Doutorado), 2006.

GUERRA, Emerson Ferreira. Desordenamento Territorial e a Geopolítica das retomadas na terra indígena Xakriabá. *In:* SILVA, Onildo Araujo da; SANTOS, Edinusa Moreira Carneiro; COELHO NETO, Agripino Souza. (Orgs) **Identidade, Território e Resistência**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

LADEIRA, Maria Inês. **Espaço Geográfico Guarani-Mbya: Significado, Constituição e Uso.** Maringá/Paraná: Eduem; São Paulo: Edusp, 2008.

LADEIRA, Maria Inês; FARIA, Camilla Sales de. Os Avá-Guarani em Yvy Mbyete, centro da Terra e os Processos de Transformação de seu Território. *In:* MAMED, Daniele de Ouro; CALEIRO, Manuel Munhoz; BERGOLD; Raul Cezer Bergold.(Orgs). **Os Avá-Guarani no oeste do Paraná: (re) existência no Tekoha Guasu Guavirá.** Letra da Lei, 2016. p.51

LIMA, Leandro de Almeida. **A Constituição do Território a Partir do Movimento de Trabalhadores do Bairro Jardim das Américas – Guarapuava/PR.** (Dissertação de Mestrado) Marechal Cândido Rondon, 2013.

LÖWY, Michael. **A Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado**. Actuel Marx, n.18,1995.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo: Estudos sobre ascondições da Sociedade Agrária no Brasil.** São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo**. Petrópoles: Vozes, 1986.

MASUZAKI, Teresa Itsumi. **A Organização Produtiva dos Avá-Guarani nos *Tekoha* dos Municípios de Terra Roxa e Guaíra/PR.** (Tese de Doutorado) Dourados: UFGD, 2019.

MELO, Kelli Carvalho. **"Gente de Verd@de": Entre as Coisas de Índio e as Coisas de não Índio: Novas Geografias.** (Tese de Doutorado) Dourados: UFGD, 2018.

MIZUSAKI, Márcia Yukari. Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando os "novos" personagens entram em cena. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 20, n.39 Dossiê. p.39-59. 2017. Disponível em: http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/ article/viewFile/4896/3972

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno Mota. **Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá: diferenças geográficas e as lutas pela Descolonização na ReservaIndígena e nos acampamentos-*tekoha* – Dourados/MS** Unesp: Presidente Prudente (Tese Doutorado), 2015.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno Mota. **Territórios e Territorialidades Guarani e Kaiowa: Da territorialização precária na Reserva Indígena de Dourados à Multiterritorialidade**. Dourado/MS (Dissertação de Mestrado), 2011.

OLIVEIRA, Diogo. “Você vai entender porque o Guarani tá vivo até hoje aqui nessa fronteira!”: Apontamentos sobre os Avá guairenses contemporâneos (Paraná/Brasil). *In:* Reunião de Antropologia del Mercosur, 10., Córdoba, Argentina, jul. 2013. **Anais [...]** Córdoba, [s.l.], 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

O COMÉRCIO FRONTEIRIÇO ENTRE FOZ DO IGUAÇU (BRASIL) E CIUDAD DEL ESTE (PARAGUAI): UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA DE CONSUMO DOS MORADORES LOCAIS[98]

Camila Manoel Pereira

INTRODUÇÃO

A circulação de mercadorias e pessoas entre os munícipios de Ciudad del Este (Paraguai), Foz do Iguaçu (Brasil) e Puerto Iguazú (Argentina), nem sempre foi como na contemporaneidade. Entretanto, conforme Amaral (2008), a interação comercial entre os moradores locais da Tríplice Fronteira existe desde a criação das primeiras colônias no final do século XIX – colônias que deram origem aos referidos municípios.

A dinâmica interativa entre os moradores locais durante o século XIX sugere que o crescimento do comércio fronteiriço ocorreu paralelamente ao dos municípios adjacentes, e passou por adaptações mediante as necessidades dos moradores locais.

No final do século XIX, as trocas que aconteciam entre os moradores da região estavam baseadas em produtos alimentícios e especiarias[99]. Já naquele momento, a população local via no comércio com os países vizinhos uma alternativa de fonte de renda.

A atividade de contrabando/descaminho também se mostrou presente desde o início do povoamento da região, como através da extração ilegal de madeira em território brasileiro, por exemplo.

Segundo Adriana Dorfman (2009), as cidades de fronteira no sul do Brasil eram, em grande parte, originadas de acampamentos militares, o que evidenciava o desejo do governo brasileiro em interditar os contatos transfronteiriços no século XIX.

[98] Este artigo é um desdobramento da dissertação de mestrado "O comércio fronteiriço entre Foz do Iguaçu – BR e Ciudad del Este – PY: uma análise a partir da perspectiva de consumo dos moradores locais".
[99] Trocavam-se principalmente alimentos, como laranja, maçã e temperos.

Os primeiros habitantes da colônia de Foz do Iguaçu não desenvolviam apenas as atividades que lhes eram designadas pelo governo brasileiro. Na época, o governo havia doado terras na fronteira para que fossem desenvolvidas atividades agrícolas.

> Em 1889 foi fundada a Colônia Militar na fronteira, que tinha competência para distribuir terrenos a colonos interessados, marcando a ocupação efetiva desse lugar por brasileiros, pois o território era ocupado e explorado por argentinos e paraguaios a serviço dos ingleses, que se dedicavam à extração da erva-mate e da madeira, exportadas via Rio Paraná. (FIGUEIREDO et. al., 2015, p. 5).

O comércio fronteiriço, considerado ilegal no século XIX, era algo muito comum na região sul do Brasil e, até no estado do Mato Grosso[100], hoje Mato Grosso do Sul, o que, consequentemente, acabava por relacionar fronteira com ilegalidade. Como apontou Wachowicz (1982), a vida das cidades de fronteira, especialmente à econômica, encontrava-se ligada diretamente a atividades ilegais.

No decorrer do século XIX, a alternativa encontrada pela colônia brasileira, foi desenvolver atividades de trocas e/ou comerciais com os países vizinhos devido ao isolamento que sofriam, pois a mesma se encontrava a mais de 600 km de Curitiba – capital do estado paranaense – e a 400 km de Guarapuava – município brasileiro mais próximo –, com estrada de terra.

Até o início do século XX, de acordo com relatos feitos por antigos moradores a Souza (2009), não havia restrições para a circulação de pessoas, para compras de produtos alimentícios e vestuários, na fronteira.

Foz do Iguaçu foi fundada como município em 1914 e, nos primeiros anos de existência, seus avanços foram penosos, lentos e pequenos, possuindo poucos habitantes e, ainda, com dificuldades de acesso.

> A situação de Foz do Iguaçu alcançou alguma melhora a partir da Revolução de 1930, no sentido de sua maior inserção econômica, política e social no Paraná. Neste período, foram chegando os primeiros agricultores do Rio Grande do Sul, dando início a uma nova fase de ocupação, com a fundação de novas cidades e com a instalação da agricultura na região do extremo oeste paranaense e consequente expansão da fronteira. (MARTINS; RUSCHAMM, 2010, p. 12).

[100] O estado do Mato Grosso teve sua parte sul desmembrada oficialmente em 1977, porém o Mato Grosso do Sul foi declarado como estado apenas em 1978, de acordo com Bittar (2017).

Conforme Souza (2009), os moradores do recém-fundado município começaram a exercer com mais frequência a atividade de contrabando, quando determinados produtos que estavam acostumados a consumir passaram a ser taxados ao entrarem no Brasil. Esse fato ocorreu com o fim da colônia, encarecendo o custo de vida e levando moradores locais a optarem por alternativas consideradas ilegais para o transporte de mercadorias.

Famílias de baixa renda buscavam na Argentina por mercadorias que não eram encontradas com facilidade em Foz do Iguaçu, com a intenção de revendê-las e, assim, complementar sua renda.

Em 1960 o contingente populacional da fronteira aumentou a partir da criação do município de *Puerto Flor de Lis* (1957), que depois passaria a se chamar *Ciudad del Este*. A criação do município tinha por finalidade fortalecer os laços entre o governo paraguaio e o governo brasileiro. Além disso, fora iniciada a construção da estrada interligando os municípios fronteiriços com a capital do Paraguai, *Asunción*.

As relações entre os dois municípios fronteiriços se intensificaram com a construção da Itaipu Binacional, na década de 1980. Segundo Lavínia Martins e Doris Ruschamann (2010), foi a partir deste momento que ficou mais evidente o crescimento da importância das transações entre Brasil e Paraguai, principalmente para Foz do Iguaçu e *Ciudad del Este*.

Conforme as autoras Martins e Ruschamann (2010), entre o período de construção e pós-construção da hidrelétrica de Itaipu, notou-se uma ampliação na importância do turismo de compras, assim como do comércio atacadista exportador para a região da Tríplice Fronteira.

Segundo Aldomar Rückert e Circe Dietz (2012), a Tríplice Fronteira no século XXI se caracteriza como uma área dinamizada pela economia do comércio internacional e por múltiplas interações, sobretudo, entre Foz do Iguaçu e *Ciudad del Este*, por meio da Ponte da Amizade e do Rio Paraná. Trata-se de uma área potencializada por fluxos diários de pessoas, capital, trabalho, serviços e informações, fontes de diversas interações transfronteiriças e de processos de integração em múltiplas escalas.

Partindo desse contexto, buscou-se enfatizar as relações de compra e venda de mercadorias entre a população de Foz do Iguaçu e *Ciudad del Este*, com o objetivo principal de analisar o comércio fronteiriço que existe entre os moradores locais, buscando compreender quais as vantagens e/ou desvantagens em se consumir determinados produtos de um lado ou de outro da fronteira. Além de realizar o levantamento a respeito dos produtos que são consumidos por moradores de *Ciudad del Este* no Brasil, também apontamos quais eram os mais consumidos por moradores de Foz do Iguaçu no lado paraguaio. Por fim, averiguou-se a existência de uma real necessidade ou de um costume/tradição da população fronteiriça em consumir no país vizinho.

O recorte temporal deu-se a partir do início do século XXI, por se tratar de um período mais recente da fronteira, e por haver a possibilidade de presenciar o cotidiano fronteiriço, para, então, compararmos o que existe em teoria, e o dia a dia vivido pela população, na prática.

Constatou-se, durante a pesquisa, que os produtos que possuem transporte e consumo controlados pelos governos brasileiro e paraguaio, são aqueles produzidos dentro do próprio país e/ou que chegam do exterior e recebem taxas em cima do seu preço inicial, ou seja, os produtos controlados são, geralmente, aqueles que os governos e/ou as grandes empresas têm interesse.

O controle de determinados produtos visa "proteger" os interesses daqueles que Milton Santos (2004) chamou de "circuito superior da economia urbana"

As leis que existem podem acarretar o aumento das atividades de contrabandos[101] e descaminho[102] entre a população local, pois os moradores sempre buscam alternativas para obter os produtos que desejam.

Eliana Lamberti (2006) destaca que, tanto o Brasil quanto o Paraguai, não conseguem controlar totalmente o que entra e sai no território de fronteira, pois não legislam de acordo com a realidade vivenciada pela população.

---

[101] Caracteriza-se como a prática da importação ou exportação clandestina de mercadorias e bens de consumo que dependem de registro, análise ou autorização de órgão público competente; enquadra-se no Art. 334-A do código penal. Onde diz "Importar ou exportar mercadoria proibida: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos" (Código Penal Brasileiro).

[102] A atividade de descaminho definida como a entrada ou saída de produtos permitidos, mas sem passar pelos trâmites burocrático-tributários devidos. No Art. 334. "Iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria: Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos" (Código Penal Brasileiro).

Há chances até mesmo de as leis prejudicarem o consumo entre os moradores locais, tornando o trânsito de mercadorias de um lado a outro da fronteira mais complicado, pois, na maioria dos casos, os produtos adquiridos são para consumo próprio e, em caso de revenda, estes não serão revendidos em localidades distantes da tríplice fronteira.

Trata-se da busca por consumir produtos da moda, de qualidade, e de economizar, através do câmbio e da forma de pagamento mais acessível no momento da compra. Ainda conforme Lamberti (2006):

> A ausência de moeda ou preços únicos faz com que toda e qualquer alteração de paridade monetária altere e comprometa sensivelmente as relações comerciais caso não seja adotado algum tipo de reequilíbrio para compensar as variações cambiais. (LAMBERTI, 2006, p. 22).

Essa ausência de preços únicos, a variação do câmbio e a qualidade do produto impulsionam a movimentação de moradores locais de um lado ao outro da fronteira.

O consumo desses produtos, ora mais acessíveis no Brasil, ora no Paraguai, poderia acarretar na melhoria dos preços nos repasses dentro do país de origem do consumidor. Isto é, comerciantes brasileiros poderiam comprar insumos básicos para abastecer seus comércios do lado paraguaio, o que reduziria o preço na hora de revenda, aumentando a variedade de produtos disponíveis – mesma situação ocorreria com comerciantes paraguaios em relação ao Brasil.

Este fato também poderia exercer certa pressão sobre os atores que compõe o circuito superior da economia urbana (grandes empresas e governos), havendo uma concorrência sobre melhores preços e oportunidades de compras.

Entre o grupo de consumidores fronteiriços que buscam pelos melhores preços, de um lado a outro da fronteira, estão os imigrantes árabes e chineses que vieram para a região, em diferentes épocas, e trouxeram consigo o tino comercial presente em suas tradições. Essas pessoas são proprietárias de diversos estabelecimentos fronteiriços, como lojas, restaurantes, hotéis, frotas de táxis entre outros, em Foz do Iguaçu e *Ciudad del Este*.

Por se tratar de um estudo sobre o comércio entre brasileiros e paraguaios, a Vila Portes surge como o principal local de consumo frequentado pela população paraguaia no Brasil; trata-se de um bairro periférico de Foz do Iguaçu afastado da zona central e próximo à Ponte da Amizade, por onde passa a BR-277.

Na busca por identificar quem eram os paraguaios que consumiam na Vila Portes, encontrou-se a Área 4, bairro periférico de *Ciudad del Este*, que, por se encontrar afastado da região central, possui diversos armazéns (*almacenes*), como são chamados esses tipos de estabelecimentos pela população local e que, em sua maioria, são abastecidos por produtos alimentícios advindos da Vila Portes. A Área 4 encontra-se próxima à divisa de *Ciudad del Este* com o município de Presidente Franco. Muito perto dessa divisa, instalou-se o primeiro hipermercado de ambos os municípios paraguaios, uma franquia do Super Seis[103].

Alguns moradores da Área 4 afirmam que preferem comprar produtos no novo hipermercado ao invés de se deslocar até Foz do Iguaçu, por causa da fiscalização. Por esse motivo optou-se por comparar os preços dos mesmos produtos encontrados no Super 6 e nos mercados/estabelecimentos comerciais na Vila Portes, para entender se vale a pena correr o risco de ser pego pela fiscalização.

Para analisar a ida de consumidores brasileiros locais no Paraguai, escolheu-se o centro comercial de *Ciudad del Este*, pois é nesse lugar que se encontra a maioria dos estabelecimentos frequentados pela população de Foz do Iguaçu.

Por fim, a atividade comercial fronteiriça, em ambos os lados, se mostra tão forte e dinâmica que se acredita que ela possibilite a aproximação das populações vizinhas, intensificando as interações espaciais.

METODOLOGIA

O desenvolvimento da pesquisa ocorreu a partir de uma revisão bibliográfica, de documentos dos respectivos governos, leituras secundárias de autores como Milton Santos (2004), Rosana Pinheiro-Machado (2004) e Rogério Haesrbaert (1995), e de visitas a campo que foram elaboradas durante alguns meses do ano de 2017. Em julho do mesmo ano ocorreu a primeira visita a campo, com o intuito de observação e familiarização com o cotidiano fronteiriço.

[103] Super Seis configura-se como uma rede de supermercados paraguaios. Também é a primeira rede paraguaia com Hipermercados, o Hiper Seis.

A segunda visita a campo ocorreu entre março e abril de 2018. Desta vez, foram quase duas semanas percorrendo rua por rua na Vila Portes e no centro comercial de *Ciudad del Este*, anotando seus respectivos nomes, estabelecimentos e produtos vendidos. Observaram-se, também, as músicas tocadas, a interação entre vendedores e clientes, a maneira com que se portavam e o idioma escolhido para comunicação.

Foram ainda estabelecidos diálogos informais com os moradores, empresários e trabalhadores locais. Através desses diálogos, procurou-se traçar o perfil dos consumidores, a classe social à qual eles pertenciam, quais os produtos mais procurados, sua origem e seu destino final.

As prefeituras municipais de ambos os lados da fronteira foram visitadas. Em Foz do Iguaçu, contatou-se primeiramente a responsável pelas mídias sociais e propaganda do governo. Através dela, surgiu a oportunidade de dialogar com o chefe do gabinete do prefeito. Em uma conversa informal de um pouco mais de uma hora de duração, obteve-se respostas e informações sobre questões comerciais da fronteira.

Na prefeitura municipal de *Ciudad del Este*, estabelecer um diálogo foi um pouco mais complicado. Ao contatar a recepcionista, a mesma pediu que se procurasse a secretária de turismo para obter mais informações; entretanto, um antigo funcionário municipal estabeleceu um diálogo espontâneo onde contou um pouco mais sobre o comércio local, a fiscalização e a procura por produtos brasileiros.

A terceira visita ocorreu em maio de 2019, a fim de averiguar o que havia mudado de um ano para o outro em relação aos preços, produtos e estabelecimentos comerciais. Novos diálogos foram instituídos com vendedores e proprietários na tentativa de identificar a origem de determinados produtos. Percorreu-se algumas ruas da Vila Portes e do centro comercial de *Ciudad del Este* com a finalidade de confirmar alguns endereços e estabelecimentos.

Durante todas as visitas, buscou-se atravessar a fronteira das mais variadas formas, utilizando os mesmos meios que a população local, como ônibus, vans, mototáxis, táxis, *Ubers*, e até mesmo as próprias pernas, caminhando pela Ponte da Amizade.

Em um segundo momento, realizou-se a busca por informações a respeito da tríplice fronteira, comércio, descaminhos e alguns conceitos, como fronteira e integração em sites: SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), Google Acadêmico, IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores), Receita Federal Brasileira; consultas nos sites dos municipais de *Ciudad del Este* e Foz do Iguaçu; além de pesquisas em jornais da região de fronteira, como Voz da Cidade, Click Foz do Iguaçu, Diario Vanguardia e ABC Color; entre 2017 a 2019, buscando-se notícias sobre apreensões, comércio e violência na fronteira.

Algumas informações foram obtidas através de grupos de moradores locais em redes sociais, como o Facebook[104]. Outra rede social utilizada para levantamento de dados foi o Instagram[105], pois moradores fronteiriços criam lojas virtuais para comercializar produtos com outras regiões.

Para interpretar e sistematizar os dados obtidos durante as consultas bibliográficas e os trabalhos de campo, foram produzidas tabelas com o auxílio de softwares, como o Excel, e mapas temáticos sobre a cartografia dos produtos, confeccionados no QGIS. O intuito foi, sobretudo, tornar o trabalho mais didático.

O COMÉRCIO TRANSFRONTEIRIÇO: OBSERVAÇÕES E VIVÊNCIAS.

O trabalho de campo teve início em Foz do Iguaçu, e não demorou muito para que a diversidade presente no município aparecesse. Como não fronteiriço, o que primeiro chamou a atenção foi o *Reggaeton*[106] tocando na rádio, e um casal de moradores locais que estava presente começou a cantar a letra da música em espanhol. A presença de imigrantes de origem árabe[107], no munícipio, também chama a atenção, são inúmeros restaurantes típicos, lojas e frases de protesto, escritas em muros, reivindicando a liberdade do povo palestino.

[104] O Facebook é um site e rede social em que os usuários postam comentários, compartilham fotos e links para notícias, além de outros conteúdos interessantes na web. De acordo com Assunção e Matos (2014) trata-se uma rede social criada em 2004, por Mark Zuckerberg;
[105] Instagram, rede social criada em 2012, que oferece aos usuários a oportunidade de compartilhar imagens e vídeos. (ARAGÃO et al., 2016).
[106] Um estilo musical que tem suas raízes na música latina, cuja maioria das letras são cantadas em espanhol.
[107] Segundo o IBGE (2010), Foz do Iguaçu (PR), é o segundo município com o maior número de árabes no Brasil em torno de 5.599 habitantes.

A população vinda da Argentina também se mostrou presente em Foz do Iguaçu, entretanto, apenas como consumidores em pontos estratégicos (*Shoppings Centers* e em algumas lojas do centro de Foz do Iguaçu). Alguns lojistas da Vila Portes disseram que os argentinos apenas se deslocam até o bairro, em busca de produtos específicos (peças de automóveis e materiais para construção).

Um dos Shoppings mais frequentado pelos argentinos é o *Catuaí Palladium*[108], localizado próximo à fronteira com a Argentina. O *Shopping* conta com placas informativas e lojas em espanhol, como a "*Casa Anjita Hombre*". Ao conversar com a vendedora da loja, foi constatado que o *Shopping* recebe, diariamente, um grande número de consumidores vindos da Argentina, e, por esse motivo, o estabelecimento tem seu nome em espanhol, com o intuito de atrair o público argentino.

Os argentinos optam por lojas com marcas mais conhecidas e caras, procuram por produtos que não são comuns nas lojas de seu país. Por esse motivo, estima-se que a população que se desloca para comprar em Foz do Iguaçu pertence às classes média e média alta.

A circulação diária de argentinos, paraguaios e imigrantes de outras nacionalidades, por Foz do Iguaçu, potencializa a interação fronteiriça, fazendo com que se propaguem hábitos semelhantes entre eles.

> Esse fluxo intenso de paraguaios e argentinos circulando pela cidade de Foz do Iguaçu, traz uma enorme interação de costumes e culturas, desde a vestimenta, idioma, alimentação etc. A cultura é o resultado dessa invenção social, do comportamento dos indivíduos com seus grupos, que estão em constante interação e aprendizagem, no caso da tríplice fronteira, essa interação se tornou mais forte. (BORGES; MARIA; DERROSSO, 2015, p. 129).

A Vila Portes está para os paraguaios o que o *Shopping Catuaí* está para os argentinos. Localizada próxima à Ponte da Amizade, a *vila* recebe um grande número de pessoas vindas do Paraguai, e se caracteriza como o principal local de consumo.

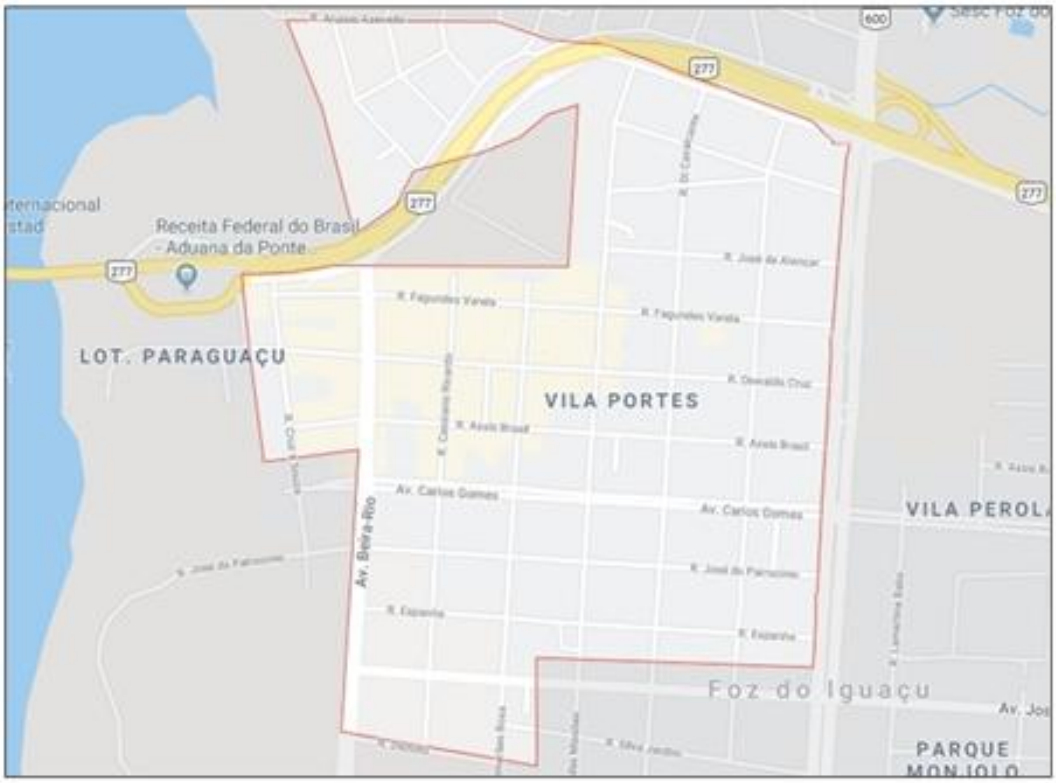
A Vila Portes foi estabelecida nos anos 1960 a partir da construção da Ponte da Amizade, e seu auge econômico foi no início dos anos 1990, por conta do comércio que também protagonizava. A criação do MERCOSUL[109] e a sucessiva implantação de

[108] O Shopping Center foi inaugurado em 2006, pelo grupo Catuaí, em conjunto com um condomínio fechado pertencente ao mesmo grupo.

[109] Segundo o site do MERCOSUL (2017), em 1991 o Tratado de Assunção foi assinado por Paraguai, Brasil, Argentina e Uruguai, criando assim o Mercado Comum do Sul, tendo, através da integração destes

novas regras, a construção de aduanas, de cotas de compras e da fiscalização mais ampla, articulada à alta variação do câmbio, fez com que o volume de compras na Vila Portes diminuísse, ocasionando o fechamento de inúmeros estabelecimentos a partir dos últimos anos do século XX e do início do século em curso.

Figura 1 – Perímetro urbano ocupado pela Vila Portes em Foz do Iguaçu.



Fonte: PEREIRA (2019, p. 63).

Os comércios que resistiram, tiveram que se readaptar, tornando-se um grande mercado popular com preços baixos, atraindo, assim, consumidores de baixa renda. A facilidade com que o comércio da Vila Portes se reconfigurou para continuar atraindo clientes dos países vizinhos, pode ser caracterizado como parte do que Santos (2004) chama de circuito inferior da economia urbana:

> O circuito superior utiliza uma tecnologia importada e de alto nível, uma tecnologia "capital intensivo", enquanto no circuito inferior a tecnologia é "trabalho intensivo" e frequentemente local ou localmente adaptada ou recriada. O primeiro é imitativo, enquanto o segundo dispõe de um potencial de criação considerável. (SANTOS, 2004, p. 43).

países, a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos; além disso, também se caracteriza pelo regionalismo aberto.

A característica de rápida adaptação só é possível ao comércio que se encaixa dentro do circuito inferior da economia urbana, conforme Santos (2004). Assim, entendemos que é razoável identificar que os estabelecimentos da Vila Portes são exemplos desse circuito.

> [...] o circuito inferior só pode funcionar através de uma adaptação estreita às condições conjunturais. Nisso ele é favorecido pela divisibilidade e a mobilidade tanto da mão-de-obra [sic] como do capital, que permitem aos empresários seguir com mais flexibilidade as variações quantitativas e qualitativas da demanda e, assim, melhorar os rendimentos marginais da empresa. (SANTOS, 2004, p. 253).

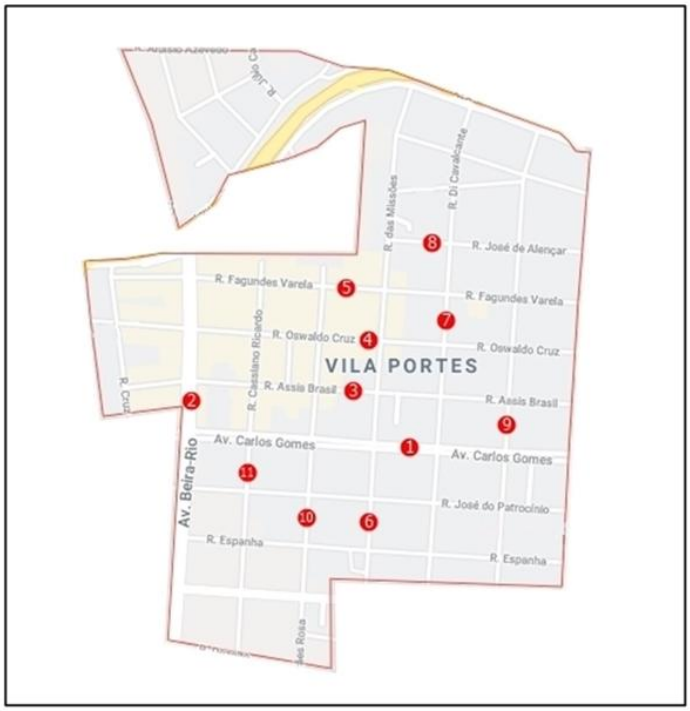
Conforme o *site* da Associação Comercial e Empresarial de Foz do Iguaçu – ACIFI (2015), a Vila Portes concentra, em poucas quadras, uma variedade grande de estabelecimentos comerciais. O bairro possui as características que o aproxima com o centro comercial de *Ciudad del Este*. Não há um padrão de lojas na Vila Portes. O comerciante parece não se preocupar com a fachada do seu estabelecimento. Alguns comércios expõem seus produtos na calçada, no chão, coisas que não são comuns nas lojas do centro de Foz do Iguaçu, por exemplo – mais uma característica que aproxima o comércio da Vila Portes com o circuito inferior da economia urbana.

> As empresas familiares e os autônomos são numerosas, o capital é muito pequeno, a tecnologia, obsoleta ou tradicional e a organização, deficiente. A procura de dinheiro liquido é desenfreada. As despesas de publicidade são quase inexistentes. Poucos comerciantes se preocupam em arrumar suas vitrinas. (SANTOS, 2004, p. 197).

Considerando a extensão territorial do bairro, escolheu-se percorrer as ruas principais, mais movimentadas, e onde está concentrada a maioria dos estabelecimentos comerciais da Vila Portes.

As ruas foram visitadas na sequência presente na figura anterior. A princípio, os proprietários e vendedores demonstravam certa desconfiança para responder as perguntas, mas quando eram informados de que se tratava de uma pesquisa universitária, as respostas vinham sem mais delongas. Por toda Vila Portes há propagandas e ofertas de produtos escritos em espanhol, e, em alguns casos, já com os valores na moeda paraguaia, o Guarani.

Figura 2 – Sequência de ruas na Vila Portes, Foz do Iguaçu – PR.



Fonte: PEREIRA (2019, p. 68).

Figura 3 – Fachada de uma loja escrita em espanhol na Vila Portes.

Fonte: PEREIRA (2019, p.70)

Constatou-se que os produtos mais procurados por paraguaios, nesses estabelecimentos, são do gênero alimentício e, em segundo lugar, vestuário. Através de conversas com os comerciantes locais, descobriu-se que a maioria dos consumidores que frequentam ali é de nacionalidade paraguaia. Alguns proprietários disseram algo parecido como: "a *gente aceita todo tipo de moeda, até o Euro, mas o que mais recebemos é o Guarani*", "*vem todo tipo de gente consumir aqui, mas a maioria, com certeza é paraguaio*", ou "*os paraguaios gostam dos produtos brasileiros*".

A origem dos produtos que são vendidos nos estabelecimentos da Vila Portes é diversa. Alguns produtos de vestuário são trazidos de São Paulo e/ou de outros munícipios do Paraná, como Cianorte e Umuarama. As batatas que eram vendidas (25 quilos custavam 27 reais, isto é, 45 mil guaranis) em outro estabelecimento, vinham de Guarapuava – PR.

A Vila Portes conta com a presença se alguns hipermercados, como o Muffato Max Atacadista[110]. Todas as vezes em que se visitou o mercado, logo na entrada observou-se a presença de um cartaz (em espanhol e português) informando que o estabelecimento não aceita moedas estrangeiras, e que era necessário realizar a trocar na casa de câmbio do próprio mercado.

Havia um cartaz semelhante a esse em outra unidade da Rede Muffato, próxima ao Centro de Foz do Iguaçu, região um pouco mais afastada da Ponte da Amizade. O mesmo acontece com outro mercado que visitamos, o Big, que pertence à rede Walmart.

A necessidade de trocar a moeda antes de consumir, diferencia os hipermercados dos estabelecimentos comerciais da Vila Portes, pois esses aceitam "todo tipo de moeda". Entretanto, a presença desses hipermercados próximos à Ponte da Amizade não é mero acaso. Como descrito por Santos (2004), o circuito superior vai à procura da articulação, isto é, os hipermercados também visam atrair os consumidores do outro lado da fronteira.

Durante todo o dia inúmeras vans saem da Vila Portes carregadas de produtos e cruzam a fronteira com o Paraguai. Foi possível averiguar alguns moradores locais, na tentativa de passar pela fiscalização, com seus produtos, optarem pelo descaminho, pois

[110] O Max Atacadista é uma bandeira de "atacarejo" (atacado e varejo) do Grupo Muffato, criado em 1974 por Tito Muffato em Foz do Iguaçu.

o governo paraguaio proíbe a entrada de determinados produtos brasileiros em seu território.

Em uma conversa com um motorista de táxi do *Shopping Ciudad del Este* (o taxista estava uniformizado com tal identificação), os produtos brasileiros que não podem cruzar a fronteira em grandes quantidades são aqueles que o Paraguai produz, como: açúcar, frango, ovos e pão. Em outro momento, moradores de *Ciudad del Este* e Presidente Franco confirmaram esse fato.

Resolveu-se, então, dar atenção aos preços desses produtos na Vila Portes e nos hipermercados dos dois lados da fronteira. Com as informações obtidas, durante as visitas a campo (2018-2019), foram elaboradas tabelas com o intuito de comparar os preços no Brasil (Vila Portes e hipermercados) com os preços do Paraguai (Super 6 Hipermercado).

Tabela 1 – Preço dos produtos em hipermercado e estabelecimentos da Vila Portes.

Mercadorias	**Preços em Real / Preços em Guarani**		
	Muffato Max	***Big Hipermercado***	***Comércio Vila Portes***
Frango (kg)	R$ 5,98 / ₲ 9.646,34	R$ 8,29 / ₲ 13.372,6	R$ 7,49 / ₲ 12.082,12
Ovos (30 uni.)	R$ 8,99/ ₲ 13.792,13	R$ 7,99 / ₲ 12.888,67	R$ 7,90 / ₲ 12.743,49
Açúcar (5kg)	R$ 8,39 / ₲ 13.533,91	R$ 9,19 / ₲ 14.824,39	R$ 8,25 / ₲ 13.308,08
Arroz (5kg)	R$ 9,99 / ₲ 16.114,87	R$ 12,99 / ₲ 20.954,18	R$ 11,89 / ₲ 19.179,76
Azeite (500ml)	R$ 14,99 / ₲ 24.180,38	R$ 18,90 / ₲ 30.487,6	R$ 15,75 / ₲ 25.406,33
Coxa de Frango (kg)	R$ 6,29 / 10.146,4	R$ 5,99 / ₲ 9.662,47	R$ 5,49 / ₲ 8.855,92
Pão de forma (500g)	R$ 3,98 / ₲ 6.420,14	R$ 4,05 / ₲ 6.533,06	R$ 4,35 / ₲ 7.016,99

Fonte: PEREIRA (2019, p. 89).

Na Tabela 1, constam os preços de maio de 2019. Durante esse trabalho de campo, R$ 1,00 era o equivalente a ₲ 1.613,10. Perguntou-se informalmente a alguns proprietários de estabelecimentos, se os paraguaios continuavam comprando mesmo quando o Guarani estava desvalorizado. E a resposta foi positiva. Foram ditas frases como: *"quando o Guarani estava mais valorizado eles (os paraguaios) consumiam uma variedade maior de produtos, mas ainda continuam vindo comprar"*.

Outro proprietário informou que os paraguaios vinham em um número menor do que de praxe, mas nada que preocupasse os comerciantes locais.

Na Tabela 2, encontram-se os preços dos mesmos produtos em Guarani e em Real de acordo com o hipermercado SUPER 6, localizado em Presidente Franco. Escolheu-se esse mercado por ser o primeiro hipermercado da região de *Ciudad del Este*. Ele ainda está localizado próximo à Área 4.

Tabela 2 – Preço dos produtos no Super 6 em Presidente Franco.

Produtos	**Preços em Guarani / Preços em Real**
	SUPER 6 Hipermercado
Frango (kg)	₲ 13.150 / R$ 8,15
Ovos (30 uni.)	₲ 19.300 / R$ 11,96
Açúcar (5kg)	₲ 32.500 / R$ 20,14
Arroz (5kg)	₲ 40.000 / R$ 24,79
Azeite (500ml)	₲ 47.500 / R$ 29,44
Coxa de Frango (kg)	₲ 14.905 / R$ 9,24
Pão de forma (500g)	₲ 13.100 / R$ 8,12

Fonte: PEREIRA (2019, p. 90).

Os dados obtidos nos estabelecimentos comerciais (2018-2019), mostram que as diferenças de preços entre as mercadorias são pequenas. Todavia, determinados produtos permanecem mais baratos em território brasileiro, mesmo com a alta do Real, são eles: açúcar, ovos, arroz e frango.

Embora a diferença nos preços seja pequena, os paraguaios costumam comprar em grandes quantidades, o que amplia a diferença entre os preços, além da variedade de formas de pagamentos (parcelamentos, crediário e cartões de créditos). Existe ainda a cultura de acrescentar qualidade nos produtos brasileiros, ou seja, a população local acredita que a qualidade dos produtos vindos do Brasil é maior do que os produzidos Paraguai.

Esse hábito agrega valor aos produtos trazidos do Brasil, que são revendidos nos estabelecimentos dos bairros periféricos no Paraguai, como nos armazéns da Área 4.

A Área 4 teve sua origem ligada à construção da Hidroelétrica de Itaipu, pois se trata de um bairro residencial, criado em torno de 1970, com o intuito de abrigar os técnicos da obra de Itaipu que viviam no Paraguai.

Trata-se de um bairro residencial que conta com presença de algumas mercearias familiares. Essas mercearias ficam na parte da frente das residências, ou no quintal, e ali são vendidos vários tipos de produtos, vindos, em alguns casos, da Vila Portes.

Figura 4 – Fachada de um armazém na Área 4.

Fonte: PEREIRA (2019, p.100).

O abastecimento de produtos nos armazéns acontece via Ponte da Amizade. Os proprietários cruzam a ponte em busca de mercadorias em Foz do Iguaçu/Vila Portes. Quando necessitam de produtos específicos (uvas e vinhos) se deslocam até o centro de *Puerto Iguazu*, na Argentina.

Segundo Dalila Garcia (2016), os moradores do bairro, com armazéns, afirmam que esses estabelecimentos são uma fonte de renda, pois os donos costumam empregar parentes e amigos que também vivem no bairro em questão.

Conversou-se com alguns proprietários de armazéns, e entre eles estava uma mulher de 37 anos. Durante a conversa, ela e o marido apontaram que decidiram abrir o estabelecimento para que ela pudesse trabalhar, cuidar da casa e dos dois filhos, um de quatro e outro de onze anos. Antes, ela trabalhava como vendedora em loja de roupas, mas o trabalho a impedia de ficar com os filhos e, por isso, trocou de ramo.

> [...] as mulheres comerciantes podem ter ao mesmo tempo outras atividades, como a de costureira, de lavadeira e sobretudo de mãe de família. O trabalho em casa facilita também as relações como a vizinhança: os clientes estão certos de poderem ser atendidos não importa a que hora, mesmo aos domingos e feriados. (SANTOS, 2004, p. 217).

Os armazéns também integram o circuito inferior da economia urbana. O armazém possibilita, neste caso, que a proprietária pudesse ter uma renda e, ao mesmo tempo, cuidar da casa e dos filhos. De acordo com a comerciante com quem conversamos, o marido ia com o automóvel do casal buscar as mercadorias para o armazém em Foz do Iguaçu; ela porém, raramente ia junto, tendo ido apenas uma vez ao Muffato Max.

A comerciante seguiu dizendo que, embora parte das mercadorias vendidas em seu *almacén* viesse do Brasil, e outra parte do Paraguai e/ou Argentina, era muito mais barato comprar no Brasil. Porém, a dificuldade em passar com as mercadorias pela fronteira estava fazendo com que cada vez mais ela buscasse adquirir os produtos nos grandes mercados paraguaios, como o SuperSeis: "*cada vez más vamos comprando en Ciudad Del Este. Hoy es muy complicado traer productos del Brasil*".

Em um outro estabelecimeto, a proprietária, que deveria ter entre 55 e 60 anos, disse que havia um homem responsável por buscar os produtos no Brasil para ela. Eram feitas encomomendas de mercadorias e este homem se encarregava de comprar e fazer o transporte até chegar no *almacén*.

Essa informação permite compreender que há pessoas realizando esse tipo de atividade, isto é, comprando produtos no Brasil, e levando para serem revendidos nos armazéns paraguaios. Isso torna prático ao comercianciante local encomendar mercadorias por meio dessas pessoas, pois não precisam se preocupar com a fiscalização, ou perder seu dinheiro e suas mercadorias.

As pessoas que realizam a compra e o transporte das mercadorias pela fronteira praticam o contrabando/descaminho quando burlam a fiscalização, e entram no Paraguai com produtos que são proibidos pela legislação. Esse fato comprova a existência de redes de comunicação e de transporte, consideradas ilegais, mas que estão ativas na fronteira.

As redes também mostraram-se presentes entre os brasileiros que consomem produtos em *Ciudad del Este*. Neste caso, as preferências dos brasileiros são outras: buscam por produtos eletroeletrônicos, perfumes, maquiagens e roupas de marcas famosas.

Em todas as vezes que se cruzou a fronteira em direção a *Ciudad del Este*, seja a pé ou em algum automóvel, a fiscalização estava presente; uns dias mais, em outros menos, mas sempre havia policiais federais circulando pela ponte junto com guardas paraguaios armados.

A presença de guardas armados circulando pela fronteira, relembrou o que Raffestin (1993, p. 168) escreveu, quando abordou a questão do controle na fronteira, dizendo que a "função de controle tem por dever inspecionar a circulação dos homens, dos bens e da informação de uma maneira geral".

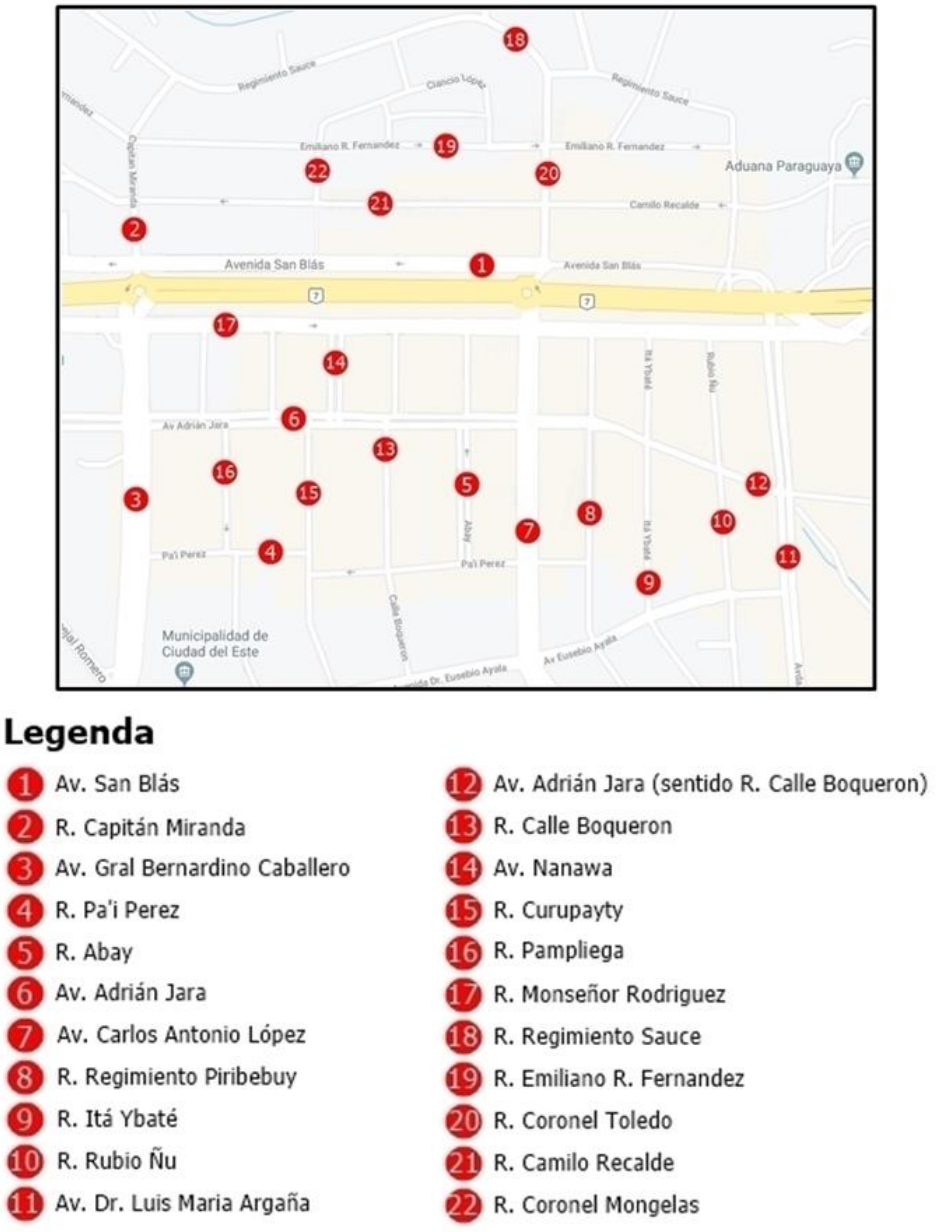
O centro comercial de *Ciudad del Este* abrange parte do "*Barrio Centro*" e parte do "*Barrio San Blas*". Todas as ruas foram percorridas durante os trabalhos de campo, e entendeu-se que era necessário realizar esse percurso para levantar informações sobre os estabelecimentos, funcionários, consumidores e produtos. O foco deu-se sobre os estabelecimentos fixos, havendo a necessidade de realizar esse recorte pelos grandes fluxos de mercadorias e pessoas.

Ao entrar nos estabelecimentos, eram feitas perguntas como: "*qual a origem desse produto?*" "*Vem muita gente de Foz do Iguaçu consumir aqui?*" "*O que os moradores de Foz do Iguaçu gostam de comprar?*" "*Vocês conseguem reconhecer quando a pessoa mora na fronteira?*".

E a resposta para a última pergunta muitas vezes foi positiva: alguns vendedores paraguaios justificaram sua resposta dizendo que dava para saber que se tratava de um fronteiriço pela forma com que se comunicava. De acordo com um vendedor de artigos para cabelos, quem era da fronteira, mesmo sendo brasileiro, respondia em espanhol, quando abordado, e fazia uso de frases como: "*no, gracias*" ou "*gracias amigo*".

Pessoas vindas de fora da fronteira normalmente respondiam em português. Abaixo, encontra-se um mapa com as ruas e a sequência com que foram visitadas.

Figura 5 – Sequência de ruas percorridas no centro comercial de *Ciudad del Este*.



Fonte: PEREIRA (2019, p. 119).

A caminhada teve início na Avenida San Blas e, logo de início, observamos que ali se encontrava uma diversidade de estabelecimentos, como: lojas de roupas, cosméticos, artigos de viagem, eletroeletrônicos, autosserviços, instrumentos musicais, material de pesca, tecidos, calçados e brinquedos infantis, além das tradicionais galerias (Ebraz, Asunsión, por exemplo) e *Shoppings* (Global Center,MultiShop, Monalisa Store, Chazaqui) de todos os tamanhos.

A esmagadora maioria das lojas vendia roupas (trinta e uma no total); as de eletroeletrônicos apareceram em segundo lugar (quartoze); em terceiro lugar estavam as lojas de calçados (onze), seguidas pelas de cosméticos (sete). Os estabelecimentos, nesta avenida, são o reflexo do centro comercial de *Ciudad del Este*. Nas galerias e demais ruas encontra-se lojas com os mesmos produtos, porém com algumas variações, como lojas de autosserviços, casas de câmbio, relojoarias, cassinos, pneus (essas mais escondidas) e lojas de suplementos alimentares. Apenas na rua Monseñor Rodriguez encontrou-se bancas que vendiam *CD's* e *DVD's*. No final dos anos de 1990 e início de 2000, esses eram os produtos que mais se vendia no centro de *Ciudad del Este*. De acordo com Pinheiro-Machado (2004), esse era o tipo de mercadoria que mais entrava no Brasil via Paraguai.

Hoje, em 2020, o comércio encontra-se voltado para produtos de marcas importadas vindos de outros países, como: *Apple, Samsung, Xiaomi, Adidas, Nike, MAC, Chanel* e *Louis Vuitton*, que são comercializados no Brasil a preços altíssimos, fazendo com que o cidadão brasileiro opte por comprar no país vizinho. Embora a maioria dos estabelecimentos ainda exija o pagamento em dinheiro vivo, observaram-se algumas oportunidades de compras com cartão de crédito e, até mesmo, propagandas que visam atrair consumidores estrangeiros para criar seu cartão de crédito no Paraguai.

Quando se adentra em *Ciudad del Este*, se afastando da zona central, as lojas mudam de características e de mercadorias, perdendo aos poucos a aparência moderna, repleta de produtos de última geração. Quanto mais perto da Rua Capitán Miranda se está, mais os produtos ganhavam identidades paraguaias, como, por exemplo, emblemas de times de futebol paraguaios em garrafas térmicas comercializadas na calçada.

Essa mudança ocorre porque os consumidores também mudam. Uma vendedora brasileira de eletroeletrônicos informou que os consumidores no centro comercial, em sua maioria, eram brasileiros, com alguns argentinos. Era difícil encontrar paraguaios naquela região.

Os estabelecimentos asiáticos também se destacavam na Rua Pa'i Perez. Havia casas de mensagens, alguns restaurantes e a casa de plásticos Yang. Virando à esquerda, na Rua Abay, a paisagem muda completamente e se tem a impressão de não estar mais em território paraguaio, pois eram muitos os restaurantes de comidas chinesas e lojas de ervas asiáticas; além de ser uma rua muito arborizada com canteiros de flores e palavras escritas em chinês.

Pinheiro-Machado (2009), salienta que esses estabelecimentos chineses em *Ciudad del Leste* não foram abertos com a intenção de atender aos turistas, mas sim aos próprios chineses e taiwaneses que vivem no município e, por esse motivo, encontram-se afastados do centro comercial. Nessa rua, encontra-se a loja Cheson Central, frequentada por brasileiros que procuram por bolsas de marcas famosas, como Louis Vuitton.

Na Avenida Adrián Jara, observou-se muitos estabelecimentos que comercializavam bebidas alcoólicas; mais do que em qualquer outra rua. Constatou-se que os estabelecimentos que vendem o mesmo tipo de mercadoria se localizam próximos uns aos outros, a fim de facilitar a venda e a cotação de preço entre determinados produtos.

Esta dinâmica funciona como um facilitador de encontros entre o consumidor e o produto desejado. As lojas se adaptam ao gosto/desejo do consumidor, sabendo que a grande maioria deles se deslocam a pé pelo centro de *Ciudad del Este*. A partir disso, as lojas se distribuem de forma a facilitar o encontro entre o consumidor e o produto.

> A densidade e a distribuição das lojas estão calçadas nas possibilidades de deslocamento a pé da clientela. De outro lado, a dimensão dos comércios é uma adaptação a um consumo pequeno e irregular. (SANTOS, 2004, p. 214).

A proximidade dos estabelecimentos que vendem produtos semelhantes, pode caracterizar o comércio de *Ciudad del Este* como parte do circuito inferior da economia urbana, se adaptando para melhor atender seus clientes, semelhantemente ao que acontece na Vila Portes com os produtos alimentícios.

Em conversa com alguns moradores de Foz do Iguaçu, que com frequência vão até *Ciudad del Este* realizar suas compras, descobriu-se que os brasileiros fronteiriços costumam avisar uns aos outros sobre a fiscalização na fronteira via *WhatsApp*[111] e/ou outras redes sociais. Segundo uma moradora, quem é da fronteira sabe os melhores dias para buscar mercadorias. Ela é proprietária de uma lojinha virtual no *Instagram*, onde anuncia produtos de beleza, bolsas e eletroeletrônicos.

Por ser proprietária de uma loja virtual, ela é considerada microempresária e consegue gerar notas fiscais de compras e enviar os produtos através dos correios para todo o Brasil. Ela informou que já houve ocasiões em que teve de embalar muito bem o

[111] O *WhatsApp Messenger* é um aplicativo que permite trocar mensagens pelo celular sem pagar, como acontece no caso da troca de mensagens por SMS.

produto, colocando-o em uma caixa que indicava ser de outro produto para conseguir enviar pelo correio.

No *site* da Receita Federal, não estava disponível o balanço geral de mercadorias apreendidas em todo o ano de 2018; havia apenas o de 2017. Todavia, uma matéria encontrada no *site* tinha o seguinte título: "Receita Federal em Foz do Iguaçu apreende mais de US$ 80 milhões de mercadorias no ano de 2017".

> O valor acima compreende as apreensões realizadas no âmbito de toda a jurisdição da Alfândega, que se estende desde Foz do Iguaçu/PR até Guaíra/PR, abrangendo toda a região lindeira ao lago de Itaipu (fronteira do Estado do Paraná com o Paraguai). Vale destacar que estes números englobam também as mercadorias recebidas de outras instituições parceiras que atuam no combate ao contrabando e descaminho, tais como Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar e Forças Armadas. (RECEITA FEDERAL [112], 2018).

Não foi possível encontrar dados específicos que mostrem as apreensões realizadas apenas com moradores de Foz do Iguaçu. Na Tabela 3 ficam evidentes os produtos que são mais apreendidos e, consequentemente, aqueles que mais passam pela fronteira.

Tabela 3 – Mercadorias apreendidas em Foz do Iguaçu em 2017 e 2016.
RESULTADO DA FISCALIZAÇÃO (apreensões de mercadorias).

Tipo de Mercadoria	**Valores em US$**		**Participação % no período 2017**	**Evolução % em relação a 2016**
	2017	**2016**		
Bebidas	587.645,00	267.566,00	0,73%	120%
Brinquedos	1.148.058,00	550.114,00	1,43%	109%
Cigarros	30.574.102,00	37.885.575,00	38,15%	-19%
Eletrônicos	18.216.358,00	7.874.093,00	22,73%	131%
Informática	6.347.797,00	2.981.384,00	7,92%	113%
Medicamentos	1.390.358,00	669.167,00	1,73%	108%
Mídia Ótica Gravada	149.802,00	76.395,00	0,19%	96%
Mídia Ótica Virgem	4.131,00	8.148,00	0,01%	-49%
Óculos	1.061.281,00	1.030.209,00	1,32%	3%
Perfumes	1.830.690,00	1.196.162,00	2,28%	53%
Relógios	1.244.434,00	606.105,00	1,55%	105%
Vestuário	1.485.805,00	1.113.138,00	1,85%	33%
Outras Mercadorias	8.121.998,00	4.931.002,00	10,14%	65%
Veículos	7.975.454,00	8.245.497,00	9,95%	-3%
TOTAL	**80.137.618,00**	**67.434.555,00**	**100,00%**	**19%**

Fonte: PEREIRA (2019, p.138).

[112] Notícia: "Receita Federal em Foz do Iguaçu..." Publicado no site da Receita Federal em 10 de janeiro de 2018; (http://receita.economia.gov.br/sobre/acoes-e-programas/acoes-da-receita-federal/noticias/2018/janeiro-1/9a-regiao-fiscal/alf-foz-do-iguacu-apreende-mais-de-us-80-milhoes-de-mercadorias-no-ano-de-2017). Acesso em: 09 set. 2020.

Os produtos eletrônicos estão em segundo lugar entre as apreensões da Receita Federal, não por acaso configuram um dos produtos mais expostos e vendidos nos estabelecimentos de *Ciudad del Este*, pois a procura por eles também é muito grande.

Em conversa com Carlito, chefe de gabinete do prefeito Chico Brasileiro (2018-2022) de Foz do Iguaçu, constatou-se que não há nenhuma lei municipal direcionada ao consumo de moradores locais em *Ciudad del Este* e, também, nenhum estímulo municipal aos comerciantes brasileiros, apenas a isenção de alguns impostos. Nada diferente do que se faz em outros municípios. Em suas palavras: "*nada além do que se faz em qualquer outro município por aí*".

Deste modo, a única legislação que existe para a fronteira é aquela criada pelo governo federal, como as cotas de consumo. Ele também informou que não há nenhum diálogo entre as duas prefeituras, nenhuma aproximação que possibilite alguma melhoria para a vida e interação entre as populações vizinhas. A falta de diálogo entre os municípios vizinhos não permite que as autoridades ajam em conjunto para traçar estratégias benéficas para todos.

Ainda segundo Carlito, as medidas tomadas pela prefeitura foram, em primeiro lugar, incentivar preços baixos de produtos locais e motivar produtores dali a vender seus produtos no comércio do município, visando manter o dinheiro circulando localmente. Isso teria sido feito por meio de propagandas nos meios de comunicação e de cursos para os fornecedores e/ou produtores de Foz do Iguaçu. Outra medida pensada pela prefeitura municipal foi a instalação de *FreeShops* em Foz do Iguaçu, com o intuito de articular a visitação de turistas às cataratas do rio Iguaçu com o turismo de compras.

Essas informações possibilitaram pensar que existe um movimento na fronteira independente dos órgãos oficiais, começando de forma espontânea pela população e que se intensifica com o desenvolvimento do comércio local. Este fato vem ao encontro das premissas expostas por Raffestin (1993), onde se entende que a fronteira não é apenas um subconjunto da classe geral que é o limite; ela pode ser pensada como algo que proporciona oportunidades e dinamismo.

O comércio e a interação entre a população local criaram redes geográficas materiais e imateriais na fronteira que se estendem para além dela.

De acordo com Miguel Ribeiro (2000), o conceito de rede não recebe uma definição específica; deve-se, então, analisar sua função, suas fronteiras geográficas, a

natureza de sua gestão econômica, técnica e simbólica; sua relação com outras redes e seu efeito sobre os municípios e a economia. Ainda, segundo o autor, o estudo das redes está se tornando indispensável para compreender a sociedade globalizada em que vivemos.

A partir das visitas a campo e das observações feitas, elaborou-se o quadro a seguir para melhor organizar as redes que conseguiu-se identificar na fronteira.

Quadro – Redes identificadas na fronteira entre Ciudad del Este / Foz do Iguaçu.

Tipos de redes	Descrição
Redes de circulação	As redes de circulação se caracterizam como o meio por onde se movimentam as mercadorias, pessoas, dinheiro, entre outros. Esse tipo de rede também abrange os meios de transportes, que são utilizados para essa movimentação.
Redes de relações sociais	As redes de relações sociais são as mais fáceis e, ao mesmo tempo, as mais difíceis de serem identificadas. São redes construídas ao longo dos anos entre a população fronteiriça. Envolvem relações de confiança, amizade, semelhança e familiaridade, entre outras. Fazem-se presente nos costumes locais, na linguagem utilizada, nas músicas tocadas, no modo de se vestir, comer e agir na fronteira.
Redes de serviços	Essas redes fazem referência à ampla variedade de serviços disponíveis para a população na fronteira e às inúmeras oportunidades de empregos que o comércio fronteiriço gera, não só aos moradores locais, como também aos regionais e nacionais.
Redes globais	As redes globais podem se caracterizar tanto pela chegada de mercadorias de outros países nos comércios da fronteira, quanto pela saída dos mesmos da fronteira para outras localidades regionais e/ou nacionais.
Redes de comunicação/ informação	A comunicação/informação configura um tipo contemporâneo de rede, utilizando mecanismos modernos para fazer-se presente na fronteira, como a internet. Essas redes estão disponíveis em prol da população local, dos comerciantes e, também, para os agentes governamentais. Através delas circulam informações, se montam estratégias de compra/venda/transporte. Porém, também são utilizadas para fiscalização e interceptação de contatos e mercadorias.
Redes de fiscalização	Esta foi a última rede a ser identificada; faz referência a todo esquema de fiscalização montado na fronteira, envolvendo múltiplos organismos governamentais, com o objetivo de impedir e/ou dificultar a circulação de mercadorias consideradas ilegais.

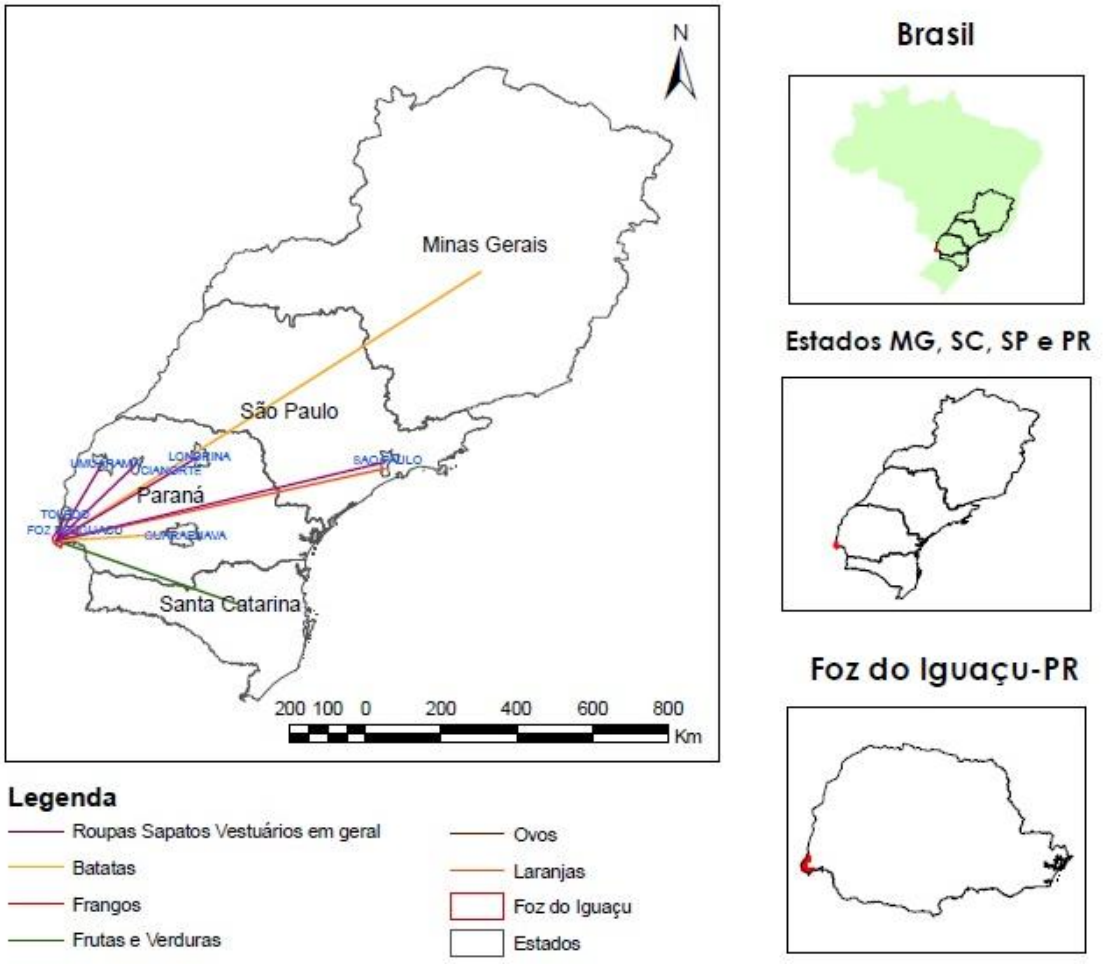
Fonte: PEREIRA (2019, p.145).

Essas redes também se interligam umas às outras, surgindo uma infinidade de outras redes menores que também fazem parte do cotidiano do comércio fronteiriço. Nesse caso, procuramos citar apenas as principais e as mais abrangentes.

Por se tratar de um trabalho paralelo a outro, faremos uma breve discussão sobre as redes, onde uma das mais importantes é a rede de circulação. Por ela, as pessoas e as mercadorias transitam dentro e fora da fronteira.

As mercadorias que chegam a Foz do Iguaçu para serem comercializadas, conectam o município com outras regiões brasileiras e, até mesmo, com outros países (Paraguai e Argentina). Os produtos que chegam de outros estados brasileiros para serem comercializados na Vila Portes tem, em sua maioria, o Paraguai como destino final.

Figura 6 – Origem dos produtos comercializados na Vila Portes.



Fonte: PEREIRA (2019, p. 151).

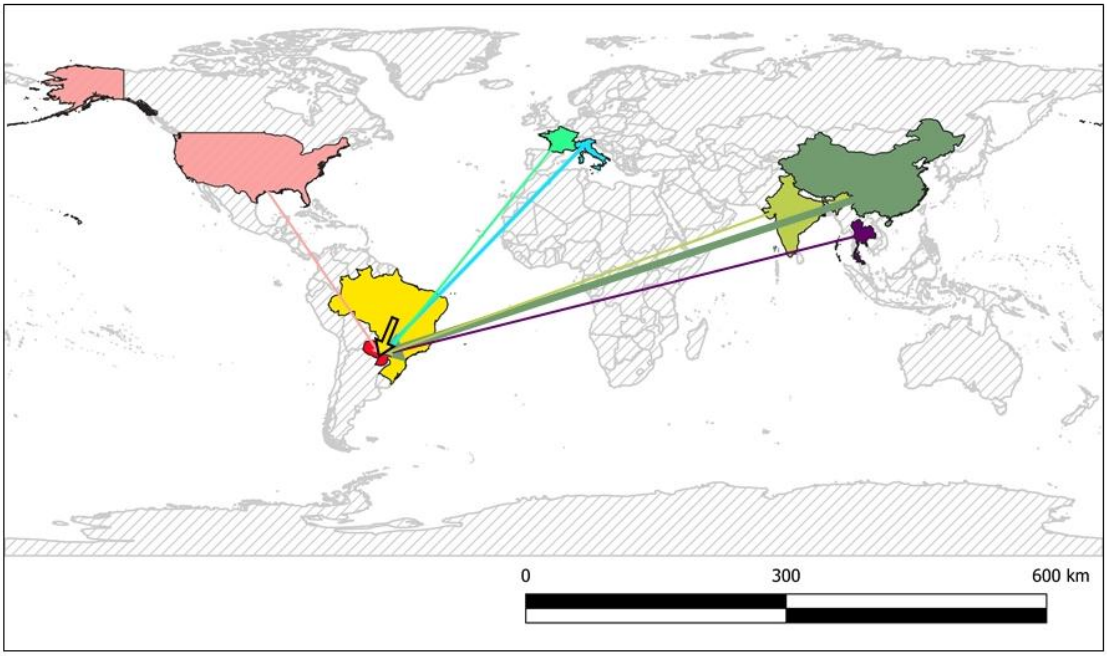
Os produtos que são comercializados na Vila Portes configuram redes globais, a partir do momento que deixam o país para serem revendidos nos armazéns paraguaios, interligando seus estados de origem com o mercado internacional.

As redes globais aparecem, principalmente, em *Ciudad del Este*, onde a maioria das mercadorias vendidas vem de fora do país. Pouquíssimas são aquelas fabricadas dentro do Paraguai – e essas, normalmente, não são a primeira opção dos brasileiros.

Ao fazer perguntas como: "*Essa marca é de onde? É boa*?" ou "*Onde foi fabricado esse produto, você sabe*?" a vendedores e proprietários em *Ciudad del Este*, as respostas eram semelhantes: "*quase tudo aqui vem da China*". E ao elaborar o mapa sobre a origem dos produtos, constatou-se que essa afirmação era verdadeira.

Para nossa surpresa, o Brasil se mostrou como o segundo país que mais exporta produtos para serem comercializados no Paraguai. Esses produtos chegam ao país vizinho como mercadoria legal, mas podem ser considerados ilegais ao retornar para o Brasil e, até mesmo, serem apreendidos na fronteira, a depender da forma com que será transportado.

Figura 7 – Mapa da origem dos produtos comercializados em *Ciudad del Este.*



Legenda

China
Produtos Apple (Iphone, Ipad)
Carregador Gold Edition
Carregador de celular
Cabos para celular
Receptores de televisão (Canon)
Chapinha para cabelos (Blu)
Secador de cabelos
Eletroeletrônicos Sony
Eletroeletrônicos Xiaomi

Brasil
Carregadores de celular
Eletroeletrônicos Samsung
Fones de ouvido
Eletroeletrônicos Canon
Eletroeletrônicos LG
Eletroeletrônicos Pioneer
Câmeras esportivas Gopro
Eletroeletrônicos portáteis JBL

Itália
Perfumes (marcas variadas)
Secador de cabelo
Chapinha para cabelo
Modelador de cachos

Estados Unidos
Perfumes (marcas variadas)
Produtos cosméticos (maquiagem)

França
Produtos cosméticos (cabelo)
Perfumes (marcas variadas)

Índia
Eletroeletrônicos Samsung

Tailândia
Eletroeletrônicos Sony

Paraguai
País importador

Fonte: PEREIRA (2019, p. 153).

As redes globais de comércio interligam os territórios da China, Paraguai e do Brasil e estão presentes no dia a dia de suas populações, principalmente na população fronteiriça. Segundo Pinheiro-Machado (2009), o comércio na fronteira atraiu imigrantes e também fez com que pessoas se desloquem periodicamente de um para outro lado, dinamizando as redes de circulação.

AS REDES ATUAM COMO AGENTE INTENSIFICADOR DAS RELAÇÕES COMERCIAIS FRONTEIRIÇAS

Acompanhando os moradores fronteiriços no dia a dia e pelas redes sociais, observou-se que existe culturalmente entre eles o hábito de relacionar os produtos brasileiros à qualidade, ao mesmo tempo em que os produtos paraguaios são considerados inferiores. A população consumidora do centro de *Ciudad del Este* busca por produtos importados, que não são feitos no Paraguai. Já a população paraguaia acredita que faz um bom negócio buscando produtos no Brasil, inclusive para revender em seu comércio, pois isso atrai fregueses.

As redes se mostraram um importante elemento intensificador das relações comerciais, de fiscalização e de circulação na fronteira. A fronteira entre Brasil e Paraguai é repleta delas. Assim, é possível entender que não há possibilidade de um controle total do que sai e/ou entra por ela. O descaminho é feito, inclusive, pelos moradores fronteiriços, que encontram novos meios para escapar da fiscalização.

Para eles, burlar a fiscalização com determinado produto considerado ilegal, perante às leis, não é uma infração, como também usar palavras em espanhol, em meio a um diálogo entre brasileiros fronteiriços, não caracteriza nada demais, pois isso acontece todos os dias. Destarte, faz-se necessário refletir se realmente estas leis que visam à proteção da fronteira, acabam por impor certos limites à circulação de produtos e pessoas, e se condizem com a realidade vivida por elas.

Todavia, o comércio local não é visto como algo ruim para quem vive na fronteira. Os moradores se ajudam e se apoiam quando o assunto é consumir e/ou burlar a fiscalização. Ademais, o comércio proporciona inúmeros empregos (legais e ilegais) e existem brasileiros que preferem trabalhar no Paraguai e vice-versa. Neste sentido, o comércio gera concorrência e, consequentemente, melhora as oportunidades de consumo ao mesmo tempo em que diversifica as ofertas de produtos.

O comércio fronteiriço intensifica de tal maneira as interações espaciais e sociais que, através dele, é possível contemplar a mistura de idiomas e de estilos musicais. Há semelhanças na forma de se vestir, no consumo de alimentos e comidas típicas dos dois lados da fronteira, e até mesmo na mistura das moedas dentro do comércio local (o Guarani aceito na Vila Portes e o Real aceito no Super 6). Em outras palavras, a fronteira vive uma realidade que é só dela, e, para as pessoas que ali estão, tudo isso é tão "natural", que segue perdurando por anos a fio.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Arthur. B. do. **A Guerra ao terror e a Tríplice Fronteira na agenda de segurança dos Estados Unidos.** 2008. 278 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

ARAGÃO, Fernanda Bôto Paz et al. Curtiu, comentou, comprou. A mídia social digital Instagram e o consumo. **Revista Ciências Administrativas**, v. 22, n. 1, p. 130-161, 2016.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE FOZ DO IGUAÇU – ACIFI. **Vila Portes, aqui tem tudo.** 2015. Disponível em: https://acifi.org.br/vila-portes-aqui-tem-tudo/. Acesso em: 09 set. 2020.

ASSUNÇÃO, Raquel Sofia; MATOS, Paula Mena. Perspectivas dos adolescentes sobre o uso do Facebook: um estudo qualitativo. **Psicologia em estudo**, v. 19, n. 3, p. 539-547, 2014.

BORGES, Fernando. M; MARIA, Talana. B; DERROSSO, Giuliano. S. Desafios e oportunidades das lojas de autopeças da Vila Portes no atendimento aos consumidores de Ciudad del Este e Puerto Iguazú**.** *In:* **Revista Orbis Latina, v. 8, n. 1, Foz do Iguaçu,** Janeiro – Junho de 2015.

DORFMAN, Adriana. **Contrabandistas na fronteira gaúcha: escalas geográficas e representações textuais.** 2008. 360 f. Tese (Tese de doutoramento submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Florianópolis, 2009.

FIGUEIREDO, César. A.; NACONESKI, Natalina.; PENHARVEL, Janelucy. Histórico da desigualdade social na região de triplice fronteira. **XIII JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL "Conflitos Mundiais: do local ao global" 28 e 29 de outubro de 2015 – UNIVEL – CPE – Cascavel-PR**, 2015.

GARCIA, Dalila. T. **Almacenes Paraguaios:** interações espaciais e relações de sociabilidade. 2016.

GOOGLE MAPS. **Vila Portes: Região Central, Foz do Iguaçu - PR.** 2019. Disponível em: https://www.google.com.br/maps/place/Vila+Portes,+Foz+do+Igua%C3%A7u+-+PR/@-25.5115426,-54.5990575,15z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x94f6900b8a86bb4f:0x219135ab3ce4f43d!8m2!3d-25.5116848!4d-54.588935. Acesso em: 30 jun. 2019.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. *In:* CASTRO, I. E. et al (org.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 165-206

LAMBERTI, Eliana. **Dinâmica comercial no território de fronteira:** Reexportação e territorialidade na conturbação Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. 2006, 96 f. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia) – UFMS, Aquidauana/MS, 2006.

MARTINS, Lavínia. R. M de; RUSCHMANN, Doris. van de M. **Desenvolvimento Histórico Turistico de Caso: Foz do Iguaçu – PR**. Caxias do Sul. 2010.

MERCOSUL. Circulação de Pessoas e Bens. *In:* MERCOSUL. **Cartilha de Cidadania do MERCOSUL.** Disponível em: http://www.cartillaciudadania.mercosur.int/categs/pt/18. Acesso em: 02 de jul. 2019.

PEREIRA, Camila. M. **O comércio fronteiriço entre Foz do Iguaçu – BR e Ciudad del Este – PY: uma análise a partir da perspectiva dos moradores locais.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Made in China: produção e circulação de mercadorias no circuito China-Paraguai-Brasil.** 2009. Tese de doutorado, Porto Alegre 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RECEITA FEDERAL. **Receita Federal em Foz do Iguaçu apreende mais de US$ 80 milhões de mercadorias no ano de 2017.** 10 de Janeiro de 2018. 2018. Disponível em: http://receita.economia.gov.br/sobre/acoes-e-programas/acoes-da-receita-federal/noticias/2018/janeiro-1/9a-regiao-fiscal/alf-foz-do-iguacu-apreende-mais-de-us-80-milhoes-de-mercadorias-no-ano-de-2017. Acesso em: 30 jun. 2019.

RIBEIRO, Miguel. A. **Abordagens analíticas das redes geográficas.** Boletim Goiano de Geografia, v. 20, n. 1, p. 77-106, 2000.

RÜCKERT, Aldomar; DIETZ, Circe. Integração regional, a região transfronteiriça da bacia do Rio da Prata e os projetos de infraestruturas de conexão. *In:* **Confins, n. 17,** 2013. Diponível em: http://confins.revues.org/8216. Acesso em: 24 out. 2016.

SANTOS, Milton**. O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Trad. MyrnaT.R. Viana. São Paulo: EDUSP, 2004 [1979]. 433 p.

SOUZA, Aparecida. D de. **Memórias e histórias do contrabando em Foz do Iguaçu.** 2009.

VIVER EM FOZ DO IGUAÇU. **Vila Portes, o último bairro do Brasil, não folga nem em dia de Tiradentes.** Disponível em: http://viveremfozdoiguacu.blogspot.com/2015/04/vila-portes-o-ultimo-bairro-do-brasil-nao-folga-em-feriados.html. Acesso em 30 de jun. 2019.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Obrageros, mensus e colonos:** história do oeste paranaense. Curitiba: Vicentina, 1982.

WHATSAPP. **Sobre o WhatsApp**. Disponível em: https://www.whatsapp.com/?l=pt_br. Acesso em: 09 set. 2020.

VIAGEM ENTRE FRONTEIRAS: IMAGENS-TRILHAS COM SENTIDOS ESPACIAIS

Midiane Scarabeli Alves Coelho da Silva

INTRODUÇÃO

A contemporaneidade é caracterizada pelo fenômeno da comunicação de massa que possibilitou uma situação diferente de outros tempos: a aproximação e o contato de diversas culturas e etnias que antes eram distantes e desconhecidas umas das outras. Isso se deve pelos movimentos de migração e imigração, sob influências do histórico de colonizações, pelo advento das reivindicações políticas dos grupos minoritários, entre outros processos. Diante desses fatos, percebe-se que as interações entre gentes se intensificou, mesmo que as produções e reproduções destes processos no espaço geográfico ainda estejam longe de serem igualitários.

Neste sentido, são notáveis as transformações ao longo do tempo acerca dos recursos fotográficos. Consequentemente, vê-se consideráveis avanços desses registros contribuindo de diferentes formas para a criação e memorização de imagens. No que se refere mais diretamente à utilização da fotografia em trabalhos científicos na área da geografia, o registro fotográfico vem possibilitando "imergir" na paisagem ou *revelando*, por exemplo, também o inusitado ou o ainda não dito ou *mostrado*. Sendo assim, o uso da fotografia na geografia pode contribuir copiosamente, pois demanda de sensibilidade ao observar, registrar e considerar os significados simbólicos do espaço.

Nesta perspectiva, este texto tem a intenção de realizar algumas considerações iniciais sobre o que se pensou da possível relação entre geografia, fronteira e fotografia, como também das implicações e envolvimentos que este tema pode gerar. Tal motivação para promoção desse texto se deu pelas fotografias realizadas durante a viagem à fronteira internacional entre Brasil e Paraguai, mais especificamente durante o trajeto: Dourados em Mato Grosso do Sul (Brasil); *Salto del Guairá* do departamento *Canindeyú* (Paraguai); a capital *Ciudad del Este* do departamento Alto Paraná (Paraguai); e, por fim, em Foz do Iguaçu no estado do Paraná (Brasil).

Diante disso, ao trilhar o trabalho de campo pensou-se em como a câmera semiprofissional que foi utilizada durante os registros, ou qualquer outra câmera, é capaz de captar fotografias com focos e desfoques. Assim, as dificuldades para produzir fotografias bem focadas, e que por vezes revelam-se sem definições e focos visuais, sem detalhes de tamanhos, formas, valores de exposição, texturas, cores e orientação geográfica, involuntariamente possibilitaram a associação com as *variáveis visuais* em mapas temáticos, instigando-me a associar micro e macro ocorrências, movimentos contínuos, *colmeias de atividades*[113] e intensidades de multiplicidades condensadas em fronteira(s).

Neste sentido, para conhecimento do cronograma de atividades do trabalho de campo realizado no Brasil e Paraguai, no dia vinte e três de outubro de dois mil e dezoito ocorreu uma visita na Reserva Indígena de Dourados e acampamentos de retomada. No dia vinte e cinco de outubro de dois mil e dezoito sucedeu o trabalho de campo na fronteira Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai). Por fim, entre os dias vinte e nove de outubro e dois de novembro de dois mil e dezoito aconteceu o percurso em espaços de fronteira entre Brasil e Paraguai (*Salto del Guairá*, *Ciudad del Este* e Foz do Iguaçu)[114].

Salienta-se que, nesse texto, foi adotado o método qualitativo de análise na consulta sobre a temática a respeito de geografia, fronteira e fotografia. Com isso, realizou-se a revisão de leituras para interpretações das fotografias captadas durante o trabalho. De tal modo, buscou-se suporte teórico em Bellour (1997), Deleuze; Guattari (2011), Hissa (2002), Ingold (2015), Göettert (2011), Said (1995), Szary (2013), entre outros autores e autoras. Além disso, utilizou-se das anotações realizadas durante o trabalho de campo, sendo possível, assim, tratar do tema e relacionar as interpretações a partir do pensamento da geografia e de outros saberes.

Portanto, diante das situações de fronteira experienciadas através da viagem-trilha realizada, pode-se dizer que os materiais que compõem o mundo não existem como objetos do mundo material, mas, sim, que eles ocorrem. As propriedades dos materiais de um ambiente não são a essência das coisas; contudo, são processuais e relacionais. Para tanto, em diálogo com Tim Ingold (2015), todos os organismos – das

[113] Referência à obra do antropólogo Tim Ingold, "Estar vivo", 2015.
[114] Este texto é uma construção a partir do trabalho de campo indicado, como também os poemas e imagens foram produzidos durante a viagem. Este trabalho tem diálogo teórico e metodológico com a tese de doutorado que está em desenvolvimento.

pedras às pessoas – são colmeias de atividades que pulsam com o fluxo de materiais, cujas propriedades são estórias condensadas que os mantêm vivos, se misturando e se modificando.

IMAGENS PARA OUTRAS FRONTEIRAS (DE OUTROS BRASIS, DE OUTROS PARAGUAIS)

Pensar em fronteira exclusivamente sob o olhar de sobrevoo, como algo que existe "ali", "lá", "acolá", nos livros, nos jornais, nas bocas dos jornalistas, nos entorpecentes em circulação, por exemplo, reduz as complexidades, as misturas, os processos e as relações que se pode experienciar para além da fronteira.

Pelas fronteiras Brasil-Paraguai

Eu vi a paisagem do milharal
Haviam pássaros-pretos
Como nas telas de Van Gogh
Eu vi índios nas rodovias
Em carroças
Com crianças
Eu vi gados
Pastos
Cercas
Florestas de eucaliptos
Associações de agricultores
Usinas agrícolas
Etanol
Cana
Soja
Milho
Eu vi terra
Construtoras de engenharia
Materiais de construção
Lançamentos imobiliários
Outdoor: "Sua mãe merece este presente"
Como ser merecedora de terra?
Ser mãe?
Pensem nas mães indígenas
Mãe
Crianças
Cavalo
Trotam
Pela sobrevivência que atravessa
Depostos Detritos Decrépitos
Esperanças Esforços Esperas
Nesta terra vermelha de fronteiras e cosmocaos

(Da mesma autora deste texto, durante o trabalho de campo, 2018.)

Experienciar fronteiras internacionais sob o olhar *in situ* é criar novos sentidos. Assim, sentidos diversos despertam outros sentidos, seja pela audição, pelo olfato, pelo paladar, através do tato, pela visão, pelos sentidos cognitivos, entre outros sentidos possíveis.

Considerando essas primeiras palavras, pode-se justificar a colocação do poema escrito neste trabalho após vivenciar os diferentes olhares sobre a fronteira Brasil e Paraguai, contudo, longe de ser um olhar totalizante, mas consoante com a trilha vivida até então. Nos dizeres de Hissa (2002) a respeito das regras preestabelecidas, responsáveis para que a escrita científica seja aceita e validada no campo da ciência geográfica, há o abandono da linguagem poética, da imaginação e aventuras nas palavras por parte dos(as) pesquisadores(as). Contudo, o autor evidencia a relevância da poesia e da atividade poética nas mais variadas áreas da pesquisa científica.

Também em diálogo com Peixoto (1994), o autor enfatiza a ideia que o desenvolvimento das atividades poéticas é revolucionário por natureza, e que esse processo promove a libertação do *eu* e dos *outros:*

> A linguagem poética é conhecimento fecundo, "revolucionário por natureza" e, portanto, reveladora deste mundo. A criação de um *outro* mundo através da linguagem é papel também da ciência em seu desejo do saber. A compreensão da atividade poética como "um método de libertação interior" conduz o pensamento para a libertação do eu e dos *outros*. E, de outra parte, o *eu* que se liberta na linguagem poética é também a disciplina que se desvencilha de sua prisão, de suas fronteiras. É o saber que se liberta de limites. Emerge a poesia, diante da incapacidade da suposta palavra isenta: ela "nasceria da compreensão desta incapacidade das palavras de darem conta da paisagem. Ela é a escrita da descrição impossível". (PEIXOTO, 1994 *apud* HISSA, 2002, p. 191).

Portanto, evidenciou-se o que foi colocado anteriormente acerca das possibilidades de criações de novos sentidos, a partir das experimentações nos processos e relações de fronteira. Assim, pode-se dizer que o(s) olhar(es) para a fronteira, sem exclusividade de ser sobrevoo, *in situ* ou de outro(s) modo(s), é um movimento de intensidades contrárias às unicidades de discursos objetivos, preestabelecidos, concluídos e fechados sobre o assunto.

Dessa maneira, entre os focos e desfoques das imagens fotográficas, percebem-se visibilidades e invisibilidades, contornos mal definidos, zonas cinzentas, nitidez, brilho, intensidades e suavidades em ligações, tal como transladar por fronteiras remete a explosões de direções possíveis.

Figura 1 – Trilhas de vidas.

Fonte: trabalho de campo, 2018 (por Midiane Scarabeli).

A trilha da imagem acima é uma trilha na fronteira, de fronteira, em fronteira. Nela, as ocorrências se multiplicam em tamanhos, formas, exposições, texturas e cores. A terra arenosa é tanto disputada entre pegadas, sapatos-humanos e planta-vegetal rasteira, quanto "chão" geoeconômico por onde circulam bicicletas e motos carregadas de gentes e de coisas em "des-caminho".

Em diálogo com Ingold (2015), os materiais do ambiente *ocorrem* como caminhos ao longo dos quais a vida é vivida. Assim, os diferentes tamanhos de pedaços soltos de rochas não apenas existem no mundo material, mas ocorrem devido aos processos múltiplos movidos e produzidos. Ou seja, não são somente fragmentos de rochas, mas as gramas verdes e também as secas, os microrganismos invisíveis a olho nu e outros materiais no ambiente ocorrem, pois são processuais. Assim, as pegadas no solo arenoso evidenciam sobreposições de histórias perpassadas para além de texturas e pontos visíveis, sendo possível pensar em trilhas concatenais de histórias:

> Eu uso o termo *peregrinar* para descrever a experiência corporificada deste movimento de perambulação. (...) prosseguindo ao longo de um caminho, cada habitante deixa uma trilha. Onde habitantes se encontram, trilhas são entrelaçadas, conforme a vida de cada um vincula-se à de outro. Cada entrelaçamento é um nó, e, quanto mais essas linhas vitais estão entrelaçadas, maior é a densidade do nó. (INGOLD, 2015, p. 219).

Portanto, a Figura 1 remete à elucidação de elementos do ambiente, às sobreposições de pegadas humanas e talvez de outrem, porém, não se restringe a uma estrutura preestabelecida, pois aqui não se trata de utilizar imagens como recortes

fechados das fronteiras, mas se tem a intenção de possibilitar uma ideia de *malha* da vida. Pensando nas possibilidades de relacionar geografia, fotografia e fronteira, foi importante relembrar os dizeres da autora Anne-Laure Amilhat-Szary sobre arte e fronteira, a qual afirma que, "(...) a obra de arte não tem por objetivo representar, nem denunciar, mas sua presença *in situ* é um poderoso revelador das espacialidades em formação no lugar de interface que é a fronteira". (SZARY, 2015, p. 416).

Considerando isso, a Figura 2 nos revela a localização, mais especificamente, da fronteira internacional, na qual há o marco (IV/376) que está localizado na estrada que segue para *Salto del Guairá* e que determina limites territoriais entre Brasil e Paraguai. Trata-se de um acampamento de famílias sem-terra, à espera, na fronteira, de um lugar, um território para chamar de seu. O acampamento está localizado junto à linha internacional e a poucos metros do controle estatal dado pelo posto da Receita Federal entre Brasil e Paraguai, em Mundo Novo. Contudo, diferentemente dos imaginários de fronteira, como membrana que distingue seres e o ambiente, sabe-se que há o mundo de multiplicidades e de movimentos que ocorrem nos processos de fronteira. Assim, como apontam Gilles Deleuze e Félix Guattari: "toda vez que uma multiplicidade se encontra presa numa estrutura, seu crescimento é compensado por uma redução das leis de combinação". (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 21).

Figura 2 – Vidas na fronteira Mundo Novo (Brasil) e Salto del Guairá (Paraguai).

Fonte: trabalho de campo, 2018 (por Midiane Scarabeli).

Dessa maneira, o que se percebeu no trabalho de campo e revelado nas fotografias, são vidas vividas na fronteira, habitantes que se encontram na linha de fronteira que tanto unem quanto separam o Brasil do Paraguai. Não obstante, essa linha de fronteira não é retilínea e uniforme, pelo contrário, segue meandros, curvas, entrelaça-se com outras linhas e potências, quando se adensam em vivências. Em ligação com as ideias dialogadas sobre fronteira, a partir dos sentidos múltiplos, encontra-se diálogo possível com a autora, no qual ela afirma:

> *Sean abiertas o cerradas, observamos que en todas las fronteras contemporáneas, formas y funciones se diversifican a medida que se van disociando. Como lugar de control y de protección de la identidad nacional, por ejemplo, la frontera se reviste de formas reticulares con nodos discretos, obedeciendo a métricas topológicas. Las líneas convencionales que delineaban los Estados se ven reemplazados por objetos espaciales complejos. Ya no es posible decir que algunas se cierran cuando otras se abren: en cada punto de una frontera, ocurren fenómenos concomitantes y contradictorios.* (SZARY, 2013, p. 11).

Refletindo assim que fronteiras ocorrem em diferentes sentidos e movimentos, então pode haver processos, por exemplo, de territorialização, desterritorialização e reterritorialização nos percursos de vidas entre lugares. Neste sentido, linhas e entrelaçamentos são coexistentes e contraditórios; se abrem, se fecham, concentram e convergem nas malhas de trilhas espalhadas e vividas.

Considerando que as fotografias captadas nos revelam imagens desfocadas, pensou-se, a partir disso, nas micro e macro ocorrências nas linhas de fronteiras. Com base nas ideias dialogadas anteriormente, que as coisas compostas no mundo ocorrem em linhas não lineares e que cada habitante trilha o seu percurso, entrelaçando-se com outras trilhas, considera-se que a abertura e fechamento do obturador de uma câmera fotográfica denota também movimentos e intensidades. E, por mais que a técnica seja aperfeiçoada por profissionais da área, a fotografia acontece também pelos sentidos humanos.

Conquanto, fotografar não se limita somente ao sentido da visão, até porque há metodologias inclusivas para pessoas com deficiências visuais. Se você ainda faz prejulgamentos sobre isso, faça o teste com uma venda nos olhos e capte o melhor ângulo possível. Certamente, você recorrerá aos outros sentidos humanos que denotam sensibilidades.

Saliento que uma câmera fotográfica detém sensores de imagens que convertem a luz em elétrons. De modo mais técnico, o fotógrafo precisa se atentar para o tempo de entrada de luz que passa pelo obturador da câmera e, assim, realizar a fotografia desejada.

Com base nessas explanações, é válido ressaltar que as fotografias das figuras 3 e 4 foram captadas na viagem percorrida dentro de um ônibus em movimento entre o município de Mundo Novo (Brasil) e *Salto del Guairá* (Paraguai). Diante disso, pressupõe-se que o motivo dos desfocos seja pelo fato que a câmera utilizada é semiprofissional e não possui ajustes manuais para definir a velocidade do obturador.

Figura 3 – Desfocos e percursos.

Fonte: trabalho de campo, 2018 (por Midiane Scarabeli).

Figura 4 - Desfocos e vidas.

Fonte: trabalho de campo, 2018 (por Midiane Scarabeli).

Deste modo, é considerável dialogar com Raymond Bellour a respeito dos movimentos e desfocos na fotografia:

> Se o desfocado e o tremido atestam ao mesmo tempo algo de primitivo e algo que talvez seja o que há de mais artificial na fotografia, é porque, na verdade, o olho em seu estado normal não vê desfocados nem preserva em si o traço materializado de um movimento. Ao passo que a objetiva, esse olho falso, pode fazê-lo [...] É algo mais profundo que o olho, do qual porém tudo depende, o que o tremido evidencia e toca no fotógrafo e naqueles que a ele são sensíveis. É o olho como corpo. (BELLOUR, 1997, p. 98).

A partir disso, é relevante pensarmos que as fotografias também possibilitam percursos e sentidos com vetores de significados em trilhas, pois demandam de linhas de criações e linhas de movimentos, intensidades, aberturas, fechamentos e contornos. Deste modo, de acordo com os dizeres do autor francês: "o desfocado permite também ver melhor, ou ver de outro modo, o que é nítido." (BELLOUR, 1997, p. 97).

Portanto, fotografar não requer definições lineares e métricas, mas denota perspectivas em percursos de olhares e sentidos. Além disso, como se pode perceber através das fotografias, as fronteiras são mais que compras e vendas, tráfico e contrabando, nacionalismos... São também crianças que brincam, casas com portões abertos, pés de mangas, jardins, roupas estendidas etc., entre outras potências de conexões em diversas direções.

Assim, as fotografias, por vezes, revelam-se sem definições e focos visuais, sem detalhes de tamanhos, formas, valores de exposição, texturas, cores e orientação geográfica precisa. Com isso, este texto não trata dos padrões normativos da fotografia conforme os tutoriais de produção de mapas temáticos, por exemplo, com base em regras de outrem e variáveis visuais específicas. Pensa-se, então, nos contínuos movimentos, nas intensidades de multiplicidades e significados que as fotografias atravessam e que atravessam as fotografias.

Em conseguinte, a partir da Figura 5 em diante, serão expostas outras situações de fronteiras. Com base nisso, serão revelados organismos vivos, objetos inanimados e artefatos que estão vinculados à fronteira, ou seja, que ocorrem nas trilhas da vida.

Figura 5 - Entrelaços-Nações.

Fonte: trabalho de campo, 2018 (por Midiane Scarabeli).

Dessa maneira, é interessante ressaltar que o panfleto de propaganda (Figura 5) foi encontrado próximo ao marco (IV/376), que representa a fronteira internacional entre o município de Mundo Novo (Brasil) e *Salto del Guairá* (Paraguai), localizado no limite próximo do Refúgio Biológico Mbaracayu[115]. Assim sendo, em solo arenoso, sob ramificações de uma planta, se tem a ideia de fronteira a partir dos movimentos de outras fronteiras. Pensa-se isso, pois, para o panfleto estar ali, disposto no chão, há quem o transportou e, para além disso, visualizou os símbolos de identidades nacionais, a partir das camisas de times de futebol.

[115] Atualmente esse refúgio é administrado pela Itaipu Binacional. A entrada da reserva biológica é pela cidade paraguaia de Salto del Guairá.

Ali, no solo-chão, há simbolismos de identidades internacionais, nacionais e regionais. Como exemplo, que segue, dos dois times brasileiros que são reconhecidos internacionalmente: o Cruzeiro Esporte Clube do estado de Minas Gerais no Brasil e o Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense que representa os torcedores do estado de Rio Grande do Sul no Brasil. Ademais, a camisa do Barcelona; do país Croácia; da França, camisa do time do Borussia Dortmund na Alemanha; do Juventus Football Club da Itália; os times rivais de futebol inglês Manchester United e Manchester City e a camisa da Nigéria estão todas dispostas lado a lado do panfleto de uma loja de artigos esportivos, localizada em *Salto del Guairá* no Paraguai.

Se havia dúvidas da ocorrência de profusão de identidades culturais, signos e símbolos em uma única folha A6 (com dimensões 14,8cm de largura x 10,5cm de altura), este é o exemplo que se pode verificar. Ainda sobre condição de fronteira, fez-se diálogo com o autor Jones Dari Göettert, quando diz que:

> Toda fronteira resulta de relações humanas, mas também relações humanas são reinventadas, re-imaginadas e revividas em condição de fronteira. Poderes, controles e identidades, por isso, se movimentam nessas relações e condição de fronteira podendo, não raras vezes, ser tomados de assalto em contra-poderes, anti-controles e "desidentidades", desarrumando a armação socioespacial sustentada em "cada macaco no seu galho". (GÖETTERT, 2011, p. 69).

Portanto, é curioso pensar na propaganda do panfleto que indica como convite para visitação uma loja de esportes no Paraguai, mas no qual (panfleto) não há menção ao futebol paraguaio. Com isso, poderíamos pensar nos movimentos e relações de *desidentidades* citados pelo autor, pois a negociação do espaço ali em questão é também tratada por um conjunto de outras fronteiras, de outras identidades, signos e símbolos entrelaçados e adensados em trilha.

A fotografia (Figura 6) foi realizada na área interna da Reserva Biológica Mbaracayu no Paraguai. Assim, prosseguindo o pensamento sobre *colmeias de atividades*, é possível compreender que *estar vivo* remete às ocorrências e não somente às existências. Como exemplo, as folhas que exercem atividades para produção de fotossíntese, transpiração e respiração, bem como o filhote de pássaro para o qual várias situações estão longe de serem definidas como "mortas" *no* e *do* mundo, pois que há um amplo e complexo ecossistema nos processos de sua decomposição e, consequentemente, pode-se pensar nas posteriores ocorrências de vidas *in* solo, naquele ou mesmo em outros lugares.

Figura 6 – Limiar entre a morte e a vida.

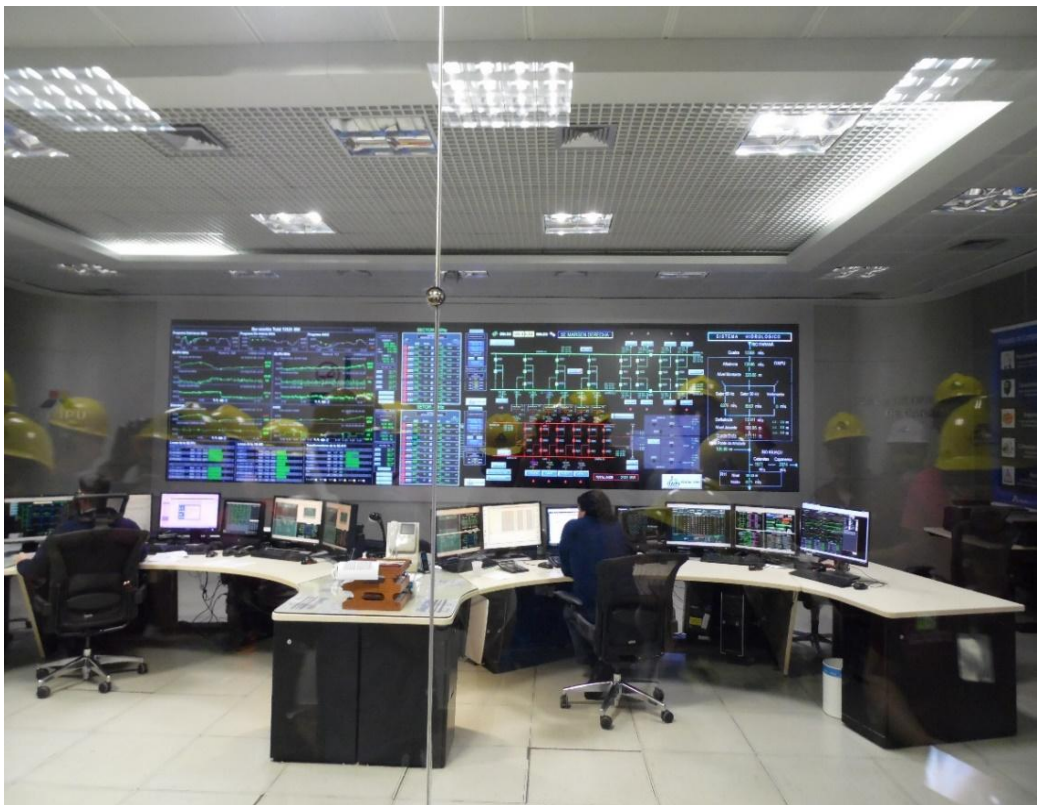
Fonte: trabalho de campo, 2018 (por Midiane Scarabeli).

Com isso, estes emaranhados de moléculas, células e matéria orgânica em processo de transformação no solo-chão, entrelaçam-se por percursos. E, como já dito anteriormente, essas ocorrências são processuais, relacionais e explodem em todas as direções, atravessando-se em histórias de vidas, de coisas e lugares em trilhas de possibilidades.

Deste modo, pode-se pensar em como seria sentir os cheiros desse emaranhado de vida. Sentiríamos o cheiro do pássaro? Da grama verde com as folhas secas ou da terra úmida? Escutaríamos os sons das formigas que perpassam entre as folhas? Neste sentido, observe que a velocidade e luz; planos e enquadramentos; imagens desfocadas e focadas e, além dos olhares para outros sentidos, nos permitem ver melhor, ou ver de outro(s) modo(s).

Em relação ao título da Figura 7, este é apresentado como “fronteira operacional” por tratar-se da cabine de comandos da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional. Na porção esquerda da fotografia, encontra-se um dos brasileiros que trabalha no controle das operações do Brasil e, na porção direita, se tem um dos paraguaios que cumpre exercício das operações do Paraguai.

Figura 7 – Fronteira operacional Brasil-Paraguai.



Fonte: trabalho de campo, 2018 (por Midiane Scarabeli).

Sendo assim, em atravessamento com a imagem anterior da ave e a luz; a usina tem como função produzir energia (e luz), ao mesmo passo que desterritorializou terras e matas nas quais, certamente, viviam uma multiplicidade de seres, de moléculas, células, matéria orgânica, de cores, de aves, de formigas e de vidas.

Prosseguindo neste sentido, a foto da Figura 8 foi captada nas ruas comerciais de *Ciudad del Este*. Destarte, é instigante a experiência de percorrer por lojas de produtos eletrônicos, de roupas, brinquedos, cigarros, comidas, sapatos, ferramentas, cosméticos, alho, eletrodomésticos, cuia, equipamentos de segurança, frutas, meias, produtos eróticos, chipa, armas, enfeites de Natal, erva, tereré e, de repente, notar a Mona Lisa em tela eletrônica, como divulgação de uma galeria de arte.

Neste sentido, pensou-se então: a obra está em exposição no *shopping*? Há um laço de presente abaixo do nome "Monalisa" que é referência ao *shopping*. Pergunta: onde está Mona Lisa na propensão ao consumo de bens e/ou serviços? A réplica de Mona Lisa está à venda?

Figura 8 – Mona Lisa fronteiriça.

Fonte: trabalho de campo, 2018 (por Midiane Scarabeli).

O *shopping* Monalisa é apresentado como embrulho de presente de decoração, pois retrata o período festivo de fim de ano. Trata-se de uma loja de vendas de perfumaria, produtos de tratamentos estéticos, bebidas, roupas e bolsas de grifes luxuosas e entre outros produtos aleatórios.

Percorrendo o shopping na busca da Mona Lisa, a réplica da obra de Leonardo da Vinci foi encontrada no segundo andar do prédio. Informo que a obra estava representada em tamanho maior que a original. A decoração, em conjunto com a obra, não era diferente de tudo visto anteriormente, sendo possível notar produtos antirrugas, desodorantes, plantas de plástico, acessórios de luxo, entre outros produtos à venda e também que se alocam como parte da decoração do ambiente.

Neste sentido, ao visitar a galeria de arte, percebeu-se que não há variedade de obras de arte, contudo, é uma proposta diferente das demais lojas comerciais da fronteira em *Ciudad del Este*.

Após costurar essa experiência de ver a Mona Lisa e o embrulho de presente como imagem de impacto de entrada da loja, decorreu certo questionamento que poderá ser aprofundado em momento oportuno: há diferenças entre obra de arte e mercadoria em *Ciudad del Este*?

Em continuidade aos outros atravessamentos, no que se refere à foto da Figura 9, nos decorre pensar sobre as identidades nacionais, inclusive, sobrepostas umas às outras. Se proviesse a pergunta: onde essa fotografia foi captada? Seria peculiar responder? Isto porque é notável o mundo de subjetividades entrecruzado. Como exemplo, os *outdoors* carregados de artefatos do estilo de vida americana, as palavras escritas em português, espanhol e inglês, modelos de carros antigos, carros importados e um Guarda da Rainha (guarda inglês). E, além desses exemplos, há também as cores pintadas nas roupas do boneco da Guarda da Rainha: vermelho, branco e azul, que são as cores da bandeira do Paraguai.

Figura 9 – Guarda da Rainha que pertence ao *shopping* Paris, no Paraguai.

Fonte: trabalho de campo, 2018 (por Midiane Scarabeli).

Dessa maneira, conforme o título que a fotografia indica, é uma imagem de um guarda da rainha britânica que pertence ao *shopping* que tem o nome de "Paris" no Paraguai. Todavia, para além de organizações comerciais dispostas, há o mundo de complexas ocorrências possíveis, inclusive para além das linhas de fronteiras.

A Figura 10 também dialoga com a ideia de *desidentidades* na fronteira, conforme Göettert (2011) nos indica. Há produtos de marcas e grifes internacionais, restaurantes brasileiros e locais de compras que apresentam o retrato de uma mulher oriental.

Desta vez, a placa de entrada é: "Bonita Kim". O que essa fotografia, em específico, expressa em sentidos de fronteira? Além do rosto de Kim, há outros dois rostos, cabisbaixos, sem expressões visíveis aparentes e em completa dissintonia com o rosto da placa.

Figura 10 – Beleza chinesa.

Fonte: trabalho de campo, 2018 (por Midiane Scarabeli).

Desse modo, é envolvente pensar no termo "bonita" na fronteira, pois é salutar, para o momento, tencionar os padrões hegemônicos em relação à beleza e o que deve ser considerado e aceito como belo. A partir dessas impressões, foi inevitável fazer

entrelaço da placa “Bonita Kim” ao filme intitulado Beleza Americana (2000)[116]. Assim, há variedades de ideias em trans/form/ação sobre os padrões de beleza, aos contextos que os constituem.

Ao olhar para a imagem, e o nome desse shopping, também foi possível associar com as cenas do filme Blade Runner: o Caçador de Androides (1982)[117], o qual apresenta uma *Los Angeles* futurista com anúncios luminosos e propagandas de *outdoors* liderados por rostos e corpos como a de Kim. Além disso, é interessante observarmos que no cenário do filme há considerável circulação, por exemplo, de chineses nas ruas, mercadorias sobrepostas nos comércios, diversidade de línguas e culturas e entre outros exemplos que podemos correlacionar com entrelaços de aproximações.

Figura 11 – Culturas e tradições do chimarrão e tereré.

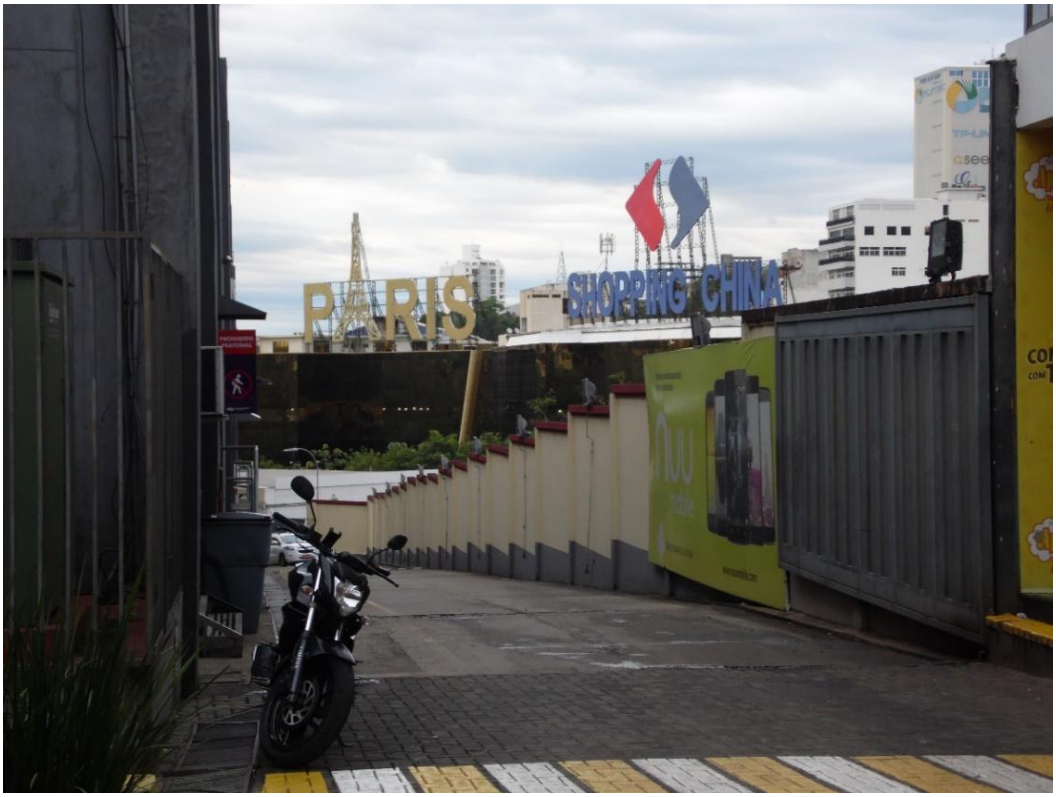
Fonte: trabalho de campo, 2018 (por Midiane Scarabeli).

[116] Referência ao filme: BELEZA AMERICANA. Sam Mendes. USA: Dreamworks Pictures, 1999. 1 DVD.
[117] Menção ao filme: BLADE RUNNER, O CAÇADOR DE ANDROIDES. Ridley Scott. Estados Unidos: The Ladd Company / Tandem Productions / Sir Run Run Shaw. 1982.

Ao percorrer as ruas comerciais do centro de *Ciudad del Este*, pensou-se nas relações comerciais das bebidas de chás que são consumidas no Paraguai, Mato Grosso do Sul, Argentina, Chile, Uruguai e Brasil, entre outras localidades, que ocorrem como linhas e nós de histórias em malha de vida. Sobretudo, pode-se considerar que aquela banca de venda de utensílios para chimarrão e tereré é como que uma "síntese" inconclusa de disposições geográficas, antropológicas e históricas antes e depois da "economia da erva-mate", entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. De bebidas *nativas* que agora se misturam a copos ou garrafas "made in China", mas nem por isso menos ativas de memórias de infância, de lugares e de pessoas em uma roda de chimarrão ou de tereré.

Dando continuidade para as aproximações em potência, a foto da Figura 12 foi realizada em *Ciudad del Este* próximo à Ponte Internacional da Amizade. Através do tamanho das placas construídas nos *Shopping Centers*, pode-se ter ideia das complexas ocorrências de mercadorias em comercialização, de movimentos de pessoas, transportes e circulação de capital.

Figura 12 – Ocidente e oriente em nós.



Fonte: trabalho de campo, 2018 (por Midiane Scarabeli).

Em diálogo com Said, podemos pensar nos fios e ligações que se adensam em um tecido de trilhas, compreendendo a textura do mundo e da vida, tal como uma malha com linhas entrelaçadas e adensamentos de histórias e suas próprias relações:

> A invocação do passado constitui uma das estratégias mais comuns nas interpretações do presente. O que inspira tais apelos não é apenas a divergência quanto ao que ocorreu no passado e o que teria sido esse passado, mas também a incerteza se o passado é de fato passado, morto e enterrado, ou se persiste, mesmo que talvez sob outras formas. Esse problema alimenta discussões de toda espécie – acerca de influências, responsabilidades e julgamentos, sobre realidades presentes e prioridades futuras. (SAID, 1995, p. 33).

Portanto, é curioso observarmos esses tecidos de trilhas e notarmos que, além do *Shopping Paris* e *Shopping China*, há outros nomes que remetem a identidades nacionais, como exemplo, o *Shopping Americana*, *Shopping Monalisa*, *Shopping Del Este*, *Casa Nissei*, *Mercosur Shopping Mall*, entre outros emaranhados de estórias condensadas, conforme se pode observar nas figuras 13 e 14.

Figura 13 – Casas-moradas de um grupo de indígenas Maká.

Fonte: trabalho de campo, 2018 (por Midiane Scarabeli).

Essa fotografia retrata os indígenas Maká que habitam em *Ciudad del Este* (Paraguai). É interessante notar a camisa da Seleção Brasileira de Futebol como mescla de histórias e significados. Neste sentido, o mundo dos *shopping centers* e o mundo das/dos Maká ocupam quase o mesmo lugar, mas com distâncias e fronteiras iminentemente intransponíveis:

> Se desde o princípio reconhecemos as histórias profundamente complexas e entrelaçadas das experiências específicas, mas mesmo assim interligadas e sobrepostas – das mulheres, dos ocidentais, dos negros, dos Estados e culturas nacionais –, não há nenhuma razão intelectual particular para conceder um estatuto ideal e essencialmente separado a cada uma delas. Mas seria desejável preservar o que há de único em cada qual, enquanto preservarmos também algum sentido da comunidade humana e as disputas efetivas que contribuem para sua formação, e da qual todas participam. (SAID, 1995, p. 65).

A partir disso, se olharmos para o rosto esculturado (a seguir, à direita) é possível senti-lo penetrante, avassalador, "pedral" e vivo, suplicante e atento. Isto é estar vivo para o mundo. E, assim, pode-se afirmar que trilhar em direções múltiplas é peregrinar na malha da vida, costurar histórias em movimentos não lineares.

Figura 14 – Peregrinações.

Fonte: trabalho de campo, 2018 (por Midiane Scarabeli).

Em seguimento, a partir de outros olhares em viagem, o percurso sobre a Ponte Internacional da Amizade faz conexão/ligação entre *Ciudad del Este* (Paraguai) e Foz

do Iguaçu (Brasil), o que também nos elucida que os seres e o ambiente se constituem mutuamente em um contínuo nascimento, cujas formas são trilhas de movimentos e meandros de rio, cidade, vegetação, barco e ondas implexas.

Figura 15 – Caminho das intensidades.

Fonte: trabalho de campo, 2018 (por Midiane Scarabeli).

#1.6#)3#2(0<

Ou a margem direita

Ou a margem esquerda

Ou o próprio Rio Paraná

N = A
E A S * * M
N A S D E W F O
H S F D F S D Z
U A * I
M * R
*

qs * (

ACONTECE POR DIREÇÕES FECHADAS OU TOTALIDADES DE INÍCIO E Fim

Figura 16 – “Pan-óptico”.

Fonte: trabalho de campo, 2018 (por Midiane Scarabeli).

A foto da Figura 16 foi captada no percurso da travessia da linha de fronteira entre Foz do Iguaçu (Brasil) e *Ciudad del Este* (Paraguai). A partir dessa imagem, pode-se pensar em relações de visibilidades e invisibilidades de ocorrências, como exemplo, de impedimentos do Ser em intensidades sociais. A respeito disso, fez-se diálogo com Jones Dari Göettert (2011), quando diz que:

> A fronteira captura, orienta, determina, intercepta, modela, controla e assegura gestos, condutas, opiniões e discursos. Obviamente que não é a fronteira em si, ela mesma, em sujeito, que captura, orienta... mas, ao contrário, é o território subjetivado, “dividido ao meio” como processo político, geopolítico e de subjetivação/objetivação, o regulador de uma fronteira para si, isto é, inventada, imaginada mas fundamentalmente vivida como dispositivo condicionante de um jeito de falar, de ouvir, de olhar, de sentir, de se portar, de comprar, de vender, de andar, de definir-se a si e ao outro, como algumas das múltiplas repartições típicas de fronteira. (GÖETTERT, 2011, p. 63).

Assim sendo, o Estado, juntamente com outras instituições oficiais e não oficiais, estruturam uma lógica social de biopolítica, de insegurança e contenção territorial. Portanto, não se trata de uma discussão que ocorre somente na geopolítica, mas de uma lógica que considera diferentes territórios nacionais, internacionais e regionais.

Figura 17 – Chinaguaitown.

Fonte: trabalho de campo, 2018 (por Midiane Scarabeli).

Essa é uma das visões parciais que se pode observar através da entrada de *Ciudad del Este* por Foz do Iguaçu. A partir das propagandas em *outdoors*, com escritas em inglês e espanhol, das referências aos produtos importados, da Mona Lisa, das casas-moradas atrás dos *shoppings* e das gentes em peregrinação, pensou-se nos padrões econômicos que se diluem em linhas de histórias.

Pode-se exemplificar essa situação mediante ao notável incremento de produtos e mercadorias "made in China", fazendo assim, ligação dos Estados Unidos e suas transformações econômicas em detrimentos outros, mas também sob movimentos de ascensão econômica chinesa, conforme é verificado no comércio paraguaio.

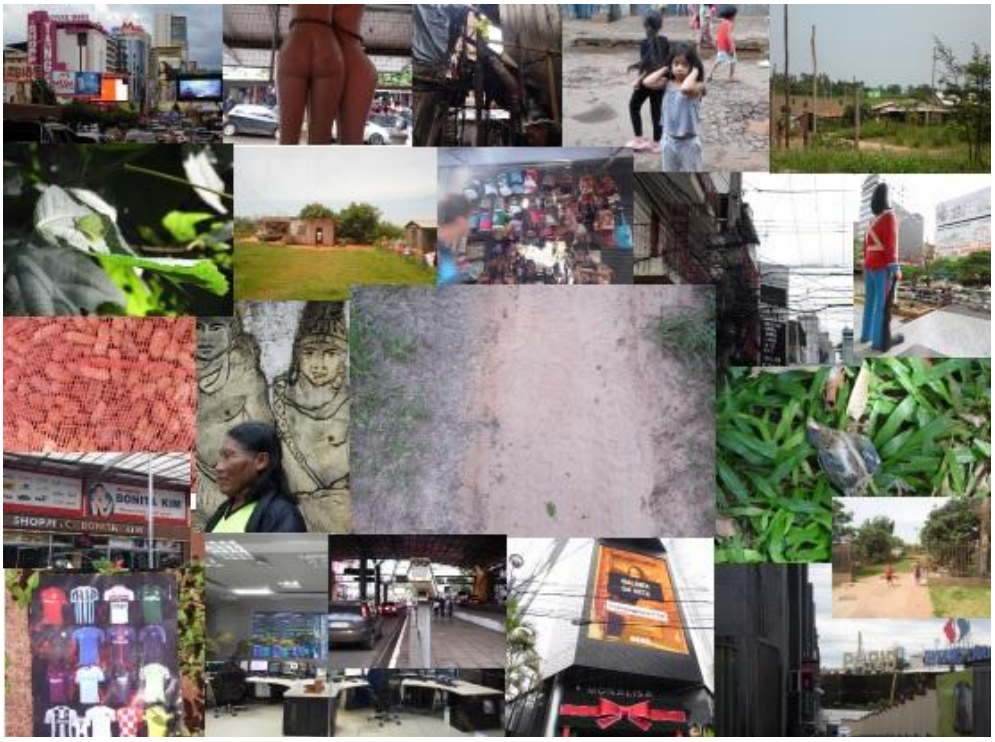
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever este trabalho foi muito desafiador, pois passavam-se dias e os entrelaços de ideias me causavam certa preocupação na tentativa de abordar a geografia, fronteira e fotografia de um modo que não transpassassem pensamentos limitados sobre o espaço geográfico. Além do mais, para se ter como relato de conflitos, após as leituras de Tim Ingold, Gilles Deleuze e Guattari, intensificaram-se também os pensamentos

sobre o que é espaço. Entretanto, essas situações me atravessam como processo desafiador e muito prazeroso.

A partir de então, pensou-se na possibilidade de imagens-trilhas com sentidos espaciais e na criação de uma *Meshwork* fotográfica (Figura 18). Como citado, anteriormente, por mais que a técnica fotográfica seja aperfeiçoada por profissionais da área, a fotografia acontece também pelos sentidos humanos.

Figura 18 – Malha da vida em relações de fronteiras trilhadas.



Fonte: trabalho de campo, 2018 (por Midiane Scarabeli).

Contudo, fotografar não se limita somente ao sentido da visão. Há muitas outras linhas de sentidos para se explorar. A propósito, as linhas de fuga das práticas fechadas, métricas e totalizadoras são vetores para se pensar a geografia com sentidos espaciais múltiplos.

Neste sentido, durante o desenvolvimento desse trabalho, a intenção foi possibilitar uma ideia de *malha* da vida e, inclusive, das relações de fronteiras, a partir das imagens captadas durante a viagem. Deste modo, com inspiração em Tim Ingold, a *Meshwork* fotográfica me atravessa como vida emaranhada de sobreposições de olhares, fotografias, fronteiras, histórias e sentidos espaciais. E como a arte ocorre por atravessamentos incontroláveis, não me cabe dizer como a *Meshwork* será atravessada pelos caminhos de potência de vida, de olhares e sentidos de outros.

Vale ressaltar o outro entrelaço de ideias que me atravessa, chamado de *geografias portáteis.* A autora que se chama Renata Moreira Marquez versa sobre conceitos geográficos em diálogos com a arte, história, filosofia, arquitetura, antropologia e entre outras aproximações. Nos dizeres da autora, geografia portátil é: "uma série de obras que têm em comum o fato de veicularem um certo vetor de mutação do espaço e dos seus conceitos e de gerarem um certo conhecimento espacial, uma geografia coexistente à disciplina científica". (MARQUEZ, 2009, p. 7).

Deste modo, pensou-se que as fotografias aqui expostas, e que ainda estão memorizadas no cartão de memória da minha câmera fotográfica, são geografias portáteis que remetem às pluralidades de sentidos espaciais e percursos trilhados em espaços de fronteiras.

Portanto, conforme afirmado anteriormente, as fotografias provocaram reflexões acerca dos movimentos e multiplicidades de imagens-trilhas com sentidos espaciais, durante a viagem. Sendo assim, entende-se que a difusão de olhares, por meio da abstração de imagens, corrobora em linhas de criação que podem ser percebidas e atravessadas por aqueles que difundem, compartilham e até mesmo interiorizam os significados diversos.

REFERÊNCIAS

BELLOUR, Raymond. **Entre-imagens**. Campinas: Papirus, 1997.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia.** v. 1. São Paulo: Editora 34, 2 ed., 2011.

GÖETTERT, Jones Dari. **A fronteira como dispositivo de poder, de controle e de identidade (considerações iniciais).** Geografia em questão (online), v. 4, p. 56-71, 2011.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das Fronteiras – inserções da geografia na crise da modernidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

INGOLD, Tim. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição.** São Paulo: Vozes, 2015.

MARQUEZ, Renata Moreira. **Geografias portáteis: arte e conhecimento espacial.** Tese de Doutorado. Belo Horizonte: PPGG – Instituto de Geociências – UFMG, 2009.

MARTINELLI, Marcello. **Cartografia Temática: Caderno de Mapas.** São Paulo: Udusp, 2003a.

SAID, Edward W. L'outsider. **Cultura e Imperialismo.** (Trad. Denise Bottman). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SZARY, Anne Laure Amilhat et al. **Artista passa-paredes?** . *In:* Boletim Gaúcho de Geografia. Porto Alegre, RS, v. 42, n. 2 (maio 2015), p. 412-434, il. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/56326. Acesso em: 12 Novembro. 2018.

SZARY, Anne Laure Amilhat. **Cultura de fronteras.** Beatriz NATES CRUZ. Frontera, Fronteras. Dialogos Transversales en Estudios Territoriales Contemporaneos, Ucaldas, Colombia, p. 43-57, 2013, RETEC. Disponível em: halshs-00924458. Acesso em: 12 Novembro. 2018.

INTERAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS ENTRE MATO GROSSO DO SUL E PARAGUAI: SOBREPOSIÇÃO DE TEMPOS

Patricia Silva Ferreira

Charlei Aparecido da Silva

INTRODUÇÃO

Por se tratar de um termo polissêmico e ambíguo, a fronteira pode adquirir significados contraditórios, ora expressando a separação de territórios, ora a porosidade e fluidez destes. Dessa forma, a fronteira é tratada aqui, a partir da concepção espacial, e, principalmente, considerando sua temporalidade fundamentada nas inter-relações de agentes e atores sociais[118]. Toda forma de apropriação do território acompanha o seu tempo, por isso as dinâmicas estabelecidas, que originam as fronteiras, as modificam têmporo-espacialmente.

Nesse campo de forças, como denominado por Raffestin (1993), que é o território, as fronteiras possuem um papel expressivo na dinâmica dos Estados-Nação; todavia, representam verdadeiros desafios na consolidação de sua soberania. No caso da fronteira sul-mato-grossense, sua extensão e baixa densidade demográfica contribuem para falta de controle e fiscalização, sobretudo atualmente, sob o impacto de atores econômicos e sociais com interesses diversos, como ressalta Becker (2004), que em grande parte acabam encontrando terreno fértil para atuação ilegal.

No Brasil, a faixa de fronteira é uma área geográfica histórica e politicamente constituída, normatizada pela Constituição Federal, que delimita uma área de até 150 km de largura, a partir do limite internacional (BRASIL, 1988). Estende-se por mais de 15 mil quilômetros de extensão e totaliza 1,4 milhão de km^2, o equivalente a 16,6% do território brasileiro, abrangendo 11 Unidades de Federação e 588 municípios, total ou parcialmente. (IBGE, 2019).

[118] Os termos “agente” e “ator” são tratados nesse texto como complementares, como apresentado por Freitas et al., (2013). “O termo agente refere-se a quem exerce a atividade e tem o domínio da ação, ou seja, aquele que ocupa e usa o território. O termo ator refere-se a quem representa a sua corporeidade ao agente. Daí a complementaridade.” (FREITAS et al., 2013, p. 90).

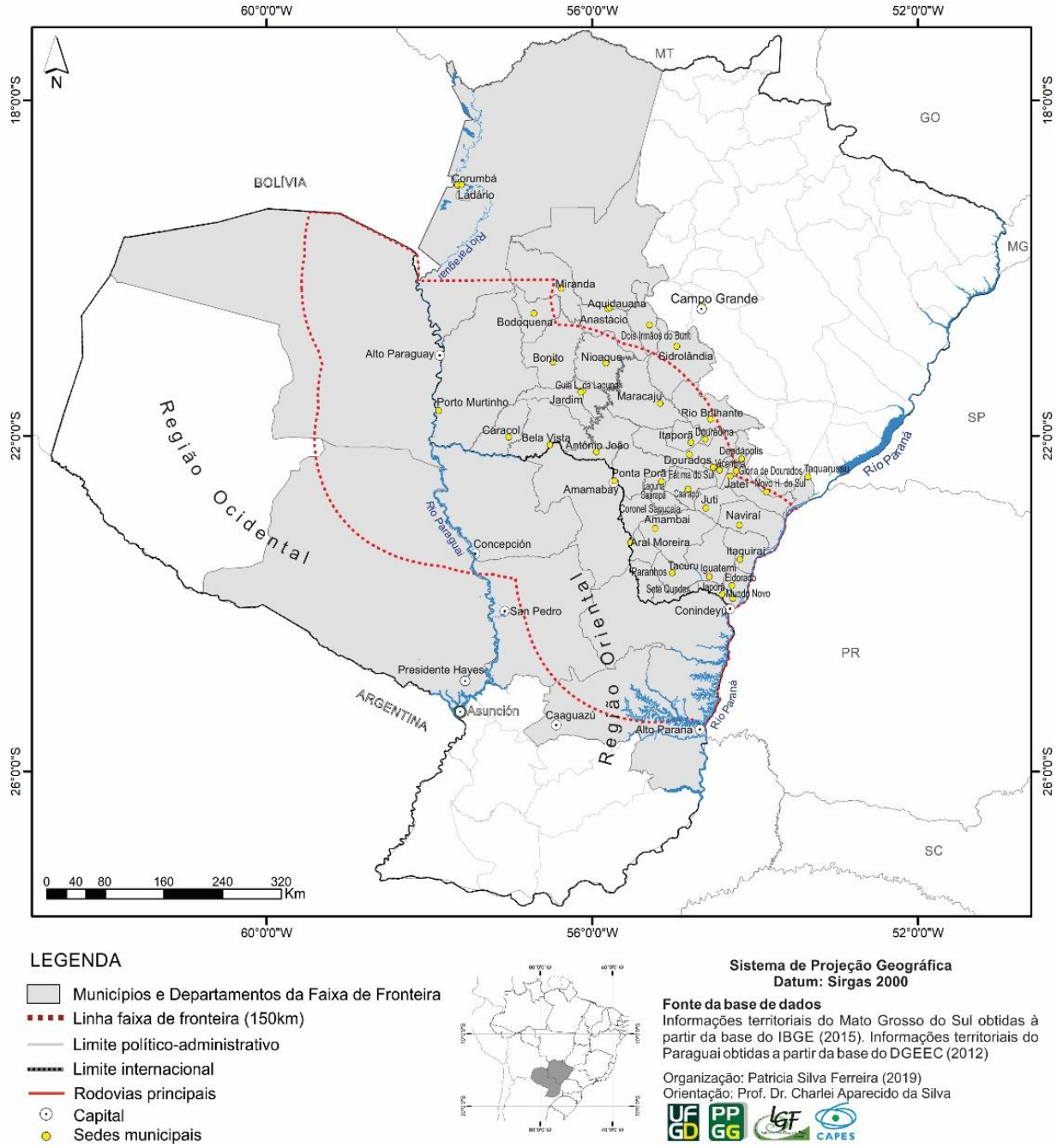
Apenas sete países na América do Sul, reconhecem a faixa ou zona de fronteira como uma unidade espacial distinta e sujeita à legislação específica: o Brasil, como já mencionado; a Bolívia, o Peru e o Paraguai, que estabelecem uma faixa interna de 50 km junto à fronteira; e a Colômbia, o Equador e a Venezuela, que reconhecem a zona de fronteira como uma área de regime especial, mas não especificam a largura (STEIMAN; MACHADO, 2002). Em linhas gerais, apesar desse reconhecimento, percebe-se que a utilização da faixa ou zona de fronteira, na maioria desses casos, sequer utiliza a figura jurídica da faixa e, nas ocasiões que ocorre, é em caráter circunstancial.

A fronteira do Brasil com o Paraguai possui 1.365 quilômetros de extensão (IBGE, 2019), dos quais 1.131 km estão localizados no estado de Mato Grosso do Sul. No estado, 12 municípios situam-se na linha de fronteira, sendo que, entre eles, alguns em condição de conurbação (Figura 1). Contando a faixa (150 km do limite internacional), o território abrangido corresponde a, aproximadamente, 48% da área do estado, contando com 39 municípios, 895.680 habitantes e uma densidade demográfica de 5,23hab/km^2 (MATO GROSSO DO SUL, 2012), ou seja, uma região pouco povoada.

Em relação à dinâmica na fronteira brasileira/sul-mato-grossense e paraguaia, existe alto grau de relação e permeabilidade, principalmente por meio das relações comerciais e interações entre as localidades, conduzidas por meio de seus agentes e atores sociais, que nem sempre possuem interesses em comum, e que, por vezes, até mesmo são divergentes e competitivos, resultando assim, em diversos e graves problemas sociais, econômicos, sanitários e de degradação ambiental.

Nesse sentido, a perspectiva de fronteira, trabalhada nesse capítulo, perpassa, sob a condição de fronteira-limite, como delimitação territorial de atuação do Estado-Nação, constituindo-se em instrumento de controle e separação para ação das políticas públicas, bem como de fronteira-zona que conota dinamicidade a esse espaço, a partir das relações de terra, trabalho, comércio e serviços. Dessa forma, percebemos a fronteira como o mecanismo da divisão político-administrativa entre Estados, isto é, o elemento definidor de poderes territorialmente instituídos, outrossim, é vista como zona de interação, como elemento que se estrutura mediante processos econômicos de expansão e retração.

Figura 1 - Sub-regiões e respectivos municípios que compõe a faixa de fronteira no estado de Mato Grosso do Sul.



Organização: Ferreira (2018).

Em relação à dinâmica na fronteira brasileira/sul-mato-grossense e paraguaia, existe alto grau de relação e permeabilidade, principalmente por meio das relações comerciais e interações entre as localidades, conduzidas por meio de seus agentes e atores sociais, que nem sempre possuem interesses em comum, e que, por vezes, até mesmo são divergentes e competitivos, resultando assim, em diversos e graves problemas sociais, econômicos, sanitários e de degradação ambiental.

Nesse sentido, a perspectiva de fronteira, trabalhada nesse capítulo, perpassa, sob a condição de fronteira-limite, como delimitação territorial de atuação do Estado-Nação, constituindo-se em instrumento de controle e separação para ação das políticas públicas, bem como de fronteira-zona que conota dinamicidade a esse espaço, a partir das relações de terra, trabalho, comércio e serviços. Dessa forma, percebemos a fronteira como o mecanismo da divisão político-administrativa entre Estados, isto é, o elemento definidor de poderes territorialmente instituídos, outrossim, é vista como zona de interação, como elemento que se estrutura mediante processos econômicos de expansão e retração.

Reconhecer a condição de desenvolvimento da faixa de fronteira, em função dos gargalos sociais e estruturais, esses como reflexos de um processo de crescimento econômico concentrador de terra e renda, se caracteriza como algo essencial para compreendê-la. Em uma área historicamente negligenciada pelo Estado sob o ponto de vista social, de baixo índice de desenvolvimento econômico, fortemente marcada pelas grandes disparidades socioeconômicas, bem como, por problemas peculiares, como o narcotráfico e o contrabando, a ideia de desenvolvimento e riqueza nos parece quase uma afronta.

LIMITES E FRONTEIRAS: CONCEITOS DISTINTOS E CORRELATOS

Ao iniciar a discussão sobre fronteira, um dos caminhos mais recorrentes é tratar, previamente, de estabelecer uma diferenciação clara entre os termos fronteira e limite. Tradicionalmente, a fronteira se refere ao limite entre países, estados e municípios, sugerindo, dessa forma, uma linha divisória concreta ou imaginária. Nessa representação a fronteira estava condicionada às simples "linhas coloridas ou pontilhadas". (OLIVEIRA, 2005), representando a forma, os limites e o tamanho dos países. Não há dúvidas quanto à estreita relação da fronteira com os mapas; no entanto, as fronteiras transcendem esse sentido pouco profundo, elas "acompanham os movimentos dos povos e marcam as grandes viradas nas transformações das civilizações" (OLIVEIRA, 2005, p. 12). A fronteira que se busca definir nesse estudo é mais do que a separação estática, é o limite e a dinâmica, simultaneamente.

Embora as noções de fronteira e limite estejam estreitamente ligadas, prioritariamente foi a noção de fronteira que adquiriu uma perspectiva de integração de

novos elementos, a partir do desenvolvimento das sociedades, do avanço das técnicas de produção e das próprias mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais. (VALLAUX, 1911; ANCEL, 1939; ALBUQUERQUE, 2005).

Nesse mesmo sentido, Raffestin (1993) corrobora com a discussão ao afirmar que a distinção entre os conceitos está associada ao aspecto histórico-social que o termo fronteira adquiriu ao longo dos anos nas sociedades humanas. Contudo, segundo o autor, é preciso esclarecer que ambos os conceitos possuem movimentos antagônicos e complementares. Sugere-se que a semântica de fronteira (zona) e limite (linha) tenha relação com o uso diferencial na escola anglo-americana, principalmente nos trabalhos de *Frederick J. Turner*, aos termos *boundary*, *border* e *frontier*. (NEWMAN; PAASI, 1998).

As perspectivas Geopolítica e da Geografia Política do século XX reforçavam a diferenciação desses conceitos remetendo à compreensão da formação das fronteiras como processos dinâmicos, mediante frentes de expansão ou retração de um território nacional – *fronteiras em movimento* – (SAWYER, 1983), enquanto o limite seria fruto de um tratado jurídico internacional. Nesse âmbito, a percepção da mobilidade das fronteiras é fundamental, a fim de entender os diferentes processos sociais, culturais e econômicos que se organizam a partir de processos históricos e geograficamente dinâmicos. (ALBUQUERQUE, 2010).

Raffestin (1993) discute esse processo de "linearização" das fronteiras como um fato recente e atribui a ruptura entre os conceitos de limite e fronteira às demandas geopolíticas e dos próprios Estados nacionais, afirmando que a diferenciação entre os conceitos está mais direcionada à função ideológica atribuída ao termo fronteira, ressaltando uma conotação política, quando, de fato, o limite também possui uma. Para o autor, os Estados-nações tornaram a fronteira como um "sinal", linearizando-a e manipulando-a como um instrumento de comunicação ideológica.

> A linearização da fronteira é uma tendência do Estado moderno, que não foi desmentida desde o século XV, para culminar, no século XX, nas linhas "rígidas", por vezes impermeáveis porque contornadas por "muros" (Muro de Berlim, por exemplo). Fatores ideológicos (Leste-Oeste) conduzem uma demarcação que não é mais somente um ganho em informações, mas ainda um gasto contínuo de energia por todo o sistema de construções, para o qual é necessário assegurar a manutenção e a vigilância. Chega-se assim ao fascínio da linha e reata-se, de certo modo, com os empreendimentos malucos do passado, ilustrados pelos muros romanos e pela Muralha da China. (RAFFESTIN, 1993, p. 167).

Num cenário de desenvolvimento dos Estados nacionais e de ideias nacionalistas que emergiram na Europa e se difundiram pelo mundo, as "funções de separação" das fronteiras se acentuaram (MACHADO, 1998). Steiman e Machado (2002) ratificam essa afirmativa ao considerar que, a partir da edificação dos Estados Nacionais, o conceito de fronteira, enquanto prática espacial, se torna fundamental para garantir estabilidade, segurança e soberania ao Estado. Nesse sentido, o Estado-nação é, por excelência, o agente que estabelece a noção político-administrativa do território e de suas fronteiras.

Alinhado nesse viés nacionalista, pode-se apontar a grande difusão da classificação das fronteiras naturais e artificiais, sendo a principal referência desse esquema a obra *Frontiers*, escrita por *Lord Curzon of Kedleton*, em 1907 (STEIMAN; MACHADO, 2002). A teoria das fronteiras naturais teve suas origens na Europa (JANOTTI, 1975), e embasou-se nas barreiras geográficas para justificar o expansionismo exercido por Estados hegemônicos, que anexaram territórios presumidamente "vazios" e/ou marcantes do ponto de vista territorial e populacional, alicerçados na predeterminação da natureza. (CORRÊA, 2012).

Aqui, pode-se fazer um paralelo com a área de estudo da pesquisa e citar como exemplo de incorporação dessa teoria, as pretensões do império brasileiro sobre uma porção do território paraguaio, como criticado e apontado por Cardozo (1961) ao realizar um estudo sobre os antecedentes da guerra da Tríplice Aliança.

> *El Río de la Plata era el límite natural del Brasil. Todas las tierras situadas al oriente del río y de su principal afluente, el río Paraguay, eran, en consecuencia, posesión natural y necesaria del Brasil.* (CARDOZO, 1961, p. 13).

De qualquer forma, apesar da recorrente utilização dessa teoria na Europa e sua reprodução na historiografia latino-americana, sobretudo na difusão de questões geopolíticas, tanto a categoria de fronteira natural como a de espaço vazio representam hoje "fórmulas desgastadas e carentes de sentido histórico" (CORRÊA, 2012, p. 25). Segundo o autor (op. cit.), tais fragilidades já eram apontadas por *Friedrich Ratzel*, *Camille Vallaux* desde o início do século XX e por *Jaques Ancel* em 1939 ao retomar as críticas de *Demangeon* e *Fevbre* sobre fronteiras naturais.

De modo geral, Machado (2002) afirma que, no contexto geopolítico vigente, em quase todo século XX, as fronteiras estavam alicerçadas no seu valor militarmente

estratégico. Após a segunda metade do século XX, o debate teórico, que contemplava o estudo das fronteiras, perdia um pouco essa conotação militar e abria espaço para uma visão mais relacionada às potencialidades de contatos e trocas.

Essas ideias, até então difusas, na perspectiva clássica da Geografia Política ou Geopolítica, passam a ser esclarecidas na década de 1950 (na França), quando o interesse nas fronteiras é despertado novamente frente à necessidade dos movimentos de integração, quando as comunidades econômicas e os grupos políticos se esbarram na obrigação de conhecerem melhor as áreas de articulação dos Estados que as compõem (RAFFESTIN, 1974). Verifica-se, aqui, uma espécie de atualização das velhas ideias *ratzelianas* de fronteiras de contenção ou de separação para se metamorfosearem em zonas de contato e articulação.

Observando a vasta bibliografia encontrada a respeito do conceito de fronteiras, é possível se deparar com uma pluralidade de classificações[119] que permitem diferenciar os tipos de fronteiras ou limites e suas peculiaridades. As diferentes tipologias, características e significados dessas terminologias se transformam, no decorrer do tempo, e são expressas de diferentes formas nos mais variados territórios e período em que ocorrem (STEIMAN; MACHADO, 2002). Existem várias formas de classificar as fronteiras, pois cada ponto de vista ocasiona, pelo menos, no aparecimento de uma nova classificação. Inicialmente, a fronteira tradicional é sublinhada sob o viés puramente político e geopolítico, mais tarde transcendendo para o campo econômico, social, ambiental e demais ciências contemporâneas.

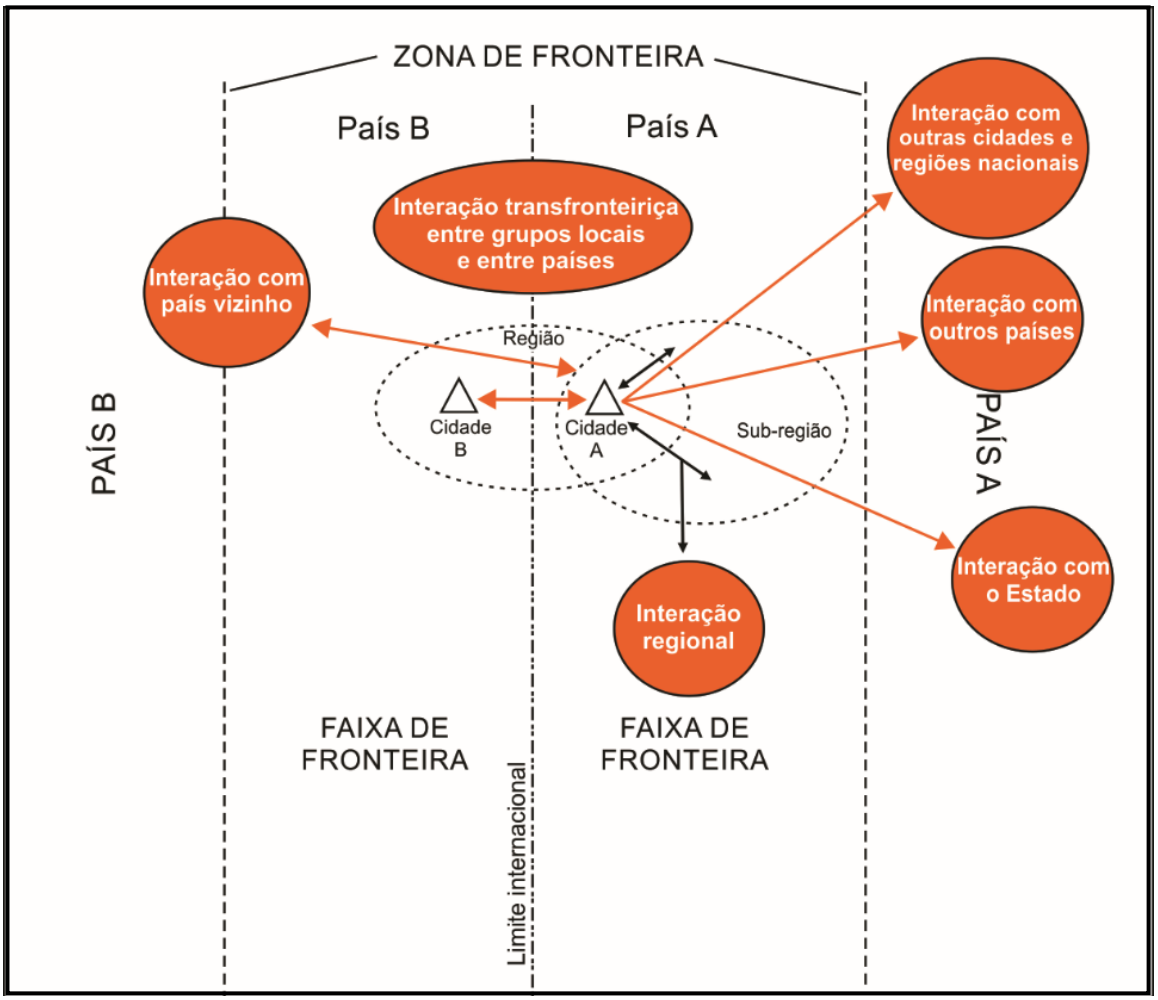
Ao considerar a abordagem do conceito de fronteira de forma muito mais abrangente e articulada, incorporando os fatores sociais e políticos, *Vallaux* (1911) difunde o conceito de zona-fronteira, salientando que as fronteiras deveriam ser compreendidas mais com "zonas" do que como "linhas formais". A zona-fronteira se caracterizava como uma área destinada, concomitantemente, às interpenetrações que estariam associadas aos aspectos econômicos e fluxos de mercadorias, e às separações relacionadas aos aspectos político-administrativos de domínio de diferentes Estados, correspondendo a uma área articulada, econômica e politicamente, entre Estados. (GUIMARÃES, 1943).

[119] Fronteiras naturais e artificiais (JANOTTI, 1975), vivas e mortas (STEIMAN; MACHADO, 2002), marítimas, aéreas e extra-atmosféricas (CASTROGIOVANNI, 2010). É importante destacar que todas essas concepções baseiam-se na funcionalidade que cada autor atribui à fronteira.

Diante desse quadro, reflexo do processo histórico de adaptação e reformulação dos conceitos de fronteira, atenta-se para uma característica muito importante no tratamento atual dado ao conceito em relação à sua funcionalidade, que desprendeu do campo estritamente político para o campo econômico. (MACHADO, 2000).

No esforço de entender o aspecto dinâmico e multifacetado das fronteiras, Machado *et al*., (2005) desenvolveram um modelo explicativo distinguindo as ideias de faixa e zona de fronteira. A faixa de fronteira, portanto, se constituiria em atributo legal, associada aos limites territoriais do poder do Estado. Por outro lado, a zona de fronteira retrata "um espaço de interação, uma paisagem específica, com espaço social transitivo, composto por diferenças oriundas da presença do limite internacional, e por fluxos e interações transfronteiriças." (MACHADO *et al*., 2005, p. 95). Neste contexto, na zona de fronteira, estariam contidos os processos, relações e interações econômicas, políticas, ambientais e culturais (Figura 2).

Figura 2 - Proposta para conceituação de faixa e zona de fronteira.



Fonte: Machado *et al.* (2005) – Grupo Retis/IGeo – UFRJ.

Dessa forma, as fronteiras passam a ser apontadas como um campo peculiar de relações sociais que se fundem com os atuais processos de globalização e de redefinição do papel dos limites entre Estados-nações (ALBUQUERQUE, 2010). "A fronteira deixa de ser linha, limite, finitude, o lugar da diferença (...). Torna-se aberta, porosa, exemplo de integração e de aproximação" (SCHAFFER, 1995, p. 25), ressaltando a ideia de que a fronteira poderia ter múltiplos e variados efeitos e que se apresentava muito além de um fenômeno estritamente espacial.

A construção da fronteira, como ressaltado por Raffestin (1974), deve ser compreendida a partir de uma perspectiva historiográfica, uma vez que o sentido de fronteira muda ao longo do tempo. Ao tratar sobre essa questão, o autor, em sua obra *Espace, temps et frontière,* aponta que o caráter social da fronteira implica em considerar que o conceito de tempo completa o espaço e, dessa forma, como fator social, a fronteira é um fato "espaço-temporal".

> Assim, pois, o limite ou a fronteira não decorrem somente do espaço, mas também do tempo. De fato, a quadrícula não é exclusivamente territorial, é também temporal, pois as atividades que são regulamentadas, organizadas e controladas se exprimem de uma só vez, no espaço e no tempo, num local e num momento dados, sobre uma certa extensão e por uma certa duração. (RAFFESTIN, 1993, p. 169).

Esse enfoque ganha cada vez mais corpo, a partir da década de 1980, com a percepção de um "mundo sem fronteiras", em que os limites políticos ficariam mais "flexíveis" e "permeáveis" (NEWMAN, 2006). A grande proporção desse novo interesse pelas fronteiras estaria associado à funcionalização atribuída as regiões no interior dos blocos econômicos, contando com a União Europeia como grande paradigma de cooperação transfronteiriça. (STEIMAN; MACHADO, 2002; NOVAES, 2010).

Dessa forma, pode-se considerar que grande parte da polissemia existente na interpretação da noção de fronteiras está diretamente relacionada à própria pluralidade, construída nas relações contíguas com países vizinhos, que se concretizou a partir das diversas redes de conexões possibilitadas pela globalização (HISSA, 2002) que, apesar de surgir como uma ideia de superação de "fronteiras e dos limites locais e nacionais" (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 14), na realidade mais parece estar imersa em ambiguidades. Se por um lado fala-se em "mundo sem fronteiras", na era da

globalização, por outro, verifica-se a construção de divisórias cada vez mais intransponíveis.

> O processo de transformação acelerada (globalização-modernização via integração) não é homogêneo, mas estaria produzindo uma nova fragmentação sócio-territorial, onde aparecem regiões, setores sociais e setores produtivos que se modernizam, que se incorporam ao sistema mundializado de relações econômicas e culturais, que em termos reais se integram com economias vizinhas; e regiões, setores sociais e produtivos que ficam excluídos deste processo. (CICCOLELLA, 1997, p. 60).

Nesse sentido, os países em desenvolvimento têm sido atingidos pelo ritmo decretado pelas grandes empresas, que incluem ou excluem segundo a dinâmica econômica global. Com isso, acentuam-se as desigualdades sociais e regionais, desencadeando fluxos migratórios rumo às regiões dinâmicas, o que acirra conflitos e intensifica as pressões sobre políticas sociais e de planejamento (BRASIL, 2005). No caso Brasil/Mato Grosso do Sul e Paraguai as relações internacionais passam a ocorrer em múltiplas escalas e esses processos de globalização-modernização, fruto da concepção de Estado-nações, acabam produzindo muito mais fragmentações locais e regionais do que processos de integração.

Não obstante, a idealização da escala global exprime de forma contundente quem são os protagonistas que produzem e reproduzem essa valorização/desvalorização da escala local. Não são os camponeses ou os afrodescendentes, nem tampouco indígenas que desvalorizam a escala local, onde muitos desses povos têm sua cultura construída, em uma relação mais próxima com a natureza e com fortes singularidades locais. A sobrevalorização ocorre, assertivamente, daqueles que se valem da escala global, como as grandes corporações transnacionais e as organizações multilaterais – o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, etc. (PORTO-GONÇALVES, 2006), exercendo assim uma espécie de poder paralelo no território, antes, exclusivo ao Estado.

Na era globalizada, as grandes transnacionais desempenham novos papéis territoriais, formalizando uma abordagem múltipla frente ao território: econômica, cultural e política, sublinhando dimensões da reprodução do capital. Por meio da descontinuidade territorial, uma empresa é capaz de controlar certa área, a partir da gestão de fluxos e das redes. Esses são denominados de sistemas produtivo-territoriais que formam os territórios, onde há, destarte, controle e gestão e relações de poder. (SAQUET, 2015).

Bauman (2010) ressalta que o grande poder hoje seria "extraterritorial" pertencendo às "forças de mercado" e a política, ainda basicamente territorial-estatal ("local"), estaria perdendo cada vez mais o seu poder. Isso expressa a íntima associação entre processos de globalização – basicamente econômica – e enfraquecimento do poder ou da "soberania territorial" dos Estados e, consequentemente, de suas fronteiras. (HAESBAERT, 2016).

Nesse sentido, as fronteiras acabam se rearticulando sob essa nova realidade social, produzindo outros "tipos de fronteiras" (HAESBAERT, 2016), assim como assinalam Newman e Paasi (1998) ao conceber a fronteira como um fenômeno multidimensional e dinâmico. Nessa concepção, os autores (op. cit., p. 198-199) destacam alguns argumentos sobre esse processo:

- a porosidade das fronteiras é relevante para apenas pequena parte da humanidade;
- as realidades observadas dentro de uma esfera específica (econômica) caracterizaram a abertura de mercados, a remoção de barreiras comerciais e um ambiente econômico global;
- a superação de barreiras fronteiriças é, principalmente, um fenômeno de base econômica, não valendo, por exemplo, para o fluxo de migrantes e para a homogeneização dos espaços culturais.

Esses apontamentos podem ser observados na área da pesquisa, por vezes, de modo mais paliativo, devido ao intenso contato e trocas comerciais nessa fronteira, sobretudo em Ponta Porã e *Pedro Juan Caballero*. Segundo Wilcox (1993, p. 506), o Paraguai, nesse sentido, exerceu uma sensível influência sobre as comunidades fronteiriças brasileiras, desempenhando um papel de "exportador de cultura". Para Corrêa (2012) a fronteira sul-mato-grossense se caracterizou num contexto de trocas culturais, onde foram incorporados costumes, crenças, culinária, vestimenta e, especialmente, a língua, com o guarani e o castelhano sendo assimilados com uma mescla do português.

Do ponto de vista econômico, o desaparecimento das barreiras fronteiriças favoreceu uma pequena parcela de agricultores, colonos, companhias colonizadoras e corporações que detinham os meios de produção e comercialização. Para o governo de Stroessner (1954-1989), a ocupação brasileira na fronteira paraguaia tratava-se de uma

estratégia para o desenvolvimento econômico do Paraguai (BATISTA, 2013). A abertura das fronteiras facilitou a colonização das terras, quando o governo modificou o Estatuto Agrário, em 1963, e permitiu a compra de terras de propriedades no interior do Paraguai, sem limite de área, por estrangeiros. (ALBUQUERQUE, 2010).

De toda forma, uma das questões centrais histórica e geograficamente da fronteira sul-mato-grossense e paraguaia está atrelada às formas de ocupação econômica da região, marcada pelas possibilidades concretas de produção e exploração de recursos ambientais. Um cinturão agrícola alicerça a expansão de um modelo de desenvolvimento na fronteira, antes constituído por regiões ervateiras, cafeeiras, conjugadas com a criação de gado em larga escala. Hoje, o gado ainda permanece, mas a pauta agrícola é a produção de *commodities* para exportação.

Nesse âmbito, ainda, não se deve descartar a existência concreta de uma fronteira indígena, tornada, de fato, uma barreira para agricultores, grandes corporações e empresas colonizadoras brasileiras na ocupação do território, que no período subsequente ao conflito com o Paraguai (1864-1870) solicitavam permissão e apoio ao governo provincial para "civilizar os índios para o trabalho", alegando o aproveitamento dessa mão de obra num território extenso quase despovoado (CORRÊA, 2012). Nessa época, as comunidades indígenas desempenharam papel fundamental na mão de obra na pecuária, na lavoura, na coleta de erva-mate, borracha etc., nos transportes fluviais e nos portos, e cabe frisar que sua exploração pode ser apontada em condições análogas à escravidão.

Durante a segunda metade do século XIX, até o século XX, esse conjunto de fatores combinados promoveu as transformações espaciais e econômicas em toda a extensão dessa fronteira. Não é difícil perceber que a questão da terra está subjacente em todos os graves problemas socioambientais da fronteira entre Brasil/ Mato Grosso do Sul e Paraguai, que, saliente-se, ocorreu pela expropriação de terras indígenas e pela luta pela posse de terra entre novos agricultores e antigos colonos.

Tais reflexões são necessárias para que se possa compreender a fronteira de Brasil/ Mato Grosso do Sul e Paraguai, como parte integrante de um processo global de formação de fronteiras, além do resultado da expansão interna da fronteira agrícola, por exemplo. Dessa forma, a abordagem relacionada à fronteira excede os aspectos naturais e geográficos e passa a ganhar também conotação no sentido do acúmulo histórico

(HOLANDA, 1960), que explica a ocupação econômica desse território e as implicações políticas decorrentes desse processo.

SIMETRIAS E ASSIMETRIAS ENTRE BRASIL/MATO GROSSO DO SUL E PARAGUAI

Historicamente, por mais de meio século (1811-1870), o Paraguai estruturou uma política econômica independente baseada na livre ocupação da terra pelos camponeses (LAINO, 1976), quando produziam alimentos para subsistência, erva-mate e tabaco, principalmente. Após ser arrasado pela ação da Tríplice Aliança e já empobrecido, o país teve suas terras vendidas a estrangeiros – proprietários capitalistas que jamais visitaram o país, mas cobravam altas taxas para que o camponês paraguaio utilizasse suas terras (CHIAVENATTO, 1979).

> O Paraguai, que tinha uma estrutura social baseada no acesso de todos à terra, com as "estâncias da pátria" criadas por Francia, estimuladas por Carlos Antonio e em pleno desenvolvimento no período de Francisco Solano López, terá toda essa organização destruída criminosamente nos cinco anos de ocupação dos aliados. [...] Na destruição do Paraguai, matou-se no nascedouro a grande esperança de liberação econômica da América do Sul. Consolidou-se o domínio estrangeiro do capital espoliador. (CHIAVENATTO, 1979, p. 164).

A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai ou Guerra do Paraguai, ou, ainda, como popularmente conhecida no Paraguai, Guerra Guasú, ou Guerra Grande (1864-1870), foi o conflito de maior repercussão para os países envolvidos – Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai – trazendo consequências no desenvolvimento do processo histórico de cada nação envolvida (SQUINELO, 2015). Sobre os ex-aliados da Tríplice Aliança, o desastre econômico agravou a dívida externa destes países, impedindo-os de se libertarem do capital estrangeiro. O Paraguai, no fim da guerra, estava devastado e mutilado e, aproximadamente, 96% da população masculina havia sido exterminada (CHIAVENATTO, 1979).

Em território brasileiro, somente duas províncias vivenciaram episódios bélicos. Inicialmente os saques e invasões ocorreram no Rio Grande do Sul, mas o estado de Mato Grosso do Sul foi palco de episódios militares como a Retirada da Laguna, em 1867, que retratou o fracasso da expedição brasileira organizada para deter o avanço paraguaio e causou a morte de milhares de soldados. (SQUINELO, 2015).

Ao final do conflito, logo após a derrota dos paraguaios na guerra, o tratado de paz e de limites *Loizaga-Cotegipe* estabelecido em 1872, definiu os limites e as fronteiras naturais entre os países envolvidos. De acordo com Chiavenatto (1979), o Paraguai perdeu 14 milhões de hectares de seu território, dos quais 6,3 milhões de hectares entre os rios Apa e Blanco foram incorporados ao estado do Mato Grosso do Sul e a Argentina ficou com a porção do Chaco Austral.

A guerra se configurou como um divisor de águas na região fronteiriça, denotando um verdadeiro estado de beligerância nessa região, resultado de conflitos por posse e ocupação de terras e disputas de interesses internos e externos de coronéis, de posseiros e da Companhia Matte Laranjeira (CORRÊA, 2014). As condições de instabilidade no pós-guerra provocaram o êxodo da população guarani para o lado brasileiro, atraída pelas perspectivas econômicas dos extensos campos ervateiros (SQUINELO, 2015). De fato, esse deslocamento populacional, foi tão intenso quanto a migração gaúcha iniciada no final do século XIX.

Dessa maneira, entende-se a constituição da configuração desse território marcada, essencialmente, a partir dos conflitos da Guerra do Paraguai que, subsequentemente, aparecem com a exploração econômica de empresas de grande porte, como a Companhia Matte Laranjeira. Nesse cenário, o Estado desempenha papel fundamental no favorecimento à aquisição de vastas extensões de terra para exploração dos ervais nativos. Esse é o primeiro grande ciclo de desmatamento na região.

A política de colonização promovida pelo Estado brasileiro, a partir da década de 1930 pelo governo Getúlio Vargas, com a "Marcha para o Oeste", que estimulava a migração de posseiros oriundos do Sul a ocupar as terras em Mato Grosso do Sul (sul de Mato Grosso, na época) colocou os colonos em embate com a Companhia Matte Laranjeira, que detinha o monopólio dos ervais e na ocupação de terras.

A população guarani, apesar de predominante, era subjugada; já os migrantes gaúchos assumiam uma postura bem menos passiva e mais contestatória diante de suas expectativas na ocupação de terras e envolvimento na produção ervateira e pecuária, rivalizando com os interesses da Companhia Matte Laranjeira. Dessa forma, essa área de fronteira tornou-se uma área de constante tensão e atrito, resultando em conflitos com as populações tradicionais, posseiros e forjando, nessa mesma disputa, o coronelismo guerreiro. (CORRÊA, 2014).

O movimento da “Marcha para o Oeste” assume ainda outros contornos. Menegotto (2004) assinala que, no decorrer da expansão da fronteira agrícola, em direção às regiões Centro-Oeste e Norte, a partir da década de 1940, o movimento foi adquirindo, simultaneamente, um sentido que penetrou no território paraguaio. Aliado à promoção da *Marcha al Este* pelo governo paraguaio, no final da década de 1950, e à reformulação do estatuto agrário, em 1963, para possibilitar a compra de terras por estrangeiros, foi determinante a presença maciça de brasileiros em território paraguaio, os quais conseguiam adquirir terras no Paraguai a um custo irrisório, incentivados a colonizarem os “espaços vazios”.

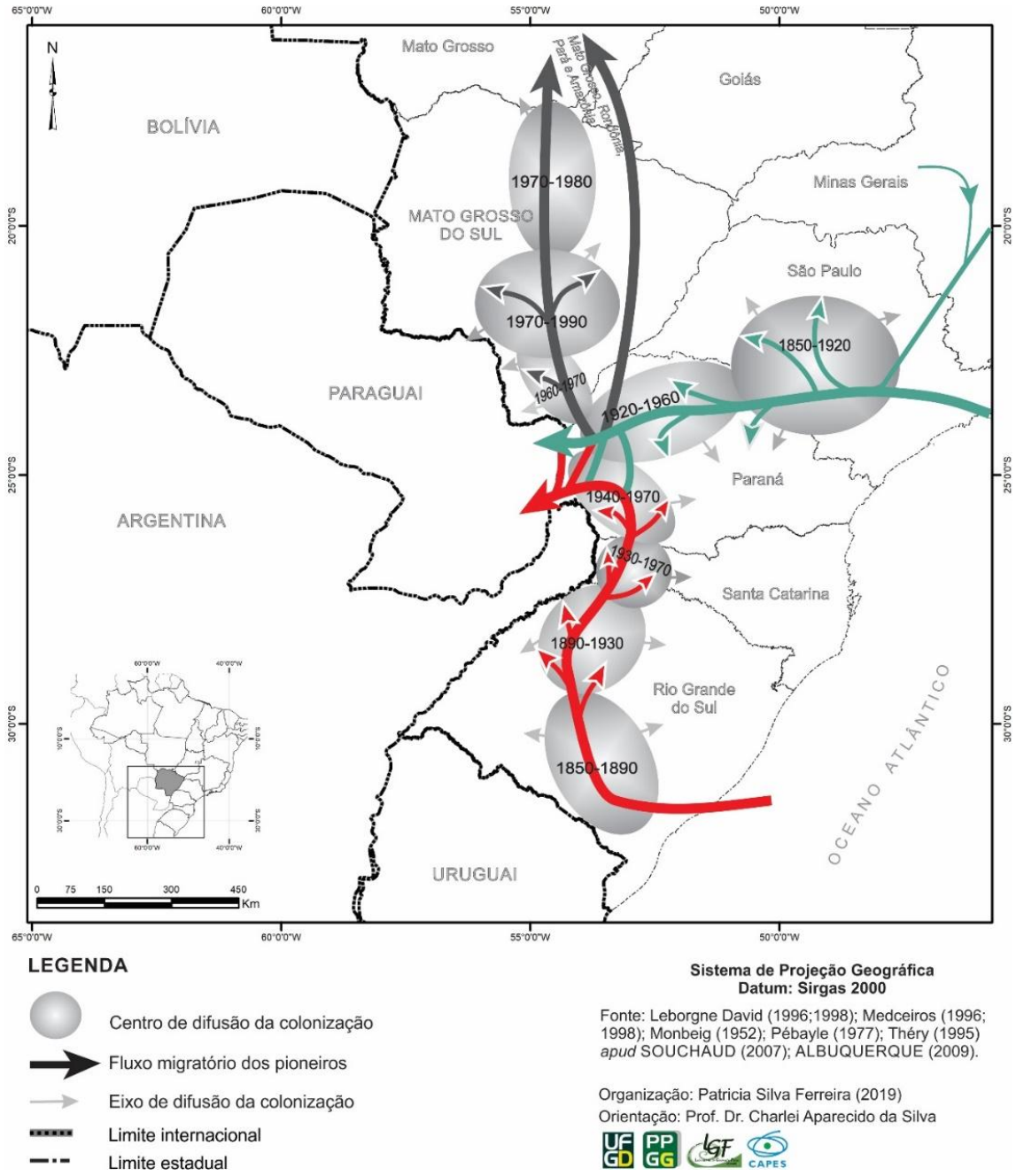
A condição de “fronteiras em movimento”, colocada por Sawyer (1983) fica evidente nesse cenário que expõe o princípio geopolítico ligado estreitamente a uma estratégia de marcha para o Oeste, no Brasil, e *Marcha al Este*, no Paraguai. Esses dois grandes projetos geopolíticos favoreceram o processo de migração brasileira para o Paraguai (ALBUQUERQUE, 2010). Ver Figura 3 a seguir.

> A imigração acelerada de brasileiros para a fronteira paraguaia favoreceu não somente uma estratégia expansionista dos militares, mas também a política submissa de Stroessner, que condicionou o desenvolvimento paraguaio ao Brasil em uma aliança política firmada através de vários acordos e tratados e penalizou a soberania do povo paraguaio. (CORTEZ, 1993, p. 23).

Corroborando com a discussão, Riquelme (2005) aponta que o fenômeno da “Marcha para o Oeste” continuou em movimento – além da linha internacional –, desmatando florestas ou convertendo campos de pastagens de gado em plantações de soja, obtendo divisas, mas a um alto custo social para a população paraguaia. Os efeitos no Paraguai chegaram a uma situação alarmante de desmatamento. Segundo a *Organización Guyra Paraguay*, a devastação da Região Oriental, na década de 1990 foi de 1,3 milhões de hectares (PARAGUAY, 2018).

Os fenômenos da concentração fundiária, da imigração e migração, se acentuaram nas tradicionais áreas coloniais do país. Segundo Porto-Gonçalves (2002), o pequeno produtor rural, pressionado pela especulação imobiliária, e altos juros de financiamento, se vê obrigado a vender suas terras e migrar para novas frentes de expansão do capital. A migração, como válvula de escape, favorece o modelo e perpetua o ciclo de colonização implementada outrora.

Figura 3 - Fluxos de migração brasileira em direção à fronteira oeste do Brasil.



Fonte: adaptado de SOUCHAUD (2007).

Em seu estudo, Batista (2013) registra essa condição na fronteira Brasil/Paraguai, apontando que a colonização de terras no Paraguai, na década de 1970, é realizada, em um primeiro momento, massivamente na fronteira com o Paraná. A modernização da agricultura acarreta a expropriação dos pequenos proprietários, obrigando-os a venderem ou arrendarem suas propriedades às agroindústrias que se instalaram no Paraná. Esse processo expansionista exigia a ocupação de novas áreas e,

nesse momento, uma dessas políticas era a frente pioneira do Mato Grosso do Sul, incorporada rapidamente ao processo de modernização da economia de exportação. Nesse contexto, o território Paraguaio na fronteira com o estado, ainda estava disponível para incorporação do agronegócio.

A valorização das terras na área de fronteira brasileira motivou a comercialização das pequenas propriedades localizadas na faixa de fronteira do Paraguai (BATISTA, 2013). A evolução na especulação das propriedades, além de pressionar a venda das propriedades a estrangeiros, impôs uma forte restrição aos produtores paraguaios que não possuíam poder aquisitivo suficiente para competir com o preço pago por brasileiros (LAINO, 1976).

Nesse ínterim, surgiram ainda, os empresários pseudo-colonizadores, que atuavam como empresários imobiliários que adquiriam grandes extensões de terra, as parcelavam e as revendiam a altos preços, sem nenhuma interferência do Estado paraguaio (LAINO, 1976), com o agravante de que a maior parte dessas operações era realizada entre brasileiros.

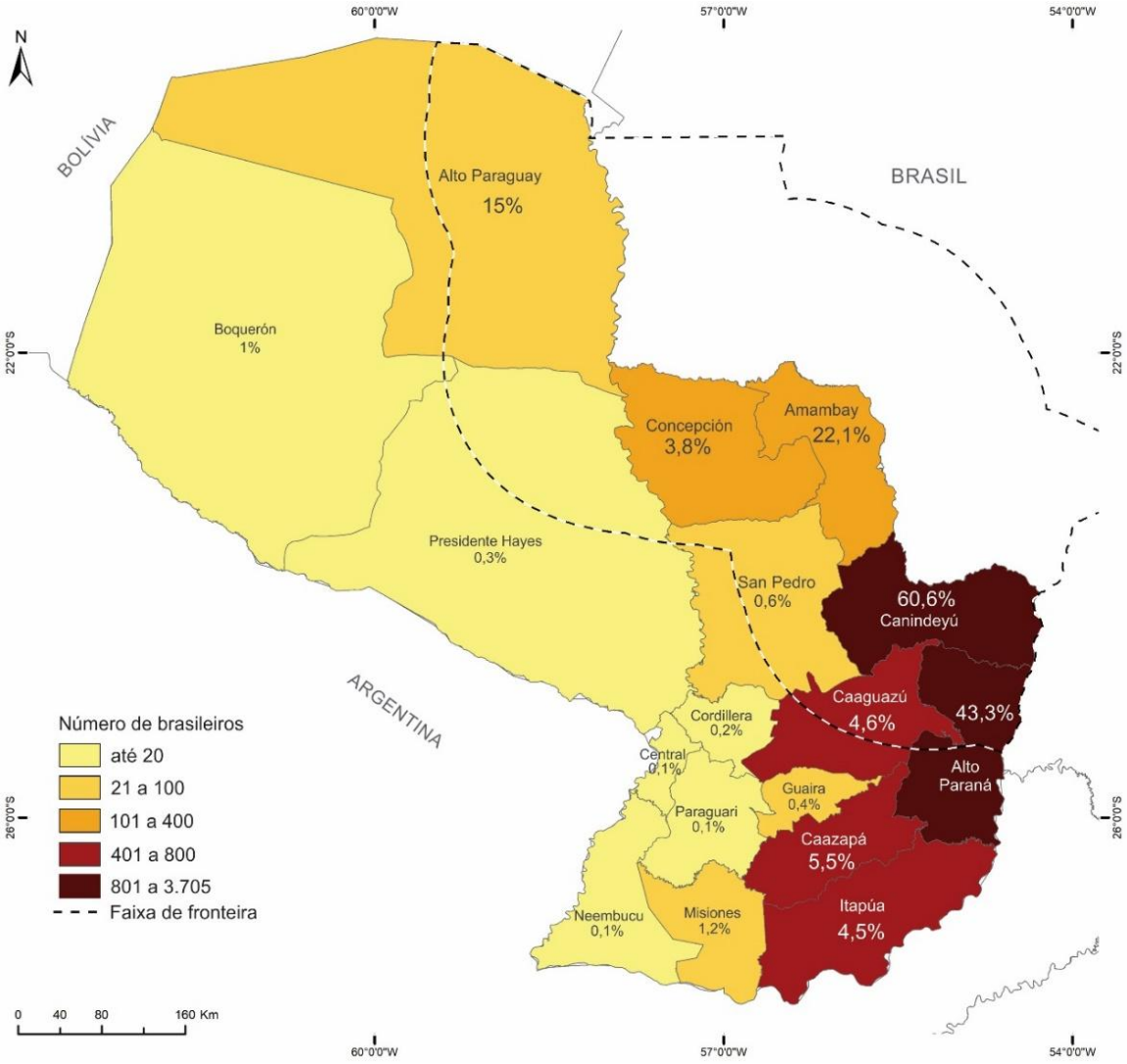
Outro ponto em questão eram as instituições financeiras no Paraguai, que controlavam o crédito, e que acabavam favorecendo os grandes empresários estrangeiros. O *Banco Real Del Paraguai*, uma empresa financeira multinacional (filial do banco Real, um dos três maiores bancos privados do Brasil na época) que, juntamente com as Cooperativas, explorava a pequena propriedade vinculando a produção aos financiamentos de produção para exportação (BATISTA, 2013), atendendo ao interesse monopolista dos grandes proprietários e das grandes multinacionais. A linha de financiamento era ainda mais ampla para os brasileiros localizados na fronteira com o Paraguai, porque vinham de várias direções. Segundo Laino (1979), os brasileiros recebiam apoio financeiro do Banco do Brasil S.A, do Grupo Real, filial de Asunción, e, ao mesmo tempo, foram favorecidos com créditos do Banco Nacional de Fomento durante os anos de 1974/75. De acordo com Villagra (2009), atualmente o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financia tratores e colheitadeiras para os agricultores brasileiros.

O fenômeno observado nessa região de fronteira é totalmente diferente da imigração tradicional. Aqui, a maioria dos brasileiros se instalou pontualmente ao longo da fronteira com o Brasil e “nacionalizaram” o território paraguaio, compraram as terras, se beneficiaram da falta de legislação ambiental, instalaram os processos

produtivos do agronegócio, e se integraram ao mercado e ao sistema econômico brasileiro. (VÁZQUEZ, 2010).

O avanço territorial do Brasil sobre o Paraguai está diretamente relacionado à dinâmica do agronegócio. Nos departamentos localizados na faixa de fronteira, o percentual de propriedades rurais, em posse de brasileiros, chega a 60% (Figura 4); considerando todo o território paraguaio esse percentual é de 14,2% do total. Segundo dados da Oxfam Paraguay (2016), dos 3,634 milhões de hectares vinculados aos cem maiores proprietários de terras no Paraguai, 12,5% pertencem a 16 brasileiros, que possuem mais de 454 mil hectares.

Figura 4 - Participação dos produtores brasileiros em relação ao número total de títulos de terras.



Fonte: MAG, Censo Agropecuário 2008.
Organização: Ferreira (2019).

Segundo Souchaud (2007), a presença massiva de brasileiros ao longo da faixa de fronteira do Paraguai, a partir do início da década de 1980, ampliou os processos de concentração da posse de terra, modificando até mesmo a estrutura agrária do país que, até então, não possuía propriedades agrícolas de médio porte (20 a 100 hectares). Essa condição está diretamente atrelada à inserção do cultivo da soja, que se caracterizava como uma especialidade quase exclusiva dos imigrantes brasileiros (SOUCHAUD, 2007) e, por se tratar de uma produção intensiva, mecanizada, e que, por razões de rentabilidade, demandava maiores extensões de terra.

Observa-se que as simetrias na faixa de fronteira entre Mato Grosso do Sul e Paraguai encontram-se sustentadas pela dinâmica produtiva do setor primário (agrícola e/ou pecuário), sobretudo no cultivo da soja, e suas respectivas cadeias produtivas, que possibilitaram a inserção dessas economias no mercado internacional (SOUCHAUD, 2007; LAMOSO, 2018). Simultaneamente, essa fronteira gera conflitos generalizados ligados a disputas de terras nos processos de colonização, ocupação e expropriação de populações indígenas e pequenos produtores, refletindo os interesses de atores e agentes sociais diversos.

Dessa forma, a mesma dinâmica produtiva que aproxima ambos os países, também os distancia. A fronteira surge como uma marca territorial a ser vencida, ultrapassada e incorporada às lógicas produtivas, e delas surgem as simetrias e as assimetrias. Afinal, a ponte que separa dois lugares é a mesma que viabiliza a travessia. (ÁGUAS, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de sua estruturação, as condições da fronteira entre o Brasil/Mato Grosso do Sul e o Paraguai, experimentam um intenso processo de crescimento econômico orientado pelo modelo de desenvolvimento, no qual a fronteira é o lugar de atração, do desbravar e da ideia de riqueza, mas, também, da desigualdade social. Os ciclos de apropriação da fronteira são marcados, assim, por uma dualidade, entre a ideia de desenvolvimento econômico atrelado à violência, expropriação de terras e a (re)significância da ideia de lugar. A sobreposição dos tempos, portanto, é uma constante.

As especificidades territoriais da fronteira entre o Brasil/Mato Grosso do Sul e o Paraguai, no que se refere à localização, combinada com a expansão das atividades econômicas produtivas, denotam certo grau de fluidez e homogeneidade a esse território, hoje intensamente marcado pela agropecuária voltada para produção de *commodities*. Entende-se que a conjuntura econômica se constitui em um elemento dinâmico, que denota a essa fronteira uma postura mais porosa ou rígida a depender dos interesses de atores sociais chave, que constroem, elaboram e dão condições para a existência das dinâmicas territoriais, em suas simetrias e assimetrias sociais, econômicas e políticas.

REFERÊNCIAS

ÁGUAS, C. L. P. **A tripla face da fronteira**: reflexões sobre o dinamismo das relações fronteiriças a partir de três modelos de análise. Fórum Sociológico. n. 23., 1 nov. 2013. Disponível em: http://journals.openedition.org/sociologico/842. Acesso em: 9 set. 2019. https://doi.org/10.4000/ sociologico.842.

ALBUQUERQUE, J. L. C. **A dinâmica das fronteiras**: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. São Paulo: Annablume, 2010.

ANCEL, J. **Géographie des frontières**. Revue belge de philologie et d'histoire. v. 18, n. 4, p. 1054–1058., 1939.

BATISTA, L. C. **Brasiguaios na fronteira**: caminhos e lutas por liberdade e pela resistência camponesa. Campo Grande: Editora UFMS, 2013.

BAUMAN, Z. **Globalização**: as consequências humanas**.** Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União, 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ constituicao.htm. Acesso em: 10 de mai. 2019.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

BECKER, B. K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Garamond: Rio de Janeiro, 2004.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Municípios da faixa de fronteira. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura -territorial/24073-muni cipios-da-faixa-de-fronteira.html?=&t=sobre. Acesso em: 10 out. 2019.

CARDOZO, E. **El imperio del Brasil y el Río de la Plata**: antecedentes y estallido de la guerra del Paraguay. Buenos Aires: Librería del Plata, 1961.

CHIAVENATTO, J. J. **Genocídio Americano**: a Guerra do Paraguai. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

CORRÊA, L. S. **História e fronteira**: o sul de Mato Grosso 1820-1920. 2. ed. Campo Grande: Editora UFMS, 2012.

CORRÊA, V. B. **Fronteira Oeste**. 3. ed. Campo Grande: Editora UFMS, 2014.

CORTEZ, C. **Brasiguaios**. São Paulo: Agora, 1993.

FREITAS, A. V.; STEINBERGER, M.; FERNANDES, S. W. R. Parâmetros analíticos dos discursos de políticas públicas. *In:* STEINBERGER, M. (Org.). **Território, Estado e políticas públicas espaciais**. Brasília: Ler Editora, 2013. p. 89–111.

GUIMARÃES, F. DE M. S. **A propósito do problema da delimitação de unidades políticas**. Revista Brasileira de Geografia. v. 5, n. 4, p. 638–645., 1943.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

HISSA, C. E. V. **A mobilidade das fronteiras**: inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Humanitas - UFGD, 2002.

HOLANDA, S. B. DE. A Época Colonial I - do Descobrimento à Expansão Territorial. *In:* **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

JANOTTI, A. **Historiografia brasileira e a teoria da fronteira natural**. Revista de História, ano XXVI. Universidade de São Paulo. v. LI, n. 101, p. 239–263., 1975.

LAINO, D. **Paraguai**: da Independência a Dependência. 5. ed. Buenos Aires: Cerro Corá, 1976.

LAMOSO, L. P. **Produtividade espacial e *commodity*, Mato Grosso do Sul - Brasil**. Mercator. v. 17, n. 05, p. 1–13., 15 maio 2018. https://doi.org/10.4215/rm2018.e17012.

MENEGOTTO, R. **Migrações e Fronteiras**: os imigrantes brasileiros no Paraguai e a redefinição da fronteira. Santa Cruz do Sul: EDIUNISC, 2004.

MACHADO, L. O. Limites, Fronteiras, Redes. *In:* STROHAECKER, T. M.; DAMIANI, A.; SCHAFFER, N. O.; BAUTH, N.; DUTRA, V. S. (Orgs.). **Fronteiras e Espaço Global**. Porto Alegre: AGB, 1998. p. 41–49.

MACHADO, L. O. **Limites e fronteiras**. Da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. v. 8, p. 9–29, 2000.

MACHADO, L. O. **Sistemas, Fronteiras e Território**. Grupo RETIS/ CNPq/ UFRJ., jan. 2002.

MACHADO, L. O.; HAESBAERT, R.; RIBEIRO, L. P.; STEIMAN, R.; PEITER, P.; NOVAES, A. O desenvolvimento da faixa de fronteira: uma proposta conceitual-metodológica. *In:* OLIVEIRA, T. C. M. DE (Org.). **Território sem limites:** estudos sobre fronteiras. Campo Grande: Editora UFMS, 2005.

MATO GROSSO DO SUL. Núcleo Regional para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul (NFMS). **Plano de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira/ MS**. Governo do estado de Mato Grosso do Sul: Campo Grande, 2012.

NEWMAN, D.; PAASI, A. **Fences and neighbors in the postmodern world**: boundary narratives in political geography. Progress in Human Geography. v. 22, n. 2, p. 186–207., 1998.

NEWMAN, D. **The lines that continue to separate us**: borders in our `borderless' world. Progress in Human Geography. v. 30, n. 2, p. 143–161., abr. 2006. https://doi.org/10.1191/0309132506 ph599xx.

NOVAES, A. R. **Fronteira mapeadas**: geografia imaginativa das fronteiras sul-americanas na cartografia da imprensa brasileira. Tese de Doutorado em Geografia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

OLIVEIRA, T. C. M. DE. Tipologia das relações fronteiriças: elementos para o debate teórico-práticos. *In:* OLIVEIRA, T. C. M. DE (Org.). **Território sem limites**: estudos sobre fronteiras. Campo Grande: Editora UFMS, 2005.

PARAGUAY. **Anuario Estadístico del Paraguay**. Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos (DGEEC), 2016.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Formação sócio-espacial e a questão ambiental no Brasil. *In:* BECKER, B. K.; CHRISTOFOLETTI, A.; DAVIDOVICH, F. R.; GEIGER, P. P. (Orgs.). **Geografia e meio ambiente no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec/ Annablume, 2002.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RAFFESTIN, C. **Espace, temps et frontière**. v. 18, n. 43, p. 23–34., 1974.

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do poder**. Brasília: Editora Ática, 1993.

RIQUELME, M. A. Migrações brasileiras no Paraguai. *In:* OLIVEIRA, T. C. M. DE (Org.). **Território sem limites:** estudos sobre fronteiras. Campo Grande: Editora UFMS, 2005.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 4. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

SAWYER, D. R. Ocupación y desocupación de la frontera agrícola en el Brasil: un ensayo de interpretación estructural y espacial. *In:* CepallPnuma, coord. **Expansión de la frontera agropecuária y médio ambiente en América Latina**. Madrid, Naciones UnidaslCifca, 1983.

SCHAFFER, N. O. Globalização e fronteira. *In:* CASTELLO, I. R; HAUSEN, E. C.; LEHNEN, A. C.; SCHAFFER, N. O.; SILVA, P. C.; SOUZA, S. B. (Orgs.). **Práticas de integração nas fronteiras**: temas para o Mercosul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995.

SOUCHAUD, S. **Geografía de la migración brasileña en Paraguay**. Asunción: Fondo de Población de las Naciones Unidas (NFPA), 2007.

SQUINELO, A. P. **A Guerra do Paraguai ontem e hoje**: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1868-2003). Campo Grande: Editora UFMS, 2015.

STEIMAN, R.; MACHADO, L. O. **Limites e fronteiras internacionais**: uma discussão histórico-geográfica. p. 1–16., 2002.

VÁZQUEZ, F. Las regiones fronterizas, las regiones de interior y el surgimiento de la "Tercera Región" en el Oriente Paraguayo. *In:* COSTA, E. A.; COSTA, G. V. L.; OLIVEIRA, M. A. M. (Orgs.). **Estudos fronteiriços**. Fronteiras. Campo Grande: Editora UFMS, 2010.

VILLAGRA, L. R. **Actores del agronegocio em Paraguay**. Asunción: Base IS/DIAKNONIA, 2009.

WILCOX, R. **Paraguayans and The Making of The Brazilian Far West, 1870-1935**. The Americas, New York. v. 49, n. 4, p. 479–512, 1993.

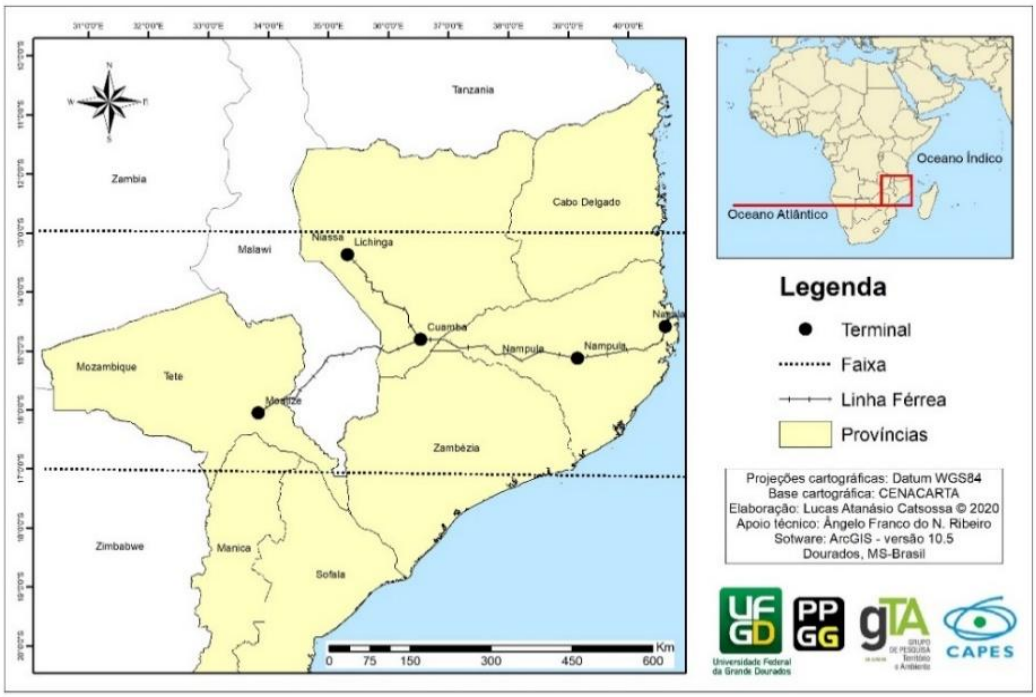
AS CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO CORREDOR DE NACALA EM MOÇAMBIQUE: ENTRE A BARBÁRIE E A MODERNIDADE[120]

Lucas Atanásio Catsossa
João Edmilson Fabrini

INTRODUÇÃO

O campo moçambicano passa por profundas transformações na sua morfologia espacial resultantes da intensificação do projeto neoliberal, em especial no Corredor de Nacala, onde as relações sociais de produção estão sendo (re)orientadas pela lógica do modo capitalista de produção. Atualmente, o Corredor de Nacala compreende uma área geográfica composto por cinco províncias, sendo duas do centro (Tete e Zambézia) e três do norte (Nampula, Niassa e Cabo Delgado), conforme ilustra o mapa da Figura 1.

Figura 1 – Mapa da localização geográfica do Corredor de Nacala/Moçambique.



Fonte: autores, 2020.

[120] Este artigo resulta das reflexões realizadas na tese de doutorado intitulada "*Disputas territoriais entre o campesinato e o agronegócio no Corredor de Nacala em Moçambique*", defendida no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGG/UFGD), no dia 14 de Fevereiro de 2020, sob orientação do Prof. Doutor João Edmilson Fabrini, financiada pela CAPES (Coordenação de Apereiçoamento de Pessoal de Nível Superior), a quem agradeço.

O Corredor de Nacala é habitado por uma população majoritariamente constituída por famílias camponesas, sendo que a agricultura é a sua base de sobrevivência. Os assentamentos humanos no Corredor de Nacala são, na sua maioria, produzidos e organizados de forma dispersa, o que significa que as famílias camponesas vivem distantes umas das outras. Mas, vale ressalvar que há casos em que são formados assentamentos humanos caracterizados pela aglomeração das famílias camponesas no mesmo espaço. É recorrente encontrar as habitações próximas das áreas de produção, significando que as áreas de produção e habitacionais coabitam no mesmo espaço e, em alguns casos tem sido uma estratégia para os próprios camponeses controlarem as suas terras contra os invasores.

Embora o Corredor de Nacala esteja a sofrer transformações na sua morfologia espacial em decorrência da entrada do agronegócio, a agricultura camponesa tem maior expressão, sendo que é feita em pequenas explorações familiares. É recorrente a plantação de milho e feijões, por exemplo, no mesmo espaço produtivo, e isto tem sido também um mecanismo de resistência camponesa. Além do uso de enxada de cabo e de adubos orgânicos no processo produtivo, o pousio do solo tem sido uma prática recorrente entre os camponeses, visando tornar a terra mais produtiva.

Os camponeses do Corredor de Nacala têm a terra como seu instrumento de trabalho, enfim, seu meio de reprodução social. Significa que, numa situação de expropriação e expulsão das suas terras, decorrente da expansão do agronegócio, facilmente as famílias camponesas caem na miséria. Aliás, usando os dados do último *Inquérito sobre o Orçamento Familiar IOF 2014/15*, é possível inferir que a maior parte da população do Corredor de Nacala vive desesperadamente na pobreza. Tal fato contrasta com o discurso que tem sido vendido pelas corporações capitalistas e reproduzido pelo governo, segundo o qual, a entrada do agronegócio no Corredor de Nacala visa melhorar as condições de vida das populações locais.

O acesso à terra entre as famílias camponesas residentes no Corredor de Nacala é feito com base em normas e práticas costumeiras. No quadro das normas e práticas costumeiras, observa-se, também, a herança da terra, não apenas como uma via de transferência da terra e do poder linhageiro dentro das sociedades camponesas. No Corredor de Nacala, a herança da terra tem-se configurado num mecanismo de transferência de valores e saberes, enfim, do "modo de vida" secular, feito de geração em geração, sobretudo das gerações mais velhas para as gerações mais novas. A

expansão do agronegócio no Corredor de Nacala coloca em cheque os valores, saberes e traços campesinos. Em áreas onde o agronegócio já se expandiu, nota-se a destruição do "modo de vida" das famílias camponesas.

Desde o início da primeira década do século XXI, o Corredor de Nacala tem sido alvo de entrada massiva do agronegócio, sobretudo estrangeiro, em busca de terras agrícolas para a produção de *commodities* agrícolas para exportação. Essa entrada do agronegócio tem culminado na ocupação de extensas áreas de terras por parte das corporações capitalistas. O Estado moçambicano tem trabalhado de mãos dadas com o capital internacional ao promover a entrada do agronegócio no país. É o Estado que concessiona terras para a expansão do capital no campo moçambicano. A concessão de terras feita pelo Estado resulta na exclusão e marginalização dos camponeses que são os "proprietários" consuetudinários da terra em Moçambique.

As concessões de terras são, assim, realizadas sem autodeterminação dos camponeses, aqueles que por lei deveriam ser consultados antes de qualquer iniciativa entrar nos seus territórios. Acrescenta-se que a concessão da terra às corporações capitalistas no país, nem sempre é transparente, desembocando em escândalos de corrupção[121]. As concessões de terra que são feitas pelo Estado, além de beneficiar as corporações capitalistas, nem sempre interessadas na produção agrícola, beneficiam também as elites políticas nacionais e alguns funcionários do aparelho estatal, nos vários níveis de gestão e poder. Assim, a corrupção emerge como um meio de acumulação de capital baseada em relações não-capitalistas, pois os grupos que controlam a máquina estatal no país extratem a renda da terra, concessionando e entregando extensas áreas de terras às corporações capitalistas.

Pelo fato de as elites políticas nacionais controlarem a máquina estatal e terem o poder de fazer concessões de terra às corporações capitalistas, as primeiras (elites

[121] Tendo em conta que o processo de concessão de terras em Moçambique é moroso e burocrático, o capital multinacional avança no sentido de aliciar a burocracia estatal moçambicana, às vezes, com altos valores monetários para fazer passar o processo ora submetido a pedido de autorização para aquisição de terras para a sua exploração capitalista, sobretudo, para a produção de *commodities* agrícolas para a exportação. Tal aliciamento à burocracia estatal moçambicana acontece quando o capital multinacional vê a sua reprodução ampliada ameaçada, e, na maioria das vezes, se dá no quadro das negociações. Já que o Estado é quem determina as condições de uso e aproveitamento de terra e, usando deste princípio, a burocracia estatal moçambicana, concessiona e entrega grandes extensões de terras nas mãos de capitalistas estrangeiros, ignorando os camponeses e as comunidades rurais que têm nessas terras a base para a sua reprodução social, alegando a importância dos projetos destes primeiros para o desenvolvimento social e econômico do país. Desta feita, o capital multinacional consegue contornar e remover os obstáculos em sua frente, garantindo, assim, o espaço para a sua reprodução ampliada em escala global.

políticas) estabelecem alianças com as segundas (corporações capitalistas) numa negociação de terras públicas que, em tese, pertence ao povo moçambicano. Neste "negócio" de concessão de terras, forma-se uma "burguesia nacional" descapitalizada que entra com a terra, e os investidores estrangeiros, que entram com o capital financeiro, conhecimento, tecnologia, etc. A partir dessas concessões, a "burguesia nacional" extrai a renda da terra no seu vínculo com o capital estrangeiro. Essa extração de renda é verificada mais intensamente no Corredor de Nacala, onde existe interesse e forte atuação do agronegócio estrangeiro. Mas, vale ressalvar que, da aliança entre a "burguesia nacional" e o capital estrangeiro, nascem também empresas conjuntas – *joint ventures* - as quais se dedicam à produção de *commodities* agrícolas para a exportação.

Para não criarem desconfiança que são parte do negócio, as elites moçambicanas deixam as empresas criadas para a gestão dos capitalistas estrangeiros, os quais dinamizam todo o processo produtivo. Como se pode ver, a questão de terras em Moçambique é complexa, e tal fato deve-se aos interesses multifacetados, multi-escalares, e aos atores à volta da terra. A ocupação de extensas áreas de terras para a produção de *commodities* agrícolas no Corredor de Nacala resulta na expropriação e expulsão dos camponeses das suas terras, sujeição do campesinato à lógica do modo capitalista de produção e a uma tentativa de padronização dos costumes alimentares dos camponeses. A ocupação das terras pelo capital estrangeiro gera também intensos e violentos conflitos sociais caracterizados por disputas territoriais, envolvendo, de um lado, a agricultura camponesa, e do outro, a agricultura de negócio, o agronegócio.

Com este artigo, pretende-se, pois, compreender a lógica, as dinâmicas territoriais e as transformações sócio-espaciais em curso no Corredor de Nacala, tendo em conta as suas contradições, tensões e os conflitos sociais resultantes da territorialização do agronegócio em territórios camponeses. Metodologicamente, para a elaboração deste artigo, foi realizada uma pesquisa de campo no Corredor de Nacala. Desta pesquisa, além de observar *in locu* as dinâmicas e os fenômenos em curso no Corredor de Nacala, foi possível também extrair diferentes percepções, junto aos camponeses, sobre diversas questões inerentes à sua reprodução social, as quais, nos dias atuais, estão em risco com o avanço do agronegócio sobre seus territórios.

Foram igualmente entrevistadas algumas organizações camponesas, as quais, de mãos dadas com os camponeses, lutam e resistem contra a expansão do agronegócio no Corredor de Nacala. Outrossim, este artigo contém informação estatística (quantidade de terras alocadas às corporações agrícolas) obtida junto às instituições do Estado. O artigo está dividido em três seções: a primeira seção analisa as transformações que ocorreram em Moçambique, desde o período colonial, pós-colonial (período socialista até as reformas econômicas verificadas na década de 1980), até os dias atuais; a segunda seção analisa a expansão do agronegócio e as contradições resultantes deste processo; e, finalmente, a terceira seção procura analisar as lutas e resistências camponesas contra a entrada do agronegócio em seus territórios.

QUESTÃO AGRÁRIA E AS RECENTES TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO AGRÁRIO MOÇAMBICANO

O espaço agrário moçambicano, desde o passado, foi sendo organizado e estruturado de acordo com os interesses de cada ator que entrava no poder. Os processos de organização e estruturação do espaço agrário moçambicano aconteceram em diferentes períodos históricos da formação sócio-espacial moçambicana, mas com desdobramentos sócio-territoriais terríveis para os sujeitos implicados e os lugares. A própria agricultura moçambicana foi sendo organizada a partir dos interesses de diferentes atores sociais ligados ao poder dominante. Em todo o processo de formação sócio-espacial moçambicana, os camponeses foram sendo expropriados, espoliados e expulsos das suas terras e transformados em força de trabalho assalariada a serviço dos interesses da classe dominante. Mesmo diante de situações adversas à sua reprodução, na contramão, os camponeses, reagiram com vários mecanismos de lutas e resistências contra as práticas que colocassem em causa o seu "modo de vida".

Durante o "Moçambique Colônia", cujo processo de colonização começa com a entrada de Vasco da Gama e seus acompanhantes, em 1498 (século XV), extensas áreas de terras, antes usadas pelos povos nativos, foram tomadas e ocupadas pelos portugueses, com as quais passaram a produzir mercadorias do seu interesse. É importante destacar que, devido às dificuldades financeiras, Portugal não explorou de forma direta todo o território moçambicano, embora reivindicasse o seu controle. Pouco desenvolvido, pobre e incapacitado de explorar todo o território moçambicano de forma

direta, Portugal enveredou por concessionar extensas áreas de terras a capitalistas de outros países, com os quais obtinha a renda da terra, mas de forma indireta. Neste processo, a maior parte do território nacional, foi atribuído a grandes companhias, cujos proprietários eram ingleses, franceses e alemães (BRITOS, 2019), por onde abriam campos para a plantação de mercadorias agrícolas para a exportação.

O processo de ocupação de terras pelos portugueses e empresários ingleses, alemães e franceses, que detinham direitos exclusivos das companhias, e de outros capitalistas que iam entrando, ocasionou a expropriação e expulsão dos camponeses da sua base de existência material e simbólica. A ocupação das terras dos camponeses moçambicanos pelos colonos culminou com a concentração de terras nas mãos destes segundos. As terras, outrora pertencentes aos camponeses, foram transformadas em campos de produção de mercadorias do interesse de Portugal. Tratava-se de culturas como algodão, sisal, castanha de caju, cana-de-açúcar dentre outras. Nesta altura, as relações sociais e produtivas na exploração agrária moçambicana foram assentadas na produção de monoculturas destinadas ao mercado externo e no trabalho escravo. Além dos camponeses serem expropriados e expulsos das suas terras, foram colocados em lugares que estavam sob controle reforçado dos portugueses através da milícia –, *os sipaios*[122]. Tais lugares funcionavam como uma espécie de reservatórios da mão de obra escrava. Os camponeses só poderiam sair de lá para trabalhar nas plantações coloniais e de outros senhores, donos de escravos, mas controlados pelos *sipaios*. Os *sipaios* exploravam também os camponeses, pois, em certos dias, os forçavam a trabalhar em suas unidades de produção e, às vezes, sem o consentimento das autoridades coloniais, às quais se subordinavam. Num contexto em que havia sinais claros de descontentamentos por parte dos camponeses, dada à elevada opressão, violência, dentre outras tragédias, Portugal decidiu introduzir o *trabalho forçado*, "enquanto um dos meios utilizados pelo Estado para resolver problemas de falta de mão-de-obra [sic] ao nível [sic] do mercado interno" (BRITOS, 2019, p. 26). A falta da força de trabalhado assalariado para trabalhar nas plantações coloniais resultou na fuga dos

[122] Os *sipaios* faziam parte de uma classe social constituída por moçambicanos assimilados, isto é, aportuguesados, aqueles que teriam aceitado a cultura portuguesa em detrimento da sua. São sujeitos que se sentiam portugueses sem estar em Portugal, mas que eram discriminados por serem negros. A diferença de outros moçambicanos é que os *sipaios*, dado seu alto nível de assimilação à cultura portuguesa, eram usados para fazerem valer os interesses do colono, que passava a controlar, escravizar e, se necessário, violentar "irmãos" da mesma terra. Portanto, tinham um desprezo de moçambicanos iguais, uma cultura típica do colono. Estudos mostram que a maior parte dos assimilados eram do sul. (BRITOS, 2019).

camponeses para os países vizinhos, sobretudo, Malawi, Zimbabwe, Tanzânia e Zâmbia (HEDGES & CHILUNDO, 1999), em decorrência da extrema opressão e violência perpetrada pelo Estado colonial.

É nesse período que o Estado colonial decidiu reestruturar as dinâmicas produtivas no campo, caracterizadas pela intensificação da produção da cultura do algodão. Tal reestruturação da economia colonial aconteceu momentos depois da crise de 1929 que fustigou o mundo com efeitos em Portugal. Após a introdução do trabalho forçado, Portugal promulgou um decreto: o *Código do Trabalho Indígena*. Este instrumento coercitivo era aplicado pelos administradores coloniais como parte do princípio da *obrigação moral do trabalho* (BRITOS, 2019) ao qual os moçambicanos estavam submetidos a cumprir. A partir de então, "todo indígena adulto tinha que provar ter cumprido as suas obrigações, ou seja, que tinha pago o imposto e provar que tinha uma fonte de receita considerada suficiente pela administração." (BRITOS, 2019, p. 25).

É importante destacar que o *trabalho forçado* foi acompanhado também pela introdução do *Imposto de Palhota*, em que os moçambicanos deveriam pagar ao Estado colonial uma espécie de uma renda pela terra que estes usavam, mesmo em seu próprio território. No decorrer do processo, os moçambicanos foram forçados a produzir mercadorias de interesse do Estado colonial em detrimento das culturas alimentares, e isso se intensificou a partir da década de 1930.

Tal processo foi acompanhado pela introdução de culturas obrigatórias, com destaque para a cultura do algodão. A introdução do algodão, enquanto cultura obrigatória em Moçambique, tinha por objetivo abastecer grandes quantidades de matéria-prima para a indústria portuguesa. A essa altura, a indústria têxtil portuguesa ressentia-se da falta de matéria-prima para o seu funcionamento normal, daí que a produção do algodão deveria ser massificada, integrando perversamente os camponeses ao modelo colonial de produção. As atividades produtivas (da cultura do algodão) eram coordenadas pela *Junta de Exportação do Algodão*. Os camponeses, pois, deveriam, em primeiro lugar, plantar o algodão em detrimento das culturas de subsistência familiar. Quem não produzisse primeiro as culturas de interesse de Portugal, era punido e violentado pela milícia portuguesa, na época conhecida como *sipaios*. Nas palavras de Britos (2019, p. 26) "os resultados foram imediatos: passados três anos, Moçambique fornecia já três quartos do algodão usado pela indústria têxtil metropolitana".

Assim, durante o período colonial, o campesinato foi integrado de forma perversa à economia colonial. Tal integração contribuiu significativamente não apenas para a destruição de alguns traços campesinos, mas também para a reprodução ampliada da insegurança alimentar e nutricional e da miséria no campo (BRITOS, 2019). A opressão colonial foi acompanhada por contestações populares, com mais visibilidade a partir da década de 1930. Isso não significa que antes deste período não havia contestações populares contra o poder colonial; pensar assim é subestimar a capacidade dos camponeses, pois são, em si, seres rebeldes.

Quando Portugal invadiu as terras dos camponeses na segunda metade do século XV (1498), estes sujeitos já contestavam o poder colonial, mesmo que, no início, de forma tímida. O que aconteceu é que as contestações populares se intensificaram a partir da primeira metade do século XX, marcado pelo *auge do colonialismo português*, caracterizado pela introdução de culturas obrigatórias, trabalho forçado e imposto de palhota, enquanto mecanismos de expropriação e exploração do campesinato. A introdução do trabalho forçado e o imposto de palhota aumentaram ainda mais a superexploração da mão de obra assalariada, implicando na fuga de camponeses para lugares bem distantes do poder colonial. Já fora do controle do regime (e da milícia) colonial que os expropriavam e os exploravam, os camponeses tentavam se reerguer, territorializando o seu "modo de vida", inclusive.

Nas suas lutas e resistências, os camponeses ferviam sementes de algodão para o Estado colonial não conseguir os altos índices de produção e produtividade agrícola (HEDGES & CHILUNDO, 1999). Ao ferver as sementes, os camponeses queriam fazer o Estado colonial acreditar que as suas terras já estavam esgotadas e que já não havia tanto algodão, forçando-o a abandonar a produção desta cultura naqueles lugares. Por sua vez, os camponeses queimavam a produção em contestação à opressão e violência que era perpetrada pelo Estado colonial. Naquele momento, a lei definia que toda produção fosse vendida ao Estado colonial a preços pré-determinados por este, o que também fazia com que camponeses vendessem a produção a outros compradores, alguns deles de países vizinhos, inclusive. Os protestos populares foram se intensificando à medida que o Estado colonial foi aumentando os níveis de opressão e de violência.

Na década de 1960, a FRELIMO (*Frente de Libertação de Moçambique*), parte do movimento anticolonial, já havia sido fundada acolhendo as pautas dos camponeses;

a *Frente* contestava a colonização portuguesa e lutava pela liberdade depois de várias tentativas fracassadas de uma independência pacífica – seus *slogans* principais eram: "*libertação dos homens e da terra*" e "*fim da exploração do homem pelo homem*". Com a independência do país, proclamada em 1975 e alcançada por via de uma guerra sangrenta que durou dez anos (1964-1974), desencadeada pela FRELIMO e sob liderança de Samora Machel, tenta-se "escangalhar" a estrutura colonial procurando substituí-la por outra; neste caso, pela estrutura socialista.

Para Pitcher (2003, p. 795), "à medida que a ideologia do marxismo-leninismo foi sendo formulada de modo mais sistemático e que o partido da FRELIMO cresceu em poder, a intervenção estatal tornou-se a pedra angular da agenda política do governo" com vistas a avançar com o projeto alternativo para o desenvolvimento do país no período pós-colonial. No decorrer deste processo, a FRELIMO nacionalizou a terra e todos os recursos naturais em favor do Estado, numa clara tentativa de destruir a estrutura colonial portuguesa em Moçambique por considerá-la opressora, escravocrata, desigual e promotora da violência e de tantas outras tragédias (para não dizer *barbáries*) sociais. Com a independência e numa tentativa de dar seguimento ao projeto socialista, a FRELIMO, decide socializar o campo. Na verdade, tratava-se de socializar a terra e os meios de produção. No imaginário da FRELIMO, só socializando a terra e os meios de produção através de um programa estrutural como, por exemplo, o de *socialização do campo,* é que seria possível "escangalhar" a estrutura colonial que perdurou por muito tempo em Moçambique, oprimindo e violentando os moçambicanos.

A socialização do campo, enquanto programa agrícola, surgiu durante o III Congresso da FRELIMO, quando se tornou oficialmente um partido de orientação marxista-leninista. De acordo com Mosca (2012, p. 18), "a socialização do campo foi concebida estar assente na propriedade estatal da terra". Para tal, a FRELIMO precisou reorganizar e reordenar o espaço habitacional e produtivo. Se antes os camponeses procuravam se instalar de acordo com os seus ideários, com a socialização do campo, a FRELIMO cria aldeias comunais como espaços habitacionais e coletiviza o espaço produtivo, abrindo cooperativas. A partir de então, o território moçambicano passou a ser organizado e gerido em função dos interesses da FRELIMO, que, a essa altura, se confundia com o Estado, enquanto partido único.

Para a FRELIMO, os camponeses deveriam viver aglomerados em aldeias comunais e trabalhar nas cooperativas agrárias, as quais seriam apoiadas pelo Estado.

Por meio deste programa, a FRELIMO queria, de forma rápida, modernizar agricultura moçambicana para aumentar os níveis de produção e de produtividade e, consequentemente, retirar os milhões de moçambicanos que viviam a fome no país. Para a materialização do seu programa modernizador, a FRELIMO contava com o apoio dos países socialistas (MOSCA, 1999, 2011). As aldeias comunais eram uma espécie de pequenas cidades do campo (MOSCA, 1999, 2011, 2012; BRITOS, 2019) e, segundo a FRELIMO, tornavam fácil a provisão dos serviços básicos sociais (educação, saúde, água, energia, saneamento, etc.) e assistência social (ARAÚJO, 1988, BRITOS, 2019).

Por parte da FRELIMO houve, logo no início, uma tentativa de ruptura. Mas, contraditoriamente, foram sendo reproduzidas algumas das práticas pelas quais se lutava contra durante o período anterior à independência do país. Embora a FRELIMO se auto intitulasse um Partido de Democracia Popular, a mesma desenvolvia práticas autoritárias em quase todo o processo de tentativa de implantação do projeto socialista. Em decorrência deste processo, surge "um Estado muito mais possante ou, melhor dito, um Estado-Partido tentacular, gestor de uma modernidade autoritária" (SERRA, 1997, p. 100). A FRELIMO não consultava se os camponeses queriam ou não ir às aldeias comunais, forçando-os a aderir. Também no início do processo a FRELIMO tentava vender um ideário segundo o qual o programa de socialização do campo tinha em vista ajudar e melhorar as condições de vida dos camponeses; mas, mesmo assim, estes últimos mostravam resistência em uma adesão plena. Mosca (1999, p. 137) faz saber que "a mobilização política era acompanhada por promessas de apoio à construção das casas, na proximidade dos serviços que existiriam nas aldeias, abastecimento de água, comércio, entre outros beneficiários inerentes à aglomeração".

Estes eram apenas elementos alienantes com os quais a FRELIMO queria aliciar os camponeses, jogando-os para o seu território, onde seriam controlados pela polícia revolucionária, uma espécie de uma milícia revolucionária, mas desta vez, modernizada pela ideologia *marxista-leninista*. Vendo que os camponeses resistiam em aderir ao programa, a FRELIMO muda de estratégia e, de forma coercitiva, tenta autoritária e arbitrariamente, forçar os camponeses a irem para as aldeias comunais. No decorrer deste processo, alguns camponeses perderam as suas terras e outras benfeitorias (casas, fruteiras, etc.), além das suas tradições e culturas serem destruídas quando foram forçados a viver em aldeias comunais.

Embora a FRELIMO alegasse que, com a socialização do campo, pretendia garantir o bem-estar dos camponeses, por de trás da sua investida, havia outros interesses não declarados. Para Britos (2019, p. 118), "a aldeia comunal representa mais do que uma estratégia de transformação social do campo, um ideal de incorporação e submissão do campesinato ao Estado". A forma como o campesinato organizava o seu espaço social (habitacional) e produtivo, colocava em cheque os objetivos da FRELIMO. Soltos como estavam, os camponeses inviabilizariam o projeto socialista da FRELIMO, pois, segundo o discurso dominante, o seu "modo de vida" representava o "atraso" de qualquer sociedade que sonhava em se desenvolver em curto espaço de tempo.

O campesinato era visto pela FRELIMO como conservador, reacionário e reprodutor de práticas individualistas (MOSCA, 1999, 2011), cuja organização social circunscrevia-se na forma de uma tribo (BRITOS, 2019). Tendo em conta que a tribo representava tais formas "atrasadas", "arcaicas" e "conservadoras", então, para a FRELIMO, os camponeses deveriam ser aglutinados em aldeias comunais e colocados a trabalhar em cooperativas agrícolas, ora criadas para "estripar" os traços que ligavam ao passado, modernizando-os. A aldeia comunal que a FRELIMO implantara no Moçambique socialista, era o oposto da anterior forma de organização social camponesa.

No ideário da FRELIMO, o camponês que vinha da opressão colonial não tinha ainda características do *Homem-Novo*, com uma mente revolucionária capaz de defender as conquistas da revolução. Para a FRELIMO, o camponês só teria uma mente revolucionária se este fosse despido dos seus traços originários. E isso pressupunha, segundo a *Frente*, a adesão às aldeias comunais, e ali, sob a sombra de uma árvore, seria içada uma bandeira vermelha com *viva, viva a FRELIMO guaia do povo moçambicano*, aprendendo a ideologia marxista-leninista, inclusive Também nas aldeias se processaria a transformação da mente dos camponeses, para então serem capazes de defender as conquistas da revolução. Em decorrência da criação das aldeias comunais e das cooperativas agrícolas, contudo, os camponeses sofreram uma segunda expropriação depois da portuguesa, desta vez com o governo socialista da FRELIMO durante a socialização do campo. Os camponeses que tentavam se reerguer, nas terras das antigas empresas coloniais, eram expulsos pelas lideranças da FRELIMO, alegando que o mais

importante era racionalizar o uso e a ocupação da terra no país e, por isso, toda população deveria viver aglomerada em aldeias comunais.

Tal processo levou à frustração generalizada dos camponeses, pois havia sido prometido que recuperariam as suas terras, as quais haviam sido "abocanhadas" pelos portugueses (MOSCA, 1999, 2011; MINTER, 2004, BRITOS, 2019). A FRELIMO via, na socialização do campo, uma oportunidade para eliminar o sujeito camponês por alegadamente ser avesso à nova sociedade que pretendia se instaurar em Moçambique, pois, do outro jeito, não seria possível. Por este meio, a FRELIMO tentou, de forma autoritária, destruir os traços campesinos, a base da existência do campesinato e de outros aspectos socioculturais, os quais faziam parte do quotidiano das famílias camponesas. Estava claro que o programa de socialização do campo tinha mais interesses políticos que os de garantir o bem-estar social, embora o discurso oficial evocasse tal necessidade. Além de pretender aniquilar politicamente o sujeito camponês, transformando-o em operário, visto como a base da transformação social e econômica no contexto socialista, com a socialização do campo, a FRELIMO queria manter o controle político das populações camponesas para fazer triunfar a sua ideologia política.

Mesmo estando em contextos adversos à sua reprodução social, caracterizada pelo controle social e territorial por parte da "milícia revolucionária", os camponeses reagiram, contestando abertamente o projeto socialista de modernização da agricultura. Alguns camponeses fugiam para outros lugares fora da alçada dos dirigentes revolucionários e da milícia popular da FRELIMO, onde ocupavam terras e abriam suas machambas, restabelecendo assim, o seu "modo de vida", ora interrompido pela colonização portuguesa. É este "modo de vida" que a FRELIMO pretendia interromper novamente, por meio da socialização do campo. Outros camponeses, por verem que a situação estava cada vez mais difícil para a sua reprodução social, acabaram por ser a base social da RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana) atualmente, o maior partido da oposição em Moçambique, apoiando-a para, militarmente, destruir a FRELIMO, pois, a essa altura, o país estava mergulhado numa violenta guerra civil. Enquanto movimento rebelde e anti-frelimista, a RENAMO é produto das contradições geradas pelo socialismo da FRELIMO, pois, mais do que aglutinar pessoas com diferentes ideias e etnias, ela excluía, aniquilando psicológica e fisicamente os sujeitos implicados.

Ao apoiar a RENAMO, os camponeses acreditavam que a sua vida seria melhor e que recuperariam novamente as suas terras, caso vencessem a batalha (MOSCA, 1999, 2011; BRITOS, 2019). Aliás, a própria RENAMO vendia estes ideários, mas era uma armadilha, um mecanismo para fascinar e aliciar os camponeses, cuja finalidade era de empurrá-los para o seu território, para depois, abandoná-los, seguindo outro rumo. A RENAMO contestava o *poder frelimiano* que tentava instaurar, de forma autoritária e utópica, o socialismo em Moçambique. Ao contestar o *poder frelimiano*, a RENAMO queria, além da democratização do espaço político, implantar o capitalismo em Moçambique. No ideário da RENAMO, o desenvolvimento de Moçambique só seria possível por meio do sistema capitalista, já que fora dele, seria impossível. Como se pode ver, eram projetos distintos e diferentes modelos de organização de sociedade.

Com as reformas econômicas resultantes da erosão do projeto socialista na década de 1980, o campesinato sofreu um novo golpe. Neste processo, forçada tanto pela conjuntura nacional, caracterizada pela guerra civil, pela fome e seca, quanto pelas conjunturas regional e internacional que também não eram favoráveis, a FRELIMO dá início às reformas econômicas intentando a entrada do sistema capitalista. Tais reformas, segundo Mosca (1999), foram caracterizadas por chantagens externas, isto é, se a FRELIMO não fizesse o que as *Instituições de Bretton Woods* – Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, como a privatização da terra e a retirada do Estado no controle das áreas importantes da economia – a *Frente* não teria nenhum apoio.

A FRELIMO resistiu a algumas das imposições impostas pelo FMI e Banco Mundial, cedendo parcialmente, a outras. Um dos exemplos de resistência às imposições do FMI e o Banco Mundial por parte da FRELIMO, é a recusa da privatização da terra, vista hoje pela sociedade civil como um dos maiores ganhos e/ou conquista dos moçambicanos a ser preservado. Das cedências, a FRELIMO garantiu a exploração capitalista da terra no país por meio de concessões como acontecia no período colonial. Neste processo, a FRELIMO aceitou privatizar algumas empresas estatais, cedendo as propriedades e, com elas, extensas áreas de terras aos capitalistas estrangeiros, alguns deles que já haviam atuado no período colonial (MOSCA, 1999, 2011; PITCHER, 2003). Essas cedências que a FRELIMO fazia, paulatinamente criavam espaço para a consolidação do sistema capitalista no país, classificado por Mosca (2011) como sendo “capitalismo selvagem”.

A partir de então, nasce uma nova geografia, cujo processo de produção do espaço passa a ocorrer nos moldes capitalistas, caracterizada pela produção de mercadorias e integração perversa dos camponeses à lógica do mercado. Acontece que a estrutura fundiária e agrária que vigorara no período colonial, caracterizada pela ocupação de extensas áreas de terras para a plantação de mercadorias, fora recuperada, reeditada e modernizada pela FRELIMO, no contexto das reformas econômicas, para dar lugar às transformações sob a égide do modo capitalista de produção. Um dado importante a realçar é que algumas empresas que operaram no período colonial e mantiveram-se durante o período de transição, continuaram a funcionar no período socialista nos mesmos moldes (PITCHER, 2003; BRITOS, 2019).

Algumas destas empresas que se beneficiaram das privatizações, continuam a operar no país até os dias atuais, sobretudo, ao longo do Corredor de Nacala. Estas empresas se beneficiaram das privatizações das empresas estatais durante as reformas econômicas na década de 1980. Uma delas é o grupo *João Ferreira dos Santos (JFS)* (PITCHER, 2003), que produz soja e algodão ao longo do Corredor de Nacala, sobretudo, nas províncias de Nampula e Niassa. Além de ocupar extensas áreas de terras para a produção de soja, esta empresa agrícola fomenta também agricultura de contrato, o que significa que sujeita os camponeses à lógica do modo capitalista de produção.

No decorrer das privatizações das empresas estatais, alguns quadros do Estado e membros seniores da FRELIMO, sobretudo aqueles que ocupavam cargos de chefia na função pública, seguem açambarcando terras dos camponeses, registrando-as em seus nomes ou de seus parentes. A maior parte das terras açambarcadas pelos altos quadros do Estado, e por alguns membros *seniores* da FRELIMO, foi aquela cujos camponeses haviam fugido para outros lugares por causa da guerra civil. Ao regressarem para as suas áreas de origem com a intenção em dar continuidade a seu "modo de vida", abrindo machambas, os camponeses depararam-se com novos ocupantes.

Os novos ocupantes-expropriadores usavam o poder que detinham por ocupar cargos de chefia no serviço pública. É neste momento que surgiram os primeiros conflitos sociais caracterizados por disputas territoriais; nalguns casos, os camponeses ocupavam as propriedades das empresas privadas, dos altos quadros do Estado e dos membros da FRELIMO, implantando suas *palhotinas*, abrindo machambas e produzindo alimentos para sua sobrevivência, por exemplo.

Há situações em que os camponeses se recusaram de sair, quando as empresas beneficiárias de tais terras, durante as privatizações começaram a reivindicá-las, destacando que eram suas. Desesperadamente, estas empresas tentaram negociar junto dos camponeses, para cederem o espaço, mas não deu certo. Estes últimos resistiram de tal forma, que se recusaram a sair das terras. Como solução, algumas empresas optaram por negociar com os camponeses, no sentido de produzirem determinadas culturas do seu interesse, como, por exemplo, a soja. Desta forma, os camponeses passaram a sujeitar-se à lógica do modo capitalista de produção; tal cenário, aconteceu no distrito de Gurué, na província central da Zambézia (SMART & HANLON, 2014).

As terras açambarcadas dos camponeses que haviam fugido da guerra, mais tarde, fizeram dos altos quadros do Estado e membros da FRELIMO, os *senhores de terras* em Moçambique, no período que sucedeu às reformas econômicas. Das reformas econômicas, nasce uma classe detentora de extensas áreas de terras ao longo do país. Sem capitais, esta classe social passou a vender tais terras, ora de forma completa, ora em fatia, e aqueles que não vendiam, apenas arrendavam para quem delas precisasse explorar, por exemplo. Foi assim que nasceu, no país, a chamada "burguesia nacional", que, atualmente, vive expropriando o Estado e os camponeses para a sua reprodução social, através de práticas clientelistas (troca de favores), patrimonialistas e corruptas por não terem capitais próprios para avançarem com os seus negócios.

Nos dias atuais, a classe social constituída por alguns funcionários do Estado e membros da FRELIMO, sobretudo aqueles que se beneficiaram das privatizações na década de 1980, têm nessas mesmas terras a base para a sua reprodução social. Esta classe social, além de vender e arrendar as suas terras para aqueles que delas precisam explorar, estabelecem alianças com o capital estrangeiro para a produção conjunta de mercadorias de interesse do mercado global. Por ser descapitalizada, a "burguesia moçambicana" entra no negócio com a terra outrora abocanhada dos camponeses durante as reformas econômicas e os capitalistas estrangeiros, que procuram terras para realizar os seus negócios, com o capital financeiro, cognitivo e tecnologia, etc. Assim, tornam-se um monopólio e é desta forma que a "burguesia moçambicana retira a renda da terra das suas terras, mesmo de forma subordinada ao capital estrangeiro. Esse processo está cada vez mais ativo no Corredor de Nacala, que será analisado a seguir.

A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO CORREDOR DE NACALA E SUAS CONTRADIÇÕES

O espaço agrário *corredor-nacalaense*, vive momentos históricos da sua transformação sócio-espacial. Este território tem sido organizado para atender aos interesses do mercado global. Tal cenário começa a intensificar-se após a crise de preços dos alimentos ocorrida nos anos de 2007 e 2008. A partir de então, a corrida por terras agrícolas, por parte dos capitalistas estrangeiros, se intensificou e Moçambique começou a ser alvo deste fenômeno. A crise de preços dos alimentos ocorre também num momento em que o governo moçambicano buscava meios financeiros para dinamizar a produção agrícola no país, depois da *Estratégia da Revolução Verde (ERV)* ter fracassado de forma retumbante.

A ERV tinha por objetivo promover a produção de biocombustíveis com base na ocupação de extensas áreas de terras para a plantação de *Jatropha*, uma iniciativa do governo Armando Guebuza (2005-2015). Embora o discurso oficial apontasse que, com esta iniciativa, o objetivo era o de permitir que nenhum moçambicano dormisse mais a míngua de um prato na mesa, ocorreu a reprodução ampliada da fome e da miséria no país. Para a sua redução, foi necessária a implementação de políticas públicas, que também, não atingiram os resultados desejados, cenário que se mantém até os dias atuais. É nessa altura, que o governo começou a criar *Corredores de Desenvolvimentos Regionais* (CDR), com vistas a dinamizar a produção agrícola no país, sendo o Corredor de Nacala, um deles[123].

O que faz deste território um corredor é a cadeia logística, sobretudo a ferrovia que sai da vila de Moatize, na província central de Tete, passando pela República do Malawi e desaguando em Nacala-Porto, na província nortenha de Nampula. Tal ferrovia pertence à mineradora brasileira Vale Moçambique[124], cujo processo de construção e

[123] Dentre outros "Corredores de Desenvolvimentos Regionais (CDR)" criados pelo governo nesse período, destacam-se os seguintes: Maputo, Limpopo, Beira, Vale do Zambeze, Nacala e Pemba-Lichinga.

[124] A Vale Moçambique (ex-Vale do Rio Doce), é uma empresa mineira de capitais brasileiros que explora carvão mineral na bacia carbonífera de Moatize, na província central de Tete. A sua presença em Moçambique data de 2004, quando ganhou um concurso internacional para a exploração do carvão mineral. A territorialização da Vale em Moçambique foi caracterizada por denúncias feitas por organizações da sociedade civil, acadêmicos progressistas, dentre outros segmentos sociais, os quais destacavam que o processo não foi transparente, ou seja, verificou-se práticas de corrupção. Neste sentido, passava-se a ideia segundo a qual, além de ter garantido a entrada desta empresa, o processo beneficiou também grupos sociais ligados ao poder. Nos dias atuais, a Vale tem sido severamente

restruturação, ocasionou a expropriação e expulsão dos camponeses das suas terras dentre outras tragédias sociais. Tal cenário gerou conflitos sociais caracterizados por disputas territoriais e foi amplamente denunciado por movimentos sociais.

Parte das famílias camponesas que foi expropriada e expulsa das suas terras foi reassentada em outros lugares e, outra parte, infelizmente, permanece em áreas de risco. Tal cenário foi constatado no distrito de Meconta, na província de Nampula: alguns camponeses tendem a regressar para aproveitar as terras e plantar culturas de subsistência familiar, já que, onde foram reassentados, as terras não são aptas para a produção agrícola. Mas, a partir da construção da ferrovia, na qual a Vale transporta carvão mineral de Moatize até o Porto de Nacala, onde o carvão é colocado em navios e exportado para o mercado global (conforme a foto 1), os camponeses são ainda mais colocados à margem.

Figura 2 - Comboio da Vale transportando carvão mineral da vila de Moatize para o porto de Nacala, Nampula/Moçambique.

Fonte: pesquisa de campo (dezembro de 2017).

Esta ferrovia foi igualmente reabilitada e ampliada para atender aos interesses do agronegócio, sobretudo, com a entrada do ProSAVANA, programa agrícola que estava sendo implementado por meio de uma parceria trilateral entre os governos de

criticada por causa dos conflitos socioambientais gerados durante as suas atividades na vila de Moatize, caracterizados pela expropriação e expulsão dos povos nativos das suas terras e da destruição da natureza, degradação ambiental e poluição do ar, já que o metido usado para a exploração do carvão mineral é a céu aberto.

Moçambique, Brasil e Japão. A reabilitação e a ampliação da ferrovia foram financiadas pela Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA) em representação do governo japonês no programa ProSAVANA. Com a entrada do ProSAVANA, esta ferrovia passou a ser também usada pela empresa japonesa, *Mitsui*, a qual também detém uma mina de carvão no distrito de Moatize, na província central de Tete. Significa que, a partir desta ferrovia, os interesses do agronegócio se conectavam aos do carvão mineral, sendo que, em ambos os casos, o escoamento das *commodities* das áreas de produção para o mercado internacional, seria feito com base nela.

Ao ser regionalizado, o Corredor de Nacala foi colocado dentro do Plano Estratégico para o Desenvolvimento Agrário (PEDSA), instrumento institucional que seria usado para a dinamização da produção agrária no país. A seguir, foi criado o Plano Nacional de Investimento Agrário (PNISA), que tinha em vista, captar investimento para financiar atividades produtivas no país, e, sobretudo, no Corredor de Nacala. A partir do PEDSA e PNISA, abriu-se o espaço para a entrada do capital multinacional no Corredor de Nacala, procurando terras para a produção de *commodities* para a exportação. Destas *commodities*, o destaque vai para cana-de-açúcar, soja, milho, algodão, chá, macadâmia, eucalipto, laranja, cajueiro, *jatropha*, girassol, etc.

Simultaneamente, através do PEDSA e do PNISA, promovia-se também a integração do campesinato ao modo capitalista de produção, incentivando os camponeses a produzirem culturas de rendimento, os quais seriam vendidos aos capitalistas que procuravam tais mercadorias, com destaque para os criadores de frango. Mosca e Bruna (2015) demonstram que as empresas estratificavam os agricultores beneficiários do financiamento em pequenos, médios e grandes. Além destes documentos setoriais, o «*Sustenta*» relançado no mês de agosto pelo governo[125], é outro programa que vai no sentido de sujeitar o campesinato à lógica do modo capitalista de produção.

[125] O relançamento do programa *Sustenta* pelo governo aconteceu num cenário que se confunde com uma pré-campanha eleitoral da FRELIMO, dando a entender que o candidato, possivelmente, será o atual ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Celso Correia, apadrinhado do Presidente da República, Filipe Nyusi. Há, assim, uma apropriação deste programa pelo partido FRELIMO visando capturar o eleitorado, sobretudo onde é contestado para garantir vitória nas próximas eleições presidenciais, que terão lugar em 2024. Tal cenário faz pensar que o *Sustenta* não é necessariamente uma política pública, mas um programa que se confunde com um "fundo partidário", como acontecera com o FDD – os *7 Milhões*.

Essa sujeição dos camponeses ao capital ficou evidente no discurso do Presidente da República, Filipe Nyusi, durante a sua visita à província de Manica. Durante a entrega de máquinas (alfaias) agrícolas aos agricultores beneficiários do financiamento, o Presidente da República aconselhou agricultores beneficiários a produzirem soja, macadâmia e hortícolas e não necessariamente culturas alimentares, a base para o consumo familiar. Embora haja muita euforia por parte do governo em relação ao *Sustenta*, ao dar entender que os moçambicanos não irão mais passar fome e, muito menos, permanecerão na miséria, este programa, possivelmente, pode vir a entrar na lista dos programas que falharam de forma retumbante em Moçambique[126]. A soja e a macadâmia, culturas apontadas pelo Presidente da República para os agricultores passarem a produzir, não fazem parte da dieta alimentar da maioria das famílias moçambicanas, sobretudo, da província de Manica.

Há indicações que o *Sustenta* vá na contramão da ideia de combater a fome no país. Embora, euforicamente, o governo afirme que o objetivo do *Sustenta* vai para além do combate à fome, mas sim, ao alcance da *Fome Zero* no país, há espaço para afirmar que será difícil de materializar tal intenção nos moldes em que este programa está sendo executado. Não se combate a fome e, muito menos se alcança a *Fome Zero* num país, incentivando, por exemplo, a produção de mercadorias. No começo, este programa estava sendo implantado ao longo do Corredor de Nacala, sobretudo em alguns distritos das províncias de Nampula e Zambézia, respectivamente, mas com o seu relançamento, passaria a abranger todo o país.

Embora o governo afirmasse que na primeira fase surgiram resultados animadores, as informações obtidas com a União Nacional dos Camponeses (UNAC), a partir de Nampula, mostraram o contrário. Estes, por sua vez, permitem afirmar que os beneficiários do *Sustenta* não foram necessariamente os camponeses, mas sim, grupos sociais previamente identificados ao nível dos governos provinciais e distritais. Trata-se de funcionários públicas, bases de apoio do partido FRELIMO, constituídos por militantes e simpatizantes, dentre outros. Significa que, se o governo usar o mesmo método, os camponeses serão, mais uma vez, excluídos do processo, e, por se tratar de um grupo social mais pobre, a miséria, infelizmente, tenderá a reproduzir-se no país.

[126] Destes programas, pode-se citar o caso da produção de *Jatrofa*, Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD), ou simplesmente, *7 Milhões de Meticais*, *Estratégia da Revolução Verde* (ERV), dentre outros que foram sendo implementados pelo governo no contexto do combate à fome e à miséria no país.

É desta forma que o Corredor de Nacala passou a ser integrado aos interesses do capitalismo global para a sua ocupação pelo capital monopolista, o qual seria apenas usado como campo de produção de *commodities*. A promoção do agronegócio em Moçambique, e no Corredor de Nacala, em particular, é feita no mais "alto nível da nação", começando pelo próprio Presidente da República, desaguando nos seus ministros que dirigem o setor da agricultura. A promoção do agronegócio pelo Presidente da República é feita dentro e fora do país, como acontece durante as viagens diplomáticas, e está dentro do quadro da modernização agrícola no país. Em janeiro de 2017, durante a visita do presidente da Turquia, Recep Taiyyp Erdoğan, acompanhado de empresários turcos que procuravam oportunidades de negócios, o presidente Filipe Nyusi fez os seguintes pronunciamentos:

> O governo moçambicano de acordo com o seu programa quinquenal de governação, elegeu áreas em que incide a sua atuação, nomeadamente: a agricultura, infraestrutura, energia e turismo [...]. Na agricultura temos vindo a mobilizar esforços nacionais e do setor privado com vista a alcançar a autossuficiência alimentar e aumentar a renda. Consideramos importante explorar a cadeia de valor com ênfase para o agronegócio, onde o nosso potencial da agricultura, pode e deve beneficiar da crescente procura de alimentos tanto ao nível nacional como global[127].

Como se pode verificar, neste pronunciamento presidencial, há uma crença de que o agronegócio pode resolver os problemas sociais moçambicanos, como, por exemplo, o da escassez de alimentos. Aliás, em outubro de 2019, durante a campanha eleitoral para a sua reeleição, Filipe Nyusi afirmou que pretende *transformar Moçambique numa potência agro-industrial do mundo*. Nota-se, aqui, que a intenção não é apenas para produzir e alimentar Moçambique, mas também o mercado global. Ao promover a entrada do agronegócio, o Estado acredita que a fome, a miséria e o desemprego, vão desaparecer em curto espaço de tempo em Moçambique. Por exemplo, há um entendimento, dentro do FRELIMO, partido que governa o país desde 1975, que Moçambique ainda não está desenvolvido e que, para tal, é necessário dar terras a quem pode fazê-lo. Por exemplo, Ana Rita Sithole, deputada da FRELIMO, num programa televisivo da STV – «*Opinião no Feminino*» afirmara que:

---

[127] Extrato do discurso proferido pelo presidente Filipe Jacinto Nyusi que pode ser visto na sua íntegra em: https://youtu.be/kcs0RNRsWc4. Acesso em: 29 jan. 2019.

> [...] o ProSAVANA e tantos outros, são projetos de longa dimensão, mas que trazem ganhos [para o país]. Mas, no geral quando alguém, aqueles que têm oportunidades de viajarem de avião, quando estão a chegar seja de qualquer província, quer que seja da África do Sul quando o avião está a criar condições de aterrar e olhem um pouco para o país, vê que nós ainda precisamos de desenvolver este país. Este país não está ocupado todo ele[128].

A deputada da FRELIMO fez estas declarações num momento que dezenas de famílias camponesas contestavam a empresa agrícola *Milhulamete* ligada ao agronegócio de eucalipto em Marracuene, na província de Maputo, por ter lhes expropriado parte das suas terras. Esta tem sido a visão dos governos da FRELIMO sobre o desenvolvimento nos últimos anos. Fica aqui, a ideia segundo a qual, o desenvolvimento de Moçambique está na ocupação de extensas áreas de terras pelas corporações capitalistas. Tendo em vista que a terra é propriedade do Estado, as corporações agrícolas recebem do governo extensas áreas, em forma de concessão, para serem exploradas por um longo período, de 50 anos, renováveis por igual período, conforme determina a Lei de Terras.

Este período longo de exploração capitalista da terra, em Moçambique, apenas garante acumulação privada do capital aos detentores do DUAT – Direito de Uso e Aproveitamento de Terras. Nos dias atuais, a expansão do capital no campo, tem evidenciado a emergência de "novos" *senhores de terras*, ou melhor, latifundiários, e tal fenômeno é notório no Corredor de Nacala. Por causa disto, há um debate no sentido de avançar-se com a reforma da Lei de Terras, para evitar-se o extremo: a concentração de terras nas mãos de capitalistas no país. Mas, tal debate não tem sido inclusivo, pois as organizações da sociedade civil, que lutam pela justiça social no campo, são marginalizadas do processo. De fato, existem sinais da exclusão das organizações da sociedade civil, sobretudo as que mais criticam o governo; uma exclusão premeditada e que voltou a acontecer no atual debate sobre a reforma da política fundiária em curso no país[129].

---

[128] Este debate pode ser visto na sua íntegra em: https://youtu.be/i1hwR10UM. Acesso em: 23 set. 2019.

[129] É por esta razão que as organizações da sociedade civil, que lutam pela justiça social no campo, contestam a forma pela qual está sendo conduzido o debate para a reforma da lei de terras no país, cujo processo de auscultação pública foi lançado pelo presidente da república, Filipe Nyusi, em agosto de 2020. As organizações da sociedade civil receiam que sejam excluídas no processo por causa da propagação do Coronavírus. De fato, as organizações da sociedade civil podem ter suas razões ao recearem esse processo. Primeiro, porque as salas de debate terão um número reduzido de participantes, em cumprimento das medidas de prevenção da COVID-19 decretadas pelo governo no contexto cumprimento do *Estado de Emergência Nacional*, o que significa que haverá pouca participação, e este cenário pode comprometer os resultados pretendidos, sob ponto de vista de criar condições para que os

Os camponeses, tidos como donos consuetudinários da terra, não têm poder suficiente para se impor frente ao Estado; daí que são expropriados e expulsos dos seus territórios, para darem lugar aos megaprojetos, enquanto uma expressão avançada do capitalismo corporativo global na agricultura. Na maioria das vezes, tais concessões, são feitas sem a autodeterminação dos camponeses. Mesmo a Lei de Terras obrigando a realização de consultas comunitárias, enquanto um espaço de diálogo e de negociação entre as partes, na maioria das vezes, os camponeses são ignorados, inclusive por aqueles que deveriam fazer cumprir a lei: as autoridades governamentais. A corrupção e o clientelismo (troca de favores) são práticas que influenciam no descumprimento da Lei de Terras. Na maioria das vezes, nota-se o envolvimento dos governantes, desde a escala local de gestão do poder até nacional, e isso tem levantado vários questionamentos e críticas de parte da sociedade civil, sobretudo das organizações camponesas.

Além dos líderes comunitários e régulos, funcionários de nível distrital, provincial e central, dentre outros grupos sociais, têm se envolvido em escândalos de corrupção em benefício dos investidores estrangeiros ligados ao agronegócio, extraindo, desta forma, a renda da terra. Contudo, a acumulação rentista no Corredor de Nacala ocorre a partir do poder sobre as terras comunitárias pela burocracia estatal e pelas elites frelimistas, mas de forma subalterna ao capital estrangeiro. Tal cenário , notório no Corredor de Nacala, tem impactado negativamente a vida dos camponeses, e é o que está por trás dos conflitos sociais.

---

camponeses não sejam prejudicados. Segundo, parece ser um mecanismo deliberado de *dividir para reinar*, pois as organizações da sociedade civil mais críticas não foram convidadas para participar do processo. Este cenário gerou revolta e questionamento sobre a modalidade usada para a escolha das organizações da sociedade civil que poderiam participar. Das organizações camponesas, a União Nacional de Camponeses (UNAC) e a Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM), são as que foram convidadas a participar. A Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU), uma organização que defende os interesses dos camponeses e das comunidades rurais, foi excluída. Como resultado disso, a ADECRU publicou um comunicado de imprensa, acusando o governo de tentar manipular o processo de reforma da Lei de Terras em benefício dos interesses alheios aos camponeses e às comunidades rurais. No seu comunicado, a ADECRU exige o cancelamento da auscultação pública em curso, por entender que é mais uma manobra do governo em querer responder os interesses do capitalismo global e não necessariamente dos camponeses e das comunidades rurais. Lembrar que a Lei de Terras tem sido alvo de debates, pois nota-se a sua flexibilização para atender aos interesses do capital estrangeiro com alegações de melhorar o ambiente de negócio no país. As organizações feministas moçambicanas que trabalham no campo em defesa dos interesses das camponesas e dos camponeses também não foram inicialmente convocadas a participar do processo, a exemplo do Fórum Mulher. As organizações ambientalistas, como, por exemplo, a Justiça Ambiental (JA!) – Amigos de Terra Moçambique e a Livaningo, mas que trabalham o campo em defesa dos interesses dos camponeses e das comunidades rurais, também não foram convidados. Esta última organização teve que recorrer para ser integrada no grupo das organizações da sociedade civil que iriam debater a reforma da Lei de Terras.

Caso o caminho seja este, as injustiças sociais caracterizadas pela concentração de terras nas mãos de uma minoria nacional e estrangeira ligada ao agronegócio, irão se perpetuar no país com efeitos sobre os camponeses do Corredor de Nacala, território alvo do capital nos últimos anos. Tais injustiças sociais poderão se perpetuar, tendo em vista a presença massiva de monopólios do agronegócio, cujo objetivo tem sido o de produzir *commodities* de interesse ao mercado global, ocupando extensas áreas de terras, algumas delas, pertencentes os camponeses nativos. A Tabela 1 mostra os monopólios do agronegócio em curso no Corredor de Nacala.

Tabela 1 - Monopólios do agronegócio presentes no Corredor de Nacala.

Nome do projeto ou da empresa agrícolas	Extensão territorial (ha)	Culturas produzidas e/ou a produzir
Companhia do Desenvolvimento do Vale do Lúrio	607.237	Construção de barragem hidroelétrica, produção de milho, cana-de-açúcar e algodão
MOZACO & Grupo Espírito Santos	2.389	Soja, milho e algodão
AgroMoz	9.000	Soja, milho e feijões
Hoyo-Hoyo	28.000	Soja e milho
Murimo Macadámias Ltda	3.200	Macadámia e milho
Chazeiras de Moçambique	2.228	Chá
Mathária Empreendimentos	20.000	Soja, milho e algodão
Matanuska	3.000	Bananas
Green Resources Moçambique (Niassa Green Resources & Lúrio Green Resources)	126.000	Eucaliptos
Alfa Agricultura	1.650	Criação de galinhas para a produção de ovos
New Horizontes Moçambique	380.75	Criação de galinhas para a produção de ovos
Rei Agro	12.500	Soja e milho
Corredor Agro	8.200	Bananas e mandioca
Trigon Mozagri Spv	19.800	Algodão
MedErgy Global	10.000	Cereais
African Century Agriculture	4.800	Soja e milho
Avian Limitada	9.000	Cereais
Onça Moçambique	9.500	Cereais
Olan Mozambique	9.530	Creais
Sisaleira(s) de Monapo	5.500	Sisal
Eggs for África	27.996	Criação de galinhas para a produção de ovos
Santos Agrícola	1.300	Gergelim, cereais e hortícolas
Raízes Profundas Agrícolas	500	Soja, milho e hortícolas
Amarula Farms	780	Gergelim e hortícolas
Alfa Agricultura Nacololo	1.080	Cajú
Agrobusiness	1.000	Cajú
Agro Mercado	1.000	Milho e Tabaco
Chá de Magoma	1.719	Chá
Macadámias G&F	836.33	Macadámias, milho e feijões
Alfa Química	1.700	Soja e milho
ATFC	3.052	Eucaliptos
SDZ	2.688	Chá
Chá Mitilile	600	Chá
Jacarandá Agricultura Lda	6.050	Soja, milho, cana-de-açúcar, criação de gado, aves (frangos)
MOSAGRI Lda	4.000	Murringa

Fonte: Adaptado de UNAC & GRAIN (2015); Justiça Ambiental e UNAC (2011); Justiça Ambiental; Livaningo & UNAC (2016); ADRCRU & PLASS (2016); MANDAMULE (2017); DPASA-N (2018); www.terradealguns.divergente.pt, e informações obtidas durante a pesquisa de campo.

Na Tabela 1, é possível ver que esses monopólios detêm enormes quantidades de terras, com as quais produzem apenas monoculturas de exportação. Outro dado importante, neste processo, mostra que nem todas as empresas estão a usar a terra

conforme os planos de exploração, o que significa que a área solicitada ainda é maior quando comparada com a área explorada, conforme mostra a Tabela 2.

Tabela 2 - Comparação entre áreas concessionadas e áreas exploradas pelas empresas agrícolas ao longo do Corredor de Nacala.

Nome da empresa/projeto	Área autorizada (ha)	Área explorada (ha)
Green Resources Moçambique (GRM)	264.989	24.585
Amarula Farms	780	780
Santos Agrícola	1.300	400
Raízes Profundas Agrícola	500	500
Novo Horizonte/Frango King	38.075	12.000
Alta Agricultura Nacololo	1.080	150
Eggs For Africa	27.996	35
Mozambique Fresh Eggs	100	4
Agrobusiness	1.000	400
Agro Mercados	1.000	30

Fonte: adaptado de DPASA-N (2018).

Na Tabela 2 é possível observar que há muitas empresas agrícolas que apresentam uma área de exploração muito reduzida, quando comparada com a área autorizada pelo Estado. O destaque vai para a *Green Rasources Moçambique (GRM)* que planta eucaliptos ao longo do Corredor de Nacala, sobretudo nas províncias de Nampula e Niassa, onde são explorados apenas cerca de 24.585 ha de um total de 264.989 ha; seguida do *Novo Horizonte/Frango King* com uma área explorada de 12.000 ha contra 38.075 ha de área solicitada e da *Eggs For Africa*, com uma área explorada de 35 ha contra 27.996 ha de área autorizada. Há, portanto, um aspecto rentista por parte destes monopólios no Corredor de Nacala, pois esta é a característica principal do desenvolvimento capitalista no campo; ele é, em si, contraditório e desigual. A Lei de Terras determina que o descumprimento do plano de exploração implica na reversão da terra em favor do Estado, mas questiona-se a falta de tomada de decisão por parte de quem administra a máquina estatal. Se houvesse uma vontade por parte dos gestores da máquina estatal, possivelmente, muitas terras que estão nas mãos das corporações agrícolas sem uso, sequer conforme os planos de exploração, já deveriam ter sido revertidas em favor do Estado.

Tendo em conta que Moçambique é considerado um dos países mais corruptos do mundo pelos relatórios de transparências internacionais, em que a corrupção é um fator angular para a reprodução ampliada do capital em escala global, é possível inferir que a falta de rigor na implementação da Lei de Terras, com vistas à reversão da terra a favor do Estado, é condicionada por esta prática. Embora a corrupção faça parte das

relações não capitalistas de produção, por meio das práticas corruptas, os envolvidos conseguem extrair a renda da terra sem precisar produzir quase nada.

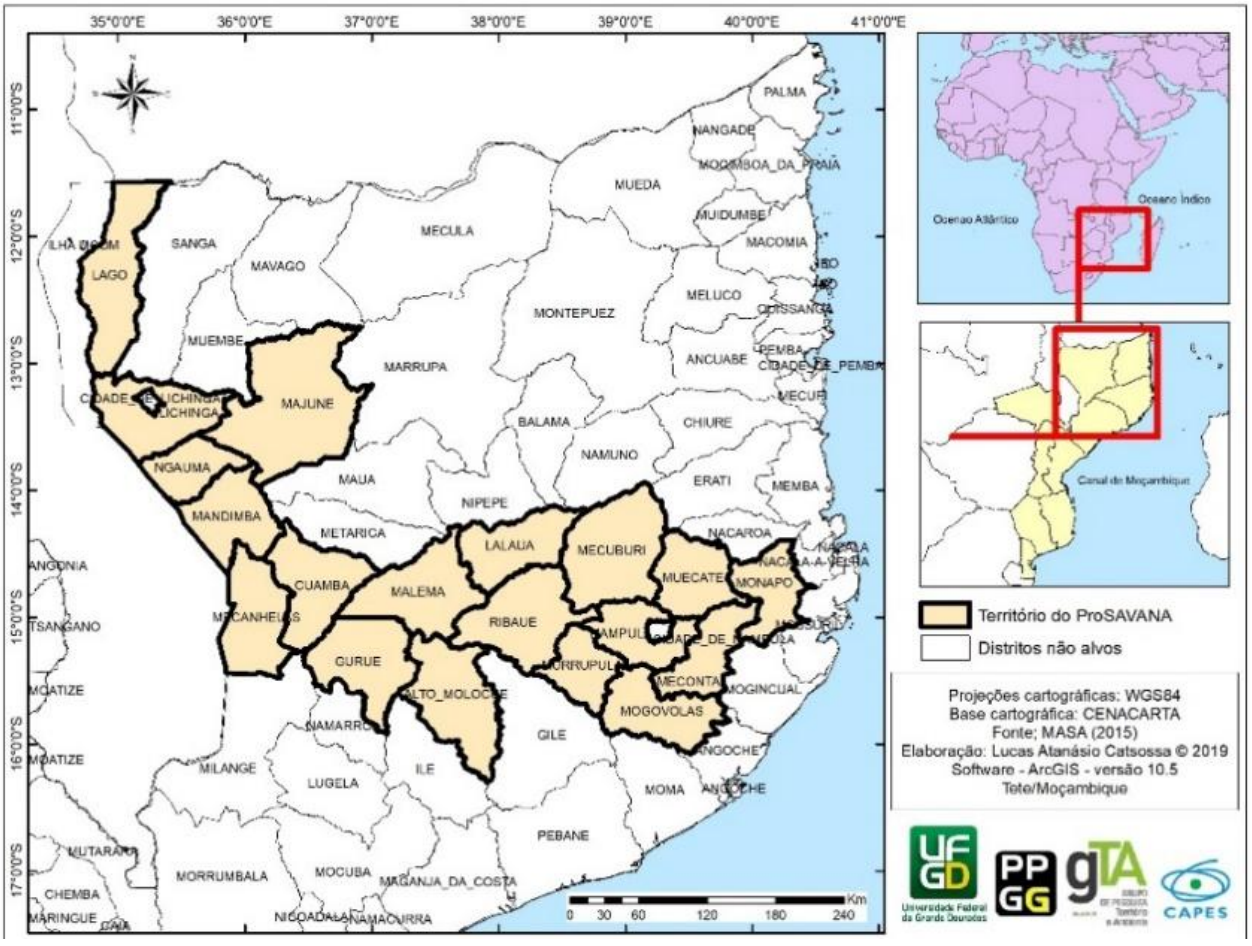
É desta forma que algumas elites políticas nacionais, majoritariamente ligadas ao partido FRELIMO, e alguns funcionários, sobretudo, aqueles que ocupam cargos de relevo na função pública, se reproduzem socialmente, expropriando o Estado e os camponeses, inclusive. Enquanto Mandamule e Júnior (2019) destacam que as elites políticas, funcionários do Estado em vários níveis de gestão do poder, dentre outros burocratas nacionais, estão envolvidos no negócio de terras, Mosca (2015) entende que o Estado foi capturado pelos interesses do capital. Enquanto Castel-Branco (2017) afirma que o Estado e os camponeses têm sido expropriados pelas elites políticas ligadas ao partido FRELIMO para fins privados, Bruna (2017) diz haver uma instrumentalização do Estado pelo capital monopolista em Moçambique.

Alguns estudos (SELEMANE, 2017) mostram uma conexão entre as elites políticas ligadas ao partido FRELIMO e o agronegócio globalizado no Corredor de Nacala. Se estas elites frelimistas não controlam a cadeia logística, sobretudo a ferrovia, então têm terras para explorar e apenas estão à espera de uma oportunidade para entrarem na órbita da acumulação privada do capital. E, se não têm terras, estabeleceram alianças com os capitalistas estrangeiros, formando *joint ventures*, e de forma conjunta, estão a explorar tais terras, produzindo *commodities* de interesse do mercado internacional. Desta forma, as elites políticas nacionais, descapitalizadas, conseguem extrair renda da terra, mesmo de forma subordinada ao capital estrangeiro.

Além dos monopólios arrolados anteriormente, o destaque vai também para o ProSAVANA, um programa agrícola de matriz neoliberal que vislumbrava a monopolização do território no Corredor de Nacala. Este programa estava sendo implementado através de uma cooperação trilateral, envolvendo os governos de Moçambique, do Brasil e do Japão, que chegou ao fim em junho de 2020, após quase 10 anos de protestos populares. O ProSAVANA inspirava-se no PRODECER (Programa de Desenvolvimentos dos Cerrados), implementado no cerrado brasileiro, a partir da segunda metade da década de 1970, por meio de uma cooperação bilateral entre Brasil e Japão, que permitiu a modernização agrícola de um lado, e o surgimento de um desenvolvimento contraditório e desigual, dentre outras tragédias socioambientais, do outro (CLEMENTS; FERNANDES, 2013).

A iniciativa surgiu durante uma reunião do G8 (atualmente, G7), realizado em 2009, em L´Aquila na Itália, apresentada pelo ex-presidente do Brasil Lula da Silva e pelo ex-primeiro ministro japonês, Taro Aso. Destacava-se a sua importância para o alcance da segurança alimentar e nutricional, e o combate à miséria. O acordo para a implementação do ProSAVANA no Corredor de Nacala foi rubricado em setembro de 2009, entre os governos do Brasil, Japão e de Moçambique. Através da experiência do cerrado brasileiro, pretendia-se modernizar a agricultura no Corredor de Nacala, cuja extensão territorial era de 14,5 milhões de hectares conforme o mapa da Figura 3.

Figura 3 - Área de implementação do ProSAVANA no Corredor de Nacala/Moçambique.



Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Ao pretender ocupar esta área, a ideia do ProSAVANA era a de produzir *commodities*, sobretudo soja, milho, cana-de-açúcar, algodão, gergelim, dentre outras culturas de exportação. O destino da produção que sairia do Corredor de Nacala, seria o mercado asiático e, de preferência, o japonês, pois um dos países mais interessados era o Japão que também foi quem investiu mais no ProSAVANA, seguido do Brasil e, finalmente, Moçambique, o único parceiro pobre. A entrada do agronegócio e a sua expansão no Corredor de Nacala tem ocasionado a expropriação e expulsão dos camponeses das suas terras. As machambas camponesas, enquanto mecanismo de territorialização do modo camponês de vida, têm sido invadidas e destruídas no processo de expansão do agronegócio. Ao se instalarem, as empresas do agronegócio, tomam terras dos camponeses, cercando-as com arame farpado algumas vezes ligado à corrente elétrica, para introduiz campos de produção de *commodities* conforme ilustra a foto da Figura 4.

Figura 4 - Plantação de macadâmia na empresa Murrimo Macadâmias Lda, no distrito de Gurué, Zambézia/Moçambique.

Fonte: pesquisa de campo (dezembro de 2017).

A área atualmente explorada pela *Murrimo Macadâmias Lda*, inicialmente, pertencia aos camponeses nativos que, com a chegada desta empresa agrícola, foram simplesmente expropriados e expulsos. Algumas famílias camponesas foram reassentadas em outros lugares para dar lugar à plantação de macadâmias. Embora a Lei de Terras obrigue a realização de consultas públicas, há indicações que tal processo não ocorre conforme manda a lei. Ao serem arrancadas de suas terras pela empresa, estes camponeses perderam suas culturas de subsistências familiares e outros meios de sobrevivência. A situação para os camponeses ora expropriados e expulsos das suas terras piorou quando a empresa decidiu colocar arame farpado ao redor da propriedade, ligando-o à corrente elétrica, inclusive.

Ao colocar arame farpado, ligando-o a corrente elétrica, a empresa queria impedir que os camponeses fossem ocupar novamente as suas terras, abrindo machambas, uma vez que o processo não foi pacífico. Além da *Murrimo Macadâmias Lda*, existem outras empresas do agronegócio que operam no Corredor de Nacala, que também tomaram terras dos camponeses, expropriando-os e expulsando-os, inclusive. O destaque vai para *Agromoz, Hoyo-Hoyo Agribusiness*, *Green Resources Moçambique* e *MOZACO*, sendo que as duas primeiras, operam no distrito de Gurué, na província da Zambézia, e as duas últimas, nos distritos de Ribaué, Mecuburi e Malema, na província de Nampula. Tais empresas dedicam-se à produção de soja, milho, algodão e eucaliptos, respectivamente conforme ilustra a foto da Figura 5.

Figura 5 - Tipos de agronegócio em expansão no Corredor de Nacala/Moçambique.

Fonte: pesquisa de campo (dezembro de 2017 e setembro de 2018).

A maior parte dos camponeses expropriados por estas empresas agrícolas, foi reassentada em outros lugares, como no caso da *Hoyo-Hoyo Agribusiness*, em Ruace, no distrito de Gurué. No caso desta empresa agrícola, as famílias camponesas ora reassentadas, tiveram que regressar para os seus locais de origem. Tal fato deve-se por causa do lugar de reassentamento ser impróprio para a sua reprodução social, pois era um lugar pantanoso (SMART & HANLON, 2014; ADECRU & PLASSE, 2016; MANDAMULE & BRUNA, 2017).

É verdade que não há um grupo humano e/ou uma sociedade sem estar circunscrita num determinado contexto geográfico – *territorial* (HAESBAERT, 2016), mesmo assim, durante o processo pode "haver uma territorialização precária dos sujeitos" (FABRINI & ROSS, 2014, p. 58) nos novos espaços sociais. A territorialização precária ocorre quando "o sujeito ou grupo social possui escasso domínio sobre o espaço" (idem) por onde instala o seu assentamento. Outrossim, a territorialização precária dos sujeitos ocorre também quando os lugares que se territorializam não têm serviços básicos sociais e muito menos terras aptas para a prática da agricultura; ou ainda, nos casos em que os lugares são impróprios para a instalação de um assentamento humano.

No caso dos camponeses desterritorializados pela *Hoyo-Hoyo Agribusiness*, AgroMoz, MOZACO e *Green Resoruces Moçambique*, nos novos lugares ocorreu uma territorialização precária. Em áreas, onde operam essas empresas, muitas famílias camponesas vivem em pequenos pedaços de terras, onde além de construírem suas *palhotinhas*, mesmo que de forma precária, abrem também suas machambas para produzirem alimentos. Em Moçambique, a machamba é a unidade de produção camponesa e a via pela qual o campesinato se territorializa no campo; significa que quando expropriados e expulsos das suas terras, na contramão, os camponeses ocupam propriedades do agronegócio, abrindo as suas machambas como forma de resistência contra a sua destruição, territorializando o seu "modo de vida", inclusive.

No caso da AgroMoz, a situação é dramática, pois dezenas de famílias camponesas vivem confinadas em pequenos pedaços de terras, bem próximas da propriedade da empresa. Este cenário foi constatado em Monapo, sobretudo em Nacololo, onde opera a *Matanuska*, empresa agrícola ligada ao agronegócio de bananas; o mesmo acontece na localidade de Netia, onde verifica-se a expansão do agronegócio de sisal, cujos processos de territorialização culminaram com a expropriação e expulsão

de dezenas de famílias camponesas. Os conflitos sociais não resultam apenas da expropriação de terras camponesas, mas também, do uso de agrotóxicos no processo produtivo, nas propriedades do agronegócio.

Em relação ao uso de agrotóxicos na produção agrícola, muitos estudos (PORTO-GONÇALVES, 2004; ALTIERI, 2012; ANDRIOLI & FUCHS, 2012; FABRINI & ROSS, 2014; RIGOTTO & AGUIAR, 2015; BOMBARDI, 2017) apontam uma série de impactos socioambientais irreversíveis, sobretudo contaminação dos solos, da água, das propriedades familiares e destruição das culturas camponesas, com destaque para aquelas que ficam nas proximidades das propriedades do agronegócio. Destaca-se, ainda, o seu impacto sobre a saúde pública, sobretudo a intoxicação alimentar em decorrência do consumo de produtos contaminados pelos agrotóxicos. Estes estudos apontam, também, para a intoxicação que ocorre durante as atividades produtivas, no caso dos trabalhadores que usam este produto, por exemplo.

Quando as empresas agrícolas realizam a pulverização aérea, na maioria das vezes, os seus aviões passam por cima das residências dos camponeses, como também das áreas de produção destes. Além de contaminar os sujeitos aí presentes, verifica-se também a contaminação dos solos, das águas, dentre outras tragédias socioambientais. No caso moçambicano, tais tragédias socioambientais são cada vez mais notórias, e tal cenário aconteceu em Lioma, de Gurué, onde opera a AgroMoz, e culminou com a contaminação das famílias camponesas, ao verificar-se problemas na pele (alergia) e a destruição da produção camponesa. No seu depoimento, o presidente da União Provincial de Camponeses de Nampula (UPC-N), afirmou que:

> *Nós temos o caso de Mutuali, na província da Zambézia com a AgroMoz. Muitos camponeses perderam as suas culturas por causa da pulverização área, isto aconteceu quando o voo da empresa estava a manobrar para outro lado. Os camponeses perderem as suas culturas por causa de agroquímicos*. (Entrevista realizada em Setembro de 2018).

O uso de agrotóxicos, por parte das empresas agrícolas no Corredor de Nacala, tem gerado, também, fortes e violentos conflitos sociais, caracterizados por disputas territoriais, pois tais práticas têm sido contestadas pelos camponeses, conforme se verá a seguir.

LUTAS E RESISTÊNCIAS CAMPONESAS CONTRA O AGRONEGÓCIO NO CORREDOR DE NACALA

A expansão recente do capital e com ele o modelo de desenvolvimento agrário/agrícola de matriz neoliberal, ancorado no *agribusiness* no Corredor de Nacala, implicaram em transformações, não apenas nas relações sociais, mas também produtivas, cujos desdobramentos desembocaram na expropriação e expulsão dos camponeses das suas terras. Ampliaram os níveis de exploração da força de trabalho assalariada, de subordinação do campesinato à lógica do modo capitalista de produção, procurando, assim, padronizar os produtos alimentares.

O processo de subordinação do campesinato à lógica do modo capitalista de produção é mais intenso no distrito de Gurué, considerado como "capital da soja" em Moçambique. Ao se expandir em Gurué, o agronegócio sujeitou o campesinato à lógica do modo capitalista de produção e, através da agricultura de contrato, os camponeses foram sendo jogados ao território do mercado e forçados a produzir soja, matéria-prima usada para a produção de ração para alimentar frangos. A foto da Figura 6 mostra uma mulher camponesa semeando a cultura da soja na mesma machamba que produz milho.

Figura 6 - Mulher camponesa plantando soja na sua machamba, localidade de Lioma, Gurué, província da Zambézia/Moçambique.

Fonte: acervo particular de Clemente Ntauzi (janeiro de 2019).

O plantio das duas culturas no mesmo espaço produtivo pode ser visto, também, como um mecanismo de resistência. Se a intenção do agronegócio é "lucrar", que passa por expropriar, expulsar, violentar e subordinar o camponês à sua lógica de produção, essa mulher camponesa, ao plantar as duas culturas na sua machamba, mostra uma resistência a esse modelo de desenvolvimento agrário/agrícola. Dessa forma, embora contraditório sob o ponto de vista daquilo que é a racionalidade do campesinato, enquanto classe social e modo de vida, esta mulher camponesa garante, no fim da época agrícola, retirar produtos alimentares para a sua sobrevivência.

Com o *boom* da soja em Gurué, a dieta alimentar de algumas famílias camponesas sofreu mutações: além de continuar ingerindo batata-doce e mandioca, dentre outros alimentos típicos da produção camponesa, os camponeses passaram também a preparar *pãezinhos* com base em leite de soja. Isso mostra a força do agronegócio em tentar padronizar sabores ao longo do Corredor de Nacala. Através deste mecanismo, o agronegócio tem procurado destruir o campesinato, o que nem sempre se dá de forma hegemônica. No Corredor de Nacala, muitos monopólios estão em conflito permanente com os camponeses, caracterizado por disputas territoriais.

Enquanto o agronegócio avança, no sentido de destruir os territórios pela produção de *commodities*, na contramão, os camponeses avançam também no sentido de destruir as propriedades do agronegócio, ocupando-as e abrindo suas machambas, inclusive. Como se pode ver, se está diante de uma disputa paradigmática, não apenas por modelos de desenvolvimento agrário/agrícola, sendo, de um lado o agronegócio e, do outro, a agricultura camponesa, mas também por territórios.

O Corredor de Nacala é um dos territórios mais conflituosos da atualidade. Alguns destes conflitos têm sido caracterizados pela violência. Tal violência, não é apenas psicológica em que os sujeitos são perseguidos, ameaçados e intimidados pela classe dominante que aparece para defender seus interesses, como tem sido em muitos casos no país. Há estudos (MACARINGUE, 2018) que apontam a existência de casos de mortes ao longo do Corredor de Nacala, envolvendo proprietários de empresas agrícolas e os camponeses nativos, como aconteceu em Monapo, na província de Nampula.

Mesmo diante de situações adversas à sua reprodução social, os camponeses continuam firmes, rejeitando o agronegócio em seus territórios, por considerá-lo ser tóxico ao seu "modo de vida". Em contraponto ao agronegócio, os camponeses têm

contestado abertamente este modelo de desenvolvimento agrário em seus territórios, exigindo novas alternativas para produzir alimentos no campo, sendo a agricultura camponesa, uma delas. Os camponeses têm contestado abertamente a expropriação de terras pelo agronegócio no Corredor de Nacala conforme mostra a foto da Figura 7.

Figura 7 - Mulheres camponesas protestando a implementação efetiva do ProSAVANA em 2017, Maputo/Moçambique.

Fonte: pesquisa de campo (outubro de 2017).

Cada uma das mulheres exibe um cartaz contendo uma mensagem de repúdio a este programa: “Não a privatização da terra”, “Não ao ProSAVANA” e “África não está à venda”. Ao lutarem contra a privatização da terra, os camponeses têm consciência que a terra é o único meio de reprodução social, e devem fazer de tudo para protegê-la, para que não seja tomada pelos monopólios do agronegócio. Tais contraposições ao agronegócio, são feitas dentro das dinâmicas dos movimentos sociais, isto é, por manifestações populares que ocorrem dentro da sociedade em contestação de uma determinada (des)ordem imposta pela classe dominante, aonde, de forma organizada, os sujeitos lutam por direitos coletivos.

Os movimentos sociais são constituídos por organizações da sociedade civil e decididos em lutar pela justiça social no campo. Neste caso, lutam em defesa do direito à vida, à terra e à soberania alimentar, e contra a concentração de terras nas mãos de pequenos grupos. Ainda lutam pela produção de alimentos com base em técnicas agroecológicas, na medida em que são consideradas ambiental e socialmente sustentáveis. No caso moçambicano, a União Nacional de Camponeses (UNAC), o

maior movimento campesino do país, com mais de 150.000 membros, está presente em todas as províncias e na maior parte dos distritos do país. A UNAC é também membro de outras plataformas internacionais de luta pela justiça social no campo, como, por exemplo, a *Via Campesina* e mantém relações de solidariedade com povos de outros países, como, por exemplo, do Brasil, sobretudo, com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), só para citar alguns exemplos.

A UNAC tem-se destacado na luta e resistência contra a expansão do agronegócio no país, em geral. Nesse sentido, a UNAC olha para a expansão do agronegócio no Corredor de Nacala com muita perplexidade, destacando de "voz viva" que este modelo de desenvolvimento agrário/agrícola reproduz práticas tipicamente coloniais, caracterizadas pela expropriação e expulsão dos camponeses das suas terras. Além de transformar essas terras em campos de produção de *commodities*, com a entrada do agronegócio no Corredor de Nacala, os camponeses passaram a ser convertidos em força de trabalhado assalariado a serviço do mesmo capital que os expropriou, sujeitando-os à lógica do modo capitalista de produção, através da agricultara de contrato, inclusive. É por esta razão que a expansão do agronegócio no Corredor de Nacala passou a ser vista como "uma nova era de luta contra plantações coloniais no Norte de Moçambique" (UNAC & GRAIN, 2015). Contestando a expansão do agronegócio no Corredor de Nacala, a liderança da UNAC em Nampula, a firma que:

> *[...] vir investidor em Moçambique, na província de Nampula ou na zona norte em nome de desenvolvimento e criar injustiças [sociais] como tais que estão acontecendo atualmente, que é tirar os camponeses das suas zonas de produção em nome de desenvolvimento, todos os camponeses cá na região norte e Nampula em particular, estamos contra essas atitudes.* (Entrevista realizada em Janeiro de 2016).

No depoimento acima, a liderança da UNAC considera que, por trás do ideário vendido pelas corporações agrícolas – segundo o qual a sua entrada no Corredor de Nacala e no país em geral visa promover o bem-estar social – está a geração de injustiças sociais. Além da UNAC, outras organizações camponesas que lutam contra o agronegócio no Corredor de Nacala e no país são, por exemplo, a Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM), presente em todas as províncias, e a Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU).

Na defesa dos interesses dos camponeses, destacam-se também as ações dos movimentos ambientalistas, com destaque para a Justiça Ambiental (JA) – Amigos da Terra Moçambique e a Livaningo, respectivamente, sem, no entanto, deixar de lado, o papel do "Fórum mulher", o maior movimento feminista do país nas lutas e resistências camponesas. O ProSAVANA foi um dos programas mais contestado em Moçambique pelos camponeses. As lutas e resistências contra a implementação deste programa, no Corredor de Nacala, durou cerca de uma década. Firmes em suas convicções, os camponeses inseridos nas dinâmicas dos movimentos sociais, sobretudo na *Campanha Não ao ProSAVANA*, conseguiram mesmo diante de várias adversidades caracterizadas por práticas anti-democráticas (sobretudo intimidação, perseguição, agressão, dentre outras) interromper definitivamente este programa agrário de matriz neoliberal, que vislumbrava a monopolização do território no Corredor de Nacala. O "término" definitivo do ProSAVANA foi anunciado pelo governo moçambicano em junho de 2020. Num comunicado de imprensa, o governo afirmou que:

> O Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural torna público que os parceiros envolvendo com o governo no Programa ProSAVANA acordaram o término com a conclusão do *Projecto para o Estabelecimento de Modelos de Desenvolvimento ao Nível das Comunidades com Melhoria do Serviço de Extensão Rural no Desenvolvimento Agrícola do Corredor de Nacala*. (MADER, 2020, s/p, itálicos do original).

O "término" oficial do ProSAVANA gerou muita euforia entre os subalternos e foi comemorado pelos movimentos sociais moçambicanos, brasileiros japoneses, os quais, desde o início, se colocaram na oposição contra a implementação efetiva deste programa no Corredor de Nacala. Para estes sujeitos, o fim do ProSAVANA dá esperança para se pensar num outro mundo, uma outra sociedade, que possa se organizar com base no seu *modo de vida* e não ser forçada a seguir uma certa lógica previamente orquestrada, com finalidade de satisfazer aos interesses do mercado internacional. Neste entendimento, o "término "definitivo do ProSAVANA representa uma vitória de um povo que se viu forçado a defender os seus territórios e, com ele, o seu "modo de vida".

A Justiça Ambiental – Amigos da Terra Moçambique, um movimento ambientalista, mas que defende também os interesses dos camponeses, foi a primeira organização moçambicana, que, usando a sua página do *Facebook*, mostrou-se satisfeita, destacando que o término do ProSAVANA, era uma vitória retumbante contra

o neoliberalismo embutido de um discurso produtivista e desenvolvimentista. Mesmo assim, a Justiça Ambiental lamentou todas as práticas antidemocráticas perpetradas pelos executores deste programa, caracterizadas pela perseguição, intimidação, ameaça, e agressão contra as organizações que estavam filiadas à *Campanha Não ao ProSAVANA.*

A Justiça Ambiental foi a organização que, desde o início, presidiu a direção da *Campanha Não ao ProSAVANA*, mas em colaboração com outras organizações filiadas a ela, para dizer que era um trabalho coletivo e não individual. Outra organização que contestou o ProSAVANA, desde o início, é a Livaningo, um movimento ambientalista que também defende os interesses dos camponeses no país. Para esta organização, a simples declaração do término do ProSAVANA feita oficialmente pelo governo moçambicano, representa uma vitória para os camponeses moçambicanos e também para a sociedade civil organizada envolvida. Um dos membros da direção da Livaningo, de forma eufórica, descreve o término do ProSAVANA nos seguintes termos:

> *Só o fato do ProSAVANA ter terminado e oficialmente anunciado pelo governo, é uma vitória para a classe camponesa e uma vitória para todas as organizações da sociedade civil que estavam em frente da luta.* (Entrevista realizada em Setembro de 2020).

Os camponeses têm diversificado as suas ações de luta e resistência contra o agronegócio no campo moçambicano; não estão a lutar e a resistir contra a sua expropriação e expulsão dos seus territórios, muito pelo contrário, têm estado em defesa das suas sementes nativas/crioulas. Os camponeses têm contestado abertamente a entrada de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) conforme a foto da Figura 8.

Figura 8 - Camponesas protestando a entrada de OGM´s em Moçambique.

Fonte: pesquisa de campo (outubro de 2017).

Na sua luta contra o uso de OGM´s na produção agropecuária no país, a UNAC denuncia seus efeitos colaterais para a saúde pública, como também o seu impacto negativo sobre o campesinato e a biodiversidade. Em seu depoimento, o Secretário-Executivo da UNAC, afirmou que:

> *Nós sempre apresentamos a nossa indignação em relação a isso [OGM´s). Inclusive, este último encontro que tivemos com o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA), apresentamos essa preocupação ao próprio ministro.* (Entrevista realizada em Maio de 2019).

Quem também tem um entendimento segundo o qual os OGM´s têm impactos nefastos sob ponto de vista social e ambiental é a ORAM. A liderança máxima desta organização camponesa afirmou que:

> *Nós tivemos a oportunidade de fazer o acompanhamento de um projeto idêntico [ao que está sendo testado aqui em Moçambique] na África do Sul e estamos neste momento a escrever um documento de posição porque a ORAM é contra os OGM´s. A nossa experiência é contra e nós já apresentamos algumas evidências, no caso do milho […]. Fui abordar a UNAC [União Nacional de Camponeses] no sentido de qual seria a sua posição, se poderíamos unir esforços para movermos um processo em relação essa questão.* (Entrevista realizada em Novembro de 2020).

No contexto das lutas e resistências camponesas, a UNAC tem avançado com ações visando criar condições para o resgate de sementes nativas/crioulas. Tal iniciativa visa criar bancos de sementes ao longo do país, já que, enquanto movimento campesino, está em todas as províncias e nos distritos. Em seu depoimento, o Secretário-Executivo da UNAC, afirma que:

> *Nós estamos a fazer alternativas, estamos a fazer a expansão de bancos de sementes. [...]. Já temos banco de semente em Inhambane, em Marracuene, em Niassa, na Zambézia e estamos a tentar expandir [para outros lugares do país]. Vamos agora, na semana que vêm [referindo-se no mês de Maio] num encontro no Chimoio sobre sementes para [...] discutir o processo de resgate de sementes para que os camponeses possam controlar a cadeia de sementes como uma alternativa em relação a expansão das sementes que o governo está a fazer [que são laboratoriais, híbridas]*. (Entrevista realizada em Maio de 2018).

Em relação aos agrotóxicos, os movimentos sociais têm se mobilizado para travar o seu uso no país. Nos eventos organizados por estes sujeitos em movimento, faz-se referência a estes produtos químicos, destacando que os camponeses devem se abster

do seu uso em suas machambas, por causa do impacto negativo que trazem, não apenas para o solo, mas também para a saúde pública. Tal repúdio ao uso de agrotóxicos na produção agropecuária ficou evidente em 2017, num evento organizado pela Justiça Ambiental, pela UNAC, pela ADECRU, pelo Fórum Mulher e por outras organizações sociais, onde discutiu-se o impacto dos OGM´s e dos agrotóxicos sobre a saúde pública e a biodiversidade.

Cabe ressalvar que, mesmo contrapondo-se ao agronegócio, contraditoriamente, verifica-se a sujeição dos camponeses à lógica do modo capitalista de produção, ao usarem as chamadas "técnicas modernas", sobretudo sementes laboratoriais e, em alguns casos, fertilizantes químicos. Tal cenário foi constatado em muitos lugares visitados ao longo do Corredor de Nacala. Alguns membros da direção da UNAC, na província de Nampula, confirmaram que têm sido procurados por alguns empresários, os quais lhes entregam sementes e fertilizantes para produzirem mercadorias de sua necessidade, sobretudo culturas de soja e de milho. Tal fato foi confirmado pelo Presidente da União Distrital de Monapo (UDC-M), conforme se pode ler no depoimento a seguir:

> *Vieram duas pessoas, uma delas era um técnico e disseram que queremos quarenta (40) blocos de campos de produção da soja e do milho. Disseram que a semente será nossa e temos maneira de conseguir trator para lavrar a terra desde que os produtos sejam organizados em blocos (pequenos grupos). E eu disse que não tem problema, nós temos como produzir em blocos. Daí disse que tudo bem, eu fico a conversar com os camponeses. Então, programei um encontro com o restante dos camponeses e durante a conversa eles disseram que não tinham problemas em produzir essas culturas.* (Entrevista realizada em Setembro de 2018).

Os anuários estatísticos publicados pelo ministério da Agricultura revelam também o crescente uso de sementes laboratoriais pelos camponeses, em detrimento das sementes nativas/crioulas que estão em sua posse. Isto significa que os camponeses reproduzem as mesmas práticas opressoras, contra as quais lutam no campo. Mesmo assim, é importante realçar que, ao se sujeitar à lógica do modo capitalista de produção por meio da "técnica moderna", os camponeses não deixam de ser os mesmos sujeitos de sempre, pois se fortalecem dentro destas contradições, defendendo a sua classe, sobretudo em casos de existência de ações que vão no sentido de destruí-los.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O agronegócio em Moçambique foi sendo colocado nas políticas agrárias, nos planos nacionais de desenvolvimento, pelos segmentos dominantes da sociedade moçambicana. O próprio desenvolvimento do país é visto por alguns governantes, políticos e tecnocratas moçambicanos como a ocupação de extensas áreas pelas corporações capitalistas estrangeiras. Por esta via, as autoridades governamentais, de forma eufórica, entendem que, entregando enormes extensões de terra às corporações estrangeiras, garantir-se-á a entrada do Investimento Externo Direito (IDE) no país e, com ele, as novas tecnologias, importantes para a modernização da agricultura.

Neste entendimento, a modernização da agricultura é a solução para a elevação dos níveis de produção e produtividade. Por esta via, a fome, a desnutrição, a penúria e o desemprego, ficariam no "túmulo" da história de Moçambique. Acreditando nessas "velhas" falácias, são concessionadas enormes extensões de terras às corporações estrangeiras por um período longo de até 50 anos renováveis por igual período. Isto se dá, muitas vezes, sem autodeterminação dos camponeses, considerados como donos consuetudinários das mesmas. Neste processo, a elite moçambicana consegue açambarcar extensas áreas de terras camponesas, as quais são, mais tarde, usadas para atrair investidores estrangeiros, inclusive estabelecendo alianças.

Constata-se que o agronegócio está a expandir-se de forma contraditória, no Corredor de Nacala, e tem sido assim em quase todo o campo moçambicano. Além de expropriar e expulsar os camponeses das suas terras, espoliando-os, de transformar as terras, ora expropriadas dos camponeses, em campos de produção de *commodities*, de sujeitar o campesinato à lógica do modo capitalista de produção, e de transformar os camponeses, outrora expropriados em força de trabalho assalariado passível de ser explorada, nota-se, nos dias atuais, uma mudança na dieta de algumas famílias camponesas, sobretudo no distrito de Gurué, considerado como sendo a "capital da soja" em Moçambique.

No Corredor de Nacala, o processo de expansão do agronegócio não tem sido hegemônico, pois em contraponto a este modelo de desenvolvimento agrário/agrícola de matriz neoliberal, emergem lutas e resistências dos movimentos camponeses. Mesmo estando diante de um contexto adverso à sua reprodução social, os camponeses têm rejeitado abertamente o agronegócio em seus territórios. Neste diapasão, os camponeses

têm (re)criado estratégias de lutas e resistências que lhes permitem contestar não apenas a destituição do seu "modo de vida" pelo agronegócio, mas também a concentração fundiária, mediante ocupações feitas nas propriedade privadas e, consequentemente, a abertura das suas macambas. É da abertura das machambas, em propriedades privadas, que os camponeses territorializam o seu "modo de vida".

Mesmo estando em desvantagens sob ponto de equilíbrio de forças, os camponeses têm logrado algumas vitórias e, o exemplo disto, é o término definito do ProSAVANA, anunciado pelo governo em julho de 2020. Quando tudo começou, oficialmente em 2011, era impensável que, no fim, os camponeses venceriam a batalha. Isto porque o processo de implementação deste programa no Corredor de Nacala foi caracterizado por práticas antidemocráticas, tendo em vista a perseguição, a intimidação, a violência psicológica, e agressão verbal aos movimentos sociais, que questionavam e criticavam este programa. Com apoio dos povos oprimidos do Brasil e do Japão, os movimentos sociais moçambicanos conseguiram interromper definitivamente o avanço de um programa de matriz neoliberal e com fortes traços coloniais.

Os movimentos sociais moçambicanos venceram um programa disfarçado do discurso produtivista e desenvolvimentista, mas que vislumbrava a monopolização do território, cuja finalidade era a sua transformação em campo de produção de *commodities* para o mercado global e, por esta via, acumular privadamente a riqueza; que ocultava o seu caráter tóxico, expropriador e explorador, destruidor não apenas do campesinato, mas também da natureza, dentre outras tragédias socioambientais. Mesmo assim, o término do ProSAVANA não significa o fim das lutas e de resistências camponesas. Contudo, os movimentos sociais são desafiados a avançar com um projeto alternativo de desenvolvimento rural, em Moçambique, que contemple os seus interesses.

O governo moçambicano ainda não desistiu, com as suas incursões, de procurar a todo o custo avançar com a neoliberalização das sociedades rurais em Moçambique. O programa *Sustenta* tem essa caraterística, pois vai no sentido de sujeitar o campesinato à lógica do modo de produção capitalista. Embora o *Sustenta* apresente-se ser um programa pró-campesinato, a experiência das províncias de Nampula e Zambézia, provam que ele atende aos interesses do mercado. A ideia principal do *Sustenta* é transformar os camponeses em produtores de mercados, ou seja, em agricultores

familiares integrados à lógica de modo capitalista de produção, uma espécie de *agronegocinho*. Já que este programa foi relançado para ser implantado em todo o país, apenas resta aos camponeses de todas as províncias, se unirem para, mais uma vez, lutarem e resistirem contra práticas que coloquem em risco o seu "modo de vida".

REFERÊNCIAS

ADECRU & PLASS. **Sistemas agro-alimentares em Mutação: os impactos das grandes agro-investidores sobre o direito à alimentação** (estudos de caso em Moçambique). Cidade de Cabo, Harare, Maputo e Lusaka, 2016.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases cientificas para agricultura sustentável**. 3 ed. Editora: Expressão popular, Rio de Janeiro – AS-TPA, 2012.

ANDRIOLI, António Inácio & FUCHS, Richard (Orgs). **Transgênicos: as sementes do mal – a silenciosa contaminação de solos e alimentos**. 2 ed. Editora: Expressões populares, p. 238-244, São Paulo, 2012.

ARAÚJO, Manuel G. Mendes de. **O sistema de aldeia comunal em Moçambique.** Tese [Doutorado em Geografia Humana], Universidade de Coimbra, Lisboa, 1988.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia.** FFLCH/USP, São Paulo, 2017.

BRITO, Luís. **A Frelimo, o marxismo e a construção do Estado Nacional.** Editor: IESE, Maputo, 2019.

BRUNA. Natacha, **Plantações florestais e a instrumentalização do estado em Moçambique.** Observador Rural, Número 53, OMR, Maputo, 2017.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. **Lógica histórica de acumulação primitiva de capital em Moçambique.** *In:* BRITO, Luís de *et al.* (Orgs). Desafios para Moçambique 2017. Editor: IESE, p. 257-302, Maputo, 2017.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e em Moçambique.** Observador Rural, Número 6, OMR, Maputo, 2013.

FABRINI, João Edmilson & ROSS, Djon. **Conflitos territoriais entre campesinato e agronegócio latifundiário.** 1 ed. Editora Outras Expressões, São Paulo, 2014.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade**. 9 ed. Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2016.

HEDGES, David & CHIGLUNDO, Arlindo. **A contestação da situação colonial (1945- 1961).** *In:* EDGES, David (Coord). História de Moçambique: Moçambique no auge do colonialismo português (1930-1961). 1 ed. Editor: Livraria Universitária da UEM, p. 197-259, Maputo, 1999.

JUSTIÇA AMBIENTAL & UNAC. **Os senhores de terras: análise preliminar do fenômeno de usurpação de terras em Moçambique.** Maputo, 2011.

LIVANINGO, JUSTIÇA AMBIENTAL (JÁ) & UNAC. **O avanço das plantações florestais sobre os territórios camponeses no Corredor de Nacala: o caso da Green Resource Moçambique.** Elaborado por Lexterra, Maputo, 2016.

MACARINGUE, Ernesto Jorge. **Modernização da agricultura no distrito de Monapo em Moçambique no contexto da redefinição da geopolítica da fronteira agrícola mundial entre 2004 a 2017.** Tese [Doutorado em Geografia], UFG, Goiás, 2018.

MANDAMULE, Uacitissa. **Processos e debates relacionados com DUATs: estudos de caso em Nampula e Zambézia.** *In:* MANDAMULE, Uacitissa (Coord). Terra, poder e desenvolvimento em Moçambique. Editora: Escolar Editora, p. 152-199, Maputo, 2017.

MANDAMULE, Uacitissa; BRUNA, Natacha. **Investimentos, migrações forçadas e conflitos de terras: representações sociais de populações reassentadas no Corredor de Nacala.** *In:* FEIJÓ, João (Org). Movimentos migratórios e relações rural-urbanas: estudos de casos em Moçambique. 1 ed. Editora: Alcance editores, p. 215-236, Maputo, 2017.

MANDAMULE, Uacitissa; JÚNIOR, Tomás Manhicane. **Os mercados de terras rurais no corredor da beira: dinâmicas e conflitos.** Observador Rural nº 72, OMR, Maputo, 2019.

MINTER, William. **Os contras do apartheid: as raízes históricas da guerra em Angola e Moçambique.** Editora: Imprensa Universitária, Universidade Eduardo Mondlane, Arquivo Histórico de Moçambique – Estudos 13, Maputo, 1998.

MOSCA, João. **A experiência socialista em Moçambique (1975-1986).** Insitituto Piaget, Lisboa, 1999.

MOSCA, João. **Políticas agrárias de (em) Moçambique (1975-2009).** Escolar editora, Maputo, 2011.

MOSCA, João. **Políticas agrárias e mudanças na agricultura em Moçambique.** *In:* MOSCA, João (Coord). Contributo para o debate da agricultura e do desenvolvimento rural. Escolar Editora, p. 17-47, Maputo, 2012.

MOSCA, João. **Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas.** *In:* MOSCA, João (Coord). Setor familiar agrário e desenvolvimento em Moçambique. Escolar Editora, p. 51-98, Maputo, 2015.

MOSCA, João; BRUNA, Natacha. **ProSAVANA: Discursos, práticas e realidades.** Documento de Trabalho, Observador Rural, OMR, 2015, Maputo.

PITCHER,M. Anne. **Sobreviver à transição: o legado das antigas empresas coloniais em Moçambique.** *In:* Análise Social, vol. XXXVIII (168), p. 793-820, 2003.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Geografia da riqueza fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso de recursos naturais.** *In:* Inter Thesis – Revista Internacional Interdisciplinar Inter Thesis PPGICH/UFSC; 2004.

RIGOTTO, Raquel Maria; AGUIAR, Ana Cristina Pontes. **Modelo produtivo do agronegócio, agrotóxicos e saúde pública.** *In:* MIRIDIERO JÚNIOR, Marco António; GARCIA, Maria Franco; VIANA, Pedro Costa Guedes (Orgs). A questão agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais. 1 ed. Editora: Outras expressões, p. 225-249, São Paulo, 2015.

SELEMANE, Thomas. **A economia política do Corredor de Nacala: consolidação do padrão de economia extrovertida em Moçambique.** Observador Rural – Documento de Trabalho, n. 56, OMR, Maputo, 2017.

SERRA, Carlos. **Novos combates pela mentalidade sociológica**. 1 ed. Editor: Imprensa Universitária da UEM, Maputo, 1997.

SMART, Teresa; HANLON, Joseph. **Cervejas e galinhas: uma receita para crescimento.** Maputo, 2014.

UNAC; GRAIN. **Os usurpadores de terras do Corredor de Nacala: uma nova era de luta contra plantações coloniais no Norte de Moçambique.** Maputo, 2015.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acampamentos-*tekoha*, 106, 107, 108, 109, 111, 114, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128
Agentes e atores sociais, 187, 188, 189
Avá-Guarani, 85, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 126, 127, 128

B

Bolívia, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 74, 80, 83, 103, 188

C

Comércio, 115, 116, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 151, 152, 154, 155, 158, 159, 183, 188, 190, 219
Conflitos, 65, 66, 97, 101, 102, 183, 196, 200, 205, 213, 223, 226, 231, 239, 241
Corredor de Nacala, 210, 211, 212, 213, 214, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 247, 248, 249
Corumbá, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75

D

Dinâmica, 187, 188, 189, 190, 196, 204, 205

F

Fronteira, 20, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 93, 94, 95, 100, 102, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 144, 145, 148, 149, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 175, 176, 182, 183, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206

G

Grupos de referência, 17, 18, 19, 25, 26, 29, 30, 39, 40
Guarani, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 94, 95, 96, 98, 101, 102, 106, 109, 118, 119, 197, 200

I

Imagens, 161, 164, 165, 167, 168, 172, 184, 185

J

Jovens estudantes, 17, 19, 28, 29, 33, 36, 37, 39, 40

M

Maká, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 179, 180
Migrações, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 57, 58, 60, 61, 62
Moradores locais, 132, 134, 135, 136, 139, 144, 154, 155

N

Nacionalismo paraguaio, 78, 81, 84, 101

O

Organização produtiva, 107, 108, 109, 128, 129

P

Práticas socioespaciais, 17, 32, 38, 39, 40

R

Redes migratórias, 45, 46, 51, 52, 54, 56, 57, 58, 60, 61
Redes sociais, 45, 46, 51, 52, 55, 58, 60, 61, 139, 152, 158

S

Semiconurbação, 65
Sentidos espaciais, 184, 185

T

Território, 67, 78, 80, 83, 87, 90, 92, 93, 95, 96, 100, 102, 107, 110, 133, 135, 145, 146, 151, 158, 166, 182, 187, 188, 191, 192, 193, 196, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 206, 214, 216, 218, 219, 222, 225, 232, 234, 240, 244, 249

U

Universitários migrantes, 24, 29, 30, 36, 37, 39

V

Virgem de Copacabana, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75

AUTORAS, AUTORES E ORGANIZADORES

Alex Dias de Jesus
Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB, 2009); Mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA, 2012); Doutorado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD, 2020), com estágio de Doutorado Sanduíche na Universidad de Guadalajara. É professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, *campus* São Raimundo Nonato.
E-mail: alexdias@ifpi.edu.br

Camila Manoel Pereira
Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP, 2015); Bacharel em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP, 2016); Mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD, 2019). Leciona Geografia para o Ensino Fundamental II da rede privada de ensino.
E-mail: camila.manoel09@hotmail.com

Charlei Aparecido da Silva
Geógrafo. Doutor em Geografia pela Unicamp (2006). Mestre em Geociências pela de Rio Claro (2001). Realizou pós-doutoramento na UNESP de Presidente Prudente, no curso de Geografia, em 2014. Docente e pesquisador do curso de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados. Coordenador do Laboratório de Geografia Física. Editor de periódicos científicos e consultor *ad hoc* de agências de fomento.
E-mail: charleisilva@ufgd.edu.br

Gesliane Sara Vieira Chaves
Licenciada em Geografia (2012-2016), Mestre em Geografia e doutoranda (2019-2023) no Programa de Pós-graduação em Geografia, todos pela da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Professora da rede básica na Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul (SED). Docente nos cursos de Geografia e História EAD no Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN).
E-mail: geise_sara@hotmail.com

João Edmilson Fabrini
Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – Campus Presidente Prudente/SP. Professor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Oeste de Paraná (UNIOESTE) – Campus de Marechal de Cândido Rondon e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGG/UFGD).
E-mail: joaofabrini@ufgd.edu.br

Jones Dari Goettert
Graduação em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) – Campus de Rondonópolis (atual Universidade Federal de Rondonópolis), Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) – Campus Presidente Prudente/SP. Professor do Curso de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGG/UFGD).
E-mail: jonesdari@ufgd.edu.br

Lucas Atanásio Catsossa
Licenciatura em Geografia pela Universidade Eduardo Mondlane (UEM, 2014) com estágio/Graduação-Sanduíche em Geografia na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD, 2014); Mestrado (2017) e Doutorado (2020) em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD, MS - Brasil). É docente na Faculdade de Geociências e Ambiente da Universidade Púnguè (FGA/UniPúnguè) – Chimoio e no Instituto de Ensino a Distância da Universidade Católica de Moçambique (IED/UCM) – Tete/Moçambique. Pesquisador associado do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente (GTA), certificado pelo CNPq.
E-mail: lucascatsossauem@gmail.com

Luiz Felipe Rodrigues
Bacharel em Geografia pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA, 2016); Mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD, 2019); Atualmente, é doutorando em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e docente substituto no curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) - Unidade de Jardim.
E-mail: luiz.felipe.r@outlook.com

Marcos Leandro Mondardo
Graduação em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2006), mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (2009), doutorado (2012) e pós-doutorado (2020) em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. É docente do Curso de Graduação e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados. É líder do Núcleo de Pesquisa sobre Território e Fronteira (NUTEF/UFGD).
E-mail: marcosmondardo@yahoo.com.br

Matheus Guimarães Lima
Licenciatura e Bacharelado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP, 2014/2015); Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas (UFMS-CPTL, 2018). Atualmente é doutorando em Geografia na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Bolsista CAPES.
E-mail: mgl.geopp@gmail.com

Midiane Scarabeli Alves Coelho da Silva
Graduação em Geografia com Ênfase em Meio Ambiente pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas (2015), Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia - PPGEP/UFU (2017), e, atualmente, doutoranda em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD. Exerceu cargo de professora de Geografia em Belo Horizonte e Ituiutaba (MG), e Naviraí (MS). É docente substituta de Geografia no IFMS - campus Ponta Porã e desenvolve pesquisa sobre as aproximações entre geografia e audiovisual.
E-mail: midiane.scarabeli@yahoo.com.br

Patricia Silva Ferreira
Graduada em Gestão Ambiental pela Universidade Federal da Grande Dourados em 2014. Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados em 2016. doutoranda em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (2017-2021). Pesquisadora associada ao Laboratório de Geografia Física (LGF/ UFGD).
E-mail: patiferrera@gmail.com

Teresa Itsumi Masuzaki
Licenciatura em Geografia (2010), Mestrado (2013) pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, e Doutorado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.
E-mail: itsumi_28@hotmail.com

TOTAL BOOKS

A FRONTEIRA CRUZADA PELA CULTURA E AS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO

ORGANIZAÇÃO

João Edmilson Fabrini

Marcos Leandro Mondardo

Jones Dari Goettert

CAPES

UFGD Universidade Federal da Grande Dourados

PPGG